

SHIRLEI INES MENDES DA SILVA

"RECONSTRUINDO A DEMOCRACIA: a experiência dos bancários de Porto Alegre/RS"

**Dissertação de Mestrado apresentada
ao Departamento de Ciência Política
do Instituto de Filosofia e Ciências
Humanas da Universidade Estadual
de Campinas sob a orientação da
Profa. Dra. Angela Maria Carneiro
Araújo**

**Este exemplar corresponde à
redação final da tese
defendida e aprovada pela
Comissão Julgadora em
17/12/1999**

BANCA


Profa. Dra. Angela Maria Carneiro Araújo (orientadora)


Profa. Dra. Leila Maria da Silva Blass


Profa. Dra. Ana Lúcia Valença de Santa Cruz Oliveira

DEZEMBRO/1999

UNIDADE	30
N.º CHAMADA:	T/UNICAMP
	Si 38 r
V.	Ex.
TOMBO BC/	40486
PROC.	278/00
C	<input type="checkbox"/>
D	<input checked="" type="checkbox"/>
PREÇO	\$ 11,00
DATA	14/03/00
N.º CPD	

CM-00139093-5

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP**

Si 38 r **Silva, Shirlei Ines Mendes da**
Reconstruindo a democracia: a experiência dos bancários de
Porto Alegre/RS / Shirlei Ines Mendes da Silva. - - Campinas, SP :
[s.n.], 1999.

Orientador: Angela Maria Carneiro Araújo.
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas,
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Sindicalismo. 2. Democracia. 3. Participação política -
Brasil. 4. Sindicatos - Bancários - Porte Alegre (RS). I. Araújo,
Angela Maria Carneiro. II. Universidade Estadual de Campinas.
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

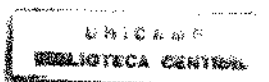
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLÍTICA

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

RECONSTRUINDO A DEMOCRACIA:
a experiência dos bancários de Porto Alegre/RS

Shirlei Ines Mendes da Silva

Campinas, dezembro de 1999.



UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

Aos meus pais, Decio Mendes da Silva e Erna
Elisabetha Mendes da Silva (em memória), pelo
olhar ameno e forte, sempre tão presentes em
minha vida.

Direitos do homem e política

“Ora, não é em nome de seus direitos que operários e empregados contestam a uma direção de empresa o direito de privá-los de emprego, que se encorajam até assegurarem para si a gestão da empresa[...] que se rebelam, aqui e acolá, contra as condições de trabalho que lhes são impostas, que exigem novas medidas de segurança; não é em nome de seus direitos que camponeses[...] resistem a uma expropriação julgada indispensável pelo poder do Estado; não é ainda em nome de seus direitos que mulheres pretendem que sua condição seja reconhecida em igualdade à dos homens, que homossexuais se insurgem contra as proibições e contra a repressão de que são objeto, ou que os consumidores se coligam, ou ainda que habitantes da cidade e do campo pretendem apor-se à devastação do meio natural?[...] Enfim, não se vê que sob o impulso desses direitos a trama da sociedade política tende a modificar-se ou aparece cada vez mais como modificável?” Lefort, (1987:58-59)

Agradecimentos

À diretoria e funcionários do Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de Porto Alegre, especialmente Luiz Felipe da Costa Nogueira e José Romari Dutra Fonseca, pelo apoio à finalização desta pesquisa.

À minha orientadora, Professora Angela Maria Carneiro Araújo, pela compreensão, firmeza e sensibilidade na condução deste trabalho.

À diretoria e funcionários da Federação dos Empregados em Estabelecimentos Bancários do Rio Grande do Sul (FEEB/RS) e da Associação de Pessoal da Caixa Econômica Federal (APCEF/POA), pela receptividade e disponibilização de seus arquivos.

Ao professor Antonio David Cattani, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, pela confiança em mim depositada durante nosso convívio no núcleo da Unitrabalho/UFRGS.

Aos professores Carlos Arturi, Clarissa Baeta Neves e André Marengo, pelo estímulo fornecido ainda no curso de graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Aos funcionários e professores do NUPERGS, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, pela assessoria relacionada ao uso do programa SPSS.

Às professoras Ana Lúcia Valença de Santa Cruz Oliveira, da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e Regina Célia Xavier, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, pelas valiosas sugestões na fase final da redação.

À amiga Maristela Machado, pelo “socorro” imediato na tradução do resumo desta pesquisa.

Às professoras Amnéris Maroni e Evelina Dagnino, da Universidade Estadual de Campinas, pela aprendizagem de um novo olhar.

Aos funcionários da Biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, especialmente Lizete, Cris, Ângela, Lígia, Angelo, Sônia e Terezinha, pela atenção a mim dedicada durante o desenvolvimento deste trabalho.

Aos amigos conquistados em Campinas, Jorge Boeira, Marcia Borges, Vânea Santos e Eliana Moretti, que ficaram para sempre.

Aos meus amigos “do coração”, que comigo compartilharam alegrias e tristezas, especialmente Ana Targina Rodrigues Ferraz, pelo carinho e pela “inspiração lefortiana”, e Fabiane Baumann, pela serenidade, objetividade e segurança com que dividimos nossos projetos.

Aos meus familiares, irmãos, cunhados e sobrinhos, especialmente Umberto e Marta, pela construção de algumas certezas em momentos onde tudo parecia incerto.

Aos meus ex-colegas bancários, com quem aprendi a sonhar e realizar parte de nossos sonhos.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO ...14

- 1.1 Transição, democracia e trabalhadores ...16
- 1.2 Impactos do “novo” sindicalismo ...27
- 1.3 Sindicalismo e democracia ...37
- 1.4 A literatura sobre os bancários ...44
- 1.5 Problema e hipótese de trabalho ...51
- 1.6 A pesquisa ...54

2 AS TRANSFORMAÇÕES DO TRABALHO BANCÁRIO ...56

- 2.1 Reforma Bancária ...56
- 2.2 A automação nos bancos ...58
- 2.3 A categoria bancária ...63
- 2.4 O cotidiano do trabalho ...72

3 A ORGANIZAÇÃO DO MOVIMENTO SINDICAL BANCÁRIO ...84

- 3.1 A trajetória dos bancários ...84
- 3.2 Formação de uma liderança autêntica ...95
- 3.3 O “fazer-se” de novos atores ...100
- 3.4 A campanha salarial de 1979 ...107
- 3.5 A greve de 1979: mobilização e repressão ...111

4 CONSTRUINDO A UNIDADE NA DIVERSIDADE ...120

- 4.1 As mudanças no Sindicato dos Bancários na década de 80 ...121
- 4.2 Campanhas salariais e movimentação grevista ...129
- 4.3 A luta pela formação do Banco Meridional ...138
- 4.4 A trajetória político-institucional ...142
- 4.5 Organização de base ...150
 - 4.5.1 A organização de base através da Comissão de Mobilização...150
 - 4.5.2 Delegado Sindical e Comissão Sindical...160
 - 4.5.3 As Comissões Internas de Prevenção de Acidentes (CIPAs) ...168

4.5.4 Congressos ...172

4. 6 A democracia sindical ...173

CONCLUSÃO ...189

ANEXOS ...194

BIBLIOGRAFIA ...195

LISTA DE ABREVIATURAS

AI-5: Ato Institucional nº 5

APCEF: Associação dos Profissionais da Caixa Econômica Federal

APLER: Associação dos Portadores de Lesão por Esforço Repetitivo

APPD: Associação dos Profissionais em Processamento de Dados

BANESPA: Banco do Estado de São Paulo

BANRISUL: Banco do Estado do Rio Grande do Sul

BB: Banco do Brasil

BNDE: Banco nacional de Desenvolvimento Econômico

CDS: Centro de Documentação Sindical

CEB: Comunidade Eclesial de Base

CEF: Caixa Econômica Federal

CET: Central Estadual de Trabalhadores/RS

CGT: Central Geral dos Trabalhadores

CIPA: Comissão Interna de Prevenção de Acidentes

CLT: Consolidação das Leis do Trabalho

CMB: Centro de Memória Bancária

CMN: Conselho Monetário Nacional

CNB: Confederação Nacional dos Bancários

COMOC: Comissão de Mobilização dos bancários porto-alegrenses

CONCLAT: Conferencia Nacional da Classe Trabalhadora, 1981

CONCLAT: Congresso Nacional da Classe Trabalhadora, 1983

CONCUT: Congresso Nacional da Central Única dos Trabalhadores

CONTEC: Confederação dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Crédito

CPD: Centro de Processamento de Dados

CUT: Central Única dos Trabalhadores

DIEESE: Departamento Intersindical de Estudos e Estatísticas sobre Emprego

DIESAT: Departamento Intersindical de Estudos e Pesquisas de Saúde e dos Ambientes de Trabalho

DNB/CUT: Departamento Nacional dos Bancários da CUT

DRT: Delegacia Regional do Trabalho
ENCLAT: Encontro da Classe Trabalhadora
ENTOES: Encontro Nacional dos Trabalhadores em Oposição à Estrutura Sindical
FEEB/RS: Federação dos Empregados em Estabelecimentos Bancários do Rio Grande do Sul
FENABAN: Federação Nacional de Bancos
FETEC: Federação dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Crédito
FGTS: Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FRACAB: Federação Riograndense de Associações Comunitárias e de Amigos de Bairro
IAPB: Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Bancários
INPC: Índice Nacional de Preços ao Consumidor
INSS: Instituto Nacional de Seguridade Social
JOC: Juventude Operária Católica
LER: Lesão por Esforço Repetitivo
MDB: Movimento Democrático Brasileiro
MEP: Movimento de Emancipação do Proletariado
MIA: Movimento Anti-Arocho
MPAS: Ministério da Previdência e Ação Social
MR-8: Movimento Revolucionário 8 de Maio
OIT: Organização Internacional do Trabalho
OLT: Organização por Local de Trabalho
PCB: Partido Comunista Brasileiro
PCdoB: Partido Comunista do Brasil
PDT: Partido Democrático Trabalhista
PDS: Partido Democrata Social
PFL: Partido da Frente Liberal
PIAV: Programa de Incentivo ao Afastamento Voluntário
PMDB: Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PRC: Partido Revolucionário Comunista
PSTU: Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados
PT: Partido dos Trabalhadores

SEEB/POA: Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de Porto Alegre

TST: Tribunal Superior do Trabalho

URP: Unidade de Referência de Preços

RESUMO

A pesquisa enfatiza a ação democratizante do Sindicato de Empregados em Estabelecimentos Bancários de Porto Alegre (SEEB/POA) no período que abrange a recente transição democrática no Brasil (1974-1989). O sindicalismo bancário de Porto Alegre tornou-se um referencial para o movimento sindical em nível estadual e nacional. Através da análise da trajetória deste Sindicato durante o período enfocado, procurou-se extrair os elementos que apontam para a construção da prática sindical característica do “novo” sindicalismo, diferenciada do sindicalismo pré-64. Esta diferença consiste na formação do projeto político-sindical cutista, criado a partir da experiência e da consciência de classe entre os bancários, caracterizando-se por uma prática sindical permeada pela inclusão, participação e transparência. Partindo-se da noção de classe thompsoniana, verificou-se que os bancários “fizeram-se” atores fundamentais do “novo” sindicalismo no Rio Grande do Sul, com uma prática sindical baseada na “expansão do poder ascendente” e permeada pelos “princípios geradores da democracia”, possibilitando o surgimento de uma cultura democrática e de uma “trama representativa” indicadora de uma nova regulação democrática das relações sociais.

ABSTRACT

This work emphasises the democratising action of the bank workers's trade union of Porto Alegre (South Brazil) during the period of Brazilian democratic transition (1974-1989). Porto Alegre's bank trade unionism has become a reference to the trade union movement in the state of Rio Grande do Sul as well as in Brazil. Through the analysis of this trade union's trajectory during this period, the key elements for the construction of this trade union practice were identified. This practice lead to the elaboration of the trade unionist project of the Worker's Unified Central (CUT) which was based on the class experience and conscience and characterised by inclusion, participation and transparency. From a thompsonian notion of class it was found that the bank workers made themselves fundamental actors of the new unionism of Rio Grande do Sul, with a practice based on the ascending power expansion and marked by the generating of democracy. This aloud the appearance of a democratic culture and of a representative web that marked a new democratic regulation of socil relations.

1 INTRODUÇÃO

No final dos anos 70 o movimento sindical brasileiro ressurgiu publicamente em meio a diversos movimentos sociais no cenário político nacional levando o governo militar a acelerar o processo de transição democrática prometido pelo general Geisel em 1974. Muitos estudos foram realizados sobre este período, considerando especialmente o pólo aglutinador dos conflitos trabalhistas em São Paulo e no ABC paulista. A greve dos metalúrgicos em 1978 marcou o nascimento do que se convencionou chamar de “novo” sindicalismo, caracterizado por práticas que trouxeram à tona o questionamento à política econômica do governo militar, rompendo com o imobilismo que predominou no movimento sindical após o golpe de 64¹. A postura ideada pelos líderes do “novo” sindicalismo se alastrou para diferentes categorias de trabalhadores, em diferentes regiões do país, assumindo diversos contornos de acordo com as especificidades conjunturais enfrentadas pelos vários grupos envolvidos com a luta sindical.

O trabalho aqui apresentado procura analisar as características específicas do “novo” sindicalismo em um contexto regional, detendo-se na análise do movimento sindical bancário em Porto Alegre durante o processo de transição democrática, compreendido entre os anos de 1974 e 1989. A ênfase sobre a ação do Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de Porto Alegre (SEEB/POA) justifica-se em função da importância que este assume ao tornar-se um dos pólos de erradiação do “novo” sindicalismo no Rio Grande do Sul, a partir de meados da década de 70.

O interesse pelo tema surgiu de minha ligação com o movimento sindical bancário. No período que vai de 1985 a 1995 trabalhei no Banco do Estado do Rio Grande do Sul, atuei como militante de base e vivenciei as modificações do trabalho bancário e as grandes mobilizações da categoria. É importante ressaltar que, em diversos momentos desta pesquisa, as impressões subjetivas da minha vivência da “condição bancária” mesclaram-se com a objetividade requerida pela pesquisa científica.

Duas questões emergiram para uma abordagem inicial do tema: primeiro, analisar as condições do trabalho bancário, as transformações resultantes do ingresso das novas tecnologias a partir da Reforma Bancária, bem como o perfil destes trabalhadores, relacionando estes fatores com a ação coletiva desenvolvida a partir da década de 70. Em um segundo momento, o foco incidiu no surgimento de uma prática combativa entre estes trabalhadores e nas variáveis que influenciaram a mudança desta prática sindical durante o processo de transição democrática.

As respostas a estas questões exigiram um esforço no sentido de procurar entender as ligações entre o contexto político e econômico nacional e as condições de trabalho vividas pela categoria bancária. Foi preciso analisar conjuntamente os fatores externos gerados pela conjuntura política nacional e os fatores internos característicos da condição bancária que levaram estes trabalhadores a engajarem-se nas lutas pela transformação do movimento sindical.

A pesquisa consiste em um estudo de caso sobre o Sindicato dos Bancários de Porto Alegre e busca interpretar a ação sindical de uma parcela dos trabalhadores brasileiros em um contexto regional durante o período da democratização. Esta discussão foi desenvolvida tendo como pano de fundo a emergência do “novo” sindicalismo e a eclosão dos movimentos de massa nas décadas de 70 e 80. A delimitação cronológica estabelecida pelo estudo resumiu-se ao intervalo 1974-1989, período que caracteriza o processo de transição democrática, ou seja, desde a política distensionista do governo Geisel até a eleição direta à presidência da república.

Alguns esclarecimentos iniciais: 1) a pesquisa objetivou a análise da trajetória do Sindicato dos Bancários de Porto Alegre, de suas lideranças e da vanguarda sindical. O trabalho de campo limitou-se, portanto, a estes atores; 2) o sistema bancário compõe-se de bancos privados e de bancos públicos (ou oficiais). Estes últimos são classificados segundo a participação do Estado na composição acionista das empresas. Neste trabalho, a referência aos bancos públicos abrange o Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal, o Banco do Estado do Rio Grande do Sul e o Meridional (que foi

¹ Aqui cabe destacar que este imobilismo teve, no mínimo, duas rupturas que assumiram visibilidade pública através das greves de Osasco e Contagem, em 1968. Afora estas greves, os conflitos fabris

privatizado em dezembro de 1997); 3) temas como a participação das mulheres bancárias e a cultura como elemento de sociabilidade entre os bancários fugiram aos limites deste trabalho.

1.1 Transição, democracia e trabalhadores

Após o golpe de 64, as intervenções do governo militar nos sindicatos brasileiros geraram o afastamento das lideranças opositoras ao regime e a nomeação de interventores que assumiram a direção dos sindicatos seguindo a orientação governista. Calando as vozes da sociedade civil, o regime autoritário governou através de legislação de emergência baseada em vários atos institucionais, dentre os quais o que extinguiu o pluripartidarismo. Com a política distencionista do governo Geisel² e a derrota do partido do governo nas eleições estaduais de 1974, a oposição, centrada então em torno do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), começava a se rearticular na luta pela democracia. A vitória do MDB nas eleições parlamentares em 1974 (que conquistou mais de um terço do Congresso) abalou o controle político do governo militar. As reivindicações pelo retorno à democracia emergiam através de diferentes setores da sociedade civil.

A questão da política salarial do governo³, vigente desde 1965 (e que estipulava reajustes anuais de acordo com índices pré-fixados pelo governo), começava a gerar mobilizações e críticas contundentes por parte do movimento sindical e das oposições ligadas ao MDB e à Igreja. Juntamente com o movimento sindical, os vários movimentos sociais começavam a marcar presença, alimentados pela orientação da Igreja Católica progressista que através das Comunidades Eclesiais de Base (CEB)

aconteciam, embora não repercutindo publicamente.

²Segundo Skidmore (1988:319-321), as metas do governo Geisel eram: 1) manter o apoio dos militares, reduzindo ao mesmo tempo o poder da linha dura do regime; 2) controlar os “subversivos”; 3) retorno à democracia e 4) manter as taxas de crescimento econômico.

³ Até 1965 “a legislação fixava os valores do salário mínimo e dos vencimentos dos funcionários públicos, inexistindo norma que abrangesse a totalidade dos empregados contratados sob o regime da CLT. A Lei nº 4.725, de 13.07.1965, inaugurou a prática de interferência direta do Estado sobre a fixação dos salários em geral” (Horn, 1993:19).

organizava os diferentes setores populares⁴. Foram diversos os grupos sociais que entraram em cena a partir de meados da década de 70: estudantes, clubes de mães, associações de bairro, movimento negro, entre outros.

A transição para a democracia iniciou-se a partir de 1974, com a política distencionista do governo Geisel, sendo formalmente alcançada em 1989, com a eleição direta para presidente da república, quando a institucionalidade democrática foi garantida. A efervescência política do período foi marcada pela ação do “novo” sindicalismo, surgido na década de 70 em confronto com o autoritarismo do regime militar; pela mobilização da sociedade em torno da campanha das “Diretas já”, aglutinando um amplo leque de forças sociais e políticas em torno da bandeira das eleições diretas para a presidência da república; pela elaboração do processo constituinte, garantindo a consolidação dos marcos legais do processo democrático brasileiro.

As análises deste contexto caracterizam o que Share e Mainwaring (1988) denominam de “transição através da negociação”. Os autores referem-se a casos em que o regime autoritário inicia a transição, estabelece limites para as mudanças políticas e permanece como força eleitoral significativa durante a transição. O termo “negociação” visa o acordo entre as elites do regime autoritário e a oposição democrática. O’Donnell e Schmitter (1988) caracterizam a transição, em uma definição temporal, como um intervalo entre um regime político e outro (que pode ou não desembocar na democracia). Já a liberalização é entendida por estes autores como um processo de redefinição e extensão de direitos: para os indivíduos, há a garantia dos direitos clássicos da tradição liberal (*habeas corpus*, respeito à privacidade, direito à defesa num julgamento adequado baseado em leis pré-estabelecidas, liberdade de movimento, de expressão e de apelação) e para os grupos, ocorre suspensão da censura prévia aos meios de comunicação de massa e liberdade de associação. Finalmente, os autores definem a democratização por um “mínimo procedural”, cujos elementos básicos seriam o voto secreto, sufrágio universal, eleições regulares, competições interpartidárias,

⁴Sobre o papel da Igreja Católica durante a transição ver Krischke e Mainwaring (1986).

reconhecimento de associações voluntárias e responsabilidade executiva dos governantes.

Segundo Przeworski (1994:83) a liberalização pode ter explicações “pelo alto” ou “pela base”. No caso brasileiro, a distensão foi interpretada, de um lado, como uma consequência da antiga dissensão entre os militares e, de outro lado, como efeito da mobilização popular. Para o autor, entretanto, a liberalização é consequência de uma interação entre estas duas explicações. Seguindo-se este raciocínio, pode-se analisar o projeto distencionista de Geisel (originário de uma dissensão entre os “linhas duras” e os “moderados”) e a emergência da mobilização popular na década de 70 como fazendo parte de um mesmo processo.

Para Avritzer (1995:109), as teorias da transição propostas acima supõem que o *“autoritarismo constitui um processo temporalmente localizado de ruptura com a ordem democrática”*. Para o autor, esta ruptura não acontece automaticamente, ou seja, o que se verifica na sociedade brasileira é a existência de um pensamento autoritário convivendo com um pensamento democrático, surgindo o conflito entre continuidade e renovação das práticas dos atores políticos e sociais. Segundo o autor, as teorias acima apresentariam dois limites: 1) não problematizam o papel dos atores políticos não-democráticos após a transição e 2) não visualizam a totalidade da dimensão do político, que compreenderia um conjunto de arenas institucionais (como a administração estatal e a esfera do Executivo) e um conjunto de arenas mais consensuais e comunicativas (como as instituições associativas e os partidos políticos). Assim, a transição pode consistir em um processo no qual: 1) as instituições democráticas convivem com uma cultura não-democrática, 2) formas contemporâneas de autoritarismo convivem com a constituição de um Estado moderno e 3) torna-se relevante a análise dos movimentos sociais democratizadores. Segundo Avritzer (1995:113), *“a democratização consiste, portanto, na combinação entre a livre operação do sistema político e a compreensão do significado atribuído pelos atores políticos à democracia”*.

Nesta perspectiva surgem outros elementos para se analisar o processo de transição, incorporando-se questões como a relação cultura/política e modernização sistêmica/democratização. Estas questões tornam-se fundamentais para se pensar a

democratização não restrita somente à esfera institucional e ao sistema político, mas abarcam também as transformações oriundas do cotidiano da sociedade, através da compreensão do processo de transição adquirida pelos diferentes atores sociais.

A análise aqui desenvolvida acentua a emergência da mobilização popular para explicar os rumos da transição. Idealizada pela cúpula governamental, esta jamais foi um processo linear e contínuo. Influenciado por fatores econômicos e políticos, o projeto de abertura mudaria suas feições a partir da entrada de novos atores que influiriam no curso das ações, modificando o processo da transição política. As lutas empreendidas pelos vários movimentos sociais e pelo movimento sindical alteraram os rumos da transição. A democratização do país tornou-se uma “bandeira” defendida abertamente pelos setores progressistas da sociedade. A participação dos movimentos sociais, do movimento sindical, do movimento estudantil, das associações de bairro e de diversos setores organizados foi fundamental para que a luta pela democracia se caracterizasse como um processo que rompia com o pacto das elites. A “transição pelo alto” foi transformada pela emergência destes movimentos que começavam a participar do espaço político buscando seu reconhecimento público. Para Ferraz (1998:81),

“o que se coloca como novidade na democratização brasileira é exatamente a capacidade articulatória destes movimentos, a criação de arenas públicas não governamentais em que o exercício do debate, da tematização dos problemas, da capacidade de reconhecimento e interlocução com o outro, são elementos fundamentais ao próprio exercício da participação democrática.”

Ao analisar a ampliação do processo de democratização, Bobbio (1986) depara-se com o confronto entre oligarquia e democracia, entre o poder descendente (que desce do alto para baixo) e o poder ascendente (que vai de baixo para cima). A expansão democrática se dá, para este autor, com a extensão do poder ascendente do campo da sociedade política para o campo da sociedade civil, quando ocorre a expansão do poder ascendente da esfera do político (onde o indivíduo é considerado em seu papel de cidadão) para a esfera do social (onde o indivíduo é considerado na variedade de seus

papéis específicos: de pai, de filho, de cônjuge, de trabalhador, de consumidor, de produtor, etc.). Segundo Bobbio (1986:55):

“podemos dizer que o que acontece hoje quanto ao desenvolvimento da democracia não pode ser interpretado como a afirmação de um novo tipo de democracia, mas deve ser entendido como a ocupação, pelas formas ainda tradicionais de democracia, como é a democracia representativa, de novos espaços, isto é, de espaços até agora dominados por organizações de tipo hierárquico ou burocrático.”

Bobbio reconhece a ampliação dos espaços democráticos, porém mostra os seus limites quando se refere aos dois grandes blocos de poder descendente e hierárquico das sociedades complexas: a grande empresa e a administração pública, que *“não foram, até agora, tocados pelo processo de democratização. E enquanto estes dois blocos resistirem à agressão das forças que pressionam a partir de baixo, a transformação democrática da sociedade não pode se dar por completa”* (Bobbio, 1986:57). Esta limitação da ampliação democrática não o impede, entretanto, de observar que, *“em alguns destes espaços não políticos (no sentido tradicional da palavra), por exemplo na fábrica, deu-se algumas vezes a proclamação de certos direitos de liberdade no âmbito do específico sistema de poder”* (Bobbio, 1986:28). Ou seja, a construção da democracia nos espaços oligárquicos e burocráticos é viável, embora bem mais difícil de ser alcançada.

A democratização destes blocos de poder descendentes e hierárquicos é obstaculizada pela tecnocracia e burocracia aí existentes, coligados aos imperativos do mundo capitalista que visa a produção do lucro como objetivo básico para sua sobrevivência. Bobbio ressalta estes obstáculos ao projeto democrático, e condiciona a existência da democracia nestas esferas de poder descendente à expansão do poder ascendente. A questão de fundo a ser problematizada é: a expansão do poder ascendente pode ser constatada na sociedade brasileira, bem como em suas instituições?

Esta questão conduz o debate à discussão sobre o significado dado à democracia. Neste estudo a democracia é entendida através da junção de dois momentos: como uma forma de governo e como um projeto de sociedade constantemente remodelado, a partir da complexa trama que envolve as relações de poder. É justamente

a expansão da divisão do poder que constitui a problemática central da ciência política e se entrelaça com a discussão sobre a democracia. A relação da política com as lutas pelos direitos do homem foi aprofundada por Lefort (1987) e consubstancia a trajetória da invenção democrática nas sociedades modernas. Para o autor, a luta pelos direitos gera uma nova relação com a política, sendo estes direitos um dos **princípios geradores da democracia**.

“Tais princípios não existem à maneira de instituições positivas das quais podemos, de fato, inventariar os elementos, mesmo que seja certo que animam instituições. Sua eficácia provém da adesão que lhes é dada e esta adesão está ligada a uma maneira de ser em sociedade cuja medida não é fornecida pela simples conservação das vantagens adquiridas” (Lefort, 1987:57)

Com isto procura-se interpretar a problemática exposta (sobre a expansão do poder ascendente) restringindo-a não ao debate conceitual sobre democracia, mas buscando sustentação na formulação lefortiana, sobre a nova relação formada entre política e direitos do homem, característica das sociedades modernas. Lefort observa que as lutas inspiradas pela noção de direitos: 1) não se dissociam da consciência dos direitos (e esta mantém uma relação ambígua com a institucionalização dos mesmos); 2) nem sempre tendem a fundir-se (independente de suas afinidades, não se ordenam sob a imagem de um agente da história).

Esta nova relação entre política e direitos pode ser vista sob um outro olhar, que supera a visão de uma sociedade democrática baseada simplesmente no estabelecimento de “regras do jogo democrático”. Ou seja, é preciso recriar a política, pois, como prefaciou Marilena Chauí, a democracia é “*reinvenção contínua da política*” (Lefort, 1987:7).

Partindo-se desta nova relação entre política e direitos (através da qual os direitos constituem-se em um dos princípios geradores da democracia), a expansão do poder ascendente nas sociedades modernas será problematizada nesse estudo com a análise de alguns elementos para se pensar a questão da democracia relacionando-a à

participação movimentalista evidenciada com o surgimento do “novo” sindicalismo após o golpe de 64. Percebe-se que as lutas surgidas ao longo da década de 70 e 80 apresentam uma forte ligação com a questão dos direitos do homem, estabelecendo uma nova relação com a política instituída até então, uma vez que as reivindicações giram em torno do reconhecimento, inclusão e participação de novos atores sociais no cenário político.

Alguns estudos realizados no Brasil ilustram que, embora de forma embrionária, algumas resistências ao poder ascendente estão sendo minadas, o que pode indicar a abertura de algumas brechas em direção a ampliação de espaços democráticos na sociedade brasileira, cuja história, marcada pela presença de governos autoritários, clientelismos e mandonismos locais, começa a ser modificada através da emergência dos diversos movimentos sociais a partir da década de 70.

Nestes estudos, a ampliação democrática é vista pelos autores que privilegiam o espaço da sociedade civil como um novo “*locus*” para a ampliação da política. A importância que assume a sociedade civil organizada como espaço das lutas políticas para a construção da cidadania é fundamental para a formação de espaços públicos plurais e abertos à discussão dos conflitos. Assim, o espaço político abrange um campo que extrapola os limites do institucional, sendo construído a partir da transformação das relações de poder dispersas pela sociedade (e não centradas unicamente no Estado).

Para Dagnino (1996), da emergência dos movimentos sociais no Brasil a partir da década de 70 surge uma nova concepção de democracia baseada na redefinição da cidadania (através da formação de uma cultura democrática), na redefinição da noção de direitos e na transformação da política institucional. Para a autora, esta concepção de democracia transcende os limites do institucional, distinguindo-se por ter como referência básica não apenas a democratização do regime político, mas da sociedade como um todo. Nesta visão, a ampliação dos espaços políticos gera um campo de oposição aos valores e práticas dominantes, construindo-se uma concepção ampliada da política que transcende o campo formal. Esta concepção estaria ancorada na construção de um projeto de mudança, um projeto que se faz hegemônico e que expressa uma

alternativa política diferente da alternativa das elites, emergindo daí a ampliação do campo democrático.

Paoli e Telles (1996), ao referirem-se ao legado das lutas sociais nos anos 80, enfocam a regulamentação democrática construída a partir da emergência de uma sociedade civil que surge como ator fundamental da democratização social. As autoras reconhecem o peso da tradição brasileira, autoritária e excludente, mas, por outro lado, vêem na construção de uma “trama representativa”, criada por diferentes segmentos da sociedade civil, a formação de novos espaços por onde circulam as demandas sociais. Isto possibilita o surgimento de uma nova regulação democrática das relações sociais, elucidada com o exemplo de algumas administrações municipais no país que implantaram a gestão democrática como forma administrativa, onde se verifica que nos vários fóruns de negociação:

“técnicos de governo, associações de moradores, entidades civis, representantes do Poder Legislativo, sindicatos e entidades empresariais negociam alternativas para regulamentação fundiária, para urbanização de favelas e construção de moradias populares, gestão e uso de fundos públicos municipais para desenvolvimento urbano e programas sociais, propostas para a defesa ou recuperação do meio ambiente, apoio à chamada economia popular, possibilidades de desenvolvimento local e geração de renda, além de problemas sociais muito específicos, questões pontuais ou mesmo episódicas”. (Paoli e Telles, 1996:8).

Através destas experiências constituem-se novas formas de representação permitindo “um novo tipo de regulação social capaz de garantir e criar novos direitos” (Paoli e Telles, 1986:9). Estas experiências municipais são fragmentárias, é verdade, mas indicam a possibilidade de serem construídas em espaços de poder “descendente e burocrático”, modificando sua lógica. A democratização destes espaços se caracteriza por ações nascidas nas bases dos diferentes movimentos sociais, surgindo “novos” atores e “novos” canais de expressão para as demandas da comunidade organizada. Quem seriam estes “novos” atores? Seriam eles tão novos assim? A novidade que surgia com a abertura política nos anos 70 é aqui interpretada como uma incorporação de atores até então excluídos do jogo político (ou incluídos via cooptação), mas desde sempre

incluídos no processo produtivo gerador das riquezas que beneficiavam uma minoria da população. O que se processa é uma maior visibilidade política conquistada por estes atores.

Dito de outra forma, parte-se do pressuposto que os novos atores sociais constituíam-se de homens e mulheres, trabalhadores, negros, estudantes, donas-de-casa, colonos sem-terra e outros, enfim, pessoas ligadas a diversos movimentos sociais, associações e sindicatos que se articularam na construção do que Lefort denominou de “princípios geradores da democracia”. Entende-se que a organização destes diferentes atores se deu através da compreensão e conscientização sobre seus direitos e a necessidade de lutar por eles.

Antes de entrar na discussão sobre a composição destes novos atores, cabe aqui um parêntese para destacar a interpretação desenvolvida sobre a relação/articulação destes atores com a fundamentação lefortiana aqui utilizada. A visão de democracia utilizada por Lefort abarca a dimensão objetiva e simbólica das lutas pelos direitos. Assim, a articulação dos bancários com as lutas do período analisado pode ser explicada através desta dupla dimensão. As conquistas do período basearam-se na consciência de novos direitos (dimensão simbólica) e na sua institucionalização (dimensão objetiva). Sem a dimensão simbólica, não é possível entender o sentido das reivindicações cuja finalidade é a inscrição de novos direitos.

A “nova relação entre política e direitos” não está determinada previamente, existindo um descolamento entre intenção e fins, entre discurso e prática. Este descolamento é característico de um novo olhar sobre a democracia, um olhar que ultrapassa os marcos institucionais e busca outros elementos (de caráter simbólico) para se pensar a “expansão do poder ascendente”, o surgimento de novos atores e a ampliação democrática.

Concluído o parêntese, busca-se agora fundamentar a discussão sobre a composição de novos atores sociais no cenário político dos anos 70. Estes homens e mulheres que entraram em cena e compuseram grupos diversos, com diferentes reivindicações, quem eram? Trabalhadores, intelectuais, donas-de-casa, estudantes, sem-terra...Comporiam eles uma classe? A definição de classe aqui adotada não se restringe a

inserção dos atores no processo produtivo, mas baseia-se em uma outra vertente de análise⁵, a partir dos estudos historiográficos na década de 60, que elaboram uma ruptura com o modo tradicional de se pensar as classes sociais. O conceito de classe como categoria ou estrutura é substituído pela noção thompsoniana de classe como “fenômeno histórico”, não mais centrada unicamente nas relações de produção, mas constituída historicamente através de relações econômicas, políticas e ideológicas elaboradas por um determinado grupo social.

Thompson (1987) chama a atenção para o reducionismo econômico que envolveu o conceito de classe na produção acadêmica até então. Ao propor o uso de uma noção (em vez de conceito) de classe social, o autor procura alargar os horizontes analíticos, preocupando-se com o cotidiano do trabalhador, com a ação humana, com sua dimensão social, política e cultural. Aí surge a importância da noção de experiência, pois sua concepção de classe como fenômeno histórico supõe a ação e conscientização dos sujeitos. Isto quebra com o modelo estático do estruturalismo, baseado na dicotomia base-superestrutura, dando margem a uma análise processual da realidade social.

Portanto, a noção de classe como “fenômeno histórico” parece dar conta do caráter multifacetado característico dos atores sociais em questão. A incorporação desta noção na historiografia brasileira levou a uma ruptura com a produção acadêmica anterior sobre a classe operária⁶. Os estudos recentes afastaram-se da perspectiva de classe expressa pela sua negatividade, ou seja, pela ausência de uma identidade social e política coletiva, mostrando a emergência de um novo ator social. A explosão dos movimentos grevistas a partir de 1978 incentivou o desenvolvimento de uma nova perspectiva analítica sobre o mundo do trabalho, centrada nas pequenas lutas no interior das empresas, nas condições de trabalho, no impacto das tecnologias sobre o emprego, para citar alguns exemplos. Esta nova perspectiva pode ser observada em alguns estudos sobre o “novo” sindicalismo, elaborados nos anos 80.

O estudo de Maroni (1982), analisando a greve dos metalúrgicos paulistas de 1978, chama a atenção para os conflitos internos à fábrica que emergiram a partir da

⁵Ver Dutra e Grossi (1987) e Viotti da Costa (1990).

⁶Ver Paoli, 1984 e 1986.

organização capitalista do processo de trabalho, questionando o “poder disciplinar” e o controle sobre a produção fabril. Para a autora, a iniciativa operária surgiu a partir das paralisações fabris, do confronto com o poder disciplinar do capital, da organização das comissões de fábrica, enfim, a partir de diversas formas de resistência que emergiram no interior da fábrica, contando com a participação de militantes ligados às oposições sindicais, às pastorais operárias ou às direções sindicais.

Abramo (1986) estabelece uma relação estreita entre o cotidiano operário e as transformações ocorridas no Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo. A partir das experiências vividas por estes trabalhadores na greve de 1978, a autora fala de uma “prática invisível” de resistência que foi captada pela direção sindical. Esta prática constituiu-se de um sentimento de dignidade violentada⁷ expresso pelas precárias condições de trabalho, pelo arrocho salarial e pelo autoritarismo existente dentro e fora das fábricas. O Sindicato, ao afastar-se da ação controladora do Estado, aproximou-se do cotidiano fabril, valorizando a resistência surgida na fábrica e transformando-se em instrumento de luta dos trabalhadores. A análise da autora direciona-se para o discurso das lideranças sindicais e dos trabalhadores metalúrgicos, salientando a importância de se enfatizar as condições e as relações de trabalho, o poder das chefias e as formas de controle impostas sobre os trabalhadores, a pressão e o medo no cotidiano do trabalho. Estes elementos são importantes para se pensar as relações no mundo do trabalho a partir da década de 70. A idéia da democratização do país ganhava novo ímpeto, destacando-se entre as diversas reivindicações do movimento sindical surgido no ABC paulista.

Antunes (1992), por sua vez, aponta a superexploração do trabalho como elemento fundante para explicar as greves dos metalúrgicos, superexploração baseada no crescente arrocho salarial imposto pelo governo militar. O autor salienta as dimensões políticas presentes nestes conflitos, quando se dá o questionamento à política econômica do governo e quando se dá o reaparecimento da classe operária após os anos de opressão à ditadura militar. Porém, divergindo dos autores acima, Antunes insiste na determinação de fatores econômicos (arrocho salarial e superexploração do trabalho)

para explicar o movimento dos metalúrgicos, enquanto Maroni e Abramo debruçam-se também sobre os fatores subjetivos vividos por estes trabalhadores.

Este estudo busca entrelaçar estes elementos para resgatar a trajetória do sindicalismo bancário em Porto Alegre. Entende-se que a crise econômica que atingiu os trabalhadores neste período não foi o elemento determinante para explicar o surgimento das greves. Foi um elemento significativo, sem dúvida, mas deve ser aliado a outros elementos para dar conta dos aspectos explicativos das lutas do período.

1. 2 Impactos do “novo” sindicalismo

A análise sobre a participação da classe trabalhadora no processo de construção da democracia a partir da década de 70 é fundamental para se pensar a expansão democrática. Cabe, então, considerar a ação do “novo” sindicalismo. Nascido de reivindicações econômicas articuladas em torno do direito de negociação salarial, rapidamente o movimento ampliou-se para outras esferas e os trabalhadores brasileiros começavam a reivindicar direitos políticos e sociais que lhes eram negados. Com a liberalização política do governo Figueiredo, o “novo” sindicalismo integrou-se a outros segmentos da sociedade civil na luta pela democracia. As principais reivindicações do “novo” sindicalismo centravam-se em torno de questões não consensuais entre o movimento sindical, como a transformação da estrutura sindical, o direito de greve, o contrato coletivo de trabalho e a instituição de formas de representação e negociação dos trabalhadores nos locais de trabalho (como as comissões de fábrica ou de empresa, os delegados sindicais e as CIPAs - Comissões Internas de Prevenção de Acidentes). Estas últimas, embora instituídas pela CLT (Consolidação das Leis do Trabalho) passaram a ser utilizadas como um fórum de manifestações variadas dentro das fábricas e das empresas. Com estas instâncias o movimento sindical buscava a democratização das relações de trabalho.

Estas formas de representação dos trabalhadores não foram estabelecidas de forma integral e homogênea pelo movimento sindical. A própria diversidade do

⁷ A questão da dignidade está presente desde os trabalhos de Thompson (1987) e Perrot (1988).

movimento, juntamente com a diversidade dos segmentos de trabalhadores de acordo com o ramo de produção e características específicas que envolviam os trabalhadores brasileiros, geraram diferentes formas de representação no mundo do trabalho. Ainda assim, deve-se considerar que, respeitadas estas diferenças, a ampliação do poder dos trabalhadores em seus locais de trabalho ganhava maior intensidade com as lutas travadas pelos trabalhadores a partir do final dos anos 70. Estas lutas pressionaram o poder instituído e aceleraram o processo de liberalização política, tornando o movimento sindical um ator fundamental para a democratização do país.

As práticas assistencialistas que caracterizaram o movimento sindical nos primeiros anos da ditadura militar foram gradualmente sendo transformadas por um movimento que surgia a partir da insatisfação dos trabalhadores com relação à política econômica do governo.

No Rio Grande do Sul, este movimento consistiu, em sua maioria, de pequenas greves por empresa, centradas em reivindicações por melhores salários e por melhores condições de trabalho. O levantamento de Petersen (1984) indica a existência de duas greves em 1968, abarcando os trabalhadores da construção civil e os metalúrgicos. As greves dos calçadistas em 1965 e a dos bancários em 1966 foram greves permitidas pela legislação. Elas ocorreram em função do atraso de salários para os calçadistas e da recusa dos banqueiros em incorporarem o aumento decidido pelo Tribunal Superior do Trabalho para os bancários. Neste período, os trabalhadores começavam a sinalizar ao governo e ao empresariado que não estavam dispostos a esperar infinitamente por uma solução para a crise social do país. No texto abaixo, vários sindicatos e federações do estado demonstravam que, apesar da cooperação com o regime militar, os trabalhadores esperavam por uma resposta do governo.

“No horizonte social do país, já começaram a surgir alguns raios de Sol da Esperança proletária[...] Aqui não há agitação nem arruaças. Aqui a autoridade não foi afrontada e a Ordem também não foi perturbada[...] Nossa colaboração -repisamos- foi dada. Agora é a vez do Governo. E do Empresariado[...] É o simples alerta que fazemos neste 1º de maio”⁸.

⁸ Conforme CORREIO do Povo, 01.05.1968.

A resposta, entretanto, veio com o acirramento da repressão e com uma política econômica de contenção salarial. O pacto empresariado-governo excluiu os trabalhadores da divisão das riquezas. O “milagre econômico” prometido pelos generais beneficiou somente as elites empresariais. A década de 70 iniciava-se com um forte arrocho salarial sobre os trabalhadores.

Em 1977, a imprensa divulgou a manipulação do governo com relação aos índices inflacionários no ano de 1973, o que levou alguns sindicatos a intensificarem as campanhas de reposição salarial através de uma retomada das mobilizações de base.

Adquirindo uma visibilidade pública, a greve de 1978 entre os metalúrgicos paulistas foi o primeiro enfrentamento à política governamental desde as greves de Contagem e Osasco, em 1968. Confrontando-se com a legislação que proibia as greves, este movimento alcançou relevância nacional, unificando duas tendências que eclodiam no movimento sindical: as oposições metalúrgicas e o movimento dos “autênticos” no ABC paulista. Juntamente com essa greve, vários conflitos fabris emergiam em diferentes pontos do país.

A partir de 1979 o surto grevista no Rio Grande do Sul alastrava-se para diferentes categorias, como professores municipais e funcionários públicos municipais, profissionais da saúde, funcionários federais, trabalhadores em transporte coletivo, professores públicos estaduais, vigilantes e portuários. As greves emergiam em diferentes lugares e em diferentes categorias.

O “novo” sindicalismo rompeu com o silêncio imposto pela ditadura militar, defrontando-se com o patronato e com o governo militar, alcançando uma visibilidade pública no final dos anos 70. Após os anos do “milagre econômico”, quando o país alcançou elevadas taxas de crescimento, os trabalhadores começavam a cobrar a contrapartida destes ganhos. A política recessiva do governo, a forte concentração de renda existente no país, as precárias condições de trabalho e o rígido controle sobre os sindicatos impulsionaram a organização sindical. O movimento sindical que nasceu do ABC paulista fissurou o controle do governo sobre a política salarial, quando as greves deflagradas a partir de 1978 questionavam a desigualdade social existente no país. Além disso, as greves do período implicaram num jogo de forças com o governo, uma vez que

este proibia qualquer atividade grevista. Com isto, estas práticas começaram a chamar a atenção da opinião pública e através dos setores progressistas iniciou-se um movimento que extrapolou o mundo do trabalho, envolvendo diferentes segmentos da sociedade civil na luta pelo retorno à democracia no país.

A onda grevista⁹ surgida no final da década de 70 evidenciou a inserção de diversas categorias de trabalhadores nas lutas contra à política ditatorial do governo Figueiredo. Mas o governo decidiu frear o processo: as greves de 1979 e 1980 foram duramente reprimidas. Vários sindicatos sofreram intervenção e tiveram as suas lideranças cassadas. A política econômica recessiva do governo e a repressão sobre os trabalhadores explicam o refluxo do movimento grevista durante os primeiros anos da década de 80. As lideranças sindicais voltaram-se então para sua organização interna.

Segundo Keck (1988:398), *“em 1979, a questão da cidadania e da participação dos trabalhadores estava na agenda do debate sobre a democracia, não mais abstratamente, mas explicitamente”*. As greves foram o instrumento utilizado para publicizar os conflitos do mundo do trabalho, alastrando-se rapidamente por todo o país. Serviram para ampliar a consciência dos trabalhadores sobre sua importância no processo político e econômico. A contribuição do movimento sindical combativo foi de romper com o papel estritamente assistencialista que predominava no sindicalismo brasileiro, afastando-se da passividade existente na maioria dos sindicatos e, com isso, aproximando os trabalhadores de seus representantes sindicais. As mudanças impressas pelos novos sindicalistas buscavam revitalizar o mundo sindical e, conseqüentemente o mundo do trabalho e o espaço político em que estes atores estavam inseridos. A dimensão dos impactos destas mudanças pode ser observada através do confronto que se abriu naquela conjuntura: primeiro, com o questionamento e posterior obtenção do direito de greve; em seguida, com a ampliação das reivindicações sobre a representação dos trabalhadores nas fábricas, tornou-se freqüente a formação de comissões de fábricas que buscavam seu reconhecimento; e, finalmente, com a forte interferência dos sindicatos nos conflitos cotidianos do trabalho, o que redimensionava as questões

⁹Segundo Noronha (1991:95), em 1978 foram deflagradas 118 greves, e dez anos depois elas somavam 2188.

individuais para o conjunto dos trabalhadores. Estes pontos embasaram as discussões entre trabalhadores, o empresariado e o regime militar no final dos anos 70. De forma crescente, os conflitos se agudizaram e imprimiram mudanças fundamentais nos rumos do processo de abertura política. As lutas dos trabalhadores foram o estopim para que a abertura controlada “pelo alto” passasse a ter a participação dos “de baixo”. Com estas lutas, os trabalhadores viram a necessidade de ampliarem seus espaços de participação, iniciando-se as discussões sobre a formação de um partido político que representasse os interesses da classe trabalhadora e de uma central sindical autônoma. A década de 80 reflete a importância da organização dos trabalhadores em defesa da democracia, quando estes tornam-se o centro das grandes discussões nacionais, como na campanha das “Diretas já”, como nas calorosas discussões para a elaboração da nova constituição, como na polarização das posições políticas durante a primeira eleição direta em 1989.

O início dos anos 80 caracterizou-se pelo aprofundamento da organização sindical, através das contínuas reuniões e encontros chamados por diferentes setores do movimento sindical e popular. Assim, o Encontro em João Monlevade (MG), em fevereiro de 1980, reuniu líderes de pastorais operárias, de movimentos populares, das oposições sindicais e diretores de sindicatos oficiais, estabelecendo alguns princípios da luta pela democratização da estrutura sindical¹⁰. Em julho do mesmo ano, o Encontro de São Bernardo (SP) enfatizou a necessidade de articulação das lutas dos trabalhadores rurais e urbanos, surgindo a proposta de criação de um partido político ligado às classes populares e de uma central única dos trabalhadores. Ainda em setembro de 1980, no Rio de Janeiro, foi realizado o ENTOES (Encontro Nacional dos Trabalhadores em Oposição à Estrutura Sindical), que concretizou a aproximação dos ativistas das oposições sindicais com os sindicalistas “autênticos”¹¹.

¹⁰Conforme Rodrigues (1991a:18), “entre os presentes estavam: Luiz Inácio Lula da Silva, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema, **Olívio Dutra**, presidente do Sindicato dos Bancários de Porto Alegre, João Paulo Pires de Vasconcelos, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de João Monlevade, e frei Beto, representante da Pastoral Operária da Diocese de São Bernardo”. [grifos meus].

¹¹Segundo Rodrigues (1991a :25), a coordenação nacional do ENTOES foi composta por: João Paulo Pires de Vasconcelos, diretor do Sindicato dos Metalúrgicos de João Monlevade; Antonio Luciano Fuser, presidente do Sindicato dos Radialistas do Rio de Janeiro; Luiz Inácio Lula da Silva, presidente cassado

Em agosto de 1981, em Praia Grande (SP), realizou-se a CONCLAT (Conferência Nacional da Classe Trabalhadora), que reuniu, apesar das divergências, todas as forças militantes do sindicalismo brasileiro. Neste encontro deu-se a cisão entre a ala mais à esquerda (que reuniu os “autênticos” e as oposições sindicais) e os sindicalistas da Unidade Sindical (formada por correntes do PCB, PC do B e do MR-8). O bloco mais à esquerda convocou o I Congresso Nacional da Classe Trabalhadora (CONCLAT), realizado em 1983, resultando na criação da CUT, que unificou os sindicalistas “combativos”, militantes das oposições sindicais, da esquerda católica e dos grupos de organização marxista, leninista ou trotskista. O bloco contrário, de perfil mais moderado e conciliador, realizou o seu Congresso no mesmo ano, também denominado CONCLAT, reunindo os dois partidos comunistas, o MR-8, os sindicalistas ligados ao PMDB e os dirigentes próximos ao sindicalismo norte-americano, liderados por Magri, presidente do Sindicato dos Eletricitários de São Paulo. Este bloco criou a CONCLAT (Confederação Nacional da Classe Trabalhadora) que, em 1986, formaria a CGT (Central Geral dos Trabalhadores).

Essa mobilização redundou em dois grandes momentos que caracterizaram a importância da organização sindical e popular no período da transição democrática: a campanha das “Diretas Já” e o processo constituinte.

Na campanha das “Diretas”, em 1984, diferentes forças sociais e políticas reivindicaram eleições diretas para a presidência da república, buscando a restauração da democracia. A votação da emenda das “Diretas”, no entanto, foi derrotada no Congresso Nacional. A eleição para a escolha do próximo presidente seria indireta. A formação da Aliança Democrática resultou na vitória de Tancredo Neves à presidência, em 1985.

O segundo momento que marcou a importância da pressão popular sobre a institucionalidade vigente foi a abertura do processo constituinte, em 1988. A CUT participou ativamente deste processo, quando os sindicatos empenharam-se na

do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema; **Olívio Dutra**, presidente cassado do Sindicato dos Bancários de Porto Alegre; Raimundo Ananias, presidente do Sindicato dos Securitários de Pernambuco, e Geraldo Pestana, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santarém. [grifos meus].

elaboração de emendas favoráveis aos direitos dos trabalhadores junto a Assembléia Constituinte. As divisões dentro do movimento sindical impossibilitaram o rompimento com um dos pontos mais polêmicos da Constituição: a manutenção da estrutura sindical implantada desde o Estado Novo. Entretanto, apesar de prevalecer no texto constitucional o monopólio da representação sindical, o direito à tributação e à unicidade sindical, os trabalhadores conquistaram o fim das intervenções nos sindicatos, o direito de greve e a autonomia relativa¹² da organização sindical, além de um conjunto expressivo de direitos que foram ampliados nesta Constituição.

Avaliando-se a conjuntura dos anos 70 e 80, percebe-se que o “novo” sindicalismo apresentava-se como a novidade do cenário político brasileiro. A literatura acadêmica apontou diferentes interpretações para a caracterização deste novo ator político.

Para Moisés (1982:178), o “novo” sindicalismo caracterizou-se pela presença de novos protagonistas oriundos do setor de ponta do capitalismo brasileiro, por apresentar reivindicações que introduziram um critério de “igualitarismo” no movimento sindical brasileiro e pela introdução de demandas de caráter social e político como a estabilidade no emprego, direito de greve, autonomia sindical e o delegado sindical na empresa.

Para Mangabeira (1993:14-15), as características que marcaram o “novo” sindicalismo foram a **combatividade** (expressa na recorrência às greves, nas formas de lutas escolhidas, no uso político dos canais legais existentes e na introdução de temas que contestavam a organização da produção); a **representatividade** (expressa na admissão de novos protagonistas como líderes, na representação por local de trabalho, na expansão das bases de participação por meio de campanhas de sindicalização, na

¹² Utiliza-se o conceito “autonomia relativa” entendendo-se que a autonomia em um grupo social nunca é total (a ação humana é mais ou menos autônoma). Com relação à estrutura sindical, o conceito é também utilizado por Rodrigues (1990). A discussão sobre a autonomia sindical supera a questão da manutenção dos dispositivos corporativistas presentes no texto constitucional (mesmo permanecendo a unicidade sindical, o monopólio de representação e o direito de tributação, a autonomia é considerada relativa porque foi conquistada no cotidiano do mundo sindical, restando, de fato, os limites constitucionais impostos pelo Estado). Portanto, a autonomia sindical não foi conquistada com relação ao Estado, mas pode ser considerada relativa se pensada com relação às lutas construídas pelos trabalhadores a partir da década de 70. Este ponto é melhor aprofundado na discussão sobre sindicalismo e democracia, a seguir.

existência de eleições sindicais sistemáticas) e **expansão da cidadania operária** (na medida em que representava uma arena de lutas em defesa dos direitos sociais e políticos).

Santana (1995) destaca que estas novidades acima apontadas não seriam tão novas assim, pois outros trabalhos¹³ indicavam que combatividade, trabalho de base, comissões de fábrica, delegados sindicais, campanhas de sindicalização e ondas grevistas marcaram também o “velho” sindicalismo e as práticas comunistas no pré-64. Aliás, a ambigüidade entre assistencialismo e combatividade nos sindicatos brasileiros parece ser uma característica tanto no “velho” quanto do “novo” sindicalismo. Esse último surgia como novo considerando-se principalmente sua atuação com relação ao sindicalismo assistencialista da ditadura, dirigido por interventores nomeados pelo governo.

O que pode ser considerado como novo na ação sindical do pós-74 é a dimensão democratizante incorporada pelos atores do “novo” sindicalismo. É este o fio condutor aqui desenvolvido. É esta dimensão democratizante que se procura analisar através deste estudo de caso sobre o sindicalismo bancário de Porto Alegre durante a transição.

Outra dimensão direciona-se à construção da democracia sindical. Ambas dimensões (democracia interna e externa) apontam, conjuntamente, para a democratização da sociedade como um todo.

A questão da democracia sindical envolve uma discussão bastante polemizada pela bibliografia, ou seja, é possível democratizar uma organização burocrática?

Michels (1976), analisando a burocratização das organizações sindicais observa que em toda organização (partido político, sindicato ou qualquer outra associação dessa espécie) a tendência aristocrática manifesta-se claramente. Com a expansão das organizações surge uma minoria de dirigentes e uma maioria de dirigidos. O poder das lideranças acompanha o desenvolvimento da organização, ocorrendo um menor grau de democracia aplicada. Para Michels (1976:103), “*o controle democrático é*

submetido assim a uma progressiva atrofia e reduzido, finalmente, a um mínimo infinitesimal”.

Esta posição é questionada por outros autores. Morais (1995) resgata algumas interpretações que distanciam-se desta inevitável tendência à oligarquia nas organizações sindicais. Ele refere-se ao “modelo eleitoral” para diagnosticar o “grau” de democracia. Este modelo é composto de quatro indicadores formais: 1) existência de eleições contestadas; 2) renovação de lideranças; 3) eleições com resultados apertados; 4) existência de oposições permanentes e organizadas. Morais critica o modelo por centrar-se exclusivamente no processo eleitoral, ignorando a disputa política cotidiana nos sindicatos e, com isto, perdendo de vista aspectos da democracia sindical que não podem ser detectados por estes indicadores formais.

“O enfoque exclusivo sobre eleições não nos permite entender os processos por meio dos quais a política realmente acontece dentro dos sindicatos. De fato, se os dados revelam a persistência de resultados eleitorais apertados, eles não dizem nada acerca de como um dado grupo lida com as demais correntes” (Morais, 1995:558, grifos do autor)

Não é somente a existência de mecanismos eleitorais que garante a democratização de uma instituição. É preciso resgatar também a participação das bases e, para isso, o autor utiliza-se das noções de representatividade e de responsabilidade política para explicar a democracia sindical. Segundo ele:

*“Evidência recente sugere que a democracia sindical está ligada à noção de **representatividade**, isto é, compromisso com as demandas vindas das bases, e a idéia de **responsabilidade política**, significando o processo de consultar as bases e submeter a elas, por sanção ou rejeição, as decisões tomadas ou propostas pelos líderes”.* (Morais, 1995:559-560, grifos meus).

Assim, a responsabilidade política (prestação de contas entre líderes e liderados) e a representatividade (comprometimento da liderança com os liderados) são

¹³ Ver também: Maranhão (1979), Santana (1997) e Oliveira (1998).

analisadas através de quatro indicadores: 1) a manutenção do assistencialismo por parte de líderes sindicais combativos expressa o atendimento aos interesses dos filiados; 2) as comissões de trabalhadores, onde foram estabelecidas, tem sido usadas como canais de ligação entre os sindicatos e os trabalhadores; 3) existência de uma agenda mais ampla de reivindicações por parte do “novo” sindicalismo (como questões relacionadas à saúde do trabalhador, condições de trabalho, e outros.); 4) propostas de negociações diretas entre trabalhadores e empregadores. Com isto, o autor conclui que *“existe espaço para a democracia dentro dos sindicatos e que tal fenômeno não é determinado a priori”* (Morais, 1994:78).

Mangabeira (1993) em seu estudo de caso sobre os operários da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) e o Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda baseia-se nos quatro indicadores do “modelo eleitoral formal”, acrescentando mais dois indicadores: natureza da estrutura interna da organização sindical e extensão em que a liderança sindical leva adiante os problemas evidenciados pela política de produção, ou seja, o modo como são conduzidas as reivindicações surgidas no local de trabalho. A autora também salienta as limitações do modelo eleitoral. O estudo revelou que o grupo da “Oposição Sindical” teve problemas na efetivação de um modelo totalmente democrático de gestão. Dos seis indicadores acima, o Sindicato foi avaliado positivamente em relação a três (existência de eleições contestadas, mudança da estrutura interna do Sindicato em direção a formas mais democráticas de organização e a participação da categoria, e, finalmente, a introdução dos problemas do chão-de-fábrica na agenda de demandas do Sindicato). A avaliação negativa coube aos três itens restantes (resultados eleitorais apertados, existência de oposições permanentes e organizadas e renovação da liderança).

Estes estudos apontam para a viabilidade da ampliação democrática nos sindicatos, onde tradicionalmente prevalece o poder burocrático. Embora limitado, este processo não pode ser desconsiderado uma vez que o mesmo está calcado em experiências que se refletem em diferentes regiões do país. Isto parece indicar que o poder ascendente começou a ocupar novos espaços, traduzindo a viabilidade da democratização em organizações tradicionalmente burocratizadas como os sindicatos

(segundo Bobbio) ou ainda, que as práticas não-democráticas ou semi-democráticas começam a ser questionadas pela emergência de uma cultura democrática (segundo Avritzer).

A discussão sobre a democracia sindical ganha espaço em função das considerações acima. A política interna dos sindicatos engajados às práticas do “novo” sindicalismo deve ser analisada no sentido de apontar se as mudanças ocorridas no contexto político foram acompanhadas de práticas democráticas dentro dos sindicatos. Os estudos de Mangabeira e Moraes fornecem elementos que, em seu conjunto, são importantes para se pensar a democracia sindical em seu aspecto institucional e substantivo. O uso do “modelo eleitoral”, restrito à competição intra-elites, será aqui utilizado conjuntamente com os aspectos substantivos indicadores de uma ampliação democrática no período pesquisado. Estes aspectos substantivos serão analisados através das evidências sobre a articulação entre experiência-consciência de classe, articulação esta construída pela “consciência do direito a ter direitos” e pela vivência e percepção de exploração, submissão e injustiça nos locais de trabalho. Estes aspectos se expressam em demandas objetivas, como o direito de greve, liberdade de expressão, liberdade e autonomia sindicais, enfim, aspectos que desembocam na luta pela democratização do país.

A análise sobre o movimento dos bancários porto-alegrenses aqui desenvolvida procura resgatar as questões acima mencionadas. Pretende-se demonstrar que este movimento foi fundamental para se pensar a questão da ampliação democrática em um contexto regional. A participação destes trabalhadores neste processo será analisada tendo-se como referência a prática sindical no contexto político e no contexto das relações de trabalho e da política sindical.

1. 3 Sindicalismo e democracia

As análises sobre a trajetória do movimento sindical apresentam diferentes argumentos sobre este movimento. As principais explicações trazem importantes elementos de análise para se pensar a transformação ocorrida em boa parte

dos sindicatos brasileiros a partir da década de 70¹⁴. A discussão aqui proposta abarca a relação movimento sindical *versus* democracia.

Para Almeida (1992), as bandeiras defendidas pelo “novo” sindicalismo permanecem como intenções não contempladas pelo movimento sindical, ou seja, tanto a **distribuição eqüitativa da riqueza**, assim como a criação de um **sindicalismo de massas autônomo e democrático** foram objetivos não atingidos. Analisando a ação sindical em suas estratégias, “*como aplicação de meios disponíveis com vistas à consecução de objetivos específicos*” (Almeida, 1992:3), a autora destaca que o foco de seu estudo incidiu sobre as lideranças e suas estratégias em relação ao governo, empregadores e competidores no mundo sindical, e deixa de lado as relações entre dirigentes e bases, supondo que houve uma grande autonomia decisória das lideranças sindicais.

Com relação à **política distributiva**, a autora salienta a exclusão de formas pactuadas de fazer políticas de renda por parte do governo, que preferiu adotar políticas de choque em vez da negociação. Da parte do sindicalismo, a política de confrontação adotada pelo movimento sindical durante a transição deixara poucos benefícios materiais. Segundo a autora, “*durante os anos 80, trabalhadores e sindicatos haviam corrido muito para ficar praticamente no mesmo lugar*” (Almeida, 1992: 85).

Com relação à **autonomia do movimento sindical**, a autora destaca a ambigüidade das lideranças sindicais renovadoras, que optaram pela transformação do modelo sindical sem abandonar a estrutura oficial. Com isto, o governo, através de algumas medidas liberalizantes, satisfaz boa parte do movimento sindical, que não conseguiu articular-se em um projeto unitário de defesa da liberdade sindical durante a elaboração da Constituição de 1988. Mesmo a CUT, que teoricamente defendia esta bandeira, não conseguiu mobilizar seus sindicatos. Permaneceu o modelo corporativista, agora liberto da tutela estatal.

¹⁴ A produção acadêmica sobre este movimento é extensa. Buscou-se aqui restringir o debate entre os autores que apresentam uma leitura mais institucional do movimento e aqueles que incorporam outros elementos de análise percebendo o movimento sindical com um processo construído no dia-a-dia. Outros autores consultados constam na bibliografia deste trabalho.

O enfoque desta autora, por estar limitado às estratégias sindicais (meios ligados a fins) perde de vista justamente a riqueza e diversidade do movimento sindical, que não se faz somente de relações institucionais e que não é somente um movimento composto por lideranças sindicais. Mesmo admitindo-se que boa parte dos sindicatos brasileiros funcionam como “sindicatos de carimbo”, sem nenhum poder mobilizatório, não se pode desprezar a participação das bases sindicais ativas que fizeram a história do “novo” sindicalismo. Considerando-se ainda que entre essas bases ativas existiam diferentes concepções sobre a questão da autonomia do movimento, não se pode desprezar as discussões que foram levantadas durante o processo constituinte e que publicizaram e questionaram o caráter verticalizante da estrutura sindical brasileira. A prevalência do modelo corporativista¹⁵ não implica, necessariamente, na ausência de democracia no mundo do trabalho.

Com isto, pretende-se destacar os limites das constatações feitas por Almeida. Com relação à política distributiva de renda, deve-se acentuar, como apontou a autora, o caráter excludente da política econômica do governo, porém, quando se parte para a análise dos efeitos da ação confrontacionista do sindicalismo, Almeida incorre em uma simplificação exagerada destes efeitos, reduzindo as lutas dos trabalhadores neste período a seus objetivos estritamente econômicos. Almeida perde de vista, por exemplo, a ação repressiva do governo nos anos de ditadura militar, a herança autoritária existente nas relações fabris, os avanços graduais que foram obtidos pelo sindicalismo com relação aos salários extremamente defasados e, finalmente, reduz as conquistas econômicas do movimento sindical a zero, quando fala que “trabalhadores e sindicatos haviam corrido muito para ficar praticamente no mesmo lugar”. Deve-se considerar que as conquistas obtidas foram as possíveis naquele determinado contexto e que a política de confrontação trouxe benefícios para várias categorias de trabalhadores, benefícios estes que foram se estendendo gradualmente para outras empresas.

Mesmo aceitando-se que o “novo” sindicalismo obteve reduzidas conquistas quanto à distribuição de renda, fica evidente a luta pela manutenção do poder

¹⁵ Sobre o desenvolvimento conceitual dos paradigmas pluralista e corporativista, bem como suas mutações, ver Araújo e Tapia (1991).

aquisitivo dos salários cada vez mais corroídos pelo processo inflacionário e pela política econômica que inviabilizava qualquer forma de negociação salarial até 1979. Embora a estrutura corporativa que rege as negociações salariais no Brasil continue em vigor, evidenciam-se também os esforços de boa parte do movimento sindical em empreender ações cada vez mais livres e autônomas em relação ao Estado. De forma isolada, a manutenção da estrutura corporativa (do formato legal) não diz muito, pois a liberdade do movimento foi conquistada gradualmente, desafiando os marcos legais (não se pode esquecer, por exemplo, que a legislação proibia as greves, mas elas ocorreram, apesar disto). A luta do “novo” sindicalismo não pode ser reduzida às conquistas de uma política salarial distributiva e da liberdade e autonomia sindicais perante o Estado. Estas são questões importantes, sem dúvida, mas não englobam a dimensão total que assumiu a ação do “novo” sindicalismo para o processo de democratização do país. Esta luta operou uma transformação nas relações entre Estado e trabalhadores, uma vez que estes lutaram não só pelo seu reconhecimento perante o Estado, mas se articularam com a sociedade, envolveram-se com outros movimentos sociais, alavancaram reivindicações até então inexistentes na agenda governamental e imprimiram um novo estilo de se pensar as relações de poder. O que se viu foi um alargamento das esferas participativas, quando essa movimentação associativista inaugurada pelo “novo” sindicalismo incluiu novos atores, com demandas diferenciadas que impulsionaram uma ampliação do político, com o surgimento de novos fóruns e canais de expressão abarcando o campo social e cultural.

Outras análises apontam os limites do “novo” sindicalismo, considerando a permanência da estrutura sindical corporativista como um fator importante para explicar o imobilismo do movimento sindical. Para Rodrigues (1990:68), existe uma autonomia relativa das organizações sindicais, uma vez que “*o Estado outorgava aos sindicatos certo grau de autonomia capaz de se ampliar ou diminuir de acordo com a conjuntura política, com a região do País e com a capacidade de pressão de cada categoria profissional*”. A Constituição de 1988 garantiu o fim das intervenções governamentais nos sindicatos e ampliou o direito de greve, permanecendo, entretanto, os dispositivos que caracterizam o modelo corporativista. Nesta perspectiva, ficou

garantida a autonomia dos sindicatos, mas não a liberdade de organização dos trabalhadores, bandeira levantada pelo sindicalismo cutista.

A posição de que o “novo” sindicalismo não alcançou uma ruptura com relação às práticas sindicais corporativas vigentes desde o Estado Novo é defendida também por Boito Jr. (1991). Conforme o autor, a autonomia do movimento sindical continua inexistindo, uma vez que se mantiveram os principais dispositivos da estrutura sindical, responsáveis pelo atrelamento dos sindicatos ao Estado. Mesmo com os avanços obtidos na Constituição de 1988, permaneceram no seu texto os dispositivos que mantêm a unicidade sindical, o monopólio de representação sindical, o direito de tributação (imposto sindical e contribuição assistencial) e a tutela da Justiça do Trabalho sobre as negociações. Estes condicionantes institucionais tenderiam a limitar a ação dos trabalhadores, impossibilitando a real autonomia e liberdade de organização dos sindicatos.

Estes estudos limitam-se a analisar a ação dos trabalhadores a partir da década de 70 centrando-se no caráter institucional das modificações surgidas na relação capital-trabalho, deixando de lado aspectos importantes que permearam as práticas do “novo” sindicalismo. Tanto Rodrigues, quanto Boito Jr., ao salientarem a ausência de autonomia e liberdade sindical, tem como referencial a relação do movimento sindical com o Estado, perdendo de vista a autonomia alcançada pelo movimento sindical através de seu “acontecer”, através das diferentes lutas que resgataram questões não contempladas na legislação autoritária. Além disso, estes estudos, ao não incorporarem a discussão sobre a democracia, deixam de lado a importância que o movimento sindical assumiu para a emergência, publicização e disseminação de uma prática democratizante no mundo do trabalho. A análise sobre a persistência ou ruptura da estrutura corporativa não pode ser o único parâmetro utilizado para a verificação da eficácia do “novo” sindicalismo. Conforme Moisés (1982:122), *“a tentação que se tem é a de imaginar que pode haver uma completa ruptura entre o passado e o presente”*. Portanto, é necessário partir em direção a outros fatores explicativos que dêem conta da dimensão que este movimento assumiu, bem como de suas peculiaridades internas.

Nascido em plena ditadura, este movimento teve o mérito de contrapor-se aos limites impostos pelo governo autoritário, tendo como diretriz a ampliação e transformação da participação dos trabalhadores na esfera pública. Embricada na reivindicação por melhores salários estava a luta pelo direito de negociar diretamente com os patrões, prioridade básica do “novo” sindicalismo. Mostrando que os trabalhadores não estavam mais dispostos a aceitar a política de arrocho salarial imposta pelo governo, as manifestações que surgiram tinham em seu bojo a conquista de direitos civis, políticos e sociais negados pelo governo autoritário. A luta que envolveu os trabalhadores brasileiros neste período era uma luta pela sua inserção no processo político, era uma luta pela garantia e ampliação dos direitos que caracterizam um regime democrático, ultrapassando, portanto, os limites institucionais apontados pelos estudos acima.

O estudo de Sader (1988:55), aponta a emergência de uma nova configuração de classe através da noção de sujeito coletivo, designado como *“uma coletividade onde se elabora uma identidade e se organizam práticas através das quais seus membros pretendem defender interesses e expressar suas vontades, constituindo-se nessas lutas”*. A noção de sujeito é vinculada a um projeto e à idéia de autonomia: o autor afasta-se da noção de um sujeito ou ator portador de papéis definidos, um sujeito histórico privilegiado. Em seu lugar opta pela idéia de uma pluralidade de sujeitos com identidades diferenciadas, constituídos através de interesses e lutas comuns e que irão contribuir para a formação de um projeto político diferenciado do projeto das elites, um projeto aberto às demandas que emergem de vários segmentos sociais. Através de novos discursos e práticas, estes sujeitos constituem-se a partir da crise de instituições tradicionais: a Igreja, as esquerdas e o sindicalismo, produzindo três matrizes discursivas: a matriz da teologia da libertação, a matriz marxista e a matriz do “novo” sindicalismo. Com relação a esta última, é importante resgatar a tomada de consciência por parte dos trabalhadores a partir de seus locais de trabalho. Ao lutarem pelo cumprimento e ampliação de seus direitos, estes trabalhadores enfrentaram o governo e o patronato transformando o sindicato oficial em interlocutor legítimo e instrumento de defesa de seus interesses. Dessa luta decorreu a valorização da organização por local de

trabalho e a recuperação do sindicato como entidade de representação classista. Com isto, abriu-se um campo para uma nova concepção de política, em que demandas diferenciadas surgiam a partir de diferentes espaços, forçando o poder instituído a reconhecer os novos atores envolvidos. Sader procura resgatar o espaço do cotidiano para se pensar a democracia, através da movimentação que surgiu nos diferentes espaços sociais (nas fábricas, nos sindicatos, nos bairros, nos clubes de mães, etc.), apontando para um alargamento das fronteiras da política. A contribuição apresentada pelas diferentes matrizes discursivas propostas torna-se importante para se pensar um projeto alternativo ao projeto das elites dominantes, um projeto aberto a novas demandas e a novos atores.

Oliveira (1998) analisa as vicissitudes do movimento sindical bancário no Rio de Janeiro, explicando a adesão dos bancários ao sindicalismo corporativo como um modelo lógico característico da intermediação de interesses: os bancários não teriam autonomia, mas *“receberiam poder outorgado pelo Estado”* (Oliveira, 1998:24). A autora demonstra que a presença dos comunistas na direção do Sindicato foi, na verdade, um obstáculo ao projeto de cooptação do governo. Segundo ela:

“Se, em algumas categorias, houve a formação de lideranças sindicais representativas e plenamente identificadas com o governo, nos bancários isto não ocorreu em momento algum. A história do sindicato vai ser marcada por permanente tensão entre o que pretendia o governo e os objetivos de suas lideranças[...] os sindicatos oficiais, embora atrelados ao Estado, não se constituíram automaticamente em correias de transmissão do projeto governamental”. (Oliveira, 1998:25).

Portanto, como indica este estudo, não é a persistência do sindicalismo corporativo e da estrutura sindical varguista o elemento determinante para se pensar a subordinação dos sindicatos ao Estado. A discussão da liberdade e autonomia sindicais ultrapassa o aspecto legal, adquirindo novos contornos. É preciso perceber outros elementos de análise, olhar para a história vivida, para o cotidiano das práticas sindicais, para suas contingências, para se ter uma visão mais ampla desta questão. Talvez aí resida a importância dos estudos empíricos, que mostram as sutilezas das ações e movimentos

de um grupo social. Os achados destes estudos podem contribuir para aprimorar o foco de análise do observador.

Para tentar encaminhar a discussão sobre a relação democratização/movimento sindical, o estudo de Maranhão (1979) fornece outro importante elemento para essa análise. O autor discute a problemática teórica da relação partido-classe e a questão da espontaneidade/organização a partir da observação da organização política que se embrica com o movimento do PCB entre os anos de 1945 a 1950, período em que a democracia instaurada permitiu a legalidade do partido. A análise mostra a força que o movimento operário e sua direção político-sindical (o PCB), adquiriram durante os anos de 1946 e 1947, com a liberdade de expressão, organização em comissões de fábrica, intensa movimentação grevista e o surgimento de comitês populares que lutaram pela ampliação democrática. Apesar disso, a classe operária continuaria à margem da democracia liberal-democrática no pós-45. Para o autor:

“...a verdade é que o movimento operário dos anos de 1948 a 1950 não teve a oportunidade de desenvolver uma alternativa político sindical própria, que desse expressão mais geral à sua combatividade reivindicatória [...] A ‘nova linha’ de esquerda do PCB, ao recomendar a seus líderes de base que fossem às portas de fábrica pregar uma luta do tipo revolucionário, afastou muitos militantes das suas tarefas específicas do tipo sindical”. [grifos meus]. (Maranhão, 1979:113).

Neste sentido, tanto a repressão do governo e dos empresários, quanto a radicalidade do discurso pecebista marcada pela conjuntura revolucionária da guerra fria influíram para que a direção política do PCB se afastasse de sua base combativa. As intervenções nos sindicatos afastaram as lideranças pecebistas e diluíram o trabalho de base. Com o retorno de Vargas e sua política populista, o PTB divide a direção do movimento operário com o PCB, não havendo, portanto, condições para traçar um projeto hegemônico suficientemente coeso para dirigir o movimento sindical.

O golpe de 64 abafou o sonho do movimento operário de construção de uma democracia ampliada para os trabalhadores. A ditadura excluiu o movimento

sindical da “divisão do bolo” e dos processos decisórios de seu próprio órgão de representação de classe. Enquanto o poder e os direitos eram divididos entre as elites, os deveres e a construção do “milagre econômico” eram destinados ao restante da população. Por isto a luta pelos direitos civis, políticos e sociais nascia tão fortalecida nos anos 70. Por isto a questão democrática surgia em primeiro plano entre as reivindicações do movimento sindical. A questão do “direito a ter direitos” espalhava-se pela sociedade.

Portanto, ao trabalhar com uma conjuntura democratizante e com a relação partido-classe, Maranhão fornece importantes elementos para se pensar a relação democracia e movimento sindical nos anos 70. Deve-se salientar a importância que assume a questão da democracia e as possibilidades da prática sindical na análise da autonomia e liberdade sindical. Do exposto acima, pode-se concluir que:

- o PCB, apesar da sobrevivência de um pequeno núcleo de antigos militantes, perdia forças como partido dirigente da classe trabalhadora no pós-64;
- a reestruturação do trabalho de base no movimento sindical dos anos 70 contou com a participação de militantes comunistas que se confrontavam com um operariado sem engajamento político, responsável pela construção do “país que vai pra frente, com uma gente alegre e contente”, como dizia um dos hinos da ditadura propagandeado pelos meios de comunicação nos governos Médice e Geisel;
- apesar do discurso revolucionário da esquerda comunista na década de 70 (a revolução ainda estava na ordem do dia), estes atores fizeram do trabalho de base o fundamento para se pensar em melhores condições de trabalho e de vida. A participação, a inclusão de novos direitos e a transparência tornavam-se os elementos essenciais do discurso que nascia com o “novo” sindicalismo. Para isto os trabalhadores precisavam se organizar e esta organização levou-os a construção de um partido político (o PT) e de um projeto político sindical (o projeto cutista). As diferenças entre PT e PCB, entre o projeto cutista e o comunista marcaram as discussões dos anos 70 e 80. Quem seria o verdadeiro representante dos trabalhadores capaz de articular um projeto político sindical articulado com as bases? Qual o ideário deste projeto? Como ele se faria hegemônico?

A análise da trajetória do sindicalismo bancário em Porto Alegre, nascedouro do projeto cutista no Rio Grande Sul, indica que o movimento sindical finalmente articulava-se com sua organização política através da construção de um projeto democrático que se fez hegemônico. Portanto, é a “alternativa político sindical combativa e democrática” traçada pelo “novo” sindicalismo a marca inovadora deste movimento. O que o PCB não alcançou no pré-64 começava a ser construído a partir da década de 70, mas a construção deste projeto nascia a partir das falas dos trabalhadores, não era um projeto exterior a eles. A pesquisa busca verificar a coerência entre discurso e práxis do projeto do “novo” sindicalismo via estudo de caso do sindicalismo bancário porto-alegrense.¹⁶

O projeto cutista buscava a participação e inclusão dos trabalhadores nas esferas decisórias de poder através da ampliação democrática e da justiça social. Enfrentando os problemas de uma instituição que crescia e se burocratizava, o Sindicato dos Bancários de Porto Alegre desenvolveu uma postura política e administrativa marcada pela transparência, participação e inclusão da categoria nos processos decisórios. Esta prática, entretanto, esteve permeada por posições ambíguas e contraditórias, mesclando ações assistencialistas e combativas no plano organizatório e democráticas e autoritárias no plano político-ideológico. Portanto, evidencia-se-a o deslocamento entre discurso e prática deste projeto cutista, mas o estudo de caso demonstrou a prevalência de uma coerência e de uma lógica entre o que foi dito e o que foi feito pelas direções sindicais. Esta prática teve sim momentos de recuos e inflexões, característicos da história real, da história feita e construída pelos homens. No mundo vivido por atores sociais que trazem consigo uma multiplicidade de papéis sociais, de visões de mundo, de experiências de vida, de características pessoais, qualidades e

¹⁶ O editorial do jornal “O Bancário”, de 31.10.1985 (ver ANEXO B), chama a atenção para os principais elementos aprofundados nesta pesquisa, a saber: a luta pela democratização da entidade via ampliação dos canais de participação dos bancários, a informação constante e a transparência características da “postura política” construída pela direção sindical, a manutenção do assistencialismo, as campanhas salariais e greves que evidenciaram a combatividade da categoria, a participação dos trabalhadores na política institucional do país. O texto, finalmente, registra os eventuais “erros de percurso” a serem corrigidos com o apoio de todos os bancários. Portanto, parece que o “sindicato construído pela base” começava a ganhar espaço nesta categoria.

defeitos é que formam-se personalidades mais ou menos democráticas, mais ou menos rígidas, mais ou menos coerentes.

1.4 A literatura sobre os bancários

Alguns estudos acadêmicos interpretam a trajetória do movimento sindical bancário, acentuando diferentes abordagens sobre o tema. Os estudos de Canêdo (1978 e 1986) analisam a organização sindical dos bancários paulistas no período entre 1923 e 1944, bem como o significado político dessa organização de 1946 a 1978. A autora resgata as origens do movimento sindical bancário, a luta pela unificação do movimento, a ambigüidade entre a autonomia e a busca da proteção do Estado através dos controles legais estabelecidos pela estrutura sindical, o surgimento da “oposição sindical bancária” no início dos anos 70. Seu estudo aponta a especificidade dos trabalhadores bancários, *“com situação de trabalho, aspirações e posições sociais, obviamente, muito diversas das dos operários.”* (Canêdo, 1986:7). Estas aspirações levariam os bancários a uma ação sindical diferenciada dos operários: o sindicalismo bancário adaptou-se à legislação varguista mas, ao mesmo tempo, as lideranças comunistas bancárias lutavam pela direção destes sindicatos¹⁷. Diferindo das tendências anarquistas do movimento operário, os comunistas não se opuseram à estrutura oficial e, paralelamente, buscaram atenuar o controle do Ministério do Trabalho sobre os sindicatos. A ambigüidade da ação sindical entre os bancários pode ser observada, por exemplo, no caso da CONTEC - Confederação dos Empregados em Estabelecimentos de Crédito, criada pela estrutura oficial, mas que, segundo Canêdo (1986:303) *“não se originou de sindicatos de carimbo, e nem possuiu direção ministerialista até 1964.”*

Portanto, até o golpe de 64, a ação sindical dos bancários paulistas esteve marcada por um movimento contraditório que gravitou entre a cooptação e a resistência às políticas governamentais. Com o rígido controle imposto sobre os sindicatos após o

¹⁷ “A partir de 1932, tudo indica que o Partido Comunista do Brasil modificou sua linha em relação aos sindicatos oficiais. Mesmo defendendo a independência sindical, em vários setores passaram a atuar dentro dos sindicatos, uma vez que era cada vez mais inevitável a implantação dos sindicatos atrelados

golpe, as lideranças comunistas foram afastadas do movimento sindical e este assumiu um caráter estritamente assistencialista. Mas, no início dos anos 70 uma oposição sindical bancária seria gestada e, em 78, assumiria a direção do Sindicato de São Paulo. A partir daí surgiu a proposta do “novo” sindicalismo, transformando a prática assistencialista característica das diretorias intervencionistas.

A ambigüidade da ação sindical também foi apontada por Oliveira (1990:13-14), em sua análise sobre as origens do sindicalismo bancário no Rio de Janeiro. Segundo a autora, *“de forma contraditória, paradoxal e oposta aos segmentos organizados em sindicatos independentes, o movimento sindical bancário vai surgir junto aos sindicatos oficiais”*. A Revolução de 30 buscou institucionalizar as relações sociais, visando a conciliação entre as classes. A legislação sindical e trabalhista instituída neste período abriu espaço à organização dos bancários, sob a aparente proteção do Estado. No caso dos bancários, não houve resistência imediata à legislação proposta pelo Estado, mas, em pouco tempo, o movimento aderiu ao caráter reivindicatório e solidário expresso pelo conjunto do movimento operário. Esta mudança na ação sindical dos bancários pode ser creditada ao surgimento de reivindicações não contempladas pela legislação trabalhista, influenciando a aproximação do movimento bancário com o movimento operário.

Estes estudos mostram a singularidade existente na formação do sindicalismo bancário em São Paulo e no Rio de Janeiro. Decorrente da fragmentação dos bancários, dispersos nas poucas agências bancárias do início do século, a ação coletiva destes trabalhadores primou pelo associativismo assistencialista. Dois outros fatores influíram para o predomínio desta postura assistencialista: o paternalismo existente nas relações de trabalho e as características intrínsecas do trabalho bancário. As relações paternalistas são apontadas por Canêdo (1978:28), sendo exemplificadas através de depoimentos que mostram a relação de subordinação existente entre a direção e os funcionários do Banco Comercial de São Paulo. Segundo um destes depoimentos, o diretor do banco era considerado *“um deus para os bancários”*. Tendo em vista que

ao Estado” (Oliveira, 1990:49). Sobre a adesão das diferentes tendências do movimento operário ao projeto corporativista, ver Araújo (1994).

grande parte dos donos de bancos era proveniente da aristocracia rural, verifica-se que o caráter conservador, predominante nas relações trabalhistas no meio rural, transferiu-se também para o universo urbano do início do século. Com relação as características do trabalho bancário, Oliveira (1990:34) aponta a ambigüidade existente nas relações de trabalho: de um lado, a inexistência de uma legislação trabalhista e assistencial, de outro, a existência de algumas vantagens que diferenciavam os bancários dos operários. Segundo Canêdo (1978:43), estas vantagens estariam calcadas nas relações pessoais entre a diretoria e demais funcionários, sendo alimentadas pelo discurso das chefias, para quem os bancários deveriam dar *“a impressão de que nos cargos que exercem há alguma coisa de superior ao simples ganho pecuniário”*. Apesar dos baixos salários e das precárias condições de trabalho nos bancos, havia um certo orgulho de “ser bancário” e isto seria um dos fatores que teria levado a categoria a optar por uma postura assistencialista, em oposição a postura reivindicatória característica do movimento operário. Os critérios diferenciadores entre os empregados de escritório e os operários vão se diluindo com a racionalização dos serviços e com o ingresso de uma massa de trabalhadores com instrução secundária no mercado de trabalho. Segundo Mills (1966:315), estes são indicativos de uma “proletarização de *status*” destes empregados.

“Objetivamente, vimos que a posição estrutural da massa de colarinhos-brancos se torna cada vez mais semelhante à da classe operária. Ambos são, naturalmente, não proprietários, e seus níveis de renda tendem a aproximar-se. Todos os fatores de status que permitiram aos empregados uma posição separada dos operários tendem hoje a um declínio definido. O aumento da racionalização está abaixando os níveis de qualificação e tornam seu trabalho cada vez mais parecido com os de uma fábrica”.

Estas análises trazem contribuições importantes para se pensar o movimento bancário em sua fase mais recente. Considerando-se que a postura assistencialista conviveu de forma paradoxal com uma postura reivindicatória no movimento sindical bancário, considerando-se que após o golpe de 64 o assistencialismo voltou a predominar no movimento sindical, interessa entender como este assistencialismo voltou a conviver com uma postura nitidamente confrontacionista entre os bancários a partir do final da década de 70. As práticas trazidas pelo movimento

bancário se caracterizariam pelo enfrentamento aberto ao regime militar e ao governo civil da Nova República. Coexistindo com estas práticas, a ação assistencialista foi sendo transformada gradualmente, mas não deixou de fazer parte da agenda dos novos sindicalistas. Torna-se importante verificar como estas ações conviveram com práticas combativas e como foram conduzidas pelas lideranças bancárias em Porto Alegre durante o período analisado por esta pesquisa.

Uma outra abordagem sobre a ação sindical dos bancários é encontrada em Blass (1992), ao captar a dimensão cultural das paralisações grevistas em seu estudo sobre a greve bancária de 1985, em São Paulo. A autora mostra a singularidade da organização deste movimento que assumiu dimensão nacional através da ação unitária do comando geral de greve, apesar das diferenças entre os bancos públicos e privados. A representação de festa associada ao movimento grevista entre os bancários afasta-se da perspectiva de greve que valoriza principalmente os fatores econômicos e políticos. A autora entende o movimento grevista como a resultante de múltiplos fatores, que não são somente econômicos: *“A festa na greve consiste em uma das formas de expressão cultural dos trabalhadores na sociedade brasileira, e não apenas uma resposta política aos preceitos organizativos do processo capitalista de trabalho”*. (Blass, 1992:173).

A contribuição deste estudo reside em um novo olhar sobre as formas de resistência tecidas pelos trabalhadores, mostrando que uma greve não pode ser analisada somente pelo prisma das reivindicações salariais que envolvem a relação capital-trabalho. Juntamente com a questão salarial, outros fatores permeiam a ação grevista: novas formas de organização do movimento são inventadas pelos trabalhadores e impulsionadas pelo sindicato, o espaço das ruas é utilizado como palco para uma demonstração da luta coletiva, os bancários passam a se ver como atores que “vivem sua própria história”, conformando sua identidade de classe. Aqui torna-se interessante retomar a definição de classe de Thompson (1987:9): *“A classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas) sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus”*. Portanto, é na leitura das greves, vista não somente sobre a ótica econômica, que podem ser extraídos elementos para se

pensar a ação sindical dos bancários como conformando uma identidade coletiva que levaria esta categoria a tornar-se um importante protagonista do processo de democratização.

O estudo de Barão (1991) resgata as formas de resistência e organização do sindicalismo bancário de São Paulo durante o período de 1979 a 1989. A autora percorre a trajetória de luta destes trabalhadores, concluindo que *“a relação entre a direção política e a base, apesar de apresentar significativas mudanças no sentido de democratizar e descentralizar as decisões, não se apresenta necessariamente compassada”*. (Barão, 1991:174). As dificuldades encontradas nos bancos privados para o alcance de uma organização por local de trabalho são ilustrativas dos reflexos observados no movimento. A ação sindical destes trabalhadores não possui uma direção linear, ao contrário, encontra obstáculos rigidamente estipulados pelas administrações dos bancos para minimizar a resistência tecida pelos bancários. Ao destacar as diferenças existentes no movimento sindical bancário paulista, este estudo demonstra a importância de se pensar a heterogeneidade das ações dos trabalhadores como fazendo parte da prática dos atores ligados ao “novo” sindicalismo.

1.5 Problema e hipótese de trabalho

Procura-se analisar como os bancários de Porto Alegre protagonizaram as lutas que caracterizaram a experiência do “novo” sindicalismo. O sindicalismo bancário na década de 70 assumiu uma capacidade contestatória que o levou a afastar-se gradualmente das funções predominantemente assistencialistas vigentes na ditadura, adquirindo o perfil confrontacionista característico do “novo” sindicalismo.

A postura política do Sindicato dos Bancários de Porto Alegre alterou-se a partir do início dos anos 70, quando começaram os questionamentos contra a ordem vigente instituída pelo regime autoritário. Os bancários começavam a perceber que as promessas do governo e do empresariado em geral tornavam-se insustentáveis, considerando-se o arrocho salarial sobre a classe trabalhadora, a falta de liberdade do movimento sindical, a pressão e o controle presentes no cotidiano da sociedade.

Os anos 70 marcaram o surgimento de uma prática sindical diferenciada das práticas assistencialistas até então presentes no Sindicato. A partir de 1975, com a gestão Olívio Dutra, esta prática incorporou algumas concepções que privilegiavam a liberdade e autonomia sindicais, a integração com a categoria em nível nacional e com outras categorias e movimentos, a preocupação com a formação sindical de seus integrantes, bem como as conquistas salariais e lutas específicas.

O objetivo central desta pesquisa é relacionar a prática do SEEB/POA com o processo de democratização dos anos 1974-1989, verificando a influência desta prática na formação de ações que transformaram a participação dos trabalhadores no processo político em nível regional e nacional a partir de meados da década de 70. Procuro entender como um sindicato passivo e assistencialista se transformou em um sindicato atuante, “combativo”, com forte poder de mobilização, enfim, um sindicato que se tornava um referencial fundamental para a organização da classe trabalhadora no estado do Rio Grande do Sul e no país.

Para entender como a prática combativa deste sindicato se efetivou, é preciso olhar para as transformações internas do trabalho bancário, que alteraram o processo de trabalho e a composição da categoria a partir da Reforma Bancária, na década de 60¹⁸. Torna-se importante verificar como os bancários perceberam a “proletarização” de seu trabalho, quais foram as expectativas e representações criadas por esta realidade. Com isto, pode-se captar uma dimensão simbólica que ajudará a entender a capacidade de mobilização desta categoria e a mudança na ação sindical a partir da década de 70. Esta mudança transformou a postura predominantemente assistencialista presente no Sindicato, tornando-o um dos pólos de aglutinação do “novo” sindicalismo no Rio Grande do Sul.

Após a Reforma Bancária de 1965, a fragmentação, a desqualificação e o controle intensificado característicos do trabalho bancário transformaram as percepções desta categoria. Segundo Barão (1991:89), paralelamente à deterioração das condições de vida do bancário ocorre uma desqualificação do seu trabalho, que se torna mecânico, vazio e sem sentido. Esta desqualificação estaria relacionada à fragmentação

das tarefas, intensificadas com o ingresso das novas tecnologias nos bancos. Por outro lado, a autora nos fala que a proletarização-desqualificação do trabalho bancário apresenta uma contrapartida, dada pela estruturação de um campo de resistência e luta, revelando brechas no sistema de poder estabelecido. Para a autora:

“o local de trabalho não é só o espaço das mudanças tecnológicas, da produção, das doenças, é o espaço também da luta política, das práticas reivindicatórias e portanto, das mudanças nas relações de trabalho”.

Ao comparar o trabalho fabril ao trabalho bancário, Blass (1989:36) mostra a ambigüidade deste último, que assemelha-se

“ao trabalho fabril do ponto de vista da exploração e da dominação do trabalho pelo capital [...] No entanto, a experiência e a vivência dessa exploração e dominação variam não só porque o capital estabelece relações diferenciadas com as várias frações da classe trabalhadora mas porque os trabalhadores de fábrica, dos escritórios, de bancos, etc., possuem diferentes expectativas e projetos de vida, que se relacionam com as idéias e imagens existentes em uma sociedade. Assim, o trabalho bancário e fabril diferenciam-se não só pelos produtos que produzem, mas também por expectativas e representações sociais associadas a cada um deles, embora do ponto de vista da organização do trabalho sejam semelhantes.”

As mudanças na prática sindical bancária podem ser explicadas através da articulação de dois eixos: a dimensão estrutural trazida pela Reforma Bancária e a dimensão democratizante evidenciada com a conjuntura autoritária pós-64. Este estudo busca relacionar a prática e o discurso sindical, extraindo os elementos que indicam a emergência de um projeto democratizante por parte dos trabalhadores bancários porto-alegrenses. Com base na experiência dos trabalhadores bancários de Porto Alegre, procura-se demonstrar que este projeto político-sindical pode ser explicado pela articulação construída entre estes trabalhadores e seu órgão de representação de classe (o Sindicato). E esta articulação evidenciou-se pela observação e análise da prevalência de um discurso e prática sindical democratizantes, característicos do “novo” sindicalismo.

¹⁸Sobre as transformações do trabalho bancário e a composição da categoria ver capítulo 2.

Esta coerência muitas vezes se mostrou débil e problemática, mas, não há dúvidas ao constatar-se que prevaleceu a transparência, a participação e o respeito pelas diferenças (a “construção da unidade na diversidade”), características da ampliação democrática entre esta parcela de trabalhadores.

1.6 A pesquisa

Esta pesquisa consiste em um estudo de caso baseado em entrevistas e depoimentos, bem como em questionários realizados com delegados sindicais bancários atuantes durante o período enfocado. Também foram coletados dados extraídos dos seguintes acervos: 1) do Centro de Memória Bancária (CMB), do Departamento de Saúde e da Subseção do DIEESE do Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de Porto Alegre (SEEB/POA), 2) do Centro de Documentação Sindical da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (CDS/UFRGS), 3) da Delegacia Regional do Trabalho de Porto Alegre (DRT/POA), 4) da Federação dos Empregados em Estabelecimentos Bancários do Rio Grande do Sul (FEEB/RS), bem como da grande imprensa.

Foram entrevistados quatro presidentes do Sindicato dos Bancários e dois diretores de base atuantes no período 1974-1989 (estes diretores foram aqui nomeados diretor 1 e diretor 2). Além disso, também foram aplicados vinte e quatro questionários encaminhados aos delegados sindicais atuantes nos bancos estatais, uma vez que nos bancos privados inexistia esta forma de representação. Com relação aos questionários, surgiram algumas dificuldades. A maioria dos delegados mudou de profissão, não sendo possível localizá-los. Dos delegados localizados, alguns não responderam ao questionário, apesar dos vários contatos mantidos com os mesmos. Optou-se, então, por uma amostra reduzida, que atingiu 10% do total de delegados atuantes na base de Porto Alegre (os questionários foram numerados sequencialmente, de 1 a 24).

A dificuldade de compilação dos dados referentes ao movimento sindical constituiu-se em outro agravante para a realização desta pesquisa. A iniciativa de documentar a história do movimento sindical no Rio Grande do Sul ainda está em fase

embrionária, enfrentando problemas de ordem política e econômica. Alguns acervos encontram-se em fase inicial de estruturação, como é o caso da CUT/RS e da FEEB/RS. O acervo da DRT/POA resume-se a uma sala onde os documentos estão precariamente dispostos. O acervo do CDS/UFRGS sofreu uma perda significativa com o incêndio na Biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas em 1993. No DIEESE os dados disponíveis abrangem o período mais recente, a partir do final dos anos 80.

A dissertação divide-se em quatro capítulos, incluindo essa Introdução. No segundo capítulo discute-se a condição bancária dos anos 70, identificando a categoria analisada e as condições do trabalho bancário, objetivando com isto apontar alguns elementos do cotidiano do trabalho bancário geradores das transformações de sua prática sindical. O terceiro capítulo trata das mudanças na organização do movimento sindical bancário a partir da década de 70. Estas mudanças apontam os caminhos para se pensar o projeto democratizante do Sindicato. Traçando-se um paralelo com a prática sindical dos metalúrgicos de São Bernardo, alguns elementos foram priorizados para se pensar a construção de uma identidade da classe trabalhadora. O quarto capítulo analisa a nova estratégia sindical nos anos 80 e a política interna do Sindicato, resgatando as mudanças na atuação do Sindicato no plano político e no plano da democracia sindical. A construção do sindicalismo autêntico, as principais lutas do período, o trabalho de base e a democracia interna são aprofundados neste capítulo.

2 AS TRANSFORMAÇÕES DO TRABALHO BANCÁRIO

2.1 Reforma Bancária

O Sistema Financeiro no Brasil passou por profundas mudanças a partir da década de 60. Até então, sua organização era bastante simplificada. Na década de 40, predominavam no país as atividades econômicas ligadas a agricultura, que não demandavam uma estruturação mais complexa do sistema bancário. No início dos anos 50, com a intensificação da industrialização brasileira, o governo criou o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) para financiar projetos de infraestrutura. A Reforma Bancária, implementada através da Lei 4595, de 31 de dezembro de 1964, incentivou a concentração bancária com a formação de conglomerados financeiros. A Lei 4728, de 14 de julho de 1965 estabeleceu a Reforma do Mercado de Capitais, transformando o *“sistema financeiro em elemento dinamizador do setor produtivo da economia sob a tutela do Estado”* (Blass, 1989:9). O governo criou o Conselho Monetário Nacional (CMN), para formular a política da moeda e de crédito, e o Banco Central para executar a política econômica estabelecida pelo CMN, bem como para fiscalizar as instituições financeiras.

Com essas reformas, a rede bancária foi autorizada a efetuar serviços de arrecadação de impostos, taxas e outros fundos governamentais. Anteriormente, isso era feito pelos próprios órgãos públicos, que dispunham de sua própria estrutura de arrecadação.

O sistema financeiro, até então responsável basicamente pelos serviços de descontos e depósitos, passou por sucessivas mudanças. A incorporação de bancos pequenos e médios por aqueles com maior poderio econômico gerou a diminuição das sedes bancárias. Os 327 estabelecimentos bancários existentes no país em 1963 decresceram para 106 em 1975 (Canêdo, 1986:189).

Assim, houve uma redução do número de bancos e multiplicaram-se as agências, formando-se os grandes conglomerados financeiros, integrados por grupos que incluíam, além do banco comercial, seguradoras, bancos de investimento, crédito

imobiliário, dentre outros. Também foi criado o Sistema Financeiro de Habitação (SFH), composto pelas caixas econômicas e as sociedades de crédito imobiliário, hoje em extinção.

A nova política monetária criada pelo governo militar procurava combater a inflação, captando recursos para a atividade produtiva com a segmentação do mercado de captação e aplicação, estruturando o setor financeiro em nível nacional. Esta estruturação caracterizou-se pela rápida expansão de agências bancárias pelo país: em 1964 funcionavam 6.826 agências bancárias, em 1985 o sistema financeiro possuía 16.000 agências espalhadas no território nacional (CUT-DNB, 1989).

A Reforma Bancária instituída pelo governo transformou a organização do sistema financeiro, com a racionalização e padronização do serviço bancário, através de normas regulamentadas internamente pelos bancos, viabilizando o controle dos serviços nas várias agências.

Estas modificações na estrutura bancária geraram profundas mudanças no cotidiano bancário, tornando a organização do trabalho nos bancos semelhante à organização fabril¹⁹. A divisão do trabalho foi implementada de forma análoga às fábricas, com tarefas parceladas, padronizadas e rigidamente controladas. Para Jinkings (1995:48), a organização científica do trabalho apresenta uma peculiaridade no trabalho bancário:

“Além da perda de conteúdo do trabalho da maior parte dos bancários e de seu distanciamento em termos de qualificação, controle sobre o processo de trabalho e remuneração de novos cargos técnicos e gerenciais criados, a racionalização transparecia na centralização administrativa e na padronização sistemática do processo de trabalho”.

¹⁹A organização do trabalho nas sociedades capitalistas centra seus esforços na intensificação do processo de trabalho a partir do surgimento da manufatura, que “constitui a base técnica para o surgimento da indústria fabril ou indústria moderna” (Blass, 1989:6). O advento de métodos e técnicas de administração da força de trabalho na indústria fabril fundamenta-se nas obras dos economistas clássicos que introduziram a racionalização no campo do trabalho. O modelo de “gerência científica” idealizado por Frederick Taylor baseia-se nos seguintes aspectos: separação entre concepção e execução do trabalho, rígida divisão de tarefas (fragmentação e padronização das atividades) e um sistema disciplinar e de vigilância (que busca a subordinação do trabalhador ao processo de trabalho). Já a Teoria Clássica de Fayol contribuiu para o “estabelecimento do processo administrativo, presente até hoje na teoria da administração expressando a separação entre administração e execução” (Kuenzer, 1989:31).

Cabe ressaltar a especificidade do trabalho bancário, embasado na manipulação de dinheiro através de técnicas contábeis, ou seja, inexistente a produção de um bem de consumo, como no processo fabril. Os bancos são repassadores de recursos, permitindo “*agilizar o crédito, a circulação das mercadorias e a rotação do capital*” (Blass, 1989:8). O trabalho bancário compreende, em sua quase totalidade, uma atividade mecânica, seqüencial e rotineira, muitas vezes vazia de conteúdo. A racionalização crescente do sistema financeiro contribuiu para o incremento das novas tecnologias nos bancos a partir da década de 60, acrescentando maior eficiência e segurança às rotinas bancárias, gerando, porém, em contrapartida, graves consequências para o trabalhador bancário.

2.2 A automação nos bancos

O processo de introdução da automação bancária desenvolveu-se de forma gradual a partir dos anos 60, gerando transformações constantes sobre o cotidiano do trabalho bancário. Apesar da importância que a automação bancária adquiriu para a reestruturação do sistema financeiro, este tema carece de estudos acadêmicos atualizados, ou seja, estudos que englobem a realidade vivida após a implementação massiva das novas tecnologias no setor bancário, a partir dos anos 90. Os estudos disponíveis apontam tendências de um processo em sua fase inicial, e os efeitos da automação sobre o emprego, o salário, a qualificação da mão-de-obra e condições do trabalho bancário precisam ser redimensionados, verificando-se seus impactos em nível nacional. Os poucos estudos existentes foram desenvolvidos na fase inicial da automação de base microeletrônica nos bancos, e suas conclusões sobre os efeitos desta nova tecnologia para o processo de trabalho bancário não são consensuais.

Até 1964 todos os serviços contábeis eram realizados na própria agência, que se dividia em dois blocos: gerência e serviços. O serviço administrativo cotidiano estava sob a responsabilidade do contador. As modificações do trabalho bancário centralizaram as atividades relativas à contabilidade dos bancos, alterando bruscamente o perfil da categoria a partir da década de 70. O bancário-contador, detentor de

conhecimentos específicos e de um saber técnico reconhecido socialmente, é substituído pelo chefe de serviço e a admissão nos bancos é realizada sem a necessidade de um saber mais aprofundado. Segundo Barão (1991:60-61):

“A representação dos bancários sobre suas funções como um meio de prestígio e ascensão social, começa a ser abalada pela redução de seu salário real e pelas perdas de outros critérios de valorização profissional, enfrentados no cotidiano do trabalho. Em outras palavras, paralelamente à deteriorização das condições de vida do bancário ocorre uma desqualificação do seu trabalho”.

O processo de automação bancária, segundo Larangeira (1994a:191) é estruturado em quatro momentos. No final dos anos 60, surgem os primeiros Centros de Processamento de Dados (CPDs), com a instalação de grandes computadores que centralizam as operações bancárias rotineiras. O processamento massivo dos dados resulta na criação de novos postos de trabalho relacionados à preparação, conferência e digitação dos documentos. Esta é a primeira fase da automação no sistema financeiro nacional. Para Larangeira (1994b:52),

“esta fase tende a gerar uma polarização caracterizada pelo surgimento, de um lado, de uma massa de trabalhadores não qualificados, sem visão global do processo de trabalho e, de outro, de um pequeno grupo de profissionais, ou seja, gerentes especializados, programadores e analistas de sistemas que conduzem o processo”.

A seguir, inicia-se a automação de “vanguarda” (caixas), no início dos anos 80, surgindo “os chamados bancos eletrônicos e suas agências on line, que empregam sistemas automatizados de atendimento ao público” (Blass, 1993:85), permitindo a interligação direta entre agências através da utilização de terminais de transferência de fundos com o uso de cartões magnéticos. Conforme Ely (1995: 55),

“o processamento de informações, que antes iniciava com o trabalho do caixa, passava pelos bancários da retaguarda da agência e terminava nos CPDs com o trabalho dos funcionários dos setores de compensação, digitação e conferência, passou a ser realizado quase que exclusivamente pelo caixa do sistema on line”.

Em meados dos anos 80 é implantada a automação de “retaguarda”, com a utilização de terminais nas agências bancárias ligados ao computador central, permitindo o fornecimento de dados em rede para as agências do banco. No final dos anos 80, inicia-se a transferência eletrônica de dados nas residências, nas lojas e nos escritórios (auto-atendimento). Nos anos 90, criam-se agências totalmente automatizadas, sem necessidade de funcionários, onde o próprio cliente (usuário) efetua as operações bancárias diretamente pelo computador.

Com isto, as funções de caixa e do pessoal da retaguarda foram profundamente afetadas. Para Larangeira (1994b:54), o serviço do caixa, com a introdução do sistema *on line*,

“de um lado, foi reduzido, já que a tarefa de fechamento do caixa tornou-se bastante simplificada[...] De outro lado, verifica-se um alargamento da função, tendo em vista a execução de operações anteriormente executadas pela retaguarda[...] os caixas tendem a adquirir maior autonomia no sentido de que passam a deter informações sobre saldos podendo decidir sobre pagamentos e/ou fornecer informações e assessoramento a clientes”. [grifo meu].

A questão da maior autonomia dos caixas parece questionável. O fato de o caixa não mais depender de uma listagem ou de um outro funcionário para efetuar alguma operação não significa que tenha havido uma maior autonomia de suas funções, uma vez que agora o caixa depende do terminal do computador para direcionar seu trabalho. Para Blass (1989:21 e 1992:51), muitos caixas se percebem como “especialistas de máquinas de autenticação”, o que parece indicar um empobrecimento do conteúdo desta tarefa, que se torna repetitiva e vazia. A função do caixa engloba cada vez mais as atividades exercidas pelos digitadores, embora o caixa não goze da prerrogativa concedida a estes de um descanso de dez minutos para cada cinquenta minutos de digitação. Com isto, agravam-se as lesões por esforços repetitivos (LER) nos bancos, ocasionando graves problemas de saúde ao bancário²⁰.

²⁰ Apenas para ilustrar a importância desta questão, a pesquisa realizada pela FUNDAÇÃO JORGE DUPRAT FIGUEIREDO PARA SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO - FUNDACENTRO et al. (1996) indica que “as LER apresentam um índice de incidência maior do que o somatório de todas as outras causas de afastamento do trabalho no país e no mundo, constituindo a maior epidemia de doenças

Baseado-se em um estudo realizado em um banco estadual, Larangeira (1994b) refere-se aos efeitos gerados pela organização do trabalho e pelo uso da automação sobre os serviços da retaguarda em sua fase inicial (implantação das centrais de serviços automatizados), que ocasionaram um aumento da produtividade, redução do pessoal, intensificação do ritmo de trabalho e o parcelamento das tarefas. Para a autora, com o desenvolvimento da computação, ocorreria uma *“maior autonomia no âmbito do local de trabalho”* que se traduziria em *“novos arranjos na organização do trabalho favorecendo a maior flexibilidade e integração de atividades”*. Em uma segunda fase, a partir da desativação das centrais automatizadas, *“as funções de retaguarda tendem a oferecer melhores possibilidades para o desenvolvimento das capacidades do trabalhador”* (Larangeira, 1994b:55). [grifo meu]. Ocorreria uma *“valorização do empregado”*, que se tornaria livre do *“exercício fragmentado e rotineiro da organização taylorista”*, o que geraria a *“melhora nas condições de trabalho”* e um *“aumento da qualificação”*.

Uma visão oposta a esta encontra-se em Ferreira (1993), que vê o desaparecimento da retaguarda como um dos efeitos da automação bancária. Como relacionar a *“valorização do empregado”* e o *“aumento da qualificação”*, citados por Larangeira, em uma atividade que tende a desaparecer? Referindo-se aos efeitos da automação sobre a organização do trabalho bancário, Ferreira destaca a consolidação do modo taylorista no trabalho bancário e o início de sua transição para o fordismo, a superqualificação versus a desqualificação da mão-de-obra e o aumento de controle sobre o processo de trabalho como os principais agravantes sobre a organização do trabalho. Para o trabalhador, a automação geraria a diminuição de sua autonomia, via expropriação sistemática do saber pela máquina, bem como o sentimento de auto-desvalorização.

Várias modificações ocorreram nas agências bancárias. Anteriormente, grande parte das rotinas era realizada pela própria agência. Com a automação, os

do trabalho na história”. Ora, se a saúde do trabalhador é condição básica para seu trabalho, percebe-se o descaso com que este ponto é tratado pelo empresariado e pelo governo.

serviços são centralizados e controlados pelos departamentos nas matrizes²¹. O controle passa a ser executado com maior eficácia pelo sistema automatizado proporcionando uma maior produtividade para os bancos.

A expansão da rede bancária intensificou a concorrência entre os bancos. Com o plano de estabilização econômica Cruzado I, implementado pelo governo em 1986, os bancos aumentaram sua lucratividade reduzindo sua estrutura operacional, fechando agências e demitindo bancários. Em 1986, o setor financeiro eliminou 109.000 vagas. De 1987 a 1989, o setor absorveu apenas 34.285 funcionários, montante insuficiente para reverter a forte contração da categoria ocorrida ao longo de 1986²². Além disso, com a modernização do setor e a majoração das tarifas bancárias, os bancos elevaram suas taxas de lucratividade, tornando-se um dos segmentos mais rentáveis da economia brasileira. Os reflexos da introdução das novas tecnologias nos bancos indicam uma série de transformações no trabalho bancário, com efeitos bastante perversos para a categoria, que vê-se ameaçada pelo desemprego²³, pela insegurança do emprego²⁴, por condições de trabalho que não respeitam a saúde do trabalhador, pelo

²¹Esta fase ocorre com a automação dos serviços de retaguarda, descritos por Larangeira (1994b) e Zamberlan e Salerno (1983). Na condição de trabalhadora bancária, vivenciei este processo no Banco do Estado do Rio Grande do Sul. Inicialmente o pessoal da retaguarda foi transferido para as centrais automatizadas, efetuando o fechamento das operações realizadas pelos caixas de um determinado grupo de agências. Posteriormente foram criadas as centralizadoras de dados, onde era efetuado o trabalho de digitação dos documentos referentes às operações realizadas. Com a implantação do "on line" finalizada, iniciou-se a desativação destas centrais e o processo de enxugamento de pessoal, que ocorreu em dois momentos. Primeiro, com a transferência dos funcionários das centrais para as agências e/ou departamentos, inviabilizando novas contratações, uma vez que o último concurso para seleção de pessoal realizou-se no ano de 1988. Ou seja, apesar das aposentadorias e demissões ocasionais, não houve renovação de pessoal. Em um segundo momento, a partir de 1995, o banco implementou o Programa de Incentivo ao Afastamento Voluntário (PIAV), diminuindo sensivelmente seu quadro de pessoal.

²² Boletim DIEESE. "O emprego dos bancários: a segunda onda de demissões", junho de 1991.

²³ "Nos Estados Unidos, durante a primeira arrancada da automação, entre 1960 e 1973, as transações cresceram 8,3% ao ano e o emprego, somente 4,3% [...] O Citibank, um dos líderes da automação bancária americana, reduziu em 40% o número de empregados na retaguarda e administração" (Boletim DIEESE. "Os efeitos da automação no sistema bancário", janeiro de 1984).

²⁴Segundo Mattoso (1994:16), a insegurança do emprego é identificada "*através da redução de empregos estáveis ou permanentes nas empresas e da maior subcontratação de trabalhadores temporários, em tempo determinado, eventuais, em tempo parcial, trabalho a domicílio ou independente, aprendizes, estagiários, etc.*". Um exemplo ilustrativo do trabalho temporário nos bancos foi denunciado pela revista da FEEB/RS, relatando que no Banrisul cerca de mil empregados aderiram ao Programa de Incentivo ao Afastamento Voluntário (PIAV) e em seu lugar foram contratados 1,7 mil estagiários, todos com horários e salários diferenciados e reduzidos (PROSA & verbo, nº 8, p. 8. "Estágio é uma arma nas mãos dos banqueiros", agosto de 1998). Segundo Blanco (1994), o processo de terceirização do trabalho nos bancos apresenta-se de várias formas: pela contratação de trabalhadores vinculados a empresas prestadoras de

achatamento salarial, entre outros. O Seminário Nacional de Automação Bancária, organizado pelo DNB-CUT (citado por Jinkings, 1995:96) concluiu que *“a introdução das inovações tecnológicas nos bancos alterou rotinas, eliminou e criou novas funções, em muitos casos agravou as condições de trabalho, aumentou a produtividade, desqualificou a profissão, concentrou poderes e, finalmente, provocou o surgimento de novos problemas de saúde”*. Estes efeitos intensificam-se de acordo com a concorrência inter-bancos e com a escalada da automação no sistema financeiro, concretizando-se a partir da década de 90, mas se fazendo presentes desde meados da década de 80.

Apesar dos impactos negativos das novas tecnologias sobre a saúde no trabalho bancário, as formas de resistência dos trabalhadores têm se manifestado através de estratégias que, embora pontuais, traduzem a preocupação em melhorar as condições de trabalho. A saúde do trabalhador bancário, por exemplo, tem ocupado espaço em acordos coletivos recentes, tendo sido uma preocupação que se originou no início dos anos 80 e cuja conquista maior foi o reconhecimento da tenossinovite como doença profissional²⁵. Nesta conquista está embutida a questão da periculosidade do trabalho bancário, acentuada com a introdução da automação nos bancos, cujos efeitos para a saúde passaram a ser reconhecidos pelo Ministério do Trabalho. Esta conquista expressa a organização que a categoria bancária desenvolveu, ao articular-se com outros órgãos de pesquisa, capacitando-se para outras formas de resistência, que não exclusivamente a greve.

2.3 A categoria bancária

Com a modernização do sistema financeiro, a composição da categoria bancária também se altera a partir da década de 60. A caracterização do perfil da categoria é analisada pelo DIEESE (1980) utilizando as variáveis sexo, escolaridade, faixa etária e salários. Esta pesquisa, realizada no estado de São Paulo, indica que

serviços, pela contratação de estagiários-estudantes pelos bancos públicos, pela transferência de atividades consideradas não estratégicas para os objetivos de lucratividade da empresa para as empresas chamadas terceiras.

²⁵ Portaria do MPAS 4062, de 06.08.87.

havia 64% de bancários do sexo masculino, possuindo uma idade média de 26 anos, 81% concluíram ou estavam cursando o segundo grau, enquanto que 34% possuíam nível superior. O salário médio da categoria equivalia a 6,1 salários mínimos, porém 70% dos bancários recebiam menos que este salário, havendo, portanto, uma grande concentração de trabalhadores nas faixas salariais mais baixas.

No Rio Grande do Sul, a pesquisa da Federação dos Empregados em Estabelecimentos Bancários do estado (FEEB/RS), realizada em 1989, acompanha os índices da pesquisa do DIEESE para o estado de São Paulo. Com relação à distribuição por sexo, o trabalho publicado pela FEEB/RS discrimina o percentual de bancários e bancárias por tipo de banco. Comparando-se com o percentual do DIEESE/São Paulo, percebe-se que os índices mantêm-se relativamente próximos (ver tabela nº 1 - Sexo dos respondentes segundo o tipo de banco).

TABELA 1: Sexo dos respondentes segundo o tipo de banco (%) - 1989
Bancários/RS

Sexo	Tipo de Banco		
	Privado	Público	Estrangeiro
Masculino	66,4	65,4	66,7
Feminino	33,6	34,6	33,3
Base do %	449	456	24

Fonte: FEEB/RS, 1989.

Entre 1970 e 1985, a população economicamente ativa (PEA) de mulheres passou de 6,1 milhões para 18,4 milhões de trabalhadoras, isto sem considerar o trabalho doméstico²⁶. O ingresso das mulheres na categoria acompanhou a modernização do setor. Os bancos estatais passaram a aceitar mulheres nos concursos na década de 60. Assim, por exemplo, o Banespa realizou o primeiro concurso aberto às

²⁶ Conforme CUT-DNB, 1989.

mulheres somente em 1968, embora desde o início da década elas fossem admitidas via contrato, mas “*a contratação dependia essencialmente de favoritismo e o trabalho a elas confiado consistia unicamente em atendimento ao público*”(Romanelli, 1978:99-100). Verifica-se a discriminação sobre o trabalho feminino, uma vez que as mulheres exerciam as funções mais simplificadas nos bancos. Mills (1966:95) referiu-se a uma estrutura característica de autoridade em função da idade e do sexo ao analisar as atividades dos *white collars*. Conforme o autor, “*a autoridade está mais ou menos escalonada de acordo com a idade e o sexo: mulheres jovens tendem a estar subordinadas à supervisão de homens mais velhos*”. Esta característica parece prevalecer no trabalho bancário, pois, considerando-se que os salários mais elevados são atribuídos às chefias e cruzando-se esta informação com os dados referentes aos salários das mulheres bancárias (Tabela nº 6: Salário bruto segundo o tipo de banco), verifica-se a concentração de mulheres nas faixas salariais mais baixas.

No tocante ao grau de instrução dos bancários gaúchos, a exemplo dos bancários paulistas, o índice de escolaridade permanece elevado. Com relação à tabela nº 2 (Grau de instrução), observa-se um total de 83,4% de bancários com segundo grau completo, sendo que destes, 50,7 % concluíram ou estão cursando o terceiro grau.

TABELA 2: Grau de instrução (%) - 1989
Bancários/RS

Escolaridade	%
1º grau incompleto	1,4
1º grau completo	2,2
2º grau incompleto	13,0
2º grau completo	32,7
3º grau incompleto	33,3
3º grau completo	17,4
Base do %	944

Fonte: FEEB/RS, 1989.

O estudo da FEEB/RS, publicado em 1989, compara os dados acima, da categoria como um todo, com o grau de escolaridade das mulheres bancárias²⁷. Conforme a tabela nº 3 (quadro comparativo da escolaridade), percebe-se que 92,0% das mulheres bancárias possuem 2º grau completo, ultrapassando a média geral da categoria para este indicador, que é de 83,4%. O mesmo se repete com relação ao percentual de mulheres que concluíram ou estão cursando o terceiro grau (67,1%), comparando-se com o percentual da média geral da categoria (50,7%). Evidencia-se um maior nível de escolaridade entre as mulheres bancárias, fato este que, novamente de acordo com a Tabela nº 6 (Salário bruto segundo o tipo de banco), não tem sua contrapartida em termos salariais. Apesar de sua maior escolaridade, as mulheres ainda são discriminadas para os cargos de chefia no trabalho bancário.

TABELA 3: Quadro comparativo da escolaridade - 1989 e 1990

Bancárias/RS

Escolaridade	PESQUISAS	
	Pesq. 1*	Pesq. 2**
1º grau incompleto	1,4	-
1º grau completo	2,2	0,5
2º grau incompleto	13,0	7,5
2º grau completo	32,7	24,9
3º grau incompleto	33,3	36,3
3º grau completo	17,4	30,8
Total de casos	944	201

Fonte: FEEB/RS, 1989 e 1990

* Pesquisa 1: Estudo feito junto a categoria como um todo (FEEB, 1989)

** Pesquisa 2: Estudo feito somente com as mulheres (FEEB, 1990)

²⁷Deve-se, entretanto, considerar a diferença entre a amostra de ambas pesquisas, uma vez que, para a definição da escolaridade da categoria em geral foram analisados 944 casos, enquanto que o estudo realizado com as mulheres bancárias atingiu 201 casos.

A idade dos bancários gaúchos é discriminada segundo o tipo de banco pelo estudo da FEEB/RS (ver Tabela 4: Idade segundo o tipo de banco). Percebe-se a prevalência de bancários mais jovens (com menos de 25 anos) nos bancos privados, enquanto que nos bancos públicos encontram-se os bancários com faixa etária mais elevada. Isto decorre do fato de nos bancos públicos não existir a tradição de demissões, o que possibilita uma relativa estabilidade aos funcionários destes bancos. A presença de estudantes e mulheres poderia indicar a idéia de trabalho provisório nos bancos. Porém, conforme Blass (1992: 41-43), as expectativas de seguir a carreira bancária prevalecem nos bancos grandes, médios e estrangeiros, e o projeto de abandonar o banco modifica-se mediante as dificuldades de inserção no mercado de trabalho com os mesmos patamares salariais. A alta rotatividade nos bancos privados pode ser explicada pelos salários menores, pela ausência de um quadro de carreira e por condições de trabalho mais precárias.

TABELA 4: Idade segundo o tipo de banco (%) - 1989

Bancários/RS

Faixa etária	Tipo de Banco		
	Privado	Público	Estrangeiro
Até 17 anos	1,9	1,4	-
De 18 a 25 anos	58,2	21,9	35,3
De 26 a 35 anos	36,2	50,5	52,0
De 36 a 45 anos	3,2	21,4	5,9
Mais de 45 anos	0,5	4,8	5,9
Base do %	431	434	17

Fonte: FEEB/RS, 1989

Com relação aos salários dos bancários gaúchos (ver Tabela 5: Salário mensal bruto), percebe-se a permanência de baixos salários para a grande maioria²⁸, uma vez que 75,3% da categoria recebe até cinco salários mínimos. A remuneração do bancário é composta por um salário fixo (remunerado para uma jornada de seis horas) acrescido de alguns adicionais, que variam individualmente. Assim, o rendimento total do bancário pode incluir: adicional por tempo de serviço (anuênio)²⁹, gratificações (de caixa), comissão de função (para comissionados), comissão sobre o andamento dos negócios (para gerência e alguns chefes de serviço), adicional de periculosidade, dentre outros. Entretanto, a maioria destes adicionais, com exceção do anuênio e da comissão de função, são pagos a uma minoria de empregados, enquanto que a maioria dos salários permanece próximo ao salário base da categoria.

²⁸Em 1984, um estudo do DIEESE de Porto Alegre sobre o salário dos bancários gaúchos indica que o salário médio de 1983 ficou 64% acima do salário mínimo, evidenciando-se o arrocho salarial sobre a categoria (O Bancário, 14 a 18.05.1984).

²⁹O adicional por tempo de serviço foi conquistado em uma greve nacional de bancários realizada em 1962, na forma de quinquênio. Posteriormente foi transformado em anuênio, que consiste em um valor fixo somado ao salário a cada ano de serviço que o empregado completar no banco. O valor do anuênio é estipulado na Convenção Coletiva (Bobeou, dançou - Manual dos Bancários. SEEB/SP, 1993).

TABELA 5: Salário mensal bruto (% em salários mínimos) - 1989
Bancários/RS

Salário	%
1 salário	3,4
2 salários	19,3
3 salários	25,4
4 a 5 salários	27,2
6 a 10 salários	15,6
11 a 15 salários	6,7
16 a 20 salários	1,3
mais de 21 salários	1,1
Base do %	871

Fonte: FEEB/RS, 1989

A concentração de mulheres entre as faixas salariais mais baixas é observada na tabela nº 6 (Salário bruto segundo o tipo de banco), publicada no estudo da FEEB/RS. Nos bancos privados intensifica-se a concentração de salários mais baixos entre as mulheres, uma vez que 98,3% das bancárias recebem até cinco salários mínimos, enquanto que nos bancos oficiais este índice é de 50,9%. Note-se que nos bancos privados não foram registrados casos apontando a existência de bancárias recebendo mais de onze salários, o que evidencia a discriminação de gênero em relação aos salários. Esta discriminação também pode ser observada quando se compara a tabela nº 2 (Quadro comparativo da escolaridade - Bancárias/RS) com o salário da mulher bancária. Consta-se que o maior nível de escolaridade das bancárias não corresponde aos salários mais elevados.

TABELA 6: Salário bruto segundo o tipo de banco - 1990**Mulher bancária**

Salário Bruto (salário mínimo)	Tipo de Banco	
	Público	Privado
1 salário	1,9	1,7
2 salários	26,0	59,3
3 salários	14,4	23,7
4 a 5 salários	8,6	13,6
6 a 10 salários	14,4	1,7
11 a 15 salários	18,3	-
16 a 20 salários	4,8	-
mais de 20 salários	11,6	-
Total de casos	104	59

Fonte: FEEB/RS (1990)

O estudo realizado em 1983, pelo DIEESE de Porto Alegre, salienta a distribuição da categoria por tipo de banco, mostrando a concentração de bancários nos bancos privados, assim como a concentração de baixos salários nestes estabelecimentos (conforme tabela nº 7: Distribuição salarial por tipo de banco). Percebe-se que o maior contingente de bancários (62,2%) está concentrado nos bancos privados, que são os que apresentam menores salários, piores condições de trabalho e que obtêm a maior lucratividade do setor.

TABELA 7: Distribuição salarial por tipo de banco - 1984**Bancários/Porto Alegre**

Tipo de banco	% de bancários	Média salarial por banco (em cruzeiros)
Privado nacional	62,2	125.596,00
Oficial federal	13,2	322.632,00
Oficial estadual	22,1	194.714,00
Privado associado	1,4	221.708,00
Estrangeiro	1,1	155.299,00

Fonte: DIEESE, 1983. Dados publicados em "O Bancário", 14 a 18.05.1984.

A categoria subdivide-se em várias funções, destacando-se a gerência e uma variada gama de subchefes (conferentes, supervisores, chefes de setor, analistas, e outros) recebendo comissão de função. De acordo com Fleury e Vargas (1983:182), em 1979, aproximadamente 50% dos bancários paulistas eram comissionados. A outra grande parcela de empregados é composta por escriturários, incluindo-se os caixas e digitadores, além dos contínuos, que representam o mais baixo escalão da hierarquia dos bancos.

Os comissionados possuem uma carga horária de oito horas, não recebendo horas extras pois recebem a gratificação de função equivalente a 55% de seus salários³⁰, embora, muitas vezes, sua carga horária ultrapasse as oito horas normais de trabalho. O comissionamento de bancários é vantajoso para os bancos, pois a jornada de trabalho é estendida sem a remuneração equivalente, uma vez que o pagamento de duas horas extras contínuas pagas aos escriturários (incluindo-se o repouso remunerado estabelecido por lei) muitas vezes supera o valor da comissão paga a boa parte dos comissionados (principalmente os que estão em início de carreira).

³⁰ A gratificação de função ou comissão de cargo foi conquistada na Convenção Coletiva de 1961, após uma greve nacional dos bancários. Mas só em 1969 é que os bancários tiveram prevista em lei a obrigatoriedade de pagamento de comissão de função de 1/3 do ordenado aos funcionários que exerciam

Percebe-se, portanto, como a modernização do setor financeiro afetou o perfil da categoria e o trabalho dos bancários, com a expansão do setor pelo país, a formação de conglomerados financeiros e a mudança organizacional (padronização e racionalização). Inicialmente, a expansão do setor nas décadas de 60 e 70 ocasionou um aumento da oferta de empregos, gerando o ingresso de jovens e mulheres no setor bancário. Com a implantação massiva das novas tecnologias a partir de meados dos anos 80, o número de empregos no setor começou a diminuir. A modernização aumentou a lucratividade dos bancos, enquanto que os salários eram reajustados de acordo com a política recessiva do governo. Verificou-se que as mulheres, em sua maioria, encontravam-se entre as faixas salariais mais baixas, evidenciando-se a discriminação de gênero no trabalho bancário. Delineava-se um novo perfil da categoria, composto de jovens e mulheres, com baixos salários, escolaridade elevada, desempenhando tarefas rigidamente controladas, com elevado grau de fragmentação e padronização, nos moldes da organização taylorista de trabalho. Juntamente com as transformações verificadas no conteúdo do trabalho e na composição da categoria, somam-se as questões vinculadas ao cotidiano do trabalho. Como se verá a seguir, o trabalho nos bancos tornou-se cada vez mais controlado através de práticas autoritárias e com o uso crescente da automação, crescendo também a exploração, a insegurança e as doenças no trabalho.

2.4 O cotidiano do trabalho

As transformações do trabalho bancário após a Reforma Bancária modificaram gradualmente o conteúdo, o processo de trabalho e as condições de trabalho dos bancários a partir da década de 70. Estas mudanças foram aceleradas no final da década de 80, mas já estavam presentes durante os anos 70, influenciando sobre a prática sindical da categoria. Este item abarca os aspectos considerados relevantes para a transformação da ação sindical, através da análise sobre o conteúdo, o processo de trabalho e as condições de trabalho, bem como suas influências na saúde dos

as citadas funções. Com as greves de 1985, 1986 e 1987 este percentual aumenta para 40%, 50% e 55%, respectivamente (Bobeou, dançou - Manual dos Bancários. SEEB/SP, 1993).

trabalhadores bancários. O objetivo é identificar os principais elementos decorrentes da situação de trabalho nos bancos que teriam levado a categoria a impulsionar sua organização a partir dos anos 70.

Os bancos atuam através da captação e aplicação de recursos de sua clientela, utilizando algumas normas contábeis e uma mão-de-obra diversificada. Para captar seus clientes os bancos priorizam a função de atendimento (caixas, atendentes, gerência), cuja continuidade desenvolve-se com o serviço da chamada “retaguarda”, responsável pelo encaminhamento do registro contábil das operações realizadas por determinada agência. Nesta etapa a racionalização e a padronização dos serviços é mais acentuada, baseando-se em rotinas administrativas caracterizadas pela seqüenciação e redundância, visando um maior controle das tarefas. Como o trabalho bancário não exige *“algum tipo de habilidade ou destreza física, os bancos procuram organizá-lo de modo que não dependam excessivamente da mão-de-obra, visando jogar com ela de acordo com suas conveniências”* (Zamberlan e Salerno, 1983:181). Nesse sentido, uma mão-de-obra jovem, inexperiente, com nível de escolaridade considerado elevado foi cada vez mais sendo absorvida pelos bancos. O ingresso de jovens na atividade bancária deu-se juntamente com o ingresso das mulheres, o que pode ser explicado pela expansão do sistema financeiro a partir da Reforma Bancária. Necessitando ampliar a rede de agências por todo o país, os bancos começaram a empregar uma mão-de-obra escolarizada que se encontrava disponível do mercado de trabalho. Portanto, tanto a mudança no perfil da categoria, ocasionada pela Reforma Bancária, como as mudanças no processo de trabalho e nas condições de trabalho são fatores inter-relacionados e explicativos das mudanças na prática sindical dos bancários.

Uma das principais características do trabalho bancário é o controle exercido pela estrutura hierárquica dos bancos, através de variados graus de chefias e também pelo próprio fluxo do processo de trabalho, onde uma tarefa depende da realização de outra. Além disto, existe o controle externo exercido pela clientela do banco. Segundo Sztutman (1979:69), a pressão resultante do próprio processo de trabalho é a mais sentida pelos bancários, logo, como *“a organização do trabalho traz em si essas formas de pressão, o controle exercido pela chefia pode ser menor e é menos*

sentido pelos bancários". O bancário deve realizar sua tarefa dentro da carga horária estabelecida pelo banco. Esta forma de pressão, entretanto, não é percebida como tal pelos bancários, porque a intensificação do trabalho mascara outras formas de controle, permanecendo a sensação de que não existe pressão no processo de trabalho. O ritmo intensivo aparece como consequência natural do trabalho nos bancos.

"Portanto, há indicações de que a atribuição das tarefas, a organização do processo de trabalho e a carga de serviço exigida trazem consigo uma forma especial de controle do desempenho do trabalhador que remete ao seu próprio autocontrole, dispensando, dessa feita, a elaboração de controles empresariais diretos sobre a força de trabalho".
(Sztutman, 1979:71).

Algumas atividades bancárias são mais sobrecarregadas, como é o caso dos caixas e digitadores. A pressão sobre o trabalho dos caixas surge primeiramente da clientela, que espera um atendimento menos demorado; em segundo lugar, surge a preocupação constante em não errar, uma vez que, ao lidar com dinheiro alheio, a responsabilidade sobre qualquer perda é do próprio caixa. No caso dos caixas, o fluxo médio de trabalho é medido pelo número de autenticações realizadas por dia. A intensidade do trabalho dos caixas demonstra um acréscimo muito grande da pressão nos dias de maior movimento (início e final do mês)³¹. O número de autenticações duplica nestes dias, conforme demonstra a média das autenticações da tabela nº 8.

³¹Segundo o estudo de Campello e Silva Neto (1996:126), realizado na Caixa Econômica Federal de Porto Alegre, o caixa deve executar, em média, 166 autenticações por dia. Este número foi aumentando progressivamente: em 1991 passou de 122 para 144 autenticações, em 1992 pulou para 166. Esta elevação da produtividade dos caixas pode ser explicada pela introdução da automação no setor.

TABELA 8: Caixas - número de autenticações diárias - 1979³²
(Estado de São Paulo)

Distribuição	Em dias normais	Em dias de maior movimento
Para 25% dos caixas	100	210
Para 50% dos caixas	150	300
Para 75% dos caixas	225	500
Valor médio	192	365

Fonte: Sztutman (1979:80)

O controle e a pressão contínuos sobre o trabalho bancário são exercidos de forma diferenciada, prevalecendo nos bancos privados o acúmulo de denúncias feitas ao Sindicato sobre as condições de trabalho. Em Porto Alegre, os excessos de práticas autoritárias nos bancos aparecem nos diferentes informativos da categoria.

Assim, por exemplo, surgem denúncias sobre os Bancos Mercapaulo e Nacional, cujas administrações decidiram retirar as cadeiras dos funcionários que exerciam a função de caixa, obrigando-os a trabalhar de pé durante todo o expediente³³. O Sindicato, em ofício de 11.01.1979 encaminhado à Delegacia Regional do Trabalho (DRT), denuncia a exploração do trabalho decorrente de horas-extras não pagas em diversas agências bancárias de Porto Alegre, prática esta bastante usual no trabalho bancário.

Normalmente as notícias denunciam o excesso da jornada de trabalho, o não pagamento de horas extras, perseguição a funcionários, ameaça de demissão, abuso de poder por parte de chefes intermediários, e outros. Embora bem menos freqüentes, nos bancos oficiais, tais práticas também são denunciadas. Algumas denúncias apontam as relações autoritárias e discriminatórias sobre alguns segmentos da categoria.

³² Nesta tabela procurou-se demonstrar a duplicação das autenticações ocorridas em dias de maior movimento nos bancos. Os dados foram reproduzidos do original. Parece, entretanto, haver certa incoerência quanto ao percentual final, que não totaliza cem por cento.

³³ Circular 40/78 de 27.12.1978, SEEB/POA.

- No Itaú, um chefe de setor obrigou um funcionário a ficar sentado o dia inteiro sem o direito de levantar e executar alguma tarefa. No Banco Nacional, o gerente proibiu as mulheres de usarem calças compridas e os homens de usarem calças de brim³⁴.
- O Banco Mercantil do Brasil não admite mulheres casadas e discrimina as solteiras que se casam após a admissão³⁵.
- No Banco do Estado do Rio Grande do Sul um comissionado pediu a transferência de uma funcionária negra alegando a padronização racial da agência³⁶.
- Demissão de 47 caixas do Banco do Estado do Rio Grande do Sul e emissão de cartas de advertência aos caixas que participaram da paralisação de uma hora, cuja reivindicação era um quadro de carreira para os caixas³⁷.

Cartas anônimas de bancários, além de correspondências do Sindicato denunciando o cotidiano do trabalho foram encontradas nos arquivos do Centro de Memória Bancária (CMB). Estas cartas evidenciam o desrespeito ao trabalhador bancário, com denúncias como:

- não cumprimento da jornada de seis horas e não pagamento de horas extras no banco Bamerindus³⁸.
- ocorrência de transferências arbitrárias e perseguições no Banco do Estado do Rio Grande do Sul.
- condições insalubres no serviço de expedição do Banco do Estado do Rio Grande do Sul, quando o calor, a poeira e a falta de ventilação adequada tornam o ambiente de trabalho insuportável.

³⁴Conforme O Bancário, 24.07.1984.

³⁵Conforme O Bancário, 23.07.1985.

³⁶Conforme Nossa Voz, 13.06.1986.

³⁷Conforme Nossa Voz, junho de 1989. Neste mesmo jornal, a reivindicação pela readmissão dos caixas demitidos é acompanhada de um texto que questiona a política autoritária do Banrisul: *"o funcionalismo do Banrisul lutou durante todo o período da ditadura militar, e continua lutando pela democratização do banco[...] A demissão dos 47 caixas[...], a negativa, hoje, por parte da direção do banco em restabelecer o diálogo com o Sindicato de Porto Alegre, são sinais evidentes de retrocesso e capitulação da diretoria à sanha macartista dos alinhados a tradição do predo, bato e arrebento [...]* **Salário e democracia é o centro de nossa luta** (Manifesto da reunião do Conselho de Delegados Sindicais, dias 10 e 11 de junho de 1989). [grifos meus].

³⁸Conforme ofício do SEEB/Porto Alegre, 05.04.1983.

Deve-se considerar que as arbitrariedades acima relacionadas ocorreram em uma categoria composta por trabalhadores com elevado grau de instrução (se comparados à média do país), detentores de um certo *status* social (são trabalhadores de escritório), embora percebendo, em média, baixos salários. Portanto, as características que permeiam as condições do trabalho bancário e as relações de autoridade existentes nos bancos são elementos importantes para entender as transformações na ação coletiva destes trabalhadores.

A exploração do trabalho bancário é apontada também pelo estudo do DIEESE (1987:3), indicando um perverso processo de concentração de renda nos bancos comerciais no período de 1980-1987. A participação direta dos trabalhadores na renda que geram declina de 55,38% para 33,96%. Em contrapartida, os banqueiros elevaram suas cotas de lucro bruto de 30,34%, em 1980, para 55,17%, em 1987. A cota de obrigações sociais diminuiu de 14,28% no início do período para 10,87% ao seu final. A relação produtividade no trabalho/lucro per capita é sempre crescente, ocorrendo o oposto com a remuneração média real. Enquanto que a produtividade aumenta 43,97% de 1980 a 1987, a remuneração média real dos bancários é reduzida em 11,73%. A conclusão do estudo é de que ocorreu uma forte deterioração dos termos de troca entre capital e trabalho, indicando o aumento da exploração no trabalho bancário, evidenciado com a maximização do rendimento do trabalho assalariado coletivo e através da minimização dos custos com a utilização da força de trabalho. Finalmente, o estudo aponta alguns indicadores da exploração do trabalho nos bancos comerciais:

1. A taxa de exploração (relação lucro bruto/massa salarial) aumentou explosivamente de 1980 para 1987. Em 1980, para cada unidade de remuneração para aos trabalhadores, estes geravam 0,548 unidades de lucro bruto para os banqueiros; em 1987, para a mesma unidade paga, os trabalhadores geraram 1,588 unidades de lucro. No período, a taxa de exploração quase duplicou, aumentando 196,5%.
2. custo unitário do trabalho (relação remuneração média real/produtividade do trabalho) contrai-se do nível 100, em 1980, para apenas 61,31, em 1987, indicando um forte barateamento da força de trabalho.

Estes condicionantes objetivos indicam alterações sobre a remuneração e o uso da força de trabalho nos bancos, influenciando na formação de uma maior mobilização da categoria. Analisando estas denúncias, verifica-se que no cotidiano do trabalho bancário intensificava-se a repressão, o controle e o desrespeito ao bancário. O acúmulo de horas-extras, o desgaste físico e psicológico provocados pelas condições de trabalho, o arrocho salarial evidenciado pela política econômica do governo acabam por aproximar a categoria bancária do restante da classe trabalhadora.

As denúncias sobre o cotidiano do trabalho acima citadas, apontam a existência de relações de trabalho injustas e desiguais nos bancos, levando a categoria a organizar-se nos diferentes momentos de resistência que culminaram nas greves do período. Esta organização diferenciava-se conforme a realidade específica de cada banco e as reivindicações da categoria variavam de acordo com as conquistas já obtidas por outros bancos³⁹.

Juntamente com a discussão sobre as precárias condições de trabalho, dos baixos salários e da exploração do trabalho, a discussão sobre a saúde do trabalhador bancário também ganhou maior espaço. Esta discussão fez parte da pauta de reivindicações da categoria desde a luta pela jornada de seis horas, conquistada através do Decreto-Lei 23.322, de 1933 (Oliveira, 1990:55), que estipulava uma jornada semanal de 36 horas. Porém, somente em 1962 foi assinado o contrato de extinção do trabalho aos sábados. Até hoje permanecem, entretanto, as denúncias sobre o excesso da jornada de trabalho na categoria bancária. Isto demonstra que, mesmo havendo uma legislação punitiva aos infratores, os bancos insistem em descumprir a lei, fazendo com que os bancários cumpram uma jornada de trabalho estafante e, muitas vezes, sequer pagando as horas-extras a que estes trabalhadores tem direito.

A preocupação com a saúde dos bancários tem se intensificado recentemente, quando os reflexos da introdução da automação na rotina bancária se fazem sentir de forma mais acentuada, principalmente nos Centros de Processamento de Dados e nas agências, que são as áreas operacionais com maior fluxo e intensidade de

³⁹Sobre a organização dos bancários porto-alegrenses ver capítulos 3 e 4.

trabalho. Mas a discussão sobre os efeitos da automação já estava em pauta desde o início dos anos 80.

Os problemas causados por esforços repetitivos no serviço bancário começaram a ser analisados no Brasil através de um estudo realizado entre os bancários do Centro de Processamento de Dados do Banco do Brasil de Porto Alegre/RS, em 1982, relacionando as patologias inflamatórias ocupacionais ao trabalho repetitivo (Fundacentro, 1996). A partir daí a Associação dos Profissionais de Processamento de Dados do Rio Grande do Sul (APPD-RS) criou uma comissão de saúde que divulgou a tenossinovite como doença profissional no V Congresso Nacional de Profissionais de Processamento de Dados, em 1984. Com a Portaria 4062, de 06.08.87, do Ministério de Previdência e Assistência Social (MPAS), o Instituto Nacional de Seguridade e Segurança Social (INSS) reconheceu os casos de tenossinovite (um dos tipos de lesão por esforço repetitivo) em atividades de digitação, datilografia e outras, como doença do trabalho, desde que fosse estabelecido o nexo causal entre a doença e o trabalho executado.

Conforme pesquisa do DIESAT (1985:17-28), o uso de computadores nas áreas de produção dos bancos têm ocasionado diversos problemas de saúde aos bancários, tais como: problemas visuais, tenossinovite e outros problemas osteomusculares e efeitos sobre a saúde mental (fadiga e aceleração mental, insônia, stress, depressão, úlcera, hipertensão arterial, doenças coronarianas). O mesmo estudo aponta as principais fontes de tensão e cansaço relacionadas às condições organizacionais, derivadas da política de pessoal adotadas pelas empresas bancárias:

- prolongamento da jornada de trabalho, manifestando-se o desrespeito à jornada de seis horas definidas por lei para a categoria;
- insuficiência do número e duração de pausas, incluindo a pausa para as refeições;
- ritmo intensivo de trabalho;
- pressão exercida pelas exigências de produção;
- aumento de volume de trabalho e insuficiência de funcionários;
- acúmulo de funções;
- formas de controle sobre o bancário;

- pressão exercida pelos prazos e horários existentes para determinadas tarefas;
- pressão exercida pelos clientes;
- natureza e conteúdo das tarefas;
- risco de assaltos;
- rotatividade de funcionários;
- limitação das perspectivas de carreira.

A discussão sobre o conteúdo do trabalho bancário e suas consequências para a saúde do trabalhador foram analisadas durante o III Congresso do Departamento Nacional de Bancários (CUT-CNB, 1992:43), compreendendo:

- tarefas monótonas, repetitivas, que não veiculam significado humano;
- fragmentação, simplificação e padronização das tarefas;
- pressão das chefias via controle do ritmo, tempo e movimento;
- pressão dos clientes;
- sistema de vigilância e controle do processo de trabalho intensivo e sofisticado;
- seqüenciação e rotinização do processo de trabalho;
- redundância na conferência de valores e papéis;
- modo operatório mecânico que impede o funcionamento livre do corpo e mente;
- vigilância hierárquica através do controle da visibilidade.

As expectativas em torno da utilização de equipamentos e máquinas para facilitar o trabalho humano são desfeitas pelos resultados negativos que a implantação da automação deixou nos locais de trabalho. Servindo primeiramente para beneficiar a produtividade exigida pelo capital, a revolução tecnológica parece ter esquecido do elemento humano, transferindo o processo de concepção e execução do trabalho para equipamentos cada vez mais sofisticados. Para Rebouças (1989:41):

“A automação não cumpriu seu papel social. Não reduziu as jornadas de trabalho, não foi aplicada preferencialmente em áreas insalubres, não substituiu o esforço físico estafante do Trabalhador”.

Estas características do trabalho bancário influem na formação de um sentimento de inutilidade de parcela dos trabalhadores, principalmente nas áreas mais automatizados dos bancos, onde as tarefas são desempenhadas com extrema rotina, monotonia e pressão constantes. O depoimento colhido pelo DIESAT (1985:110) traduz a percepção de um trabalho sem sentido:

“É um serviço tão massante que não exige nada de você[...] Você não tem nada o que contar em casa do que você fez, sabe? O que você vai falar? Que não errou nenhuma vez?”.

Nos centros de digitação, o vazio do trabalho aparece aliado às doenças, às diferentes formas de pressão e ao medo da demissão. Nos depoimentos abaixo, que certamente não devem ser generalizados, uma vez que a vivência de uma dada situação é percebida de forma individual e diferenciada, verificam-se as limitações de algumas atividades. O que se quer registrar é a forma subjetiva de como são vividas algumas rotinas bancárias, e como o sofrimento no trabalho é percebido.

“Problema de coluna - é o que você mais vai encontrar dentro da digitação, porque a disciplina lá é rígida e as meninas saem, realmente com o corpo ruim. Eu tinha uma colega que impunha, ela não tava nem aí e levantava, mas tem aquelas meninas que tem medo[...] Então ficam ali, morrendo aquelas 6 horas...”.
“Quando a produção é considerada baixa, obriga-se a digitadora a assinar advertências recebidas. E o medo de dispensa vai aumentando...”.(DIESAT, 1985:115).

A organização do trabalho exerce tal controle sobre a vida do trabalhador ao ponto de causar-lhe problemas de relacionamento mesmo fora do local de trabalho, além dos problemas de saúde diretamente ligados a uma determinada função. No depoimento abaixo, percebe-se que os problemas surgidos no trabalho invadem a vida privada desta depoente, alterando seu comportamento para com a própria família, atingindo sua saúde psíquica através de um mecanismo que é fundamental para a saúde física: o sono.

“Minha insônia começou depois que eu fui para a digitação. Preocupação de dar produção, produção, produção[...] Mudei muito. Mudei até com a minha família, fiquei mais agressiva. Porque eu fico com aquilo na cabeça: tem que dar produção”.
(DIESAT, 1985:116).

O trabalho repetitivo nos bancos assume as características da organização científica do trabalho (taylorismo), buscando uma produtividade cada vez maior, através dos sistemas hierárquicos e de controle implementados sobre o processo de trabalho. Este processo pode ser evidenciado através da rigidez da organização do trabalho, do controle sobre o tempo e sobre a produtividade do trabalho, da repetitividade das funções, da monotonia das tarefas. O contato com uma atividade desinteressante e sem significado gera o sofrimento, a insatisfação, a ansiedade e o sentimento de inutilidade do trabalhador. Segundo Dejours (1988:52),

“A certeza de que o nível atingido de insatisfação não pode mais diminuir marca o começo do sofrimento[...] Via de regra, quanto mais a organização do trabalho é rígida, mais a divisão do trabalho é acentuada, menor é o conteúdo significativo do trabalho e menores são as possibilidades de mudá-lo”.

As impressões subjetivas de um trabalho rigidamente controlado e repetitivo são vividas de forma diferenciada por cada trabalhador. Os depoimentos acima são relatos de trabalhadores que exercem suas atividades em departamentos ou agências bancárias, são os trabalhadores de “colarinho-branco”, com condições de trabalho diferenciadas do operário comum, que exerce um serviço braçal. Percebe-se, entretanto, que as diferenças entre bancários e operários nem sempre explicam porquê uma parcela de trabalhadores que possui condições de trabalho consideradas como socialmente mais elevadas insere-se em movimentos coletivos reivindicando melhores condições de trabalho. É preciso, portanto, apreender os fatores subjetivos da condição bancária que influenciaram uma tomada de consciência coletiva por estes trabalhadores. E a percepção das condições de trabalho e dos impactos destas sobre a saúde destes trabalhadores parecem ser aspectos importantes para a análise do movimento sindical que surgiu no final da década de 70.

A questão da saúde do trabalhador bancário está vinculada diretamente às condições de trabalho (ambiente físico, condições de higiene e segurança) e à

organização do trabalho (a divisão do trabalho, o conteúdo da tarefa, o sistema hierárquico, as relações de poder, dentre outros). A superlotação de grande parte das agências bancárias em dias de pico do movimento, o prolongamento da jornada de trabalho, o cansaço físico e mental, a preocupação em não errar e o controle exercido pelas chefias são fatores de tensão constante nos bancos.

Aliado a estes condicionantes, encontram-se dois agravantes que permearam a realidade do trabalho bancário a partir da década de 70: os baixos salários oriundos da política econômica do governo militar e as condições repressivas que limitavam os questionamentos do movimento sindical.

A junção destes fatores pode explicar a mudança da prática sindical no período analisado. Para tanto, deve-se considerar as precárias condições de trabalho, os baixos salários, a repressão e o controle sobre o movimento sindical, o aumento da produtividade dos bancários e da lucratividade dos bancos sem a contra-partida salarial como elementos explicativos da mudança da prática sindical desta categoria a partir dos anos 70. Além disto, deve-se igualmente considerar os fatores “subjetivos” (as percepções elaboradas) que influenciaram a formação de uma “consciência coletiva” entre estes trabalhadores, bem como as representações destas percepções traduzidas no discurso sindical sobre estas questões. Deve-se observar atentamente como a direção sindical percebia esta vivência do trabalho bancário, como encaminhava as reivindicações da base, quais as denúncias que vinham à tona em seu discurso e como todos estes elementos conformaram a ação sindical do período.

3 A ORGANIZAÇÃO DO MOVIMENTO SINDICAL BANCÁRIO

3.1 A trajetória dos bancários

A primeira forma organizativa existente entre os bancários data de 1907, quando foi criada a Sociedade Beneficente dos Funcionários da Caixa Econômica de São Paulo, de caráter assistencialista. O sindicalismo bancário sempre teve como centro de referência o Sindicato dos Bancários de São Paulo, uma vez que é na capital paulista que se concentra o maior contingente de agências bancárias do país. Em 1923 foi fundada a Associação dos Funcionários de Bancos do Estado de São Paulo, que caracterizava-se por fins beneficentes, instrutivos e recreativos. Com a criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, em 1930, começava a intervenção do Estado sobre a organização dos trabalhadores. Neste período, uma oposição ligada ao Partido Sindicalista dos Bancários se estruturava dentro da Associação, visando uma verdadeira organização sindical, em oposição à lei de sindicalização que primava pelo assistencialismo (Canêdo, 1978).

Em 1932, funcionários do Banco Commercial de São Paulo manifestavam-se contra as más condições de trabalho, criando um boletim clandestino “O Bancário”, que se intitulava “*Órgão real de defesa da classe dos infelizes proletários de colarinho branco e gravata*”(Karepovs, 1994: 22). No mesmo ano, os funcionários da filial de Santos do Banco do Estado de São Paulo, organizaram a primeira greve da categoria, impulsionados pela supressão das gratificações semestrais e do abono de 5% depois de cinco anos de serviço, pelas demissões de funcionários que não estivessem recuperados após a licença de saúde, pelo aumento do valor das horas extras noturnas. Após dois dias de greve, as pressões da imprensa e do comércio levaram o Secretário da Fazenda de São Paulo a atender as reivindicações dos bancários, pondo fim à paralisação. No ano seguinte, a Associação transformou-se em Sindicato dos Bancários de São Paulo.

Em Porto Alegre, o Sindicato dos Bancários foi fundado em 1933, pautando sua prática pela conivência com a política do governo varguista, constando nas

propostas de trabalho da diretoria eleita “a busca da concórdia, a solidariedade, a coesão, a harmonia com o amparo das leis”⁴⁰. Esta prática, entretanto, não inviabilizou a participação do Sindicato na primeira greve da categoria, no mesmo ano, quando os bancários reivindicavam a jornada de seis horas de trabalho. Verifica-se uma certa ambigüidade da ação sindical no período, marcada ora pela cooptação, ora pelo distanciamento em relação à política governamental. Esta ambigüidade, também apontada por Canêdo (1986) no caso dos bancários paulistas e por Oliveira (1990) no caso dos bancários cariocas, parece ser uma característica do movimento sindical bancário.

A primeira greve nacional da categoria ocorreu em 1934, contando com oito dos dez sindicatos do país. As reivindicações eram: aposentadoria aos 30 anos de serviço e aos 50 anos de idade, estabilidade no emprego a partir do primeiro ano na instituição e criação de uma Caixa Única de Aposentadorias e Pensões. A greve durou três dias, e teve como resultado a regulamentação do Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Bancários (IAPB).

Em 1943, começava a mobilização pelo salário mínimo profissional, que desembocou na segunda greve nacional, em 1946. A proibição de greves pelo governo Dutra gerou a intervenção no Sindicato do Rio de Janeiro. Mas a reação das direções sindicais foi imediata, organizando uma campanha nacional pela reconquista do Sindicato. O movimento saiu vitorioso, com a renúncia dos interventores. Em 1955, por iniciativa dos bancários, foi criado o DIEESE e no ano seguinte, no VI Congresso Nacional da categoria, foi constituída uma Comissão Executiva Nacional, que impulsionaria a criação das Federações Bancárias. Em 1958 foi criada a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Crédito (CONTEC).

No final da década de 50, com a ativação dos setores populares nas campanhas nacionalistas do período e a renúncia de Jânio Quadros à Presidência, em 1961, os bancários decidiram apoiar o vice-presidente João Goulart. As lideranças bancárias gaúchas expressavam sua preocupação quanto ao momento nacional, apontando a “*necessidade de ser mobilizada imediatamente a classe bancária do Rio*

⁴⁰ CENTRO DE MEMÓRIA BANCÁRIA - CMB/Porto Alegre, 1995:31.

*Grande do Sul, face aos acontecimentos atuais que intranqüilizam o país*⁴¹. Integrados ao Conselho Sindical dos Trabalhadores Gaúchos e filiados ao Comando Sindical de Porto Alegre, os bancários engajaram-se na Campanha da Legalidade, em 1961, para garantir a posse de João Goulart na presidência e deram início a uma campanha de solidariedade ao governo Goulart.

A ligação entre a direção sindical bancária e o governo petebista ainda pode ser observada na decretação da greve de 1962, quando os bancários reivindicavam um reajuste salarial de 70%. Na noite que antecedeu a greve, os bancários gaúchos dirigiram-se ao Palácio Piratini para falar com o governador do estado, Leonel Brizola, solicitando ao mesmo a garantia de que não haveria repressão ao movimento grevista. Ao obterem a palavra de Brizola de que a Brigada não iria intervir no movimento, “os bancários foram para a rádio Guaíba e disseram que estavam em greve”⁴². Sem dúvida, transparece aqui a postura de subserviência entre os bancários e o governo: a greve de 1962 transformou-se em uma greve “consentida” pelo governo petebista. Como observa Keck (1988:385), com o sindicalismo populista “os trabalhadores trocavam seu apoio à política governamental, especialmente o nacionalismo econômico, por um relativo relaxamento do controle sobre os sindicatos”.

Após seis dias de greve, os bancários obtiveram um reajuste de 60%, a eliminação do trabalho aos sábados, a gratificação semestral para todos os bancos, o abono escolar, o piso mínimo para os tesoueiros, caixas e contínuos, o quinquênio e a unificação da data-base. Com o sucesso da greve aumentou o número de associados do Sindicato de Porto Alegre, e este começou a se aparelhar materialmente, construindo sua primeira sede no centro da cidade, incluindo biblioteca, barbearia, restaurante, bar e salão de beleza. Neste período, a categoria compunha-se de doze mil bancários, dos quais mil eram associados. Após a greve, o número de sindicalizados passou para oito mil.

Com o golpe militar de 1964, o governo instituiu o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS (que acabou com a estabilidade no emprego) e unificou os

⁴¹ CENTRO DE MEMÓRIA BANCÁRIA - CMB/Porto Alegre, 1995:186

⁴² Entrevista ao CENTRO DE MEMÓRIA BANCÁRIA - CMB/Porto Alegre, 1994. Olívio Dutra.

institutos de previdência, criando o Instituto Nacional de Previdência Social (INPS). A intervenção governamental nos sindicatos e a repressão sobre o movimento sindical (como de resto, em toda sociedade) abalou a organização dos trabalhadores brasileiros. Parte de suas lideranças foi presa ou assassinada pelos órgãos de repressão. Os interventores foram substituídos por diretores rigidamente controlados pelo Ministério do Trabalho. A ação dos sindicatos passou a ser caracterizada pelo assistencialismo, pela burocratização das entidades sindicais e por um distanciamento com as bases.

Em Porto Alegre, a diretoria eleita em fevereiro de 1964 não chegou a assumir seu mandato, sendo destituída após o golpe militar⁴³, quando foi instalada uma junta interventora que dirigiu o Sindicato até julho de 1965. A intervenção no Sindicato e na Federação dos Bancários do Rio Grande do Sul foi explicada pelo interventor militar, alegando que *“estavam ambas entidades ligadas à órgãos comprometidos com o CGT, PUA, Comando Sindical, Movimento dos Sem Terra, SUPRA, Frente de Mobilização Popular, etc[...] Ficou evidenciado[...] a vinculação da Federação e do Sindicato ao movimento comunista mundial...”*⁴⁴.

A primeira diretoria eleita no Sindicato de Porto Alegre após a intervenção, com mandato de dois anos, preocupou-se exclusivamente com a manutenção da entidade administrativa e financeiramente, com um trabalho estritamente assistencialista, definindo sua atuação por uma linha de *“isenção ideológica, política e religiosa”*⁴⁵. Segundo a imprensa, o Sindicato notificou a nova orientação da entidade, onde ficavam de fora *“qualquer interesse, debate ou participação em atividade de caráter político, ideológico ou religioso”*⁴⁶. Observa-se a presença de um discurso de conciliação e neutralidade que fugia às questões polêmicas integradas ao debate político do país.

Em novembro de 1966, os bancários de Porto Alegre realizaram a primeira greve após o golpe de 64, que teve a duração de seis dias. O motivo da greve

⁴³ Além do Sindicato, também a Federação dos Bancários sofreu intervenção governamental.

⁴⁴ Correio do Povo, 26.07.1964, p. 52. “Exército divulga levantamento na Federação dos Bancários”.

⁴⁵ CENTRO DE MEMÓRIA BANCÁRIA - CMB/ Porto Alegre, 1995.

⁴⁶ Correio do Povo, 19.10.1965, p. 8. “Sindicato voltado para os interesses da classe”.

originava-se do dissídio de 1965, quando os bancos concederam um aumento de 30%, em setembro de 1965, a título de manifestação espontânea.

Porém, em 1966 os banqueiros quiseram descontar esses 30% concedidos, mas o Tribunal Superior do Trabalho (TST) negou a compensação, decidindo por um aumento de 38% sobre os salários de outubro de 1965. Para a imprensa, *“os bancários não receberam seu aumento de 38% e além da greve a ser deflagrada em novembro, pediram a prisão dos banqueiros que não atenderam a solução do Tribunal Superior do Trabalho[...] O Procurador do Ministério Público do Trabalho[...] diz que a greve é legítima, amparada no artigo 16 da lei 4330 ...”*⁴⁷. A greve se estendeu ao interior do estado e teve seu término mediante a proposta de 20,32% de reajuste, mais um salário pago como “pacificação”, bem como o não desconto dos dias parados. Em assembléia da categoria, o presidente do Sindicato, ao encaminhar esta proposta do Diretor do Departamento Nacional do Trabalho, afirmou que *“é preciso pensar na situação de cansaço dos bancários e também contribuir para a tranquilidade da Nação”*⁴⁸. Percebe-se que mesmo sendo considerada uma greve legal por parte do governo, a direção sindical primava por uma prática conciliatória entre trabalhadores e banqueiros, evitando que o movimento assumisse uma direção menos pacífica.

Em 1967 assumia a nova diretoria eleita, caracterizada como uma das gestões mais entrecortadas por alterações na direção do Sindicato de Porto Alegre, em função das divergências existentes entre dirigentes que defendiam uma postura assistencialista e dirigentes trabalhistas e comunistas. No mês de outubro, o presidente renunciou, alegando a falta de apoio da maioria da diretoria, assumindo em seu lugar a Secretária eleita, conforme normas estatutárias. Em junho do ano seguinte ocorria um novo “racha” da diretoria, quando o Sindicato sofreu nova intervenção. Após trinta dias de apuração das irregularidades, a presidente do Sindicato foi reintegrada ao cargo, permanecendo, entretanto, a administração da Junta Governativa. Havia, neste período, duas posições político-sindicais divergentes, que defrontavam-se constantemente: uma

⁴⁷ Zero Hora, 28.10.1966, p. 6. “Bancários ameaçam banqueiros”.

⁴⁸ Zero Hora, 18.11.1966, p. 3. “Acordo dá fim à greve bancária”.

postura legalista integrada as regras oficiais do regime (defendida pela presidente do Sindicato, Thomasia Mion) e uma postura de enfrentamento ao governo militar, que se manifestava através das reivindicações contra a política econômica do governo e a falta de liberdade política (defendida pelo Secretário do Sindicato, Valneri Antunes). Apesar destas disputas, durante o ano de 1967, percebe-se a prevalência de um discurso mais radical do Sindicato, que denunciava o arrocho salarial sobre a categoria, a proibição das greves, a extinção do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Bancários e a conseqüente unificação da previdência social, a falta de liberdade e autonomia sindical.

A passividade existente no movimento sindical bancário começava a ser abalada por pequenas mobilizações que, embora tímidas, começavam a tomar uma dimensão pública. Após a IV Convenção Nacional dos Bancários e Securitários, realizada em julho de 1967, e coordenada pela CONTEC, a Federação dos Bancários do Rio Grande do Sul, seguindo as deliberações da Convenção, transformou o Dia Nacional do Bancário (28 de agosto) em Dia Nacional de Protesto contra a política econômica do governo, contra a restrição do direito de greve e contra a falta de autonomia e liberdades sindicais. Em nota endereçada à categoria e à opinião pública, em 26 de novembro de 1967, os sindicatos de bancários de todo o estado, reunidos na Federação para debaterem o movimento contra o arrocho salarial, denunciavam:

*“as arbitrariedades policiais perpetradas contra vários dirigentes sindicais, populares, trabalhadores e em especial o espancamento e prisão do presidente da Federação[... esta foi] a única Federação que apoiou e participou do movimento de protesto[...] não devem os trabalhadores ficar de braços cruzados enquanto o Governo, através de seus pelegos, que atualmente dirigem grande número de entidades sindicais, levam estas entidades a uma total omissão e subserviência[...] As palavras de ordem devem ser, indistintamente, LUTA E ORGANIZAÇÃO”*⁴⁹.

Em dezembro de 1967, a Federação sofreu mais uma intervenção e sua diretoria foi destituída. O Sindicato de Porto Alegre publicou nova nota na imprensa, alegando que a Federação estava lutando democraticamente em defesa dos bancários⁵⁰ e

⁴⁹ Correio do Povo, 26.11.1967, p. 64. “Aos bancários e à opinião pública”.

⁵⁰ Correio do Povo, 15.12.1967, p. 7. “Aos bancários e à opinião pública”.

enviou um memorial ao Ministro do Trabalho, Jarbas Passarinho, pleiteando eleições livres e democráticas na Federação. Em abril de 1968, lideranças bancárias foram presas por participarem de manifestação contra o arrocho salarial. Vários sindicatos do estado apelaram às autoridades expressando a solidariedade ao Secretário do Sindicato da capital, Valneri Antunes, preso durante a manifestação. Neste período, o Sindicato de Porto Alegre também participou de eventos e campanhas conjuntas promovidos por outras organizações, como o MIA (Movimento Anti-Arocho) e a JOC (Juventude Operária Católica). Havia, nesse momento, a presença de militantes comunistas que, através de um discurso mais agressivo, tentavam chamar a atenção dos trabalhadores sobre a importância da luta sindical frente à repressão do governo. Essa resistência, porém, seria abafada com a instituição do AI-5, em 1968.

Com nova intervenção, a partir da posse da Junta Governativa, em 1968, voltava a predominar uma visão assistencialista no Sindicato de Porto Alegre. Em outubro de 1969, finda a intervenção, foi eleita a nova diretoria. A partir deste ano os mandatos das diretorias passaram a ser de três anos. Com exceção do presidente, Luiz Carlos Mazzuhy Cunha, a diretoria era composta por jovens bancários. Grande parte da militância bancária que surgiu neste período esteve ligada ao movimento estudantil ou às organizações de esquerda.

Para fugir do “fantasma da intervenção” e seguir a atividade sindical dentro dos marcos legais, a diretoria procurou reorganizar o Sindicato com o objetivo de impulsionar o trabalho de mobilização e ampliar a entidade elaborando o “Plano de Reestruturação e Dinamização do Sindicato”. Com isto, foram criados cinco departamentos: Jurídico, Assistência Social, Estudos Econômicos, Divulgação e Cultural. Desenvolveu-se uma campanha de sindicalização e divulgação do Sindicato junto a categoria. O depoimento de Olívio Dutra relata este momento:

“De 1970 a 1974 fui um militante de base do Sindicato dos Bancários de Porto Alegre. No Sindicato não havia ninguém. A diretoria estava solita, convocava reuniões e pouquíssimos apareciam[...] eu pegava o material do Sindicato e[...] durante o expediente, eu fazia aquele materialzinho circular, primeiro, com muito cuidado, para não espantar o pessoal que estava

*muito temeroso da repressão, até driblar as chefias, que nem sempre tinham a clareza da importância deste trabalho[...] conversava com os colegas[...] conseguia falar-lhes das reuniões no Sindicato e então dois ou três iam para as reuniões...*⁵¹.

O Relatório de Atividades do Sindicato, de 1970, denunciava a ausência de uma política distributiva de renda e convocava a categoria a comparecer ao Sindicato para discutir sobre seus problemas específicos. Para a campanha salarial de 1971, a Federação divulgou um estudo elaborado pelo DIEESE sobre a situação salarial dos bancários a partir de 1964. Na tabela abaixo, o estudo mostra a diferença entre os índices do salário nominal (concedidos à categoria pela política salarial do período) e os índices do custo de vida, verificando-se a perda do poder de compra dos salários da categoria. O início dos anos 70 marcava, portanto, uma situação de profundo arrocho salarial sobre os trabalhadores bancários: desde o início do regime militar eles haviam perdido mais de um terço do poder de compra de seus salários (conforme Tabela nº 9: Situação salarial).

TABELA 9: Situação salarial (1964-1971) - 1971

Bancários - RS

Data base	Índice de salário nominal	Índice do Custo de vida	Índice do salário real	Perda em cada Cr\$ 100,00
Setembro/64	100	100	100	-
Setembro/65	140	161	87	13,00
Setembro/66	182	248	73	27,00
Setembro/67	228	327	70	30,00
Setembro/68	296	409	72	28,00
Setembro/69	370	503	74	26,00
Setembro/70	459	594	77	23,00
Setembro/71	459	725*	63	37,00

(*) Estimativa

Fonte: Circular FEEB/RS nº 14/71 de 17.09.1971.

⁵¹ Entrevista ao CENTRO DE MEMÓRIA BANCÁRIA - CMB/Porto Alegre, 1994.

No X Congresso Nacional de Bancários e Securitários, em julho de 1971, a Carta de Princípios elaborada pela CONTEC, federações e sindicatos filiados, lamentava “*que a Revolução de 1964 não tenha oferecido ao povo um projeto social incorporador de suas aspirações, persistindo o impasse político que nega os direitos fundamentais do homem*”. Observa-se que mesmo com a vigência do AI-5, o discurso dos bancários assumia uma conotação mais agressiva, como pode ser observado através dos princípios elencados no X Congresso da categoria, entre os quais registravam-se a independência perante o governo e os partidos políticos, eleições diretas, condenação da violência, democracia plena, política salarial sem a presença de leis repressivas e reforma agrária. A Federação dos Bancários do Rio Grande do Sul, a partir deste Congresso, adotou uma série de iniciativas para mobilizar a categoria, entre as quais um abaixo-assinado ao Presidente da República, ao Congresso e à Justiça do Trabalho em defesa da aplicação correta nos cálculos de reajustes salariais. Além disso, a Federação também participou da Semana de Defesa da Economia Nacional e do Monopólio Estatal do Petróleo, exigindo medidas de proteção para as empresas brasileiras. Isto reflete uma maior integração e inserção da categoria bancária nas lutas sociais do período. Com uma postura moderada, o presidente do Sindicato de Porto Alegre, Mazzuhy Cunha, buscava reorganizar a atividade sindical que havia sido minada pela repressão.

Na eleição de 1972, concorreram duas chapas, sendo vitoriosa a chapa da situação, que tinha Olívio Dutra como suplente da diretoria⁵². Olívio viera transferido do interior, onde trabalhava na agência do Banco do Estado do Rio Grande do Sul e atuava como militante do movimento comunitário em São Luiz Gonzaga. Em Porto Alegre,

⁵² É interessante mostrar as semelhanças entre a trajetória de Olívio Dutra, em Porto Alegre, e de Lula, em São Bernardo. Ambos assumem cargos de suplentes em seus sindicatos: Lula em 1969, Olívio em 1972. Em seguida, passam a fazer parte da diretoria executiva de seus sindicatos: Lula é eleito secretário em 1972, Olívio assume a diretoria de Departamento de Divulgação e Cultura em 1974. Em 1975 Lula é eleito presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Olívio é eleito presidente do Sindicato dos Bancários de Porto Alegre (em ambos sindicatos não havia chapa de oposição para esta eleição). Tanto Lula quanto Olívio são reeleitos em 1978 para a presidência de seus sindicatos e tem seus mandatos cassados nas greves de 1979. A partir daí, ambos constituem-se em articuladores fundamentais para a construção da CUT e do PT. Sem dúvida, a participação destes dirigentes sindicais no processo de elaboração de uma nova matriz discursiva originária do movimento sindical (Sader, 1988) deve ser considerada nas análises sobre a reconstituição da oposição no pós-64 e sobre o processo de democratização no Brasil, delineando um novo olhar sobre a participação dos trabalhadores no processo político.

aproximou-se do Sindicato através de militantes da Igreja Católica, e em 1974, com a saída de dois efetivos da diretoria, assumiu o Departamento de Divulgação e Cultura. O trabalho desenvolvido por Olívio caracterizará uma nova etapa na história do Sindicato, arregimentando um novo grupo de militantes que sustentarão as lutas da categoria, afastando-se da postura assistencialista que predominara após o golpe de 64. Em 1975, concorrendo com chapa única, Olívio foi eleito presidente do Sindicato. Apesar dos controles burocráticos e da preocupação com a infra-estrutura assistencial, esta gestão, nascida em meio a crise do “milagre econômico” da década de 70, imprimirá um novo ritmo à atuação do Sindicato. A partir desta gestão verifica-se a mudança da prática sindical dos bancários, caracterizada por elementos como:

- intensificação do número de reuniões da diretoria, atingindo 130 reuniões em três anos;
- interesse em conhecer a realidade sócio-econômica da categoria para subsidiar suas reivindicações;
- formação sindical da militância;
- maior frequência da divulgação do jornal “O Bancário”;
- intensa campanha de sindicalização;
- integração nacional entre bancários nas lutas específicas e nos encontros nacionais da categoria;

Um dos marcos da gestão de Olívio Dutra no Sindicato dos Bancários foi a aproximação entre a base e a direção sindical. Neste sentido, o trabalho realizado assumiu uma perspectiva inovadora para o período, uma vez que a repressão imposta pela ditadura militar havia desarticulado qualquer forma de participação dos trabalhadores. Conforme relatos de Olívio Dutra:

“Era uma época em que falar do Sindicato no local de trabalho, o pessoal fugia da gente[...]. Em 1972, o então presidente do Sindicato, Luiz Carlos Mazzuhy, me procurou para me alertar que o Sindicato estava passando por duras pressões, tinha um militar fardado no Sindicato todos os dias. Em certa feita, encontrei um coronel do exército ocupando uma mesa no Sindicato para observar quem entrava e quem saía.”⁵³

⁵³Dutra, Olívio. Entrevista concedida à autora (depoimento gravado). Porto Alegre, 1997.

Ainda assim, apesar do intenso controle e da desmobilização no Sindicato, a direção eleita conseguiu conquistar lentamente a confiança da categoria, com um trabalho que iniciou-se no Departamento de Divulgação e Cultura, ainda na gestão 72/75, com atividades para o bancário e sua família, com a promoção de debates, seminários, cinema, teatro, com a ativação dos jornais e panfletos dirigidos aos bancários. Segundo Olívio Dutra: *“fizemos estas coisas ter maior conteúdo, significado e forma diferentes. A referência passou a ser o Sindicato e as assembléias passaram a ter maior presença, e isto nos levou a uma segunda eleição, em 1978”*⁵⁴. Esta atuação caracterizou a formação do sindicalismo “autêntico” entre os bancários porto-alegrenses, podendo ser observada através da reativação da atividade sindical, da postura crítica em relação ao governo e à política econômica do regime militar. Segundo Sader (1988: 182),

“A particularidade que marcou a corrente dos ‘autênticos’ foi sua capacidade de absorver as pressões das bases e canalizá-las para o interior do aparelho sindical[...] Era tão estreita a margem legal para seu trabalho que viviam na ambigüidade entre querer evitar a insatisfação das bases e tentar manter o apoio à legalidade. Por isto estavam continuamente sob o fogo da crítica das oposições”.

Com a política de abertura do governo Geisel, em 1974, e com o fracasso do “milagre brasileiro”, o movimento sindical começou a se reorganizar na luta por salários dignos e por reformas democráticas. Seguindo o exemplo dos metalúrgicos de São Paulo, os bancários paulistas organizaram-se em torno de uma oposição que acusava a diretoria do Sindicato de *“defender aumentos menores que os concedidos pelos banqueiros, manter a categoria desinformada e tentar destruir as comissões de banco”* (Karepovs, 1994:87). Derrotada nas eleições sindicais de 1975, a oposição participou da campanha salarial de 1978, liderando a greve da categoria, que durou dois dias. No primeiro dia de greve o Sindicato foi fechado pela Polícia Federal e vários bancários foram presos. Como as comissões de bancos (embasadas na experiência dos

⁵⁴Dutra, Olívio. Entrevista concedida à autora (depoimento gravado). Porto Alegre, 1997.

metalúrgicos de São Paulo e do ABC paulista) não estavam suficientemente organizadas, no segundo dia a greve esvaziou-se. A oposição só chegaria ao poder nas eleições de 1979, comprometendo-se com o sindicalismo classista que então despontava.

A partir deste momento, a diretoria eleita voltou-se para três campos: a estruturação da entidade (com a construção de sete regionais e de vários grupos de bancos), a organização intersindical dos bancários (com a organização do 1º Encontro das Oposições Sindicais Bancárias, com a luta contra o sindicalismo de cúpula e com a construção da CUT) e as demandas específicas.

3.2 Formação de uma liderança autêntica

Sob o título “Viajante Ilustre”, o jornal Zero Hora, de 05.03.1999⁵⁵, destacava:

“Um telefonema quebrou a rotina da Unesul, empresa encarregada das viagens de funcionários do governo do Estado.

A moça deu todas as informações ao cliente, que optou por um voo de carreira da Transbrasil para Florianópolis. Classe Econômica.

Ao final, a atendente pediu pelo nome do passageiro. A voz, grave, era conhecida.

- Olívio Dutra.

- Não entendi, senhor.

- Olívio Dutra.

- O governador?

- Seu criado.

A moça até agora não se recuperou. Está encantada.”

A gestão de Olívio, em 1975, caracterizou-se pela ampliação das atividades sindicais, procurando estabelecer uma maior aproximação entre a categoria e o Sindicato. Foram incentivadas as comissões por banco, as atividades culturais (palestras, teatro e outros), sindicais (reuniões e assembleias), sociais (festas e jogos) e assistenciais (serviço odontológico, jurídico, barbearia, e outros). Percebe-se que o trabalho desenvolvido por Olívio Dutra articulava posições que gravitavam de um pólo moderado para um pólo mais combativo. Ao mesmo tempo que permanecia no Sindicato

⁵⁵ Zero Hora, 05.03.1999, p. 12. “Viajante ilustre”.

o salão de beleza e a barbearia⁵⁶, começava a acontecer uma maior movimentação entre bancários de diferentes bancos, originando reuniões cada vez mais freqüentadas por uma militância oriunda do movimento estudantil. Os reflexos dessa movimentação logo se fariam notar.

Intensificavam-se as campanhas pelas reivindicações da categoria, aumentando o número de assembléias para discuti-las, aumentando o número de campanhas gerais e campanhas específicas por banco. Juntamente com a campanha salarial anual, aconteciam campanhas de abono e reposição dos salários. A diretoria do Sindicato também procurou integrar-se aos organismos da categoria (Federação e CONTEC) e aos outros movimentos sociais. É interessante como a direção sindical, utilizando-se do aparelho oficial e mesclando práticas de cunho assistencialista com ações que buscavam uma maior politização da categoria, consegue trazer de volta, ainda em plena ditadura militar, uma parcela de bancários ligada às organizações de esquerda, ainda que sem grande experiência quanto à organização do movimento, como se verá no capítulo 4.

No Relatório de Atividades de 1975 constam os princípios norteadores de um sindicalismo autêntico, livre e independente. Percebe-se que estes princípios opunham-se abertamente aos limites da legislação então vigente, propondo a discussão de temas como:

- liberdade e autonomia sindicais, com extinção gradativa da contribuição sindical;
- direito de greve;
- direito ao trabalho e participação eqüitativa nos seus frutos;
- intercâmbio e solidariedade com as demais categorias de trabalhadores;
- estabilidade no emprego;
- comissões sindicais.

A diretoria eleita no Sindicato procurou alcançar a confiança da categoria, fazendo-se presente dentro dos bancos, com um trabalho sistemático de visitação às

⁵⁶ A proposta de rescisão do contrato de locação da lancheria foi submetida à apreciação da Assembléia Geral Extraordinária, conforme ata do Sindicato de 03.11.1981. O fato indica que medidas contrárias à manutenção do assistencialismo eram encaminhadas à categoria, evidenciando a maior ligação entre a base e a direção sindical.

agências, mostrando aos bancários que o Sindicato estava atento aos problemas que envolviam os trabalhadores em seu cotidiano de trabalho. Com isto, a diretoria conseguiu levar para dentro do Sindicato um grupo de militantes de base que iriam propagar este trabalho para o restante da categoria.

Compreende-se, portanto, como este trabalho de aproximação entre a base e o Sindicato foi se desenvolvendo e transformando a passividade existente em uma atividade sindical que buscava um vínculo orgânico com os bancários. Este período também foi assinalado pelas modificações por que passava o trabalho bancário após a Reforma Bancária e pelo ingresso de jovens estudantes nos bancos, demarcando uma renovação da categoria, na qual muitos deles, ligados a setores da esquerda, reimpulsionaram o movimento sindical. Conforme o depoimento de um ex-presidente do Sindicato: *“Com a distensão política, o movimento da esquerda começava a sair da clandestinidade, tomando como meta largar o movimento estudantil e ingressar nas categorias. Isto daí deu um salto de qualidade para o movimento sindical...”*⁵⁷.

O Departamento de Divulgação do Sindicato incentivou o aumento do número de veículos informativos. A militância que se aglutinava nas comissões de banco organizou a revista “Livre” e os jornais específicos de cada banco, além do periódico semanal “O Bancário”. A partir da campanha salarial de 1975, o presidente, o secretário e o tesoureiro foram liberados de suas funções para exercerem a atividade sindical, o que possibilitou uma maior dedicação ao trabalho de base. Crescia também o número de sindicalizados. O quadro nº 1, baseado nas atas existentes, aponta o crescimento dos associados entre os anos de 1975 e 1983⁵⁸.

⁵⁷Mottini, Milton. Entrevista concedida à autora (depoimento gravado). Porto Alegre, 1997.

QUADRO 1: Número de associados pagantes do SEEB/POA (1975-1983)*

Data	Nº associados
30.12.75	7995
31.12.76	8380
26.12.77	10269
27.12.78	11332
31.12.79	12187
31.12.80	12387
30.12.81	11087
31.12.82	13974
30.09.83	14696

Fonte: Livro de atas do SEEB/POA

* Excluídos os bancários aposentados e licenciados do SEEB/POA

Na campanha salarial de 1975, o Sindicato reivindicou um reajuste de 75%, em função das perdas salariais impostas pela política econômica do governo⁵⁸. O reajuste obtido, entretanto, foi de 38%. A Federação dos Bancários do Rio Grande do Sul alertava sobre os riscos da política econômica do governo, questionando o significado dessa política para os trabalhadores:

“O processo inflacionário continua corroendo nosso orçamento familiar, nossa balança de pagamentos continua deficitária, os salários são achatados cada vez mais e o Brasil, então, se dicotomiza, é obrigado a dividir-se em dois: um Brasil que progride, em que está tudo bem; outro que pára e empobrece, é o Brasil dos assalariados[...] não é hora de repensar, analisar e até alterar o modelo econômico a fim de dividir os sacrifícios aliviando, assim, os salários?”⁶⁰.

⁵⁸ Não foram encontrados os livros de atas das reuniões posteriores ao ano de 1983 nos arquivos do Sindicato, o que impossibilitou o esclarecimento sobre os registros referentes aos anos 83-89.

⁵⁹ A Lei 6.147 de janeiro de 1975 previa o reajuste anual através da recomposição do salário médio real com base nos doze meses anteriores à data-base (Zero Hora, 01.05.1989).

⁶⁰ Boletim da FEEB/RS, nº 17, 1976.

Antes de iniciar a campanha salarial de 1976 houve uma campanha por um abono, devido ao achatamento dos salários. Através destas pequenas mobilizações, o Sindicato procurava conscientizar os bancários da necessidade de participação e organização. Para a campanha salarial de 1976 foram listados 26 cláusulas, das quais apenas nove foram aceitas pelos banqueiros integralmente (todas já vinham sendo atendidas desde dissídios anteriores).

A promessa de abertura política do governo Geisel, a partir de 1974, juntamente com a brutal concentração de renda decorrente da política econômica do governo, serviram de bandeiras para que o movimento sindical começasse a se reorganizar. Diferentes sindicatos começavam a se manifestar abertamente contra a política econômica do governo militar. Em Porto Alegre, a dinâmica do Sindicato modificava-se. Surgia um novo grupo de militantes comprometidos com a luta sindical e com a luta contra a ditadura. Um dos momentos que marcou esta passagem foi a entrega, em 1977, de um Manifesto assinado por 110 entidades sindicais e associativas à Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul e ao Congresso Nacional. O documento manifestava a desconformidade dos trabalhadores com relação à situação social, econômica e política que vivia o país, e reivindicava soluções “através do *livre debate, para as dramáticas condições de trabalho e de vida a que vive relegada a classe trabalhadora e a maioria da população brasileira*” (Neves et al., 1984:75). No mesmo ano, foi constituída a Comissão Intersindical do Rio Grande do Sul,

“integrada por aproximadamente 30 entidades de classe[...] A Intersindical organizou as coletas de apoio a movimentos grevistas como o dos vigilantes e da construção civil em agosto-setembro de 1979, oferecendo também a sede da assessoria jurídica do Sindicato dos Trabalhadores do Vestuário. Promoveu manifestações públicas em apoio aos bancários (1979) e aos professores (1980/1981)[...] As manifestações de apoio aos movimentos do ABC, dos Canavieiros de Pernambuco, o apoio material aos colonos sem terra de Ronda Alta e Nonoai, e a participação dos movimentos contra a carestia e pela anistia exemplificaram a ampla presença da Intersindical junto aos movimentos populares e democráticos.” (Neves et al., 1984: 78).

Em 1977 foi publicada a denúncia da manipulação dos índices oficiais da inflação no ano de 1973 e os bancários gaúchos reivindicavam 78% de reajuste, em uma pauta composta por 24 itens, sendo que somente sete foram atendidos integralmente (todos assegurados em dissídios anteriores). A partir de então, nos boletins do Sindicato constava o alerta: “*nunca deveremos esquecer os 27,7%*”, lembrando os bancários das perdas salariais ocorridas desde 1973.

Em maio de 1978 ocorria a greve dos metalúrgicos paulistas. O Sindicato salientava a importância da luta destes trabalhadores, esclarecendo que além do aumento salarial, “*o mais importante, entretanto, são as conseqüências desta greve. Dela resultou uma rachadura na Lei Anti-greve, na política de arrocho salarial e na Legislação que sufoca a independência e autonomia dos Sindicatos*”⁶¹. Este discurso buscava mostrar aos bancários a importância das lutas coletivas dos trabalhadores e confrontava-se com a política repressiva do governo militar. O discurso também denotava a importância do instrumento da greve para quebrar a vigência e conquistar, na prática, a mudança na legislação autoritária que, ao inibir/reprimir a ação dos trabalhadores, contribuía para a perpetuação dos baixos salários e das precárias condições de trabalho, além do não reconhecimento de suas reivindicações e de seus direitos. Com este discurso surgia uma nova prática sindical alicerçada em elementos subjetivos que permeavam o trabalho bancário naquele momento.

3. 3 O “fazer-se” de novos atores

Nas eleições sindicais de 1978 concorreram duas chapas, a chapa 1, da situação, liderada por Olívio Dutra e a chapa 2, liderada pelo Secretário da gestão anterior, “*com uma visão moderada e apolítica*”⁶². Olívio foi reeleito, iniciando-se uma relação mais estreita entre Sindicato e a categoria. Nas palavras de um ex-presidente do Sindicato: “*a gente começava a sentir a penetração que o Sindicato dava através do*

⁶¹ Circular nº 13/78 de 30.05.1978 do SEEB/Porto Alegre.

⁶²Entrevista ao CENTRO DE MEMÓRIA BANCÁRIA - CMB/Porto Alegre, 1994. Olívio Dutra.

*Olívio*⁶³. A plataforma da chapa vencedora defendia a revogação da atual estrutura sindical, autonomia e liberdade sindicais, direito de greve, delegado sindical com estabilidade, co-gestão e participação do trabalhador no núcleo da empresa, extinção da contribuição sindical obrigatória, negociação direta entre empregados e empregadores, convenção coletiva de trabalho, revogação da atual política salarial, participação das entidades dos trabalhadores nos debates e decisões sobre os problemas nacionais. Dos oito integrantes que compunham a diretoria efetiva e o conselho fiscal, quatro eram de bancos privados. A chapa 1 obteve 3993 votos contra 1515 da chapa 2. O programa da chapa vencedora diferenciava-se por apresentar uma visão sindical que defendia a idéia de que era possível administrar o Sindicato e fazer a política sindical da categoria paralelamente⁶⁴.

O Sindicato, nesta concepção, não era somente a máquina administrativa, mas também um organismo de representação dos interesses e um instrumento de luta para se pensar a situação política da categoria bancária e da classe trabalhadora em geral. Opondo-se a uma visão moderada, de caráter predominantemente assistencialista, percebem-se as mudanças imprimidas por esta diretoria, que buscou uma aproximação com suas bases e com o movimento sindical combativo, tornando-se o núcleo do sindicalismo autêntico em Porto Alegre. Este discurso e esta prática caracterizavam a “matriz discursiva” do sindicalismo autêntico (Sader, 1988), elemento fundamental na conformação dos trabalhadores enquanto sujeitos. Ou seja, nesta passagem de indivíduos passivos para um ator coletivo é que este sujeito “se faz” (através da identidade coletiva de uma situação comum e de interesses comuns, bem como da revolta contra uma situação considerada injusta). Aqui os componentes do discurso de recuperação da dignidade, dos direitos, da cidadania dos trabalhadores surgem como elementos impulsionadores da ação coletiva (conforme Abramo, 1986; Sader, 1988; Dagnino, 1994).

A militância que ocupou o Sindicato a partir de 1978 possuía uma composição heterogênea, sendo formada por militantes do MEP (Movimento de

⁶³Entrevista ao CENTRO DE MEMÓRIA BANCÁRIA - CMB/Porto Alegre, 1994. Luiz Felipe Nogueira.

Emancipação do Proletariado, grupo marxista-leninista), da Ação Popular, do PCB, do PC do B, do PRC (Partido Revolucionário Comunista) e da Liga Operária, que gerou a Convergência Socialista (atual PSTU). Esta foi a composição predominante que originou a COMOC - Comissão de Mobilização da Categoria no Sindicato dos Bancários de Porto Alegre, responsável pela articulação do movimento no final dos anos 70 e início dos anos 80. Entre os militantes que se aglutinaram em torno da COMOC despontavam os futuros dirigentes do Sindicato. Destes militantes, Luiz Felipe Nogueira e José Fortunatti ocupariam a presidência do Sindicato. Luiz Felipe Nogueira foi militante do movimento estudantil, presidente na gestão 1987, ocupou também a direção da Federação dos Bancários e atualmente é diretor do Sindicato. José Fortunatti foi militante do movimento estudantil, presidente do Sindicato na gestão 1984, ocupou a presidência da CUT estadual, foi diretor do DIEESE, deputado estadual e federal e atualmente é vice-prefeito de Porto Alegre. Além destes, o diretor sindical José Romari Dutra da Fonseca atualmente exerce a função de diretor do Banrisul⁶⁵.

A campanha salarial de 1978 começou a ser articulada desde setembro, quando o Sindicato chamava os bancários para as assembléias que reuniam, porém, um número reduzido de trabalhadores. Baseando-se na experiência dos bancários paulistas (que conquistaram em seu dissídio reajustes escalonados variando de 5% a 15% acima da inflação), o Sindicato de Porto Alegre chamava a atenção para a necessidade de luta: “*sem greve passamos anos e anos recebendo apenas o índice*”⁶⁶. Durante as negociações transparecia a indecisão da diretoria em levantar a palavra greve. No boletim (circular) do Sindicato, a convocação para a assembléia girava em torno de duas propostas: “*sim*

⁶⁴Conforme relatos de Olívio Dutra. CENTRO DE MEMÓRIA BANCÁRIA - CMB/Porto Alegre. Relatório de pesquisa (1995: 317).

⁶⁵ Sobre o processo de aprovação da indicação dos diretores do Banrisul na Assembléia Legislativa do estado, a imprensa destacava: “*As indicações consideradas mais polêmicas são as dos dois funcionários de carreira do Banrisul, José Romari Dutra da Fonseca, com 23 anos de banco e ativista sindical, e Robson Schüller, com 18 anos na Instituição. Alguns deputados questionaram a capacidade técnica desses bancários, que nunca ocuparam sequer chefias de departamento antes da indicação para a diretoria...*” (Zero Hora, 03.03.1999, p. 24). O fato marca uma novidade na formação da direção do sistema financeiro gaúcho, pois, tanto José Fonseca quanto Robson Schüller destacaram-se como militantes sindicais e hoje ocupam a direção do banco. Processo semelhante ocorreu no Banespa, com a conquista do Diretor-Representante e do Conselho de Representantes. Com isto, novos atores começam a ter voz e voto no processo de gestão destas empresas. Isto pode ser uma evidência de que o “poder ascendente” começa a se expandir às esferas decisórias.

*(pelo acordo) ou não (pela resistência), mas terá de ser um voto consciente e meditado*⁶⁷. Esta chamada visa a despertar nos bancários a consciência da necessidade da participação e da luta de todos para a conquista de melhorias efetivas nas condições de trabalho e salários. Com este discurso o véu de proibição que pairava sobre a idéia de greve começava a ser desmistificado, reforçando a idéia da conscientização de direitos. Olívio Dutra, avaliando a mobilização existente nas assembléias da categoria, desconsiderava a possibilidade de greve :

*“Só poderíamos firmar uma posição pelos 20% realizando a greve. Mas entendemos, pelos contatos mantidos com a base, que, no momento, não é possível levar a greve ao seio da categoria. Se fizéssemos isto agora, seria uma verdadeira aventura. Queimaríamos os melhores quadros, que ainda estão em formação”*⁶⁸.

A avaliação desta campanha feita pelo Sindicato revela as dificuldades de mobilização neste período. Ao mesmo tempo, transparece a maturidade da direção sindical, que pacientemente buscava ganhar a confiança da categoria através de pequenas conquistas obtidas nas campanhas emergenciais de abono ou de reposição salarial. A diretoria defendia a seguinte posição: *“já que não dispunha, no momento, de condições suficientes para usar o mais poderoso instrumento de pressão que é a greve, a saída tática era votar pelo acordo”*⁶⁹.

Os bancários também encaminharam um abaixo-assinado ao presidente da república, reivindicando a reposição dos prejuízos decorrentes dos “enganos” nos índices oficiais da inflação. Além de participar das atividades oficiais da Semana Sindical promovidas pelo Ministério do Trabalho e suas delegacias regionais, o Sindicato organizou a sua própria Semana Sindical Independente, com debates, palestras, filmes e um baile de integração promovido conjuntamente com os sindicatos dos metalúrgicos, vestuário, propagandistas, vendedores, cerveja e bebidas em geral,

⁶⁶ Circular SEEB/POA, nº 18/78, de 04.09.1978, do Sindicato dos Bancários de Porto Alegre.

⁶⁷ Circular SEEB/POA, nº 36/78, de 06.11.1978, do Sindicato dos Bancários de Porto Alegre.

⁶⁸ Circular SEEB/POA, nº 36/78, de 06.11.1978, do Sindicato dos Bancários de Porto Alegre.

⁶⁹ Circular SEEB/POA, nº 37/78 de 14.11.1978, do Sindicato dos Bancários de Porto Alegre.

eletricitários. O Sindicato também participou do Movimento contra a Carestia, iniciado em São Paulo e que, no Rio Grande do Sul, era liderado pela Federação Riograndense de Associações Comunitárias e de Amigos de Bairro - FRACAB.

Em dezembro de 1978 realizou-se o Congresso Nacional dos Bancários, que discutiu os seguintes temas: Política de trabalho (novo modelo sindical, formas de organização e mobilização da categoria), Condições de trabalho (política salarial, estabilidade e FGTS, contrato de trabalho e jornada de trabalho), Política social (previdência social e programa habitacional) e Política institucional (ordenamento social, econômico e político da nação). A efervescência política do período refletia-se na vida do Sindicato: as reuniões, assembléias e encontros da categoria traduziam a retomada deste como um instrumento de lutas que se defrontava com a ordem vigente. Neste período foi instituída a Comissão de Mobilização da Categoria - COMOC, que através de seu boletim específico, o "Palavra de Ordem", mobilizou a categoria para a greve de 1979. A intensa mobilização que permeava esta prática sindical pode ser percebida quando se observa o número de reuniões convocadas pelo Sindicato. No quadro nº 2, verifica-se a frequência das discussões nas diversas reuniões dentro do Sindicato, evidenciando-se que a tomada do aparelho oficial era uma tática usada pela direção sindical para lutar contra a própria estrutura sindical e contra os limites impostos pela ditadura militar⁷⁰.

⁷⁰A exemplo do que aconteceu com os metalúrgicos do ABC paulista que, da mesma forma, efetuaram uma transformação por dentro do Sindicato, utilizando-se do aparelho sindical oficial para imprimirem novas formas de luta ao movimento. Sobre a ação dos metalúrgicos do ABC ver: Sader (1988), Abramo (1986), Garcia (1982), entre outros.

QUADRO 2: Número de reuniões da diretoria do SEEB/POA⁷¹
(1976-1983)

Ano	Nº de reuniões
1976	68
1977	56
1978	55
1979*	34
1980*	26
1981	54
1982	66
1983	41(até 04.10.83)

Fonte: Livro de atas da diretoria do SEEB/POA.

* Nos anos de 1979 a 1980 ocorre a intervenção no SEEB/POA. Neste período, de 06.09.79 a 11.07.80, foram realizadas somente 7 reuniões, cuja pauta foi a atualização do quadro social do Sindicato.

As preocupações da diretoria eleita em 1978 centravam-se em alguns pontos programáticos, como a intensificação dos mecanismos de mobilização e organização da categoria por local de trabalho, desenvolvimento da campanha salarial em caráter nacional, articulação com o movimento sindical visando a reconstrução das Intersindicais em nível municipal, estadual e nacional. Paralelamente a estes aspectos que traduziam o crescimento das mobilizações e de uma postura reivindicatória do Sindicato, permanecia uma estrutura que privilegiava também os aspectos relativos à uma postura mais assistencialista, com a preservação dos serviços da barbearia, do salão de beleza e, inclusive, com um curso de corte e costura oferecido à associados e não

⁷¹A tabela limita-se aos anos de 1976-1983, uma vez que os livros de atas referentes aos demais anos não foram encontrados.

associados⁷². Esta postura ambígua sobre a atividade sindical parece ter sido uma característica do sindicalismo bancário desde suas origens, conforme apontam Canêdo (1986) e Oliveira (1990). Mas não é só no sindicalismo bancário que a ambigüidade da prática sindical é observada. Abramo (1986:159), ao referir-se às ações dos metalúrgicos de São Bernardo e Diadema (berço do sindicalismo autêntico) no início dos anos 70, refere-se a um *“terreno ambíguo, onde estavam presentes elementos de uma política tradicional, assistencialista e clientelista e a tentativa de transformar-se em instrumento de luta e organização dos trabalhadores...”*. Observa-se, portanto, que a ação do “novo” sindicalismo convivia com posturas contraditórias que oscilavam entre pólos opostos, não havendo uma linearidade do movimento em direção fixa a uma postura confrontacionista, elaborada de forma pré-determinada pelo movimento sindical.

Ao conquistar, lentamente, a confiança da categoria, a diretoria eleita em 1975 e em 1978 foi ganhando expressão e, aos poucos, os bancários aproximavam-se da entidade sindical, movidos pelo descontentamento geral existente entre os trabalhadores brasileiros. Neste período, eclodia entre os metalúrgicos do ABC paulista e de São Paulo a greve de 1978, o primeiro grande movimento de massa após o golpe de 64. Em 1979, várias categorias empenharam-se em reativar os movimentos contestatórios contra a política de arrocho do governo, rompendo com a legislação anti-greve imposta pelo governo militar. No Rio Grande do Sul, neste ano, os principais movimentos grevistas envolveram os motoristas de ônibus, os trabalhadores da construção civil, os professores, os bancários, os vigilantes, os mineiros e os trabalhadores da indústria do vestuário. Estas greves sintetizavam a abrangência que o movimento sindical assumia no estado do Rio Grande do Sul, marcando a ação do “novo” sindicalismo no estado. Foram movimentos que mobilizaram a atenção da imprensa, da sociedade e do governo para os conflitos que envolviam a relação capital/trabalho. Desafiando os limites impostos pela política governamental, estes movimentos buscaram o reconhecimento de novos atores

⁷² Conforme Circular SEEB/POA, nº 06/78 de 12.04.1978. Interessante observar que dias após, o Sindicato convocava a categoria para participar das palestras da Semana Sindical Independente, discutindo temas como: contrato coletivo de trabalho, o “novo” sindicalismo, direitos humanos e liberdade sindical, trabalho e justiça para todos (conforme Circular do Sindicato, nº 08/78 de 26.04.1978). Isto demonstra a abrangência e a ambigüidade da ação sindical, que oscilava entre o assistencialismo e o confrontacionismo.

no processo político, atores que tinham sido excluídos durante o regime militar, que foram “calados” pela repressão e que agora, ressurgiam na esfera política nacional.

3. 4 A campanha salarial de 1979

A proposta de mobilização da categoria bancária para o ano de 1979 foi intensificada pela direção sindical. Em março deste ano, o jornal “Palavra de Ordem”, criado pela COMOC, lançava a campanha por um abono de 30%, não compensável no dissídio da categoria, em novembro⁷³. Em maio os bancos com matriz no Rio Grande do Sul concederam uma antecipação de 20%, compensável no dissídio. Como esta proposta não atendia satisfatoriamente as reivindicações dos bancários, a categoria começava a se preparar para a campanha salarial. A pauta desta campanha incluía 21 cláusulas, entre as quais a reivindicação de 86% de reajuste salarial e a antecipação da data-base para setembro. A participação nas assembléias, entretanto, ainda era escassa. O Sindicato, com um discurso mais agressivo, buscava mobilizar a categoria, enfatizando a idéia de que a luta é de todos e de que só com participação as demandas seriam atendidas. No discurso do Sindicato transparecia também a idéia de que o Sindicato não era somente a diretoria, mas sim o conjunto dos trabalhadores organizados e unidos para a luta. O Sindicato transforma-se no articulador das lutas e das discussões.

“Ficar reclamando atrás do birô, sem ir às assembléias, não contribui para nada[...] Na verdade, temos que nos envergonhar por estarmos agindo assim há tanto tempo, enquanto outros trabalhadores se movimentam e lutam para melhorar sua situação”⁷⁴.

“Você quer aumento? Não parece! E não adianta ficar aí se justificando porque não foi na Assembléia. O que está faltando é responsabilidade mesmo[...] O que você tem feito, além de resmungar e xingar de cabeça baixa os seus chefes? Sai dessa e

⁷³ A unificação do dissídio dos bancários foi obtida a partir da greve de 1979. Até então, os bancários gaúchos tinham seu dissídio no mês de novembro, enquanto que em São Paulo e alguns outros estados o dissídio dava-se em setembro.

⁷⁴ Circular SEEB/POA, nº 13/79, de 17.07.1979.

*veste a camiseta do bancário consciente e combativo. Vem para o Sindicato lutar*⁷⁵. [grifos meus].

O discurso acima assemelha-se ao discurso do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo no início da década de 70. Como mostra Abramo (1986:168), a necessidade de participação surgia como algo novo no discurso das lideranças sindicais após o golpe: *“os trabalhadores em geral, principalmente os nossos associados, devem se conscientizar de que reajustes ou aumentos salariais não são dádiva do céu. Para obtê-los é preciso haver interesse, união e espírito de luta”*. A aproximação entre os discursos dos bancários gaúchos e dos metalúrgicos paulistas é um elemento importante para se pensar a construção de uma identidade de classe entre os trabalhadores brasileiros durante a década de 70. O discurso é elaborado tendo como elemento comum a participação da categoria no Sindicato, rompendo com as práticas do sindicalismo cupulista. A participação das bases ganhava espaço na matriz discursiva do “novo” sindicalismo.

A agressividade do discurso dos bancários gaúchos pode ser confrontada com a postura assistencialista observada dias antes, por ocasião do lançamento oficial da campanha salarial de 1979. Contando com mais de 150 bancários, o ato *“foi acompanhado de salgadinhos, pipocas e quentão, serviu também para inaugurar a sala de jogos recreativos e o novo gabinete odontológico”*⁷⁶. Novamente, transparece a ambigüidade da ação sindical, que oscilava entre a promoção do assistencialismo e o confrontacionismo. Neste momento, um evento festivo poderia ser interpretado como uma estratégia para reunir a base e avaliar a direção que o movimento poderia tomar.

No dia 17 de agosto deflagrava-se a greve dos bancários em Minas Gerais. Sob forte repressão do governo, foi decretada a intervenção no Sindicato dos Bancários de Belo Horizonte e o afastamento do diretor do Sindicato, Arlindo Ramos. Através da imprensa, o Ministro do Trabalho, Murillo de Macedo (um dos diretores do Banco Nacional), afirmava: *“Se houver recrudescimento das greves, continuarei a*

⁷⁵ Circular SEEB/POA, nº 14/79, de 30.07.1979.

⁷⁶ Circular SEEB/POA, nº 12/79, de 11.07.1979.

*tomar as medidas necessárias, aplicando a lei com rigor*⁷⁷. A articulação de uma paralisação nacional dos bancários foi decidida em uma reunião em Belo Horizonte, no dia 22 de agosto, contando com a presença dos presidentes dos sindicatos de São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e de Porto Alegre. Enquanto isto, o Sindicato chamava a participação da categoria nas lutas gerais que estavam sendo desencadeadas pela classe trabalhadora em todo o país, fazendo um balanço da conjuntura política e econômica, expondo a precária situação de vida do bancário, exigindo um mínimo de reconhecimento dos banqueiros.

*“Está chegando a nossa hora! Primeiro foram os trabalhadores da construção civil de Belo Horizonte, depois os professores do Rio de Janeiro, logo em seguida os bancários de Minas Gerais. Aqui em Porto Alegre os companheiros da construção civil iniciaram sua greve ao mesmo tempo que os trabalhadores em transporte[...] As greves só existem quando a miséria assola os lares dos trabalhadores e os patrões não querem reconhecer esta situação[...] Está chegando a nossa hora. A hora de exigirmos um **pagamento digno** em troca do nosso trabalho...”*⁷⁸.
[grifo meu].

O texto abaixo chama a atenção para a exploração do trabalho bancário acentuada pela política econômica e pela repressão do regime militar. Os baixos salários e a intensificação da jornada de trabalho caracterizam a exploração do trabalho bancário. Através de um ato público e da distribuição de uma carta aberta à população, a mensagem abaixo foi lida em frente ao Sindicato dos Bancos, demonstrando a insatisfação com relação à política do governo.

“Hoje nossos salários, defasados por uma política de arrocho, compram apenas 60% do que podiam comprar em setembro de 1964[...] Para adquirirmos o essencial para nossa sobrevivência somos obrigados a trabalhar, em média, uma jornada diária de DEZ HORAS. Enquanto isso, os lucros dos bancos aumentam até 2.864% entre os anos de 1969 e 1978. Para nós, bancários, coube nesse período, um violento AUMENTO DE SERVIÇO[...]

⁷⁷ Zero Hora, 17.08.79, p. 13. “Greves - Petrônio nega que o Governo esteja estudando aplicação de medidas de emergência”.

⁷⁸ Circular SEEB/POA, nº 16/79, de 23.08.79.

Explorada no seu trabalho e ferida pelo arbítrio a categoria bancária brasileira, no entanto, não se abate, mas rearticula-se nacionalmente[...] Nossa disposição para o diálogo e para a negociação tem o limite exato de nossa dignidade profissional...”⁷⁹. [grifos meus].

A insatisfação destes trabalhadores surgia do sentimento de dignidade violentada pelos baixos salários, pela exaustiva jornada de trabalho, pela exploração do trabalho, pelo arbítrio da política governamental e pelos altos lucros dos bancos. Pode-se traçar um paralelo entre a discussão de Abramo (1986) sobre as impressões subjetivas da greve de 1978 entre os metalúrgicos de São Bernardo e a as impressões subjetivas da greve de 1979 entre os bancários de Porto Alegre. O resgate da dignidade torna-se mais um ponto comum entre os movimentos destas duas categorias, expresso através de seus discursos. Portanto, apesar das diferentes situações ocupacionais entre bancários e metalúrgicos, apesar das diferentes visões de mundo entre estas duas categorias, percebe-se que as impressões sobre o cotidiano de trabalho elaboradas por estes diferentes trabalhadores assemelham-se e possibilitam articular mais um elemento indicativo da formação de uma identidade de classe entre estes trabalhadores. Este elemento que surge no discurso do “novo” sindicalismo baseia-se na dignidade que fora usurpada dos trabalhadores pelo regime autoritário.

No dia dois de setembro, cinco mil bancários deliberaram o indicativo de greve para o dia quatro. No texto abaixo, a diretoria do Sindicato afirma seu compromisso com a classe, fazendo constar em ata que orientaria o movimento de forma pacífica⁸⁰. Apesar da tensão, na reunião da diretoria que antecedeu a assembléia foi consensual a proposta de acatar a decisão soberana da categoria,

“desde que ela seja expressivamente demonstrada com a frequência de 7 a 8 mil bancários. Ficou decidido que nenhum membro da diretoria proporia ao plenário ou incitaria qualquer

⁷⁹ Circular SEEB/POA, nº 17/79, de 29.08.79.

⁸⁰ Segundo relatos de Felipe Nogueira (então diretor do Departamento Social), antes da assembléia a diretoria tomou todos os cuidados para evitar futuras retaliações do regime militar sobre o Sindicato, fazendo constar em ata que a diretoria não proporia a greve ao plenário, mas apoiaria a decisão da categoria. Esta precaução não inviabilizou, entretanto, a intervenção governamental no Sindicato, bem como a cassação dos mandatos de parte da diretoria, acusada de incitamento à greve.

*movimento grevista. Porém, se houver proposta que for majoritária, de forma expressiva, a Diretoria irá assumir suas responsabilidades para com a classe e, fundamentalmente, para que o movimento não descambe para a anarquia e a violência, procurará orientá-lo”*⁸¹.

As pressões acirravam-se. A Delegacia Regional do Trabalho comunicava ao Sindicato que “*se a greve for mesmo deflagrada, haverá uma intervenção por parte do Governo*”⁸². O Sindicato dos Bancos do Rio Grande do Sul comunicou que precisava de mais tempo para a definição dos índices de aumento, e que aguardava os resultados das campanhas no centro do país. Ainda que a lei amparasse esta decisão, uma vez que a data-base dos bancários gaúchos estava fixada para novembro, os bancários começaram a viver o clima da greve desde a assembléia do dia dois de setembro, organizando-se por bancos, distribuindo boletins e chamando a categoria para a assembléia do dia quatro. À noite, em uma assembléia que contou com cerca de oito mil bancários, foi deflagrada a greve que marcou a história da categoria bancária em Porto Alegre.

3. 5 A greve de 1979: mobilização e repressão

A mobilização que culminou na greve de 79 teve como antecedentes todo um trabalho de base realizado pelas duas gestões de Olívio Dutra. Após a eleição de 1975, iniciava-se um processo de retomada do Sindicato como órgão representativo de classe.

A crise do regime militar, a promessa de liberalização política do governo Geisel, a abertura controlada do governo Figueiredo, a repressão sobre os trabalhadores, a crise econômica e o arrocho salarial que assolavam o país eram indicadores que denotavam a precária situação política e econômica vivida pelos trabalhadores brasileiros. Após a greve dos metalúrgicos paulistas em 1978, o movimento sindical articulava-se nacionalmente através dos vários encontros incentivados com a criação da Intersindical, a partir de 1977. Entre os bancários, esta articulação foi estruturada através

⁸¹ Ata do SEEB/POA, reunião da Diretoria Plena, em 04.09.79.

⁸² Folha da Manhã, 04.09.79, p. 19. “Bancários decidem greve hoje e DRT avisa: Governo vai intervir”.

de encontros nacionais, estaduais e regionais que envolveram a categoria (ver Quadro nº 4, cap. 4) e que traduziam o novo momento de rearticulação do movimento sindical.

Em Porto Alegre, após a decretação da greve no dia quatro de setembro, a reação do governo foi imediata. No segundo dia, a greve foi declarada ilegal, ocorrendo a intervenção no Sindicato dos Bancários. Com a prisão de Olívio Dutra e Felipe Nogueira, sob acusação de incitamento à greve, integrantes da COMOC passaram a comandar o movimento, concentrado agora na sede da Federação dos Bancários, uma vez que *“todos os clubes sociais se negam a emprestar suas sedes para a realização das assembléias dos bancários”*⁸³. Esta determinação partia do governo, que procurava dificultar a mobilização dos grevistas na tentativa de esvaziar o movimento. Enquanto isto, no interior, a greve se estendia a onze municípios. Em Santo Ângelo e em Rio Grande foram presos mais oito bancários. Já nos seus primeiros dias, a greve dos bancários recebeu o apoio de 30 dirigentes ligados à Intersindical⁸⁴, de diversas associações, sindicatos e federações, da CONTEC, de políticos do MDB estadual, entre outros. No quarto dia de greve, chegaram à Porto Alegre representantes da Intersindical do Rio, Belo Horizonte e São Paulo buscando contatar com as autoridades locais para que fossem libertados os dirigentes sindicais bancários. Durante a assembléia dos bancários, Lula leu uma *“carta ao povo brasileiro”*, em nome da Comissão Intersindical, desnudando a política de abertura do governo Figueiredo: *“Já sabíamos. A democracia que se apregoa é só para as elites. A abertura é formal, a anistia parcial e mesquinha. Para a classe trabalhadora fica reservado, como sempre, o ostracismo, se ela quiser ficar calada, ou a cadeia, se ela quiser se libertar”*⁸⁵. Este discurso critica o processo de abertura restrito e evidencia uma visão ampliada de democracia, que deveria incorporar os trabalhadores política e economicamente.

Apesar do policiamento ostensivo no centro de Porto Alegre, as passeatas e piquetes continuavam. Segundo a imprensa, dos 34 mil bancários no estado do Rio Grande do Sul, 17 mil estavam em greve⁸⁶. O presidente do Sindicato dos Bancos

⁸³Conforme *“A greve proibida”*, publicação do SEEB/POA, 1989. Mimeo.

⁸⁴Entre estes dirigentes estava Luiz Inácio Lula da Silva, do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo.

⁸⁵Zero Hora, 09.07.79.

⁸⁶Zero Hora, 09.07.79.

reconhecia que no Sulbrasileiro e no Banrisul a greve atingia 60% dos setores, admitindo “*que a Federação Nacional dos Bancos mantinha uma posição inflexível no sentido de não negociar, atendendo recomendações do governo nesse sentido*”⁸⁷. Segundo depoimento de um dos advogados do Sindicato, na reunião de conciliação no Tribunal Regional do Trabalho, no dia 10 de setembro, “*o presidente do TRT, Salgado Martins, recebeu insistentes telefonemas do Ministro do Trabalho, Murillo Macedo, incentivando-o a não apresentar nenhuma proposta de conciliação aos bancários em greve*”⁸⁸. A tensão aumentava. O número de bancários presos em todo o estado subiu para dezesseis, dentre os quais dois integrantes da COMOC, Ana Santa Cruz Oliveira e Namir Bueno. No dia 11, a Federação dos Bancários, representando 23 sindicatos do interior, aceitou a proposta de 15% acima dos índices oficiais, encerrando-se a greve no interior. Os bancários de Porto Alegre decidiram continuar o movimento. Esta postura da Federação foi vista como uma traição por parte do Comando de greve de Porto Alegre, que optou por dar continuidade à paralisação.

No dia 13, os bancários do Rio e de São Paulo entraram em greve, mas, em função da repressão do governo, retornaram ao trabalho no dia 17, aceitando o reajuste de 15% proposto pelos banqueiros às vésperas da data-base. No Rio, a greve atingiu 80% dos bancos, enquanto que em São Paulo a paralisação foi reduzida, atingindo cerca de 4% da categoria⁸⁹. O Ministro do Trabalho decretou a intervenção no Sindicato dos Bancários do Rio de Janeiro, afastando toda sua direção. Em São Paulo foram afastados quatro dirigentes sindicais que defenderam a greve.

Em Porto Alegre, o advogado do Sindicato, Tarso Genro, encaminhava o primeiro *habeas corpus* do país desde o golpe de 64, solicitando que os quatro dirigentes sindicais presos respondessem ao processo em liberdade. A libertação destes dirigentes só viria, entretanto, com o encerramento da greve. Enquanto isto, o inexperiente comando de greve que assumiu a direção da paralisação tentava unificar os ânimos de um movimento que encontrava-se isolado em todo o país. Em um dos comunicados à

⁸⁷O RIO GRANDE Semanal, de 13 a 19 de setembro de 1979. Mimeo.

⁸⁸LIVRE, SEEB/POA, n° 2, janeiro de 1989, p. 17 a 23. “Queda de braço com a ditadura”.

⁸⁹Conforme os jornais Folha da Tarde, de 14.09.79, p. 23 e Zero Hora, de 17.09.79, p. 22.

categoria, o Comando procurava manter a mobilização, independente das tentativas de negociação fracassadas:

“Foi a nossa unidade que fez manter a greve até agora, já no seu 12º dia. Foi a nossa unidade e a força que ela deu ao movimento que nos garantiu a tranquilidade de saber que é justa uma greve decretada ilegal pelo governo[...] Não somos moleques ou agitadores que assumem um compromisso com cada companheiro ao lado e, de repente, traímos esse mesmo companheiro ao romper o compromisso, esquecendo tudo o que foi a luta desses 12 dias, tudo o que foi o companheirismo, a amizade, a solidariedade, a união. Devemos manter essa trilha que até agora traçamos. Temos certeza que esse é o caminho a seguir”⁹⁰.

Se nesse momento o Comando tivesse defendido o retorno ao trabalho, os prejuízos poderiam ter sido menores. Conforme o depoimento de um dos líderes do Comando: *“Faltou a colaboração dos companheiros mais antigos, com mais experiência nas lutas da categoria. Nós éramos inexperientes, não sabíamos negociar, e isto levou à radicalização dos 86% ou greve”⁹¹.*

No dia 18, em Porto Alegre, os banqueiros retiraram as garantias concedidas aos bancários do interior do estado. Com o movimento esvaziado e uma assembléia dividida, a greve dos bancários porto-alegrenses terminou no dia 19, sem garantia de readmissão e sem reajuste salarial. Das 22 reivindicações iniciais da categoria, apenas a unificação da data-base para o mês de setembro foi obtida. No comunicado do Comando de greve, transparece o posicionamento do movimento:

“A nossa greve terminou. Para muitos ela pode ter parecido uma derrota. Mas na verdade tivemos muitas vitórias. Devemos levar em conta que nós tivemos que lutar contra o maior poderio do Brasil[...] Não é só contra o nosso patrão que temos de lutar. Foi um GOVERNO de patrões que nós enfrentamos. Uma das dificuldades que enfrentamos foi não ter uma organização livre deste governo (de banqueiros) e um partido que realmente defendesse os nossos interesses”⁹².

⁹⁰Comunicado do Comando de greve, nº 15, de 16.09.79. SEEB/POA.

⁹¹LIVRE, do SEEB/POA, nº 2, janeiro de 1989, p. 17 a 23. “Queda de braço com a ditadura”.

⁹²Comunicado do Comando de greve nº 18, de 19.09.79. SEEB/POA.

Neste discurso é enfatizada a idéia de confronto de classes (os bancários *versus* o governo de patrões, o governo representado pelo ministro-banqueiro) e a necessidade de se pensar a construção de uma “organização livre deste governo” (mais uma vez aparece a questão da autonomia sindical) e de um partido que defenda os interesses dos trabalhadores⁹³. O discurso salienta os objetivos a serem traçados pelo movimento: a construção de uma organização sindical livre e de um partido da classe trabalhadora. A crítica ao governo ditatorial e a postura de oposição a este governo se faziam constantes no discurso dos bancários (esta é uma dimensão importante da luta pela democracia que se manifesta tanto no discurso como na prática da gestão presidida por Olívio Dutra no Sindicato).

Apesar de ser encarada como um fracasso com relação ao aspecto econômico, a greve de 79 assumiu uma importância fundamental para a articulação do movimento sindical, chamando a atenção para a importância da organização dos trabalhadores, o que desembocaria em futuras conquistas para a classe trabalhadora.

Após o término da greve iniciaram-se as punições nos bancos privados, quando 300 bancários foram demitidos ao retornarem ao trabalho. No dia 21 foram libertados os dirigentes sindicais presos, que retomaram a organização do movimento mesmo com o Sindicato sob intervenção. Em declaração à imprensa, Olívio Dutra afirmava:

*“a categoria encontrou pela frente um adversário que significava basicamente o próprio governo, já que o banqueiro Murillo Macedo, também Ministro do Trabalho, sempre defendeu sua classe inarredavelmente, demonstrando que banqueiros e governantes se confundem pelo poder político e econômico dos empregadores”*⁹⁴.

Novamente, na fala de Olívio, surgem elementos que apontam para o enfrentamento com os patrões e com o governo, chamando a atenção para o poder

⁹³Discurso semelhante pode ser observado por ocasião da Campanha de reposição salarial dos metalúrgicos de São Bernardo, em 1977. Segundo Abramo (1986:206), na avaliação de Lula sobre o movimento “*deu pra gente conhecer os nossos empregadores, deu pra saber quem é quem dentro da classe empresarial e a que eles estão dispostos*”. Novamente, aparece nesta fala o antagonismo de classes e a impossibilidade de conciliação entre os interesses dos empresários e dos trabalhadores.

político e econômico dos empregadores, rompendo com o discurso de conciliação de classes e de colaboração entre sindicatos e governo.

Reunindo-se no Sindicato do Vestuário, os bancários montaram um fundo de apoio aos grevistas demitidos, que sustentou o salário de mais de mil bancários durante dois meses⁹⁵. Apesar dos descontos dos dias parados, o fundo de apoio contou com a solidariedade dos bancários do Banrisul e do Sulbrasileiro, além do pessoal do Banco do Brasil e de outros sindicatos. Durante a intervenção, segundo um dos diretores cassados, alguns empregados do Sindicato *“tiveram uma atuação heróica”*, quando, durante a madrugada, utilizavam a gráfica do Sindicato para rodar o material que pela manhã seria distribuído nos bancos: *“Foi talvez um dos momentos mais brilhantes da nossa categoria porque nós vimos que o Sindicato era uma idéia, muito mais do que um aparato, o aparato estava com eles, a idéia estava com a gente”*⁹⁶. Este depoimento indica a forte articulação que se estruturava entre o Sindicato e a categoria (sendo esta uma das características que assumia o “novo” sindicalismo), bem como a mudança de concepção em relação ao Sindicato, que deixa de ser percebido como “aparato”, perdendo o caráter acentuadamente assistencialista e passa a ser pensado/vivenciado pela categoria como um espaço de união de todos na luta pela defesa de seus interesses. Começa a delinear-se uma nova identidade entre os bancários e sua organização sindical.

Somente em julho de 1980 o Sindicato foi devolvido à categoria, após dez meses de intervenção, quando Milton Mottini (então Secretário do Sindicato) assumiu a presidência do mesmo, uma vez que Olívio Dutra e os demais dirigentes cassados não obtiveram a reintegração de seu mandato.

Em sua análise sobre a greve, Soares (1979:113) atribui ao movimento uma profunda inconsistência. Segundo o autor:

“Na verdade, os bancários não estavam preparados para afrontar com eficácia o aparato repressivo que protegia os interesses desse setor da economia[...] Dominados por um assembleismo romântico e ineficaz, por alguns momentos teve-se

⁹⁴Zero Hora, de 21.09.79.

⁹⁵Conforme relatos de Felipe Nogueira. CENTRO DE MEMÓRIA BANCÁRIA - CMB/Porto Alegre, 1995.

⁹⁶Entrevista de Luiz Felipe Nogueira ao CENTRO DE MEMÓRIA BANCÁRIA - CMB/Porto Alegre, 1994.

a ilusão de que uma vitória estava próxima. Mas não havia uma unidade na ação; a organização do movimento era fraca, quase uma quimera[...] Dos 10.000 bancários presentes à assembleia que deflagrou a greve, não restaram mais de mil, quinze dias depois”. [grifos meus].

Deve-se considerar que, apesar da inexperiência do Comando de greve, formado por jovens militantes bancários e, apesar do contexto repressivo, a greve de 79 teve um índice de adesão surpreendente, e sua condução foi limitada não só pela inexperiência de sua militância, como também pela inflexibilidade dos banqueiros e do governo em negociar. Portanto, se não houvesse unidade no movimento, ele não teria se sustentado durante 14 dias. A unidade foi uma das marcas da greve de 79, o que faltou foi direção política capaz de dar uma condução ao movimento devido à intervenção no Sindicato e à ausência de lideranças sindicais experientes.

Aliado ao sentimento de derrota após a greve, surgia entre estes bancários a conscientização da importância da luta coletiva. Para muitos bancários a greve foi um divisor de águas, um marco para o movimento sindical bancário. Conforme o depoimento de um dirigente sindical:

“muitas pessoas, como eu, começaram a compreender o que era lutar contra a ditadura militar na greve de 79[...] para gente que, como eu, éramos trabalhadores, não éramos estudantes, foi alguma coisa assim de ver a materialização de uma luta[...] eu não conhecia isto, a nossa formação na escola não nos remetia a refletir sobre o que era o enfrentamento de classes...”⁹⁷.

Esta fala traduz a polarização ocorrida entre os bancários, de um lado e, de outro, os banqueiros e a ditadura militar. Os bancários começavam a se perceber como parte da classe trabalhadora, inserindo-se, de forma concreta, nas lutas contra a ditadura militar. A greve adquire assim uma dimensão política de luta contra a ditadura, viabilizando a conscientização dos bancários no sentido de lutarem não só por reivindicações salariais, mas também por questões de ordem política (como a luta contra a ditadura).

⁹⁷ Diretor 1. Entrevista concedida à autora (depoimento gravado). Porto Alegre, 1997.

Apesar do desgaste sofrido pela greve, a direção sindical eleita após a intervenção assumiu o Sindicato implementando imediatamente uma campanha pela anistia dos dirigentes sindicais cassados e pelo direito à ampla organização da sociedade civil. Segundo a imprensa, *“Porto Alegre é a quarta cidade a aderir oficialmente à campanha da qual fazem parte São Paulo, Belo Horizonte e Rio de Janeiro”*⁹⁸.

A greve de 1979 foi, portanto, uma tentativa de unificação nacional da campanha salarial, tendo sido frustrada pela repressão do governo e por uma organização ainda embrionária do sindicalismo bancário. Esta organização, em Porto Alegre, estruturou-se a partir da ligação entre a diretoria e os integrantes da COMOC. Estes últimos conduziram a paralisação durante doze dias, contando com o apoio de parlamentares ligados à oposição, de sindicatos de outras categorias, da Igreja e de representantes de outros movimentos associativos. Mas isto não foi suficiente para sensibilizar o governo Figueiredo. A abertura política proclamada em seu discurso de posse tornava-se um discurso vazio de sentido face a intransigência do governo de estabelecer um diálogo com a classe trabalhadora. A greve bancária de 1979 evidenciou o derradeiro rompimento da política de cooperação entre os bancários e o governo. Sendo o resultado de um trabalho esboçado desde meados da década de 70, tornou-se evidente o crescimento da organização e da mobilização sindical bancária, bem como o surgimento de lideranças sindicais autênticas que, na década de 80, irão se empenhar pela ramificação do “novo” sindicalismo no Rio Grande do Sul.

A experiência dos bancários neste período evidencia como se processou a passagem de um sindicalismo passivo para um sindicalismo classista, articulado às bases e às demais categorias de trabalhadores. Os reflexos desta ação sindical na luta pela democratização do país tornaram-se explícitos a partir do momento em que o Sindicato começava a articular um discurso de oposição ao governo militar, defrontando-se com os limites impostos pela estrutura sindical, com a política econômica e com o autoritarismo do regime. Neste sentido, a greve de 1979 torna-se um elemento fundamental para se pensar a transformação da prática sindical dos bancários, quando estes se mobilizaram na luta por melhores salários, por condições de trabalho mais dignas, por uma jornada de

⁹⁸ Zero Hora, de 25.07.80, p. 25. “Bancários querem anistia para os líderes cassados”.

trabalho menos opressora. É neste momento que se dá o “resgate da dignidade” destes trabalhadores, expresso por impressões subjetivas explicitadas no discurso do Sindicato, um discurso que chama a categoria para a luta, que questiona as condições de trabalho, a política recessiva e o projeto político do governo militar. Este discurso procura mobilizar e organizar os trabalhadores, chamando-os para participarem de seu órgão de representação, construindo uma nova visão do papel do Sindicato, articulando-se com os demais movimentos sociais (movimento estudantil, o movimento pela anistia, o movimento contra a carestia) na construção de uma oposição ao regime militar. Deve-se considerar também a importância adquirida pela organização do movimento intersindical para a construção de uma identidade da classe trabalhadora em nível nacional. Esta identidade apresentava elementos comuns tanto nos discursos do Sindicato dos Bancários de Porto Alegre como nos discursos do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo: a participação da base, a noção de dignidade, a super-exploração do trabalho e a reivindicação pela democracia inclusiva foram elementos destacados que se fizeram presentes na matriz discursiva do “novo” sindicalismo.

4 CONSTRUINDO A UNIDADE NA DIVERSIDADE

A prática sindical idealizada a partir da gestão Olívio Dutra, em meados da década de 70, mostrava, de fato, uma maior aproximação entre o discurso e a práxis dos novos sindicalistas, delineando uma transformação referente à participação política destes trabalhadores no cenário político-econômico do país. Esta transformação na prática sindical articulava elementos objetivos e subjetivos do cotidiano vivido pelos bancários durante as décadas de 70 e 80, elementos permeados por **mudanças estruturais** (como a Reforma Bancária) e **conjunturais** (como o projeto político-econômico da ditadura), **impostos arbitrariamente pelo governo militar** sobre estes trabalhadores. A análise realizada nos capítulos 2 e 3 desta pesquisa destacou os principais elementos geradores das mudanças na prática sindical dos bancários:

1. a organização do trabalho (referente à divisão do trabalho, ao conteúdo da tarefa, ao sistema hierárquico e à jornada de trabalho);
2. as precárias condições do trabalho nos bancos (ambiente físico, condições de segurança, saúde no trabalho);
3. a expansão da rede bancária pelo país e as conseqüentes mudanças no perfil da categoria (relacionadas ao ingresso de jovens e mulheres, concentrados em espaços urbanos e detentores de uma escolaridade elevada);
4. as percepções sobre o trabalho bancário, evidenciadas pelos depoimentos e pelas denúncias do Sindicato relativas ao excesso da jornada de trabalho, ao cansaço físico e mental, ao controle exercido pelas chefias e pelo próprio processo de trabalho com a introdução da automação, a preocupação em evitar erros e perda de dinheiro alheio, as doenças relacionadas ao desgaste físico e emocional, a rotina e a tensão constantes vivenciadas por parte da categoria;
5. os baixos salários, a vivência da exploração do processo de trabalho e a falta de uma política distributiva de renda decorrentes do projeto econômico do governo militar;
6. a repressão sobre a sociedade em geral e, em particular, sobre o movimento sindical e sobre a organização dos trabalhadores, como ficou evidenciado na análise sobre a greve de 79;

7. as reivindicações por uma participação inclusiva e pela democratização do país, resgatadas no discurso dos autênticos.

Estas experiências vividas por estes trabalhadores e apreendidas de diferentes formas explicam as mudanças no comportamento destes atores, possibilitando a articulação de interesses em comum. Para Thompson (1987), neste momento a relação histórica construída por homens que partilham experiências comuns favorece a articulação entre experiência-consciência, resultando no “fazer-se” da classe.

A seguir busca-se reconstruir a trajetória deste sindicalismo durante os anos 80 através da análise das diferentes experiências que permeiam a condição bancária e a política interna no Sindicato, especialmente com relação à estruturação do movimento sindical durante a intervenção, bem como quanto aos atores envolvidos, as divergências sobre a condução do movimento, as formas de condução das lutas, os processos eleitorais no Sindicato, as campanhas salariais e mobilização grevista, a participação no processo político-institucional, a organização de base e a democracia sindical. Procura-se extrair os elementos constitutivos da práxis sindical desta categoria que apontam para a formação de um novo projeto político sindical inclusivo e transparente.

4.1 As mudanças no Sindicato dos Bancários na década de 80

Após a greve de 1979, o Sindicato permaneceu sob intervenção governamental até setembro de 1980, quando assumiu a presidência o Secretário-geral do Sindicato, Milton Mottini. Da diretoria eleita em 1978, quatro diretores foram destituídos de seus cargos pelo Ministério do Trabalho por terem praticado atos de incitamento ou apoio à greve de 1979. Aos poucos, as articulações com o movimento sindical em nível estadual e nacional foram reavivadas. Embora afastado da direção do Sindicato em função da cassação de seu mandato, Olívio Dutra continuou atuando no movimento sindical. Em fevereiro de 1980, Olívio participou do Encontro de João Monlevade (MG), quando foram estabelecidos alguns princípios da reforma da estrutura sindical, tais como o estabelecimento do contrato coletivo de trabalho, a liberdade e

autonomia sindicais de acordo com a Convenção 87 da OIT, o fim da legislação restritiva ao direito de greve, entre outros. Deste encontro ainda participaram os sindicalistas ligados ao PCB e à tendência “unidade sindical” que, posteriormente, romperiam com os autênticos com a fundação da CUT.

No mês de janeiro de 1981, aproveitando a data comemorativa aos 48 anos do Sindicato, reuniram-se os dirigentes da Intersindical/RS e de outros estados para avaliarem a realização da CONCLAT (Conferência Nacional da Classe Trabalhadora) no mês de agosto. Nas comemorações do 1º de maio, os sindicatos que compunham a Intersindical/RS apresentavam um discurso de oposição aberta ao governo, reivindicando a conquista de um salário real, a reforma agrária, a garantia no emprego, a liberdade e autonomia sindical e a abertura democrática. Em agosto, o Sindicato participou da I CONCLAT na Praia Grande, onde foi eleita a Comissão Nacional Pró-CUT. Representavam o Rio Grande do Sul nesta Comissão quatro sindicatos de Porto Alegre (Sindicato dos Bancários, do Vestuário, dos Jornalistas, da Construção Civil) além do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Tenente Portela e da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Rio Grande do Sul⁹⁹.

Entre os bancários porto-alegrenses, a campanha salarial de 1981 desenvolveu-se precariamente. A política recessiva do governo e a repressão sobre os sindicatos dificultavam a mobilização e reduziam o impulso grevista. Os reflexos da greve de 79, decorrentes das várias demissões e punições à categoria, ainda se faziam presentes. Conforme avaliação da campanha salarial realizada pela direção sindical: “a

⁹⁹Segundo Rodrigues (1990:27-30), quatro tendências marcaram esta CONCLAT: 1) a Unidade Sindical, formada por militantes do PCB, do PC do B e do MR-8 e que insistiam na aliança com o PMDB e outros setores sociais; 2) os sindicalistas “independentes” ou “autênticos”, com pouca experiência de participação política, que inicialmente, lutavam por um maior espaço de negociação; 3) as oposições sindicais, que defendiam as comissões de fábrica enquanto organização autônoma dos trabalhadores, diferente dos “autênticos”, que entendiam que as comissões de fábrica deveriam ser subordinadas às diretorias sindicais; 4) a extrema esquerda, formada por militantes de pequenos partidos de ideologia leninista, que lutavam pelo socialismo através de uma ação sindical revolucionária. Todas estas tendências estavam representadas na Comissão Nacional Pró-CUT, quando acirraram-se as divergências entre o bloco combativo e os sindicalistas da Unidade Sindical, em função da preparação do congresso para a fundação de uma central única de trabalhadores. O bloco mais à esquerda decidiu convocar o I Congresso Nacional da Classe Trabalhadora (I CONCLAT) para o ano de 1983, quando se deu a divisão do movimento sindical.

*mobilização insuficiente da base e a situação recessiva da economia concorreram para facilitar a investida dos banqueiros...*¹⁰⁰.

Nas eleições sindicais de 1981, Milton Mottini foi eleito presidente, concorrendo contra uma chapa composta por integrantes que participaram da oposição em 1978 e que *“consideravam-se alijados do processo porque achavam que os esquerdistas é que dominavam o Sindicato”*¹⁰¹. Segundo a imprensa, a chapa de Mottini *“identifica-se com a orientação do PT, enquanto a chapa 2, de oposição, encabeçada por um dos líderes da greve bancária de 1979,[...] é identificada com o PMDB”*¹⁰². A chapa liderada por Mottini obteve 5.301 votos contra 2.326 votos da chapa 2. Apesar das dificuldades de organização do sindicalismo bancário durante o período da intervenção, pode-se atribuir a este grupo de sindicalistas a continuidade de práticas mobilizatórias que diferenciavam-se cada vez mais da postura essencialmente assistencialista, administrativa e burocrática vigente no Sindicato após o golpe de 64.

Na gestão presidida por Mottini, acentuaram-se as “turbulências” entre a COMOC e parte da direção sindical, que levaram à renúncia de Mottini, em setembro de 1983. Este período foi marcado pelo crescimento da organização dos trabalhadores no plano nacional e regional, com a realização dos Enclats e da Conclat, com a fundação da CUT, e com a greve geral de julho de 1983, decorrente da confusa política salarial do governo¹⁰³.

Na campanha salarial de 1982 verificou-se uma relativa, porém insipiente, retomada de mobilização da categoria, quando o Sindicato promoveu uma pequena concentração para a entrega das reivindicações da campanha aos banqueiros. Segundo a imprensa:

¹⁰⁰ SEEB/POA, 1981. Relatório. Mimeo.

¹⁰¹ Entrevista de Milton Mottini ao CENTRO DE MEMÓRIA BANCÁRIA - CMB/Porto Alegre, 1994.

¹⁰² Zero Hora, 22.09.1981.

¹⁰³ Segundo Rodrigues (1991b:108-110), cinco decretos-leis sucessivos foram implementados pelo governo, com o fim de retirar dos trabalhadores com renda até três salários mínimos o ganho adicional de 10% do INPC. O decreto-lei 2.065 estabeleceu reajuste de 100% do INPC para a faixa até 3 SM, 80% até 7 SM, 60% até 15 SM e 50% para os assalariados de maiores rendas. Com a greve dos metalúrgicos de São Bernardo e Diadema, em novembro, este Decreto foi derrubado, culminando em um acordo que foi estendido gradualmente para as outras empresas e que fixava reajustes de 100% do INPC para rendas até 10 SM e 80% para o restante (Decreto nº 7.283 de novembro de 1984).

“Mesmo sob a vigilância rigorosa de policiais civis e da Brigada Militar, os bancários de Porto Alegre se reuniram na Praça da Alfândega e distribuíram à população uma carta aberta na qual expõem a situação da categoria[...] Aproximadamente 100 bancários participaram da manifestação...”¹⁰⁴.

Também neste ano realizaram-se as eleições para os governos estaduais, quando Olívio Dutra concorreu como candidato pelo PT. Embora obtivesse uma votação ainda inexpressiva, a eleição serviu para ampliar as bases do partido no estado do Rio Grande do Sul.

Em julho de 1983, a Comissão Nacional Pró-CUT convocou uma greve-geral, reivindicando as eleições diretas, o fim da ditadura e o fim dos decretos-leis que arrochavam o salário dos trabalhadores. Em Porto Alegre, o movimento foi coordenado pela CET (Central Estadual de Trabalhadores¹⁰⁵), cujo tesoureiro era José Fortunatti. A preparação da greve iniciou-se em março, com uma concentração em Porto Alegre convocada pela Comissão Intersindical, contando com oito mil trabalhadores. No dia 1º de maio, em Caxias do Sul, o metalúrgico Paulo Paim (então presidente da CET e hoje deputado federal do PT, reeleito com a maior votação do estado) liderou um protesto com dez mil trabalhadores. O grau de repressão do governo sobre a organização dos trabalhadores para este protesto é descrito por Petersen (1984:309): *“no dia da concentração, o Ginásio Pedro Carneiro Pereira foi inteiramente cercado por policiais armados com fuzis e bombas de gás lacrimogêneo...”*. Ainda assim, a mobilização continuou durante o III ENCLAT, de 15 a 17 de julho, contando com 600 participantes que discutiram a organização da greve marcada para o dia 21. A greve contou com uma adesão parcial, porém houve uma concentração que marcou o dia de protesto em Porto Alegre, com cerca de 10 mil trabalhadores. Em São Paulo, às vésperas da greve, foi decretada a intervenção no Sindicato dos Bancários, que durou até dezembro do ano seguinte.

¹⁰⁴ Zero Hora, 16.07.82.

¹⁰⁵ A CET foi um embrião da CUT no Rio Grande do Sul. Aglutinou militantes ligados à Intersindical local e posteriormente, em 1984, foi diluída com a fundação da CUT no Rio Grande do Sul (conforme Fortunatti, José. Entrevista concedida à autora - depoimento gravado). Porto Alegre, 1997.

Em agosto de 1983, no 1º CONCLAT (Congresso Nacional da Classe Trabalhadora), em São Bernardo do Campo (SP), foi criada a Central Única dos Trabalhadores (CUT). José Fortunatti assumiu a coordenação da Central no Rio Grande do Sul, quando a CET foi extinta e substituída pela CUT estadual. O Sindicato dos Bancários foi o primeiro a filiar-se à CUT no Rio Grande do Sul, em 1985. Segundo Fortunatti: *“nós, num primeiro momento, fomos os responsáveis e bancamos a estrutura inicial da CUT, desde o aluguel da sede, telefone, tudo isto de forma aberta, aprovado em assembléia...”*¹⁰⁶.

Paralelamente a movimentação no plano político e organizatório, o Sindicato tentava mobilizar a categoria através de reivindicações específicas por banco. A reivindicação de um quadro de carreira, por exemplo, foi alvo de discussões no Banco do Brasil e no Banrisul durante as décadas de 70 e 80. No Banrisul, desde a Assembléia Geral de 1978, reivindicava-se a estruturação de um quadro de carreira que atendesse aos interesses de seu funcionalismo. Em 1981 a direção do banco instituiu um novo quadro, com modificações parciais e sem a discussão almejada pelos seus funcionários. Em 1983, decorrente das reivindicações do I Encontro Nacional dos funcionários do Banrisul, foi instituída uma Comissão Paritária para estudar e encaminhar as propostas elaboradas sobre a revisão do quadro de carreira. Esta luta, entretanto, atravessou a década de 80, foi alvo das discussões de várias reuniões da categoria e, somente em 1988, após 10 anos de envolvimento com esta bandeira, é que os bancários do Banrisul conseguiram ter algumas de suas reivindicações atendidas. Também no Banco do Brasil os bancários mobilizaram-se pela reestruturação do quadro de carreira, a partir das deliberações do X Encontro Nacional dos funcionários do BB, em 1983. Vigente desde 1933, o quadro de carreira no BB foi reestruturado em 1975 e 1977¹⁰⁷. Desde 1977, este quadro dividia-se em três níveis (Básico, Médio e Superior). Somente em 1988, com o acordo firmado através da campanha salarial, é que foi instituído o quadro único de carreira no BB.

¹⁰⁶ Fortunatti, José. Entrevista concedida à autora (depoimento gravado). Porto Alegre, 1997.

¹⁰⁷ Conforme Ante-projeto do Quadro de Carreira do BB, SEEB/POA-gestão 81/84, Mimeo.

Já na Caixa Econômica Federal (CEF), o ano de 1984 foi marcado pelo movimento dos Auxiliares de Escritório (Aes) que eclodiu espontaneamente reivindicando o enquadramento de todos os Aes no cargo de Escriturário da Carreira Técnico-Administrativa. A direção da CEF resolveu instituir o processo seletivo interno para dar-lhes acesso ao cargo de escriturário, obrigando estes funcionários que, na prática, já exerciam a função de escriturário (mas que estavam enquadrados como auxiliares) a passarem por um concurso e um estágio probatório. Deve-se ressaltar que, neste período, os funcionários da Caixa não eram sindicalizados, e a mobilização decorrente da luta dos Aes foi capitaneada pela Associação da CEF (APCEF). Os auxiliares de escritórios somavam 40% do quadro de pessoal da empresa, e o movimento atingiu abrangência nacional¹⁰⁸. Em 1985, iniciaram-se as discussões sobre a equiparação da jornada de trabalho com a categoria bancária e o direito à sindicalização. Até então, os funcionários da CEF eram considerados economiários, não eram sindicalizados e cumpriam uma carga horária de 8 horas. Após a paralisação de 24 horas em 30 de outubro de 1985, que contou com a adesão massiva dos funcionários da Caixa, a Câmara dos Deputados aprovou a jornada de trabalho de seis horas e o direito à sindicalização dos empregados da CEF. Em dezembro foram entregues as primeiras propostas de sindicalização destes empregados junto ao Sindicato dos Bancários de Porto Alegre. Cabe ressaltar aqui o papel da APCEF. Inicialmente instituída como associação recreativa e de lazer, a APCEF iria capitanear a luta dos Aes e a luta pela sindicalização dos economiários ao Sindicato dos Bancários. Esta postura se manifestou quando vários militantes autênticos ingressaram na diretoria da Associação, utilizando este novo espaço como canal de divulgação e defesa dos interesses da categoria.

A direção do Sindicato, atenta às questões específicas que surgiam dos diferentes bancos, mostrava-se presente buscando organizar a categoria, arregimentando sua confiança e dando ao movimento uma direção marcada por uma postura inovadora, levando as discussões para o cotidiano do trabalho. Este contato mais próximo às bases, quando o Sindicato buscava representar e dar voz às questões e demandas dos bancários é um indício importante do esforço de democratização da direção sindical, com a

¹⁰⁸ Jornal da APCEF/RS, nº 44, ano VII - Editorial. Fevereiro/1984.

abertura dos espaços de manifestação e participação das bases¹⁰⁹. As reivindicações específicas dos bancários passaram a ser encaminhadas juntamente com reivindicações políticas e sociais, com a articulação do movimento em nível nacional. Definitivamente deixando de lado a postura de isenção política e ideológica que caracterizou o Sindicato após o golpe de 64, a direção sindical engajava-se com outros movimentos sociais e com outros sindicatos, buscando organizar os trabalhadores e prepará-los para o enfrentamento contra o “governo de patrões”, delineando assim, uma concepção de participação e democracia que se diferenciava cada vez mais da concepção defendida pelas elites.

Nas eleições sindicais de 1984 concorreram três chapas: a chapa 1, liderada por Felipe Nogueira, formava uma composição heterogênea: era integrada por dois diretores da gestão anterior e por militantes da COMOC, sendo nucleada pelo pessoal do MEP (Movimento de Emancipação do Proletariado); a chapa 2, liderada por José Fortunatti e por Olívio Dutra, também era composta por militantes da COMOC, que opunham-se à visão do MEP. A diferença entre a chapa 1 e a chapa 2 residia na visão sobre o movimento sindical: enquanto a chapa 1 privilegiava o trabalho de massa, a chapa 2 privilegiava a organização da base, via delegado sindical. A chapa 3, composta por militantes ligados ao PMDB possuía uma visão mais assistencialista, propondo a ampliação do atendimento social, a criação de uma creche, a ampliação da lancheria do Sindicato, dentre outros. Ressalte-se que Olívio e Felipe só puderam concorrer às eleições garantidos por uma liminar judicial, pois ambos permaneciam impedidos de participarem da diretoria do Sindicato. A chapa de Fortunatti e Olívio venceu a eleição, obtendo 4.940 votos, a chapa 1 obteve 2.567 votos e a chapa 3 obteve 1.255 votos. Aqui se evidencia a diversidade da militância aglutinada em torno do Sindicato e organizada em três chapas com propostas que gravitavam de um pólo mais assistencialista para um pólo mais combativo. Percebe-se que neste momento diferentes tendências tinham espaço no Sindicato.

¹⁰⁹ A experiência da COMOC também pode ser associada à crescente democratização que se manifestava no Sindicato, uma vez que vinculava um esforço de democratização interna com a construção de organizações externas que lutavam pela democracia (como a CUT nacional e estadual). Rompia-se, assim,

Apesar das tentativas que eram feitas para mobilizar a categoria bancária, os avanços ainda eram tímidos, como se percebe através da precária mobilização para as campanhas salariais¹¹⁰. As divergências internas entre parte da Direção sindical e os integrantes da COMOC, a desmobilização decorrente dos efeitos da greve de 1979, o medo de uma nova intervenção, tudo isto serviu para tolher as formas de ação mais arrojadas. Conforme Cattani (1993:674), no início da década de 80 no Rio Grande do Sul,

“o movimento sindical autêntico apresentava um quadro material e humano muito pobre. Entre 1981 e 1983 um grupo de dirigentes e militantes tentou implantar a Central Estadual de Trabalhadores (CET). Apesar de atemorizar o patronato, [...] a CET não dispunha de nenhuma infra-estrutura material”.

Parece que o projeto de formação da CUT/RS viria a preencher esta debilidade estrutural do movimento sindical. Com vários de seus dirigentes integrados ao PT e à CUT, o Sindicato dos Bancários de Porto Alegre incorporou uma postura aberta de contestação à política excludente do governo Figueiredo. As lideranças bancárias empenharam-se, exaustivamente, nas mobilizações para a campanha das “Diretas já”. Segundo depoimento de José Fortunatti,

“nós formamos um grupo de sindicatos, partidos políticos e entidades, eu fui coordenador deste grupo que realizou o Comício das 200 mil pessoas no Ato das Diretas aqui de frente à Prefeitura[...] nós imprimimos bottons, decalques, tudo isto discutido com a categoria...”¹¹¹.

Verifica-se que a movimentação sindical nos primeiros anos da década de 80 privilegiava a organização do movimento em nível nacional, com a preocupação de fortalecer as lutas dos trabalhadores no plano político e econômico. Nesse sentido, o papel das lideranças bancárias de Porto Alegre foi fundamental para a arregimentação do

a rigidez e o burocratismo da estrutura sindical oficial, aliado à luta pela democratização do cenário político e social no Brasil.

¹¹⁰ Uma das formas de manter os bancários ligados ao Sindicato manifestava-se com a manutenção de medidas de cunho assistencialista. Estas medidas surgiam da própria base, como pode ser observado, por exemplo, com a solicitação e aprovação de verba suplementar do Sindicato para a realização do I Campeonato de Futebol de Salão da Grande Porto Alegre (conforme ata da reunião de 30.09.1983, SEEB/POA).

¹¹¹ Fortunatti, José. Entrevista concedida à autora (depoimento gravado). Porto Alegre, 1997.

pólo combativo do movimento sindical. Ao mesmo tempo, a diretoria do Sindicato preocupava-se com as questões específicas que envolviam o cotidiano do trabalho bancário, mobilizando a categoria para as diferentes lutas do período. Com isso, formou-se uma militância que desenvolveu dentro dos bancos um trabalho de crítica às políticas governamentais conjugado às preocupações sobre as condições de trabalho da categoria. Esta organização foi tecida gradualmente e teve sua expressão concreta nas lutas que envolveram a categoria bancária no desenrolar dos anos 80.

Enquanto isto, em fevereiro de 1985, ocorria a intervenção do grupo Sulbrasileiro/Habitasul¹¹², originando a luta que desembocou na formação do banco Meridional do Brasil S/A. Esta luta teve repercussão nacional, uma vez que seu resultado foi a criação de um banco estatal a partir da liquidação de um banco privado. Esta conquista desenrolou-se em uma conjuntura democratizante, quando se deu a eleição (ainda que indireta) de Tancredo Neves, o primeiro presidente civil após vinte e um anos de ditadura militar. Utilizando esse momento político para a expressão de suas demandas, os bancários do grupo Sulbrasileiro/Habitasul buscaram o apoio de diversos agrupamentos políticos e sociais para a criação de um novo banco no estado do Rio Grande do Sul.

4. 2 Campanhas salariais e movimentação grevista

A partir de março de 1985 o Brasil entrava na “era” da Nova República, com a promessa de consolidação democrática do governo Tancredo-Sarney. Entre as medidas liberalizantes anunciadas pelo Ministro do Trabalho, Almir Pazzianotto, estavam a anistia aos dirigentes sindicais cassados pelo regime autoritário e a não-intervenção do governo nos sindicatos. Aproveitando-se da conjuntura política favorável, o movimento sindical reorganizava-se em nível nacional.

Juntamente com o arrocho salarial que atingiu os salários dos bancários, deve-se considerar as alterações no trabalho bancário ocorridas a partir da Reforma Bancária como outro fator que impulsionou as mobilizações do período. O cotidiano do

trabalho nos bancos sofreu profundas mudanças com a expansão do setor, com a racionalização e fragmentação do serviço, com a normatização rigidamente hierarquizada nas agências e departamentos e com a exploração da mão-de-obra. Isto viria a alterar as representações subjetivas que os bancários tinham de sua profissão e, aliado a um contexto repressivo, política e economicamente, influiria na formação de uma nova prática sindical que se afastava gradualmente da passividade existente no movimento sindical bancário. Estes condicionantes levaram os bancários a se organizarem em nível nacional, contribuindo para a construção de um movimento que desembocaria nas mobilizações para a greve de 1985.

A pauta de reivindicações para esta campanha compunha-se de 50 cláusulas¹¹³, tendo como diretriz básica o não desconto dos 25% de antecipação salarial concedido no mês de julho, a estabilidade no emprego, reajuste trimestral, salário de ingresso, gratificação semestral, comissão sindical por banco e respeito à jornada de seis horas. O XI Encontro Nacional dos bancários realizado no Rio de Janeiro, em junho, elegeu uma Comissão Nacional de Coordenação da campanha, composta de representantes de 42 entidades¹¹⁴. Foi eleita uma Comissão Executiva de Negociação, formada por representantes da CONTEC (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Crédito), das federações de São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná, Rio Grande do Sul e Minas Gerais, além dos sindicatos de São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre, Brasília, Ceará, Bahia e Belo Horizonte. Apesar da Contec e da Federação de São Paulo não apostarem na possibilidade de greve, a proposta de unificação da campanha concretizou-se com a passeata realizada em vários estados no dia 28 de agosto,

¹¹² Sobre a construção do Meridional ver item 4.3.

¹¹³ Com relação à pauta de reivindicações dos bancários, percebe-se que, gradativamente, as reivindicações da categoria vão se intensificando, como demonstra o sensível aumento das cláusulas que compunham os diversos acordos salariais. Assim, em 1975, a pauta de reivindicações continha 17 itens, em 1978 continha 30 itens, em 1985 continha 50 itens, chegando a 104 itens em 1989. Isto indica que novas demandas foram incorporadas à agenda de reivindicações da categoria, numa tentativa de se ampliar as conquistas econômicas e sociais dos bancários.

¹¹⁴ Neste encontro foi organizado o Departamento Nacional dos Bancários ligado à CUT (DNB-CUT), que reuniu representantes de 16 estados, entre os quais os de São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Paraná. A partir do I Congresso do DNB, em 1989, este passou a coordenar a executiva nacional dos bancários. Neste mesmo ano foi criada a Fetec (Federação dos Empregados em Estabelecimentos de Crédito de São Paulo), filiada à CUT, em oposição à Federação oficial dos bancários, que engloba os estados de São Paulo, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul (conforme Karepovs, 1994).

demonstrando que a categoria começava a se mobilizar para a greve marcada para o mês de setembro. Neste dia, escolhido como o Dia Nacional de Luta dos Bancários, realizaram-se passeatas e manifestações em várias cidades: em São Paulo haviam 30 mil bancários nas ruas, em Fortaleza haviam 7 mil, em Porto Alegre haviam 5 mil¹¹⁵. Em 31 de agosto realizou-se o VII Encontro Nacional dos Bancários, em Campinas, para avaliar o andamento das negociações e o nível de mobilização da categoria. Em setembro as assembleias em todo o país deliberaram pela realização da greve nacional. Na capital paulista foi eleita uma Comissão Salarial e um Comando Geral da campanha, foram organizados comandos por micro-regiões que se incumbiram da paralisação das agências nos bairros, formaram-se as comissões de esclarecimento para sensibilizar a população e concentrar os bancários nas portas dos bancos, foram distribuídos broches, camisetas e fitas da campanha, além dos jornais e panfletos diários.

Os bancários porto-alegrenses vinham acumulando experiências que propunham a retomada da organização do movimento sindical desde a década de 70. A participação na Campanha das Diretas, a luta pela formação do Banco Meridional, o I CONCUT (Congresso Nacional da CUT) e os vários encontros estaduais e nacionais da categoria bancária contribuíram para o desenvolvimento de formas organizativas entre os bancários, o que, sem dúvida, propiciou a unificação da campanha salarial de 1985.

Recursos como a realização de shows, o uso de broches com a reivindicação dos 25%, além de várias atividades de rua foram características inovadoras que marcaram esta campanha. No dia 11 de setembro foi decretada a greve, que constituiu-se em uma das maiores paralisações nacionais por categoria, envolvendo cerca de 550 dos 700 mil bancários em todo o país. Para Blass (1992:142),

“o movimento grevista extrapola o conflito, bem como o projeto inicial de seus líderes. De todos os lugares, surgem e ressurgem ações inesperadas, que acabariam questionando formas e métodos freqüentemente usados em movimentos grevistas. A greve configura-se em um ‘espetáculo’, do qual participam até os clientes”.

¹¹⁵ SEEB/SP-GEP-URPLAN, 1986:36.

Após três dias de intensa paralisação, a greve teve um desfecho positivo para os bancários. Dos 25% de incorporação reivindicados, foram concedidos 12,6%, além de várias outras reivindicações mais antigas, como o pagamento de 30% sobre as horas extras, o adicional noturno de 25%, o adicional de insalubridade e/ou periculosidade, dentre outros. Segundo Fortunatti, *“sem a greve os bancários do Rio Grande do Sul teriam um reajuste de apenas 68,3%, elevado para 87,56% através do movimento...”*¹¹⁶.

Esta greve representou, portanto, a retomada do poder aquisitivo dos bancários, defasado pelo crescente processo inflacionário do período. Depois da experiência de 1979, esta foi a primeira grande manifestação grevista que envolveu os bancários. Alimentada pelo clima de abertura democrática, a greve de 1985 representou uma vitória não somente no sentido econômico, mas, acima de tudo, para aqueles que tinham participado da greve de 1979 e que vivenciaram a repressão do governo e a intransigência patronal, esta greve teve um sentido especial. Significou o amadurecimento da organização sindical, a credibilidade das lideranças sindicais e a confiança da categoria em seu órgão de representação classista.

Além disto, esta greve originou a primeira experiência de negociação nacionalmente unificada no Brasil, resultando na formalização da Convenção Coletiva Nacional de trabalho em 1992. Naquela conjuntura, esta Convenção assumia um papel inovador, uma vez que as relações de trabalho eram intermediadas de modo autoritário pelo governo militar, gerando negociações/dissídios fragmentados sem a participação das bases. Esta primeira Convenção Nacional foi fundamental porque expressava uma reivindicação do movimento sindical cutista e também porque ampliava as conquistas dos bancários em nível nacional (com a inclusão de novas cláusulas nas negociações, devido à pressão feita pela mobilização organizada nacionalmente).

A partir de 1985, centralizou-se o processo de negociação geral da categoria, com a formação de uma pauta comum de reivindicações e a escolha de uma comissão executiva de negociação em nível nacional. As campanhas salariais de 1986 a 1989 seguiram o rumo da centralização, surgindo, porém, um novo tipo de segmentação

¹¹⁶ Zero Hora, 14.09.85. “Saiu o acerto. Trabalho recomeça segunda-feira”.

da barganha coletiva, a negociação específica por banco. Aqui deve-se considerar a especificidade dos bancos públicos como um diferenciador, mas ao mesmo tempo considerar que a negociação nacional por banco, apesar de quebrar com a unidade da categoria por um lado, apresenta, por outro, aspectos positivos considerando-se a ampliação de benefícios e direitos conquistados em nível nacional. Para Horn (1992: 246),

“o fortalecimento do particularismo, para o caso do SEEB/Porto Alegre, evidenciou-se na forma do ingresso dos empregados da Caixa Econômica Federal (CEF) na categoria profissional dos bancários, nos acordos específicos dos empregados do Meridional e na crescente importância da negociação direta no Banrisul”.

Esta modalidade de negociação por banco foi característica dos acordos firmados a partir de 1986. Como o poder de barganha era maior nos bancos públicos (pois estes possuíam maior organização e diferenciavam-se dos privados, uma vez que possuíam alguns direitos estabelecidos que não foram estendidos ao restante da categoria), o resultado é que os bancos privados normalmente fechavam acordos inferiores aos dos bancos públicos. Mas, esta negociação particularizada por empresa nem sempre se evidenciava nestes bancos, restando sempre o patamar garantido pela FENABAN. Percebe-se, porém, que a negociação por banco garantiu um maior nível de conquistas para os empregados dos bancos públicos, algumas das quais foram estendidas para os bancos privados, outras jamais foram alcançadas nestes bancos.

Na campanha salarial de 1986, a greve estendeu-se de 11 a 15 de setembro, embora não alcançando o mesmo grau de adesão do ano anterior, em função da onda de demissões decorrente do ajuste dos bancos ao Plano Cruzado, decretado no início de 1986. A partir de abril realizaram-se paralisações setoriais em vários bancos, em protesto contra as demissões após a implantação do plano de estabilização econômica do governo¹¹⁷. O ajuste dos bancos ao Plano Cruzado acarretou o fechamento

¹¹⁷Segundo informações do Sindicato dos Bancários de São Paulo, no mês de abril paralisaram por 24 horas 3 agências do banco Real, 20 agências do banco Meridional, 4 agências do banco Noroeste do Estado de São Paulo e 2 agências do banco Econômico, além de paralisações parciais durante o horário de expediente em outras agências da rede bancária paulista (Boletim do DIEESE, maio de 1986).

de mais de 500 agências e a demissão de 80 mil bancários durante os meses de março a setembro¹¹⁸. O XIII Encontro Nacional de Bancários, realizado no mês de maio, em Fortaleza, aprovou a reivindicação de 26,5% de reajuste para compensar as perdas sofridas com o Cruzado, mais o reajuste de 100% do IPC. O acordo aprovado após a greve garantiu um reajuste global em torno de 25%¹¹⁹, comprovando o crescimento da organização da categoria.

Em dezembro de 1986 a CUT decretava uma greve geral contra o Plano Cruzado. O insucesso do plano de estabilização do governo, a escalada inflacionária e as perdas salariais acumulavam-se. Isto fez com que os bancários decretassem uma campanha salarial de emergência, que culminou na greve nacional de março de 1987, decretada no dia 25 e que se estendeu até o dia 31 para os bancários do Banco do Brasil e até o dia 1º de abril para o restante da categoria. Os bancos oficiais tiveram um reajuste que variou entre 10 e 30%, enquanto que os empregados dos bancos privados voltavam ao trabalho sem nenhum reajuste. Segundo o DIEESE,

“os bancários conseguiram paralisar praticamente todo o Sistema Financeiro Nacional (SFN), impedindo assim que os bancos captassem e aplicassem recursos neste período[...] A intransigência da FENABAN [Federação Nacional dos Bancos], recusando-se terminantemente a negociar[...] acabou prevalecendo no final[...] Para tanto, a FENABAN contou com o apoio irrestrito do governo, que, por um lado, torpedeava as negociações com o BB; e, por outro, via BACEN [Banco Central], ofertava facilidades aos bancos para que estes pudessem superar suas dificuldades decorridas com a greve...”¹²⁰.

Percebe-se que a interferência do governo em favor dos banqueiros minou a forte resistência do movimento sindical bancário nesta greve e que, mais uma vez, os bancários dos bancos privados foram os mais prejudicados.

A resposta dos trabalhadores ao governo Sarney seria articulada com a greve-geral de 20.08.1987. Apesar da paralisação parcial, a greve contou com a participação significativa de uma parcela de bancários do Banco do Brasil. A imprensa

¹¹⁸Revista Exame, de 03.09.1986.

¹¹⁹Conforme O Bancário, de 14.10.1986.

sindical noticiou a ocorrência de violência e agressões a um grupo de trabalhadores, entre os quais estava o presidente licenciado do Sindicato, José Fortunatti, então deputado estadual. A abertura política da Nova República era cada vez mais questionada¹²¹.

Na campanha salarial da categoria, em setembro de 1987, a mobilização grevista atingiu principalmente os bancos oficiais, pois para os bancários dos bancos privados o amargo resultado da greve de março ainda estava presente, inviabilizando uma maior mobilização. A proposta de reajuste inicial da FENABAN foi de 8%, após a paralisação dos bancários, o índice de reajuste alcançou 51,05%¹²². O êxito desta greve pode ser creditado à capacidade de organização da categoria, principalmente nos bancos públicos. Os ganhos salariais, entretanto, foram estendidos a todos os bancários, o que indica que um movimento grevista pode resultar em ganhos gerais para a categoria, mesmo considerando-se as diferenças entre os diversos setores que a compõe.

Deve-se considerar que este período caracterizou-se pelo enfrentamento à política econômica do governo Sarney, quando a CUT estabeleceu sua estratégia nitidamente confrontacionista em relação à Nova República. Diversas mobilizações pipocavam em todo o país, demonstrando a crise existente entre o governo e os trabalhadores.

Ainda no ano de 1987 ocorreu uma das mais concorridas eleições para a direção do Sindicato, contando com três chapas. A chapa 1 compunha-se de integrantes da atual diretoria e tinha o apoio da CUT; a chapa 2 foi encabeçada por Felipe Nogueira e possuía uma composição heterogênea, com integrantes ligados ao PT, à CUT, ao PCB e ao PCdoB; a chapa 3 possuía ligação com o PMDB. A principal divergência entre a chapa 1 e a chapa 2 centrava-se sobre a composição das mesmas. Enquanto a chapa 1 defendia uma composição essencialmente cutista, a chapa 2 propunha a coligação com

¹²⁰ Subseção DIEESE-SEEB/RJ, s.d. Mimeo.

¹²¹ Conforme O Bancário, de 27.08.1987.

¹²² Nesta campanha, além do reajuste salarial, verifica-se a diversidade das cláusulas acordadas (a maioria das quais era referendada anualmente, outras surgiam dos congressos da categoria): fixação da data-base, salário de ingresso, anuênio, quebra de caixa, início das férias, ajuda-alimentação, suplementação auxílio-doença, prêmio seguro de vida, antecipação do 13º salário, gratificação semestral, pagamentos na rescisão do contrato, empregada gestante, abono de falta do estudante, quadro de avisos, entre outros (conforme Arquivos da DRT/POA, pasta 323-IV, 1987).

militantes do PCB e do PC do B. Ressalte-se que neste período estes partidos ainda não tinham definido seu apoio à CUT. Após uma conturbada campanha, a chapa 2 venceu com 4.843 votos, enquanto que a chapa 1 obteve 3.337 votos e a chapa 3 obteve 1.171 votos¹²³.

Em 1988, a campanha salarial de emergência atingiu somente os bancos estatais federais (Banco do Brasil e CEF), que fizeram dois dias de greve no mês de julho, reivindicando o pagamento do novo indexador salarial, a URP (Unidade de Referência de Preços) de abril e de maio. Em outubro nova greve seria deflagrada, tendo como bandeira a reposição da URP de setembro que não havia sido paga nestes bancos.

Em março de 1989 a CUT convocou mais uma greve geral, contra o Plano Verão decretado pelo governo em janeiro. A reivindicação principal era o reajuste mensal dos salários, em função da elevação inflacionária que corroía os salários dos trabalhadores¹²⁴. Esta greve contou com o apoio integral do Sindicato dos Bancários, e resultou em paralisações significativas no Banco do Brasil e no Banco do Estado do Rio Grande do Sul. Em abril de 1989 os bancários lançavam-se a mais uma campanha de emergência, que desta vez durou 20 dias. O saldo desta greve foi um reajuste que variou entre 30 e 42%. A campanha salarial da categoria, em setembro, iniciou-se com o XVII Encontro Nacional, em agosto, apresentando 104 cláusulas reivindicatórias, entre as quais um reajuste de 150%, que incorporava a defasagem salarial de setembro de 1988 a agosto de 1989, com uma estimativa de 35% de inflação em agosto, mais 15% de produtividade. Os bancários da rede privada aceitaram a proposta de reajuste da FENABAN, enquanto que no Meridional foi aceita a proposta de 15,35% acima do índice da FENABAN. Nestes bancos não houve greve. Já no Banrisul a greve durou dois dias, resultando em uma antecipação de 30% dos salários. Na CEF houve uma paralisação de um dia. Tanto no Banco do Brasil quanto na CEF o aumento obtido chegou a 152,35%, uma vez que nestes bancos não fora concedido a antecipação de 30% em abril.

¹²³Conforme O Bancário, de 22.09.1987.

¹²⁴No mês de janeiro de 1989, a inflação atingiu a casa dos 70% (O Bancário, 14.02.1989).

Ainda em 1989, a Federação dos Bancários de São Paulo, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul convocou eleições, caracterizadas pelo voto exclusivo de um dirigente de cada sindicato, sem consulta às bases e sem respeito à proporção de filiados a cada entidade. O Sindicato de São Paulo e mais oito sindicatos do interior (Araraquara, Bauru, Bragança Paulista, Catanduva, Guarulhos, Jundiaí e Limeira) avaliaram que aquele era o momento de romper com a estrutura sindical verticalizada, valendo-se das brechas abertas pela Constituição de 1988. A falta de democracia e representatividade fazia com que a Federação representasse um obstáculo à organização. Foram convocadas assembleias-gerais nos sindicatos para deliberar sobre a desfiliação da Federação e criação de uma nova entidade. Em dezembro foi criada a *Federação dos Empregados em Estabelecimentos de Crédito do Estado de São Paulo - FETEC*, filiada à CUT, com os objetivos de fortalecer as estruturas regionais e incentivar a participação e organização nos locais de trabalho¹²⁵.

Esta mobilização grevista intensiva nos últimos anos do governo Sarney mostrou a capacidade de organização alcançada pela categoria bancária. As diversas paralisações do período sinalizaram a postura de enfrentamento delineada pelo Sindicato. Este enfrentamento tinha como meta a elevação dos salários e a conquista de outros benefícios que representavam um acréscimo aos salários (como a elevação do valor do ticket refeição, da gratificação de caixa, da gratificação de comissionamento, do adicional noturno e outros). As reivindicações econômicas, aliadas as reivindicações sobre a organização por local de trabalho, preencheram a agenda das diversas campanhas salariais dos bancários.

A estratégia confrontacionista por parte do Sindicato buscava a manutenção do poder aquisitivo dos trabalhadores, questionando a ausência de uma política distributiva do governo. Como foi ressaltado, os resultados deste processo não foram lineares, ao contrário, houve avanços e recuos nas lutas do período. Cada greve esteve inserida em um determinado contexto. Assim, os ganhos e as perdas oscilaram de acordo com uma dada conjuntura, de acordo com uma maior ou menor repressão, de

¹²⁵ Aqui observa-se um primeiro rompimento com a estrutura oficial, com a criação de uma entidade autônoma por parte dos bancários paulistas.

acordo com uma maior ou menor mobilização por parte da categoria. Mas não se pode afirmar, como o fez Almeida (1992:85) ao referir-se a política distributiva e a resposta sindical do período, que “*durante os anos 80, trabalhadores e sindicatos haviam corrido muito para ficar no mesmo lugar*”. Isto seria negar o avanço político obtido pelo “novo” sindicalismo, uma vez que as lutas sindicais foram fundamentais para assegurar minimamente o poder de compra dos salários, cada vez mais defasados pelo processo inflacionário. Além disso, cabe considerar que o movimento sindical conquistou ganhos organizacionais e políticos importantes através da ampliação dos benefícios sociais nas cláusulas dos acordos coletivos.

Aliás, os dados referentes à evolução salarial dos trabalhadores brasileiros neste período, analisados isoladamente, não indicam muita coisa, pois encontram-se descolados do contexto em que foram inscritos. Deve-se considerar os altos e baixos da evolução salarial do período, tentando analisar as oscilações observadas na conjuntura nacional em que se inseria o movimento sindical. Assim procedendo, pode-se observar o alcance deste movimento, que atingiu uma organização sindical e partidária autônoma, que se articulou na participação do processo constituinte, que se constituiu como um movimento ligado às suas bases, que liderou movimentos de massa chamando a atenção da opinião pública e da sociedade em geral para o arbítrio dos patrões e do governo e, finalmente, que deu novo conteúdo ao processo de democratização, ao pressionar pelo reconhecimento dos trabalhadores como cidadãos portadores de direitos.

4. 3 A luta pela formação do Banco Meridional

O grupo Sulbrasileiro/Habitasul possuía 378 agências e 20 mil empregados no estado do Rio Grande do Sul. O Banco Sulbrasileiro S/A foi fundado em 1973, após a fusão do Banco da Província do Rio Grande do Sul, do Banco Nacional do Comércio e do Banco Industrial e Comercial do Sul (Sulbanco). O maior acionista e gestor do Sulbrasileiro era o Montepio da Família Militar. Já o Banco Habitasul Crédito Imobiliário S/A, nascido das Associações de Poupança e Empréstimo, foi fundado em 1981. Estes bancos haviam sido alertados pelo Banco Central sobre financiamentos à

vinte e duas empresas controladas por seus diretores ou sócios de seus diretores, sem garantias reais, no valor de 100 milhões de dólares. Em função destes empréstimos ilegais, foi decretada a intervenção no grupo Sulbrasileiro/Habitasul. O impacto desta intervenção atingiu dois milhões de contas em 240 dos 244 municípios gaúchos. Segundo a imprensa, 160 mil empresas e dois milhões de trabalhadores operavam e dependiam do grupo Sulbrasileiro/Habitasul¹²⁶. Imediatamente, os empregados destes bancos iniciaram sucessivas reuniões e, através da Comissão Executiva Nacional, convocaram o primeiro ato público em defesa de seus empregos para o dia 11 de março de 1985, com mais de 10 mil pessoas presentes. Fortunatti (1985: 31-33) relata a dimensão que adquiriu a organização do movimento pela criação de um novo banco. Segundo o autor, a estrutura organizativa foi nucleada pela Diretoria do Sindicato dos Bancários de Porto Alegre; pela Executiva Nacional dos empregados dos bancos Sulbrasileiro/Habitasul; pelo Comando Nacional composto por empregados escolhidos em seus locais de trabalho; pela Comissão das Dez (que se reunia às 10 horas da manhã), sendo formada pelas chefias de departamento, assessores e assistentes da ex-diretoria, gerentes, chefes de divisão e analistas; pela Comissão de Integração e pelos empregados aposentados. Também foi criada a Comissão de Representação da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, com representantes do PMDB, PDT, PDS e PFL para articularem as forças políticas do sul.

O país vivia um importante momento político: no dia 15 de março foi empossado o vice-presidente José Sarney, em função da doença do presidente eleito, Tancredo Neves. Enquanto isto, as mobilizações em Porto Alegre se intensificavam. Os empregados do grupo Sulbrasileiro/Habitasul decidiram montar uma vigília com 20 barracas em frente ao prédio da matriz do banco até obterem uma resposta do governo para suas reivindicações. Em abril, 3 mil bancários chegavam à Brasília, onde, durante 65 dias, montaram um acampamento com 300 barracas em frente ao Congresso Nacional. Foram organizadas diversas comissões de organização do movimento: finanças, alimentação, alojamento, transporte, recepção, segurança, material e shows. Segundo a imprensa:

¹²⁶Conforme Revista Afinal, de 26.02.1985.

*“em frente ao Congresso Nacional, a beleza da organização desses jovens, que tem em média entre 20 e 25 anos, está despertando neles mesmos uma sensação de participação nova e viabilizando, através desse bem cuidado trabalho junto à classe política, a aprovação de uma proposta que lhes assegure não só o emprego, mas que permita a manutenção do desenvolvimento econômico desse Estado...”*¹²⁷

O Ministro da Fazenda, após pressão dos parlamentares gaúchos, anunciou o projeto de reerguimento dos bancos Sulbrasileiro/Habitasul. No início de abril o Ministro apresentou um projeto do executivo excluindo as empresas de crédito imobiliário. As bancadas do PDT, PT e PMDB do Rio Grande do Sul apresentaram três substitutivos ao projeto, incluindo a garantia no emprego, a escolha de um diretor-representante democraticamente eleito e a estatização permanente das duas instituições financeiras. Foi elaborado um substitutivo único, do qual divergia o PMDB nacional. O então presidente do Sindicato dos Bancários, José Fortunatti, solicitou a intervenção dos parlamentares peemedebistas do Rio Grande do Sul. Em maio foi apresentado um novo substitutivo, com a liquidação do Sulbrasileiro, a criação do Meridional do Brasil S/A, banco estatal regional com sede em Porto Alegre, estatizado por 3 anos. O substitutivo estabelecia a garantia no emprego por um ano. O projeto interpartidário foi aprovado na Câmara e no Congresso, e foi sancionado pelo Presidente Sarney no dia 24 de maio com alguns vetos, entre os quais a retirada da estabilidade no emprego. No dia 28 desfez-se o acampamento em Brasília.

Os bancários do recém-criado Banco Meridional lutaram por mais de três meses, articularam-se com as representações políticas da Assembléia Legislativa e da Câmara Federal, mobilizaram a imprensa e a sociedade gaúcha, acamparam em frente à matriz do banco em Porto Alegre e foram até o Congresso Nacional reivindicarem seus interesses e os interesses da economia gaúcha. Esta luta ocupou espaços diários na imprensa local, e no dia da aprovação do projeto na Câmara e no Congresso a festa dos bancários tomou as ruas. Segundo a imprensa,

“no centro de Porto Alegre, ontem, ninguém conseguiu ficar indiferente à festa dos funcionários do

¹²⁷ Zero Hora, 14.04.1985.

*Sulbrasileiro/Habitasul[...] Abraços, choros e uma firme decisão de compreender que parte da vitória lhes pertencia[...] O centro de Porto Alegre parou para os bancários passarem[...] Eles tomaram conta das ruas, das calçadas. E das pessoas que ingressavam nesta luta de solidariedade...*¹²⁸.

Sem dúvida, a criação do banco Meridional teve como fator preponderante a determinação do Sindicato em levar adiante a luta dos funcionários deste banco. Mas deve-se também considerar o peso marcante da imprensa e da opinião pública gaúcha, que não pouparam esforços para a mobilização e pressão de parlamentares na votação do projeto na Câmara e no Senado. Foi uma conquista ímpar, pois redundou na transformação de um banco privado em um banco estatal, e também porque envolveu os interesses dos trabalhadores, empresários e políticos gaúchos.

No início de junho, os empregados do Meridional reuniram-se em seu I Encontro Nacional, encaminhando as reivindicações da categoria, entre as quais estavam a estatização permanente, a criação de um quadro de carreira e de uma comissão de banco. Engajaram-se, assim, às lutas dos empregados dos outros bancos públicos durante a década de 80, privilegiando a organização por local de trabalho e a perspectiva de carreira da categoria bancária.

Com uma política centralizadora, as diversas gestões do Meridional prometeram, mas pouco cumpriram. A proposta do quadro de carreira no Meridional até 1989 ainda não tinha sido concluída pelo banco, apesar de todas as pressões realizadas pelo Sindicato.

Várias ameaças de privatização do Meridional surgiram desde sua criação. Em 1992, após sete anos de sua fundação, o Meridional tornou-se alvo da política de privatização do governo, com sua inclusão no Programa Nacional de Desestatização. Novamente, iniciaram-se as articulações dos parlamentares gaúchos, lideradas pelo agora Deputado Federal José Fortunatti, através da entrega de um abaixo-assinado com 28 assinaturas de deputados federais e senadores gaúchos solicitando a exclusão do Meridional da lista de privatizações. Em março de 1996 o governo tentou privatizar o banco fixando um preço mínimo de R\$ 377 milhões, sem obter sucesso.

¹²⁸ Zero Hora, 10.05.1985.

Porém, em dezembro de 1997 o banco foi vendido por R\$ 265,66 milhões para o grupo Bozano, Simonsen¹²⁹, cumprindo-se a meta do governo de minimizar o tamanho do Estado através da política de privatizações.

A luta escrita pelos empregados do banco Sulbrasileiro/Meridional pode ser analisada como um momento em que estes trabalhadores teceram sua identidade demonstrando a importância da luta coletiva. Os bancários deste banco se articularam e mostraram ao restante da categoria e à sociedade gaúcha porquê apoiar o movimento pela estatização de um banco privado, mostrando que não só os bancários, mas toda a economia gaúcha seria prejudicada com a liquidação do banco. O Sindicato buscou o apoio de diferentes segmentos da população e, com seus recursos materiais (recursos provenientes das contribuições e do imposto sindical) e com o apoio de diversos sindicatos, movimentos e lideranças partidárias foi possível construir essa luta que culminou na construção do Meridional.

4. 4 A trajetória político-institucional

A manchete do jornal O Bancário, de 03.11.1998, tinha como título:

“Um bancário governador

*A luta do bancário do Banrisul, Olívio Dutra, trouxe frutos não só para a organização da categoria que liderou, ou para o **avanço da democracia no país**. A partir de primeiro de janeiro o Rio Grande do Sul será governado por ele, e isto serve para que todos os bancários gaúchos possam identificar o **significado da participação política**” [grifos meus].*

Na reunião da Intersindical do Rio Grande do Sul, em maio de 1979, a Comissão Regional Provisória encaminhou a proposta de criação do Partido dos Trabalhadores. Esta Comissão foi composta de quatro sindicalistas, entre os quais o Secretário do Sindicato dos Bancários, Milton Mottini. No mês seguinte, numa reunião entre as lideranças sindicais e parlamentares progressistas em São Bernardo do Campo, entre os quais estava Olívio Dutra, era formada uma frente comum de atuação em torno de uma proposta político-partidária independente dos trabalhadores.

¹²⁹ Zero Hora, 05.12.1997.

As dificuldades para a articulação do PT estavam centradas nas divergências entre as diversas correntes do movimento sindical, bem como nas divergências entre os vários segmentos que compunham a oposição partidária no Senado e na Câmara Federal. Conforme o depoimento de Olívio Dutra, após o encontro de São Bernardo, *“ficou evidenciado que as forças populares de oposição que atuam no parlamento, e as que atuam nos sindicatos, tem ainda muito a fazer em conjunto nessa fase da história brasileira”*¹³⁰. A construção de um partido dos trabalhadores vinha sendo discutida desde a criação da Intersindical/RS, apesar das divergências dos militantes comunistas. Para estes militantes, o partido representante da classe trabalhadora era o Partido Comunista. Ainda assim, a idéia de criação do PT foi articulada e alimentada por um grupo de sindicalistas com uma visão diferenciada dos comunistas:

*“nós começamos a discutir que a estrutura sindical e as questões sociais no Brasil só poderiam existir com um salto de qualidade e a intervenção dos trabalhadores na área político institucional, na área partidária, e aí nós começamos a discutir a criação do PT, já com os companheiros paulistas...”*¹³¹.

A participação dos militantes bancários foi fundamental para a articulação do partido no estado:

*“quando se começou a discutir o PT, é indiscutível que o Sindicato dos Bancários teve um papel preponderante[...] o Sindicato foi uma mola propulsora para a fundação do PT[...] Quem sustentou o PT no início foi o núcleo de bancários do BB. Nós tínhamos um recolhimento mensal que envolvia os 400 membros deste núcleo que bancava o aluguel da sede, o pagamento do telefone, enfim, toda a estrutura básica do PT...”*¹³².

A articulação para a criação do PT foi gestada nos vários encontros da Intersindical, contando com a participação de vários dirigentes e militantes do Sindicato

¹³⁰O Bancário, nº 4, junho/1979.

¹³¹Mottini, Milton. Entrevista concedida à autora (depoimento gravado). Porto Alegre, 1997.

dos Bancários de Porto Alegre, como Olívio Dutra, Milton Mottini, José Fortunatti, Luiz Felipe Nogueira e outros.

A figura de Olívio Dutra tornava-se emblemática para a articulação do movimento sindical. Caracterizando-se como um líder sindical sempre presente, Olívio buscou no corpo-a-corpo com a categoria bancária seu reconhecimento. Suas atitudes moderadas tornaram-no um mediador entre as diferentes posições sobre os rumos do movimento. Com isto, crescia sua importância como liderança sindical combativa perante o movimento sindical no Rio Grande do Sul. Com a fundação do PT, em 1979, Olívio Dutra assumia a presidência do partido no Rio Grande do Sul.

As lideranças bancárias foram fundamentais para a construção do PT e da CUT no Rio Grande do Sul. A idéia de criação do PT foi articulada dentro do Sindicato dos Bancários de Porto Alegre, no encontro intersindical de 27.05.1979, que contou com a presença de Lula e de Olívio Dutra. Neste encontro surgia a Comissão Regional Provisória encarregada de encaminhar proposições relativas à organização político-partidária para a defesa dos interesses dos trabalhadores. Faziam parte desta comissão: Milton Mottini, então secretário-geral do Sindicato dos Bancários de Porto Alegre, Firmo Trindade, funcionário da Caixa Econômica Federal, Brandão de Mello, presidente do Sindicato dos Bancários de Caxias do Sul/RS e Antônio Pugliese, presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de carnes e derivados. Segundo depoimento de Firmo Trindade e Antônio Pugliese, respectivamente:

*“a maior dificuldade para a criação do PT aqui no Rio Grande do Sul é uma questão de tradição. O trabalhador sempre se engajou em lutas, em propostas partidas de outros grupos, [que] não vinham da classe trabalhadora[...] vai ser um trabalho árduo condicionar o trabalhador a que se prepare para que ele mesmo participe do processo político que significa a construção de um partido. Nossa proposta é nova, é dirigida ao futuro”.
“quando se fala em PT a turma arre pia[...] Mas a coisa está começando, e não será uma briga fácil. Tudo vai depender muito do movimento em São Paulo, e da aceitação que tiver a proposta entre os trabalhadores de lá”.¹³³*

¹³² Fortunatti, José. Entrevista concedida à autora (depoimento gravado). Porto Alegre, 1997.

¹³³ Conforme O Bancário, nº 4, ano 15, junho de 1979. Neste jornal também foi publicada a proposta de plataforma política do PT, para “ser discutida e receber a crítica dos companheiros”.

A partir deste momento articulava-se a formação de uma nova proposta político-partidária, imprimindo novos rumos no cenário político-institucional do estado e do país. Alguns dias depois, no 10º Congresso Nacional dos Metalúrgicos, encerrado em 09.06.1979, em Poços de Caldas/MG, Lula levaria a idéia adiante: *“Só um Partido formado por trabalhadores poderá defender realmente os interesses da classe[...] E a aprovação de um documento nesse congresso defendendo a necessidade de debater o assunto foi mais um passo para a formação do Partido”*¹³⁴.

A preocupação com a representação parlamentar entre os bancários porto-alegrenses manifestou-se claramente durante as mobilizações para eleição da Assembléia Nacional Constituinte, encarregada de elaborar a nova Constituição brasileira. Defendendo a proposta do Movimento Gaúcho Pró-Constituinte, baseada em uma Constituinte eleita exclusivamente para elaborar a nova Constituição, o Sindicato dos Bancários realizou um plebiscito entre a categoria que apoiou majoritariamente o projeto da Constituinte exclusiva, em detrimento da “emenda Sarney”, que buscava dar poderes constituintes ao Congresso a ser eleito em novembro de 1986. A discussão sobre o processo constituinte levou os bancários a formarem o Comitê Bancário em Defesa do Povo na Constituinte, arrecadando assinaturas para várias emendas populares discutidas no Congresso Nacional. Outro momento em que esta preocupação com a representação política foi evidenciada ocorreu durante a campanha pela criação do Banco Meridional. Os bancários percebiam que faltava-lhes voz e voto no congresso e que o diálogo entre trabalhadores e deputados apresentava interferências ocasionadas pela diversidade de interesses que tramitavam nas arenas decisórias do poder.

As greves e as mobilizações do período marcaram o surgimento de novas lideranças sindicais, cuja prática resultou na formação de representantes parlamentares comprometidos com os interesses dos trabalhadores. Estes representantes conquistaram expressão nacional e marcaram seu espaço na política institucional do país, rompendo com a política de gabinete e com o continuismo clientelista característicos da política brasileira.

¹³⁴ Conforme O Bancário, nº 4, ano 15, junho de 1979.

A eleição parlamentar de 1986 mobilizou a categoria bancária de Porto Alegre, quando Olívio Dutra foi eleito Deputado Federal e José Fortunatti foi eleito Deputado Estadual, ambos pelo PT. Juntamente com representantes de outras categorias na Assembléia Legislativa e na Câmara Federal, estes parlamentares defenderam os interesses dos trabalhadores e deram um novo ânimo à vida política institucional no estado e no país.

O Sindicato, através de seus jornais internos, preocupava-se em alertar a categoria sobre o perfil dos candidatos que concorriam às eleições de 1986. Em suas publicações, destacava-se a denúncia de candidatos que votaram contra as eleições diretas em 1984, esclarecendo a importância de votar em representantes dos interesses dos trabalhadores. Com a eleição de Fortunatti e Olívio, o Sindicato passou a ser presidido pelo Tesoureiro, Antonio Sanzi¹³⁵.

Sem dúvida, a eleição de Olívio e Fortunatti está articulada ao trabalho que ambos desenvolveram no Sindicato. Através de seus dois mandatos como Presidente do Sindicato, Olívio consagrou-se como liderança da categoria, sendo um dos articuladores principais do PT e da CUT no Rio Grande do Sul. Em 1986 foi eleito deputado federal e em 1988 assumiu a prefeitura de Porto Alegre. Terminado seu mandato, Olívio regressou ao banco do qual estava licenciado (Barrisul), aposentando-se na mesma agência onde trabalhou desde que chegou em Porto Alegre. Em 1994 disputou o governo estadual, perdendo para o candidato do PMDB. Em 1998 foi eleito governador do Rio Grande do Sul, disputando com o mesmo candidato.

A liderança de José Fortunatti, que assumiu a presidência do Sindicato em 1984, foi solidificada a partir do movimento pela criação do Banco Meridional, em 1985. Em 1986, Fortunatti foi eleito deputado estadual, em 1990 foi eleito deputado federal e em 1994 assumiu a vice-prefeitura de Porto Alegre, integrando a terceira gestão sucessiva do PT na capital gaúcha.

¹³⁵ Este dirigente sindical afastou-se do Sindicato e da categoria. Foi raramente mencionado nos depoimentos de outros dirigentes, e as escassas referências a ele indicavam uma postura de isolamento de sua parte. Durante a fase de coleta de dados, foram agendados três encontros com o mesmo, mas nenhuma justificativa sobre sua ausência foi comunicada.

Os depoimentos dos delegados sindicais sobre a participação de seus líderes no processo político-partidário apontam, em sua maioria, para a importância dessa representação (deve-se considerar, entretanto, que estes depoimentos traduzem a opinião de uma parcela de militantes e ativistas bancários, não representando a opinião geral da categoria). No que se refere à militância, a percepção positiva sobre a importância da representação dos trabalhadores na política institucional do país foi salientada por vários bancários. Alguns depoimentos dos delegados sindicais bancários sobre esta questão são transcritos abaixo¹³⁶:

- *“São trabalhadores exercendo um pequeno papel dentro da estrutura de poder, mostrando aos demais trabalhadores que somos capazes de bem exercê-lo”.*
- *“Acho a participação positiva, já que o empresariado também possui seus representantes na função político-partidária”*
- *“Acredito que isto é inerente, pois são coisas que se encaixam, apesar de achar que isto enfraquece os sindicatos, pois secciona as bases”*
- *“É muito bom, porque é de pessoas como eles que o nosso país precisa, para limpeza geral e um novo começo, com dignidade e transparência”.*
- *“O dirigente sindical deve ser político e partidário, contudo, que saiba mensurar os limites dessa sua condição na atividade sindical”.*

Estas falas traduzem a opinião de uma parcela da militância sindical bancária de Porto Alegre. Não se pretende tomar este pensamento como hegemônico, mas apenas apontar uma tendência existente entre esta parcela de trabalhadores. Foi através destes militantes que a construção de uma nova estratégia de mobilização da categoria foi articulada, foram estes os bancários que levantaram a bandeira de um “novo” sindicalismo em Porto Alegre.

O resultado dessa ação pode ser visualizado na Constituição de 1988, escrita sob a pressão de novos atores que foram responsáveis por boa parte das modificações no texto constitucional. Sem estes atores, sem a participação da população através das emendas populares, sem a articulação encabeçada pelo movimento sindical

¹³⁶ Conforme Questionários aos Delegados Sindicais. Porto Alegre, 1997.

para defender os interesses dos trabalhadores, a Constituição tomaria contornos bem mais conservadores.

Outro ponto relacionado à trajetória político-institucional das lideranças bancárias refere-se à recente indicação de dois ativistas e ex-delegados sindicais na composição da diretoria do Banco do Estado do Rio Grande do Sul. É importante dimensionar esta conquista: em nenhum momento na história do Banrisul (o banco tem mais de 70 anos) militantes sindicais chegaram a ocupar alguma diretoria e, ao que se sabe, sequer alguma chefia de departamento. Fato inédito na história do banco. Cabe aqui uma observação referente à realização da assembléia nacional dos funcionários do Banrisul, realizada no mês de dezembro de 1998, após a vitória de Olívio Dutra ao governo estadual. A assembléia foi convocada pelo Sindicato e pela Federação dos Bancários, integrados ao Comando Nacional dos Funcionários do Banrisul. Os pontos de pauta eram: 1) transição do Banrisul e 2) o banco que queremos. No cartaz que divulgava a assembléia, em vez das tradicionais reivindicações, a foto de uma rosa, com os dizeres “*quando nascem as flores...*”. Pode-se relacionar estas palavras (e suas reticências) com a expectativa de mudança que se fazia presente nas falas dos bancários. Foram denunciadas irregularidades na gestão do banco presidida pelo PMDB, como empréstimos feitos à empresas devedoras e notas promissórias sacadas sem lastro gerando prejuízo ao banco. Segundo um depoimento: “*É preciso acabar com o protecionismo, com o acúmulo das promoções, com os negócios particulares do banco. Agora que nós somos governo, precisamos olhar para o coletivo.*”¹³⁷ [grifo meu]. Depoimentos dos empregados da Banrisul Processamento de Dados denunciavam o sucateamento da empresa, o descontrole sobre sua estrutura informacional, as doenças e o sentimento de inutilidade de seus funcionários.

Durante a assembléia foi divulgado o resultado das eleições para o Conselho Fiscal da Fundação Banrisul. Foram eleitos dois ativistas do movimento sindical, com a proposta de “*democratizar e mudar a Fundação...*”¹³⁸. Um deles, Edison Luiz Kober, é o presidente do Sindicato dos Bancários de Lajeado (interior do RS) e o

¹³⁷ Conforme observação registrada na Assembléia dos Funcionários do Banrisul, em 19.12.1998.

¹³⁸ Nossa Voz, novembro de 1998.

outro, Luiz Fernando Lopes Fernandes é empregado da Banrisul Processamento de Dados - BPD, empresa do grupo Banrisul. Na fala de um dos bancários eleito conselheiro da Fundação, *“a vitória é uma construção da Federação e dos sindicatos. Há uma visão de inversão de prioridades. Nós somos agentes do projeto Fundação Banrisul. Nós é que mandamos lá. Somos sujeito e verbo”*¹³⁹. Outro depoimento atesta a preocupação com a participação dos funcionários na gestão do banco: *“A mudança deve ser feita a partir da base. Quem vai decidir sobre os escalões intermediários? Vamos esperar que a indicação venha de cima?”*¹⁴⁰

Portanto, passados 20 anos da greve de 1979, percebe-se que estes atores (trabalhadores comuns, com experiências comuns), resgataram sua dignidade (Abramo, 1986), através de seu “fazer-se” reafirmaram sua identidade (Thompson, 1987), conscientizaram-se de sua cidadania (Dagnino, 1994) e partiram para a conquista de seus direitos (Lefort, 1987), alcançando as esferas decisórias do poder e possibilitando a construção de uma “trama representativa” (Paoli e Telles, 1996) geradora de uma nova regulação social. A partir de 1999, o governo do estado passou a ser chefiado por dois ex-dirigentes sindicais, o bancário aposentado Olívio Dutra (governador do RS) e o metalúrgico Miguel Rosseto (vice-governador do RS). Na direção do sistema financeiro estadual, dois dirigentes sindicais, funcionários de carreira do Banrisul, José Romari Dutra Fonseca e Robson Schüller.¹⁴¹ Estes fatos recentes indicam a dimensão assumida pela “trama representativa” originada da “matriz discursiva do “novo” sindicalismo (Sader, 1988), para a construção de um projeto político-sindical que reivindicava a inclusão, participação e a ampliação democrática. Este projeto foi construído pela base, com militantes oriundos do “novo” sindicalismo, cidadãos que se “fizeram” sujeitos portadores de direitos a partir da complexa articulação entre experiência/consciência de classe.

¹³⁹ Depoimento coletado durante a Assembléia dos Funcionários do Banrisul, em 19.12.1998.

¹⁴⁰ Depoimento colhido na Assembléia dos Funcionários do Banrisul, em 19.12.1998.

¹⁴¹ Estes dados foram percebidos pela imprensa local, conforme matéria do jornal Zero Hora, de 14.03.1999, p. 14 e 16: *“O poder nas mãos dos sindicalistas - Dezenas de líderes dos trabalhadores gaúchos abandonaram as assembleias para se dedicar ao governo [...] Olívio inaugurou uma nova fase na política gaúcha, levando para o governo no dia de sua posse [...] dezenas de líderes sindicais reconhecidos por sua atuação em defesa dos trabalhadores das mais diversas categorias.”*

A “expansão do poder ascendente” (Bobbio, 1986) pode ser evidenciada de forma lenta e gradual a partir das referências fornecidas nessa análise da trajetória político institucional. Outro referencial indicativo desta expansão direciona-se à formação da organização de base e da democracia sindical.

4. 5 Organização de base

4. 5. 1 A organização de base através da Comissão de Mobilização

A experiência da Comissão de Mobilização e Organização da Categoria Bancária em Porto Alegre (COMOC) foi permeada por diferentes momentos que caracterizaram as diferentes posturas políticas no Sindicato dos Bancários com relação as formas de organização de base. A Comissão surgiu em 1978, aprovada em assembléia-geral, sendo um organismo aberto à participação de todos os bancários, com poder deliberativo e com uma coordenação eleita a cada seis meses em assembléia da categoria. Tinha como objetivo mobilizar e organizar os bancários por local de trabalho, através das comissões de bancos, idealizadas como uma “alternativa à estrutura sindical vigente”¹⁴².

A COMOC arregimentou praticamente todas as tendências políticas existentes entre os bancários porto-alegrenses, incluindo bancários de bancos públicos e privados (estes últimos em menor número). Foi um organismo fundamental na efetivação e condução da greve de 1979. Através de seu boletim próprio, o “Palavra de Ordem” aprofundaram-se as mobilizações para a greve, uma vez que a Diretoria do Sindicato, em função do Decreto-Lei que proibia a greve nas atividades essenciais, estava impossibilitada de incentivar movimentos grevistas. Foi também a direção da COMOC que coordenou a greve após a prisão do Presidente do Sindicato, Olívio Dutra e do Diretor do Departamento de Assistência Social, Felipe Nogueira. Com o Sindicato sob intervenção, vários de seus integrantes continuaram a se reunir no Sindicato do Vestuário de Porto Alegre, juntamente com o restante da diretoria eleita, e lutaram

arduamente, durante a greve, pela liberação de seus colegas (além de Olívio e Felipe, foram presos dois integrantes da COMOC, Ana Santa Cruz e Namir Bueno). A luta pela retomada do Sindicato durante a intervenção (que durou de setembro de 1979 a julho de 1980) também foi fruto da pressão exercida pela COMOC e pelos membros da Diretoria do Sindicato.

A condução de Milton Mottini Machado (então Secretário-Geral) à presidência do Sindicato, em 1980, após a cassação do mandato de Olívio, marca um período de grandes confrontos entre uma parcela da diretoria e uma parcela de integrantes da COMOC, fato que se agravou com a eleição de Mottini para a presidência do Sindicato, em 1981. Egresso do PCB, Mottini participou da Intersindical, tornando-se membro do PT desde sua fundação. Sua divergência com relação à COMOC centrava-se no fato de que esta gozava de poderes deliberativos que bloqueavam constantemente as decisões da diretoria do Sindicato. O acirramento entre o presidente eleito e a COMOC redundou na renúncia de Mottini, em 1983. A chapa eleita em 1984, encabeçada por José Fortunatti e Olívio Dutra, arregimentou vários integrantes da COMOC, e a organização de base acabou se fundindo com a organização por local de trabalho entre os bancários, gerando um formato de representação subordinada ao Sindicato¹⁴³.

As discussões sobre a COMOC começaram a tomar corpo a partir da III Convenção de Base da categoria, em 1982. Estas convenções foram instituídas em 1978 como um fórum de organização da categoria. Possuíam um regimento interno, cuja pauta visava a discussão das reivindicações das campanhas salariais e questões organizativas do movimento. Assim, por exemplo, a III Convenção discutiu, além da campanha salarial de 1982, questões referentes à natureza e função da COMOC, previdência social, intersindicais, ENCLAT, CONCLAT, CUT e formas de luta da categoria. Havia um espaço aberto para a discussão das teses apresentadas por qualquer bancário da base territorial de Porto Alegre. Além destes, diretores de outros sindicatos bancários e de outras categorias poderiam participar como convidados, porém sem direito a voto. Sem dúvida, estas convenções constituíram-se em espaços inovadores

¹⁴² Estatutos da COMOC aprovados em assembleia-geral de 20.03.82.

¹⁴³ Com relação as diferentes formas de representação dos trabalhadores bancários, ver item 4.5.2.

para a discussão das demandas da categoria, demonstrando, neste momento, uma coerência entre o discurso democratizante e a prática das direções sindicais. Estas convenções constituíram-se em um importante instrumento de democratização da estrutura sindical.

Descreve-se abaixo os principais argumentos das diferentes facções existentes no Sindicato sobre a existência da COMOC, durante as Convenções de Base da categoria em 1982, 1983 e 1984. Estes relatos são importantes pois delineiam diferentes posturas sobre o trabalho de base ideado por um sindicato autêntico, cujas lideranças propunham uma maior aproximação do Sindicato com a categoria.

Na **III Convenção de Base**, em 1982, surgiam duas posições diferenciadas: a primeira, defendida por Olívio Dutra, salientava que a COMOC

“não é um órgão de direção da categoria na base do Sindicato. Por isto o seu funcionamento deve ser regulado por um regimento interno que não se sobreponha aos estatutos do Sindicato e o seu programa de ação tem de ser uma forma de levar à prática o programa com o qual se comprometeu a Diretoria quando das eleições na categoria[...] A COMOC não é um segundo poder nem um organismo à parte que disputa a hegemonia de direção com as outras instâncias deliberativas do Sindicato: Diretoria Executiva, Diretoria Plena e assembléia-geral[...] Portanto, a função da COMOC é auxiliar a direção do Sindicato na tarefa de mobilizar e organizar a categoria para as suas lutas específicas”.

Pode-se questionar o caráter de sindicato paralelo que assumia a COMOC, bem como a disputa pela hegemonia da direção sindical que começava a acontecer após quatro anos de existência da comissão. Em resposta aos argumentos de Olívio, alguns integrantes da COMOC observavam:

“se trata de coisas completamente diferentes. Isto porque o regimento interno ou estatuto da COMOC valem apenas diante da categoria e os estatutos do Sindicato valem diante do Ministério do Trabalho e do Oficialismo. O que está implícito na afirmação é o fato de que os estatutos do Sindicato devem se sobrepor ao regimento interno da COMOC. Esta é mais uma idéia errônea, pois o estatuto do Sindicato é o Estatuto Padrão, imposto pelo governo aos trabalhadores. Hoje uma das maiores lutas do movimento sindical é a revogação deste tipo de arbítrio

e, organismos como a COMOC devem existir justamente para representar uma forma de romper com as limitações impostas pela atual estrutura sindical fascista e, pela prática, construir, nas bases, um novo sindicalismo desatrelado e combativo. Por isto o regimento interno da COMOC pode e deve ir além dos limites do estatuto padrão imposto ao nosso Sindicato[...] O que não deve ocorrer, isto sim, é que este regimento interno venha a substituir a Diretoria, a Assembléia e o próprio Sindicato[...] A questão do programa da Diretoria e sua relação com a categoria e a COMOC apresentam-se nas teses dos companheiros Olívio e Barcellos com algumas afirmações que dão a entender que a COMOC está, de uma forma ou de outra, submetida ao programa da gestão da atual Diretoria[...] Entendemos que o programa é um compromisso mínimo da Diretoria com aqueles colegas da categoria que simpatizam e votam em uma determinada chapa nas eleições sindicais, logo, o programa não é um acordo entre o conjunto da categoria e aqueles que assumem o mandato sindical. O programa de gestão política e administrativa de uma diretoria vincula, isto sim, esta diretoria a discutir com sua categoria cada passo para sua execução[...] A COMOC, sendo um organismo democrático, aberto à participação de todos os bancários, representa o meio concreto de dar forma aos anseios e necessidades da categoria e não pode ser considerada apenas como um organismo que ajuda a Diretoria a executar, de forma estática, um programa de gestão”.

Na **IV Convenção de Base**, em 1983, Olívio propunha um Regimento Interno para a COMOC, que deveria ser identificada “*como uma instância de base do Sindicato e não um Sindicato disfarçado dentro do Sindicato oficial para, com o tempo, substituí-lo*”. Os integrantes da COMOC rebatem:

“Como preliminar queremos que fique claro nosso entendimento do caráter da COMOC, como um organismo de base que se institucionaliza dentro do Sindicato, através de seu regimento interno, que fixa suas atribuições e tarefas[...] Não vemos, finalmente, a COMOC como um duplo poder, pois na sua expressão como organismo que pode aglutinar desde os dirigentes, a vanguarda experiente, até aqueles companheiros que, embora as vezes atrasados representam a parcela mais combativa de nossa categoria. O que deve ser o real poder em um sindicato democrático. Quanto à sua relação com a diretoria vemos que não existe conflito na medida em que a diretoria não é em si mesma um poder, mas deve representar o poder que é a

própria categoria que, na vida do Sindicato é representada por organismos democráticos e abertos como a Comissão”.

Na **V Convenção de Base**, em 1984, o texto assinado pelo futuro Presidente do Sindicato, José Fortunatti, afirmava:

“a COMOC, que nasceu como organismo permanente, mostrou-se útil em apenas alguns momentos de sua existência: na greve de 79, durante a intervenção do Ministério do Trabalho e nas campanhas salariais. De resto, serviu apenas para gerar atritos e dissensões infrutíferas à consolidação e fortalecimento do nosso Sindicato junto à categoria[...] Não temos dúvidas de que, em momentos especiais, em que lutas especiais estão colocadas na ordem do dia, estas necessitam de organismos de mobilização, participação e organização[...] Porém, passados estes momentos de lutas especiais, tais organismos perdem sua validade prática e, se persistem, transformam-se, na verdade, em sérios obstáculos à construção e consolidação daqueles que são os autênticos organismos de participação, organização e democracia de base: as COMISSÕES POR LOCAL DE TRABALHO[...] Cabe-nos, portanto, com base nesta avaliação, propormos aos companheiros as seguintes medidas: 1) que a V Convenção de base tome iniciativas que impulsionem a construção de COMISSÕES POR LOCAL DE TRABALHO[...] 2) que a COMOC e seu respectivo boletim deixem de existir para que toda nossa força possa voltar-se para a tarefa maior de organizar os bancários em seus locais de trabalho”.

Cabe ressaltar que neste período, as oposições sindicais lutavam para substituir os sindicatos oficiais, ligados a estrutura sindical corporativista, por sindicatos livres e autônomos. Em São Paulo, por exemplo, as oposições sindicais metalúrgicas tentaram implodir com o sindicalismo assistencialista presidido por Joaquim dos Santos Andrade, o “Joaquinzão”, através das Comissões de Fábrica, sem, entretanto, lograrem êxito¹⁴⁴. Entre os bancários paulistas, a tentativa de organizar a greve de 78 através das insipientes comissões de banco também fracassara, e a oposição acaba por assumir a direção do Sindicato de São Paulo em 1979¹⁴⁵. Em Porto Alegre, semelhante ao que ocorrera entre os metalúrgicos de São Bernardo, o Sindicato capitaneou a luta das oposições, permitindo-lhes um espaço dentro da própria estrutura oficial. Fato novo,

¹⁴⁴Sobre os metalúrgicos de São Paulo ver: Sáder (1988), Telles (1982), entre outros.

porém, que surgia entre os bancários porto-alegrenses, é que o conflito fora levado para dentro do próprio Sindicato, com o acirramento entre as diversas tendências que compunham a COMOC, organismo aprovado pela assembléia-geral (órgão máximo das decisões da categoria). A mesma assembléia que decidia sobre os encaminhamentos levados pela Diretoria, decidia também sobre os encaminhamentos levados pela COMOC. Estes encaminhamentos, muitas vezes, contrapunham-se, e isto acabava emperrando o trabalho da Diretoria, ou seja, para poder utilizar-se do poder de representação delegado pela categoria, a Diretoria, face às diferentes deliberações da COMOC, era obrigada a convocar assembléias constantemente, submetendo-se a um processo de discussões quase intermináveis. Segundo um dos depoimentos *“a COMOC claramente se transformou em um instrumento de oposição ao Sindicato[...] uma instância de confronto à Diretoria[...] a COMOC acabou servindo como instrumento para potencializar a oposição”*¹⁴⁶

Interessante observar que a COMOC, em sua criação, obteve o total apoio da Diretoria eleita (lembre-se que o Presidente então era Olívio Dutra). Segundo depoimento de um diretor:

*“Na gestão de Olívio, a COMOC tinha um papel muito mais de absorver as demandas de organização e de luta porque o Olívio era um sujeito que costumava participar das atividades, dos debates, ia para o enfrentamento, diferente do Mottini, que só repelia a COMOC[...] na gestão Mottini a COMOC começa a aparecer como elemento aglutinador de insatisfeitos, mas num fórum explicitamente paralelista.”*¹⁴⁷

A retomada do Sindicato por parte da Diretoria eleita, em 1980, (uma vez que Olívio Dutra e Felipe Nogueira tiveram seus mandatos cassados) implicou na retomada dos plenos poderes da Diretoria, e a COMOC surgia, então, como um empecilho para a efetivação das decisões da mesma. O discurso mais radicalizado da Comissão era outro fator que “incomodava” a Diretoria, pois esta preocupava-se em manter o Sindicato nas mãos da categoria (e não de interventores), fato que levava

¹⁴⁵ Ver Karepovs (1994).

¹⁴⁶ Fortunatti, José. Entrevista concedida à autora (depoimento gravado). Porto Alegre, 1997.

¹⁴⁷ Diretor 1. Entrevista concedida à autora (depoimento gravado). Porto Alegre, 1997.

alguns diretores a assumirem posições mais “brandas”, na tentativa de evitar uma nova intervenção. A COMOC, por seu lado, era formada por uma parcela de jovens militantes, alguns deles integrados em diversas dissidências de origem trotskysta (Libelu, Avalu, Convergência Socialista, e outras) e pecebista (PCB, PC do B, PRC, MEP), apresentando um discurso que propunha formas de luta mais radicais, o que contrastava com o ideário de parte da Diretoria. Segundo depoimento de Mottini, “a COMOC mobilizava exclusivamente a vanguarda[...] eles queriam greve a todo momento...a luta era pela direção do Sindicato”¹⁴⁸.

A existência de concepções diferenciadas sobre os rumos das lutas sindicais neste período começava a minar a propalada “unidade de ação” de parte da Diretoria eleita¹⁴⁹. As divergências que surgiam geraram uma divisão que acabou se radicalizando em duas posições extremas: a do Presidente do Sindicato, Milton Mottini, que não abria mão das responsabilidades de seu cargo; e a da COMOC, que não abria mão de seu poder deliberativo adquirido desde sua criação. Segundo Mottini:

*“A minha frustração é que quando entreguei o poder[...] eu disse: Eu estou entregando o poder para que vocês façam a revolução que vocês achem que tem que sair no momento. E a minha grande frustração é que até hoje não saiu a revolução anunciada, não se tomou o poder da República, nem o poder do estado, e o Sindicato está num processo de decomposição...”*¹⁵⁰.

Esta divisão do grupo dos novos sindicalistas pode ser creditada a um estilo mais burocrático de direção sindical capitaneado por Mottini, podendo ser atribuída às divergências sobre a condução do movimento sindical (organização de massa versus organização de base). Mottini parece ter sido o “pivô” destas divergências, mas percebe-se que elas já existiam mesmo antes de sua posse. Não se pode afirmar que houve um “racha” da direção sindical, uma vez que o restante da diretoria permaneceu até o final da gestão. A renúncia de Mottini teve o efeito de dividir a vanguarda sindical

¹⁴⁸ Mottini, Milton. Entrevista concedida à autora (depoimento gravado). Porto Alegre, 1997.

¹⁴⁹ O depoimento de Olívio Dutra salienta a importância da unidade entre direção e base: “na medida em que foi se ampliando a participação começavam mais disputas, mais diferenças na condução das lutas, exigindo um trabalho de construção da unidade na diversidade” (Dutra, Olívio. Entrevista concedida à autora, depoimento gravado. Porto Alegre, 1997). [grifos meus].

¹⁵⁰ Entrevista ao CENTRO DE MEMÓRIA BANCÁRIA - CMB/Porto Alegre, 1994.

aglutinada na COMOC para a eleição de 1984, quando se formaram duas chapas oriundas do grupo dos novos sindicalistas, sendo vencedora a chapa presidida por José Fortunatti. Esta cisão, como já foi dito acima, deu-se em função das visões diferenciadas sobre a estratégia sindical, mas por trás desta discussão percebe-se a existência de uma luta pelo controle do Sindicato, pela ocupação das esferas decisórias do poder sindical.

A importância da COMOC foi ressaltada em todas as entrevistas realizadas. Apesar dos atritos do período, esta foi, sem dúvida, uma experiência que demonstrou a capacidade de organização dos diversos grupos e tendências da esquerda, experiência esta que foi potencializada por uma diretoria que não temia a oposição, e que, ao invés de afastá-la do Sindicato, acabou propiciando um espaço de organização para esta oposição dentro do próprio Sindicato. Foi esta percepção de que era preciso aglutinar para avançar nas lutas que deu um novo fôlego para o Sindicato. Como foi salientado, isto não ocorreu de forma linear, porém a capacidade de articulação das diversas diretorias (presididas em 1978 por Olívio, em 1981 por Mottini e em 1984 por Fortunatti) resultou em uma maior capacidade de mobilização, qualificando o movimento sindical entre os bancários porto-alegrenses e impulsionando as diferentes lutas que viriam a acontecer a partir da greve de 1979, fazendo do Sindicato um referencial para o movimento sindical. A COMOC foi uma “escola” para muitos bancários que ingressavam na carreira naquele momento. Foi um fórum de formação de diversas lideranças que conduziram o movimento na década de 80, e foi um organismo central para a preparação da greve de 79, que marcou a postura combativa do sindicalismo autêntico em Porto Alegre. Mas a COMOC também foi um organismo de constante oposição à direção sindical, fato este que gerou inúmeros atritos que acabaram ocasionando seu desaparecimento com a gestão Fortunatti-Olívio.

A partir da eleição de 1984 a discussão sobre o trabalho de base centrou-se em torno da implementação dos delegados sindicais, representação esta instituída somente nos bancos oficiais a partir de 1985. Conforme aponta Leôncio Martins Rodrigues (1991b:30): *“Os ‘autênticos’, e o próprio Lula, preferiram valorizar o delegado sindical e, diante das comissões de fábricas, entendiam que elas deveriam ser subordinadas às diretorias dos respectivos sindicatos”*. Esta parece ter sido a

“estratégia” que prevaleceu entre as lideranças bancárias porto-alegrenses. Como se verá adiante, entre os bancários não foram instituídas comissões de empresa autônomas, e sim comissões sindicais de empresa vinculadas ao Sindicato. O carro chefe desta organização foi a figura do delegado sindical, defendida após a extinção da COMOC.

Apesar das divergências existentes internamente à COMOC, esta foi um organismo de base que, gradualmente, forjou novos espaços dentro do Sindicato, reunindo uma militância predominantemente oriunda do movimento estudantil, sendo que parte dela apresentava uma concepção paredista do processo revolucionário. Nesta concepção, a greve poderia significar a derrubada do governo, por isto boa parte de seus integrantes empenharam-se nas mobilizações para a defesa da greve de 79. A existência da COMOC, após a greve, esteve condicionada pelo medo de uma nova intervenção, fazendo com que parte da Diretoria procurasse preservar o espaço institucional do Sindicato com ações mais moderadas, contrapondo-se às ações de parte da militância da COMOC. Nesta experiência estavam inseridas duas concepções diferentes sobre os rumos do movimento sindical: ou implodir a estrutura sindical existente, ou atuar dentro dela para gradativamente superá-la. Prevaleceu a segunda tendência, sem que, de fato, fossem criadas as reais condições para superação da estrutura corporativista, dilema este persistente até hoje. Ao defenderem a liberdade e autonomia sindicais propostas pela Convenção 87, os bancários posicionaram-se pela unidade sindical (decidida pelos trabalhadores), conforme depoimento abaixo:

“Nós, Olivio, Mottini, Felipe, eu [...] nós sempre defendemos e aprovamos em assembléia a ratificação da Convenção 87 da OIT [...] mas sempre defendemos a unidade na prática, que é diferente, ou seja, nós sempre entendemos que nós lutaríamos para que tivéssemos um sindicato único dos bancários[...] a diferença é que nós entendíamos que esta deveria ser uma decisão soberana dos trabalhadores e não algo imposto pelo Estado...”¹⁵¹.

Portanto, a posição defendida pela direção sindical diferenciava-se dos dispositivos legais estabelecidos pela estrutura sindical: o Sindicato defendia a

¹⁵¹ Fortunatti, José. Entrevista concedida à autora (depoimento gravado). Porto Alegre, 1997.

pluralidade sindical, optando pela unidade (sindicato unitário); o texto legal impõe a unicidade sindical (sindicato único por força da lei).

A defesa da liberdade e autonomia sindicais não logrou êxito na votação sobre a organização sindical durante a Assembléia Constituinte, isto porque os próprios sindicatos não se mobilizaram para a defesa deste ponto¹⁵². A permanência da unicidade sindical na Constituição demonstra que a liberdade sindical não foi contemplada, pois a existência compulsória de um único sindicato por categoria em uma determinada área de atuação não caracteriza a plena liberdade de associação. Mas esta ausência de liberdade no texto da lei não inviabilizou, de fato, a conquista da ampliação democrática pelos trabalhadores brasileiros.

Mesmo com a manutenção da unicidade sindical na Constituição, pode-se evidenciar o alargamento da participação dos trabalhadores no processo político-sindical, de acordo com a análise sobre a formação da COMOC aqui desenvolvida. A comissão foi um importante mecanismo de democratização do Sindicato em uma conjuntura em que a ação da ditadura sobre a estrutura sindical reforçava o atrelamento dos sindicatos ao Estado e limitava a atuação das diretorias sindicais, mesmo as mais combativas.

A experiência da COMOC pode ser interpretada como um momento de avanços e recuos por parte do “novo” sindicalismo. Os avanços podem ser percebidos ao se observar a crescente participação das bases na vida sindical, o surgimento de discussões polarizadas que refletiam diferentes posições sobre os rumos do movimento, a instituição de fóruns abertos como as comissões de base, entre outros. Por outro lado, a extinção da COMOC pode ser vista como um momento de recuo deste movimento que buscava ampliar a participação de todos na vida do Sindicato. A extinção deste espaço de interlocução significou um retrocesso na trajetória democratizante que vinha sendo construída pelo Sindicato. Neste momento, o discurso democratizante começou a se

¹⁵² Esta constatação é evidenciada pelas análises das discussões durante a Assembléia Constituinte, conforme aponta Nascimento (1994:137): “Se a Constituição de 1988 seguiu o princípio da unicidade é porque os parlamentares foram sensíveis às ponderações dos dirigentes sindicais de trabalhadores e empregadores que o defenderam”. Argumento semelhante também é encontrado em Boito Jr. (1991).

descolar da prática sindical, evidenciando que não existe uma linearidade entre discurso e prática.

4. 5.2 Delegado Sindical e Comissão Sindical

Em 1984, na V Convenção de Base surgia a proposta de extinção da COMOC, e o impulso à construção das Comissões por Local de Trabalho (ou Comissões de Bancos). O carro-chefe da organização de base¹⁵³ entre os bancários seria a figura do Delegado Sindical. Estes delegados, reunidos, formavam a Coordenação ou Comissão dos Delegados Sindicais de um determinado banco, caracterizando a formação das comissões sindicais de empresa, com o devido reconhecimento da mesma¹⁵⁴. Portanto, as comissões de empresa (nos moldes das comissões de fábrica surgidas entre os metalúrgicos paulistas) não chegaram a existir entre os bancários porto-alegrenses. Rodrigues (1991b:157) chama a atenção para a novidade das comissões de empresa nos anos 80:

“existe uma maior tendência à institucionalização destes organismos e um maior grau de estabilidade[...] Se, em épocas anteriores, essas experiências, em certa medida e

¹⁵³ Sobre a OLT (Organização por Local de Trabalho) existem concepções diferenciadas, em função do caráter mais genérico ou mais específico da representação. Assim, em uma concepção mais genérica, a OLT abrange “*todo agrupamento de trabalhadores (espontâneo ou não) de determinado local de trabalho, cujo objetivo, embora nem sempre consciente, é a superação das condições objetivas e subjetivas inerentes a exploração capitalista...*”. Esta concepção abarca as comissões de empresa e de saúde, os núcleos partidários, os grupos de lazer, e outros. Em uma outra concepção, mais específica, evidencia-se a diferença entre OLT e organização de base nos sindicatos, “... É muito importante a organização e a presença do sindicato na base, no local de trabalho [...] isto deve se dar através da manutenção do diretor exercendo a sua função no seu local de trabalho, através da eleição dos delegados sindicais ou representantes sindicais nas empresas [...] À parte tudo isto, o Sindicato tem a obrigação de buscar organizar toda categoria por local de trabalho [...] incentivando e trabalhando para construir as OLTs. A OLT de que falamos não se confunde com a estrutura de organização do sindicato. Ela é autônoma em relação à entidade sindical e às centrais, representa todos os trabalhadores da empresa, associados ou não às entidades sindicais, e está submetida à instância de decisão dos trabalhadores da empresa...” (SECRETARIA NACIONAL DE FORMAÇÃO - CUT, 1993:55-61). Parece que os bancários optaram por construir uma representação mais genérica, uma vez que não se formaram comissões autônomas nesta categoria.

¹⁵⁴ Cabe aqui salientar a diferença entre comissões sindicais de fábrica (ou de empresa) e comissões de fábrica (ou de empresa): as primeiras são eleitas democraticamente entre os trabalhadores **sindicalizados**; as segundas são eleitas democraticamente por **todos** os trabalhadores, num mesmo local de trabalho (INSTITUTO NACIONAL DE SAÚDE DO TRABALHADOR - INST et al., 1993:103). [grifos meus].

especificamente no caso de São Paulo (capital), tinham alguma influência de um projeto tipo conselhista em decorrência da proposta da Oposição Sindical, a partir dos anos 80 as comissões de empresa que se estruturam são, fundamentalmente, de tipo sindical, isto é, não tem em seu horizonte um projeto socialista."

O perfil dos delegados sindicais bancários atuantes no período 1974-1989 nos bancos públicos¹⁵⁵ mostra que esta representação era predominantemente masculina: 70.8% dos pesquisados são homens. Com relação ao cargo que ocupam nos bancos, a amostra é composta de 70.8% de escriturários, 25% de comissionados e 4.2% de contínuos. 75% dos delegados exerceram mais de um mandato e 50% já ocuparam algum cargo na direção do Sindicato e exerceram alguma atividade de militância paralela em associação de bairro, partido político, movimento estudantil e movimento negro. 70.8% (ou 17 casos) são filiados a algum partido político, sendo que destes, 16 são de filiação ao PT e um é de filiação ao PSTU. 41.7% da amostra fez algum curso de formação sindical. Deduz-se que, em sua maioria, esta militância de base é vinculada aos partidos de esquerda e possui um relativo engajamento em outras formas associativas, o que evidencia um elevado grau de politização desta parcela de bancários.

A descrição abaixo mostra as diferentes formas que a figura do Delegado Sindical assumiu nos bancos públicos, pois nos bancos privados até hoje esta conquista continua sendo inviabilizada, uma vez que esta reivindicação continua a ser evitada pelos banqueiros durante as negociações com a categoria.

No **Banco do Brasil (BB)**, a partir da greve de dezembro de 1984, foi articulada a instituição do Delegado Sindical. Em 1986, os estatutos dos Delegados ainda não haviam sido reconhecidos pelo banco¹⁵⁶. A primeira eleição deu-se em 1985, mesmo não sendo oficializada pela empresa. Neste banco, os delegados sindicais foram instituídos através das negociações via acordo salarial. Na proposta de estatutos

¹⁵⁵ Este perfil foi baseado nos dados extraídos dos questionários encaminhados aos delegados sindicais bancários. Deve-se considerar que a amostra atingiu um percentual de 10% do universo pesquisado, abrangendo seis delegados por banco, totalizando 24 questionários. Os dados estatísticos foram obtidos através do programa SPSS.

¹⁵⁶ O ESPELHO, 20.10.1986.

encaminhada à empresa em 1987, os princípios que regem a existência dos delegados são os seguintes¹⁵⁷:

- O Delegado Sindical, eleito em todas as agências e departamentos do BB, à proporção de um para cada cinquenta funcionários, é a base de organização do funcionalismo.
- Atribuições: Manter contato com os funcionários de sua área de atuação; colaborar com a integração vertical e horizontal do funcionalismo, zelando pela sua autonomia diante das diretorias da Empresa, Sindicato e demais entidades de representação; democratizar a interação do funcionalismo, entre outras.
- Direitos, prerrogativas e deveres: O Delegado é irremovível de seu local de trabalho, salvo por livre e manifesta vontade; os Delegados e sua estrutura de organização são reconhecidos pelo Banco, gozarão de estabilidade até após um ano do término de seu mandato e não serão discriminados ou preteridos.

Na **Caixa Econômica Federal (CEF)** a figura do Delegado Sindical foi instituída em 1986, servindo de ligação entre o Sindicato e os empregados, na proporção de um para cada cinquenta empregados. O reconhecimento do Delegado Sindical pela CEF deu-se somente em 1989, após a decisão do Tribunal Superior do Trabalho¹⁵⁸.

Já no **Banco Meridional do Brasil S/A.**, seus empregados iniciaram uma intensa campanha de mobilização em torno de algumas bandeiras, como a criação de um quadro de carreira e da representação do Delegado Sindical. Esta representação no Meridional assumiu características diferenciadas dos demais bancos, isto porque a figura do Representante Funcional (equivalente ao Delegado Sindical nos outros bancos) foi criada pela direção do Banco, apesar da mobilização dos empregados da empresa por uma proposta diferenciada.

Seguindo as deliberações do III Encontro Nacional dos Funcionários do Meridional, em 1986, o Sindicato encaminhou à direção do Banco uma proposta de estatutos para a criação da representação dos delegados sindicais, nos moldes do que havia sido conquistado pelos funcionários do Banco do Brasil. A resposta da presidência

¹⁵⁷ O ESPELHO, 03.07.1987.

¹⁵⁸ Jornal da APCEF, julho de 1989.

do Banco foi a instituição do Representante Funcional, sem discussão anterior com os funcionários. Fica claro o caráter diferenciado desta forma de representação, que tinha por objetivo o *“aprimoramento das relações entre os funcionários do Banco e sua Administração, considerando-se que o diálogo permanente e construtivo aumenta a confiança recíproca, estimula a cooperação, promove a integração e a harmonia no ambiente de trabalho, reduzindo ou eliminando tensões”*¹⁵⁹. Os Representantes Funcionais tinham a atribuição de serem os co-responsáveis na coordenação do relacionamento entre a direção do Banco e seus funcionários. Assim, enquanto que nos outros bancos a figura do Delegado Sindical surgia como um elo de ligação entre o **Sindicato e os funcionários da empresa**, no Meridional o Representante Funcional surgia como um elo de ligação entre **os funcionários e a direção da empresa**. Nesse caso, não existiu a formalização de um acordo firmado na Delegacia Regional do Trabalho entre o Banco e o Sindicato. A estabilidade concedida pelo Banco aos Representantes poderia ser retirada a qualquer momento, pois decorria de uma regulamentação interna, sem garantias legais e sem compromisso do banco com o Sindicato.

Apesar das várias mobilizações entre os funcionários do Meridional contrárias à esta forma de representação, a direção do Banco não abriu mão de suas prerrogativas. Porém, os Representantes Funcionais eleitos, em sua maioria, eram bancários ligados a uma postura mais militante, o que possibilitou um trabalho de base que, na medida do possível, alavancou várias mobilizações entre os funcionários do Banco.

Mesmo sendo considerado um banco estatal federal, os funcionários do Meridional jamais gozaram das prerrogativas que gozavam os funcionários dos outros bancos públicos. Com isto, muitas de suas reivindicações continuaram no papel ao longo da década de 80. Um dos passos recentes do ataque às formas organizativas entre os funcionários do Meridional foi a extinção, no ano de 1997, da figura do Representante Funcional, o que caracteriza uma postura autoritária por parte da direção do banco, que, de forma taxativa, extinguiu um importante canal de representação dos funcionários da

¹⁵⁹ Regulamento da Representação Funcional do Meridional, mimeo.

empresa. Com a política de privatização do governo Fernando Henrique Cardoso, o Meridional tornou-se o primeiro banco federal a ser privatizado.

No **Banco do Estado do Rio Grande do Sul (Banrisul)** a figura do Delegado Sindical foi instituída em 1988 através de Resolução Interna do banco, na proporção de um para cada cem funcionários, com a função de ser um “*elo de ligação entre o Sindicato e os empregados do banco, representando e organizando, a partir do local de trabalho, as campanhas do movimento sindical[...] Somente os sindicalizados podem participar do processo eleitoral*”¹⁶⁰. Fruto das reivindicações desde o I Encontro Nacional dos Funcionários do Banrisul, em 1983, a figura do Delegado Sindical foi conquistada a partir das negociações mantidas entre a empresa e a Comissão de Negociações eleita no III Encontro Nacional, em 1987.

Por se tratar de um banco estadual, com sede em Porto Alegre, esta forma de representação foi imediatamente ativada também nas agências do interior do estado. A figura do Delegado Sindical do Banrisul tornou-se um instrumento reconhecido e atuante dentro do banco, transformando-se em uma “escola de formação” para muitos bancários. Atualmente, segundo depoimentos coletados, a representação do Delegado Sindical do Banrisul é a que permanece, de forma mais consistente, com as prerrogativas iniciais desde sua criação, uma vez que, tanto no Banco do Brasil quanto na CEF, esta representação tem sofrido alguns recuos em função das pressões existentes em torno da necessidade de modernização e enxugamento da máquina administrativa.

Conforme depoimentos de alguns delegados sindicais do BB e da CEF, a pressão advinda da reestruturação do sistema financeiro e a burocratização do Sindicato tornam-se impedimentos para que os funcionários invistam nas formas organizativas. Segundo um depoente, “*a ofensiva ideológica da patronal aliada às constantes derrotas no campo sindical levaram à deterioração da OLT*” ou, em outro depoimento:

“[A OLT] de 86 a 89 foi exemplar, com delegados eleitos em praticamente todos os locais de trabalho, reuniões periódicas, participação satisfatória e um bom grau de politização. Após as sucessivas derrotas nas campanhas salariais, a acentuação da burocratização sindical, a conjuntura política desfavorável,

¹⁶⁰ Regulamento dos Delegados Sindicais do Banrisul, mimeo.

houve uma grande dispersão, não existindo hoje uma organização que se possa classificar como OLT na CEF/POA”¹⁶¹.

Analisando-se estas diferentes experiências, observa-se que depoimentos como estes surgiram em vários dos questionários encaminhados aos delegados sindicais, indicando o êxito dessa representação até 1989 e uma certa fragilidade desta forma de organização sindical de base a partir da década de 90. Esta fragilidade atual pode ser explicada por alguns fatores:

- 1) Pela inexistência, nos bancos privados, de qualquer forma de organização. Segundo um depoimento, *“nos privados é praticamente impossível uma OLT[...] a não ser na greve de 79, tinha uma comissão do Bradesco, do Bamerindus, mas estas pessoas foram todas demitidas[...] a política do banco privado é de tolher qualquer tipo de OLT”¹⁶².* A ausência de formas de representação de base nos bancos privados aponta para os limites da OLT nestes bancos, pois estas implicariam em organizar os trabalhadores, o que significaria uma ameaça para os banqueiros.
- 2) A recente fragilidade da representação via Delegado Sindical nos bancos públicos fica evidenciada não só pela extinção dos Representantes Funcionais do Meridional, como também pelos ataques feitos à organização dos bancários no Banco do Brasil e na CEF, que hoje vivem uma situação semelhante a de qualquer outro banco em ameaça de privatização. Conforme o depoimento de um ex-dirigente sindical:

“Nos bancos onde nós mais avançamos, hoje está havendo um enorme recuo: BB, CEF, Meridional[...] Houve um processo de retaliação de lideranças sindicais, demissões, enxugamento, transferências forçadas[...] Hoje eu diria que as relações de trabalho no BB certamente são as piores de toda sua história[...] O pessoal vive um cotidiano de temor: ameaça de demissões, perseguição, remanejamento, corte de funções[...] O quadro que nós vivemos hoje é muito mais de retrocesso do que de avanços...”¹⁶³

¹⁶¹ Questionários aos Delegados Sindicais, 1997.

¹⁶² Dirigente sindical 2. Entrevista concedida à autora (depoimento gravado). Porto Alegre, 1997.

¹⁶³ Fortunatti, José. Entrevista concedida à autora (depoimento gravado). Porto Alegre, 1997.

3) Por fim, a burocratização do Sindicato, também apontada como um dos entraves para um efetivo trabalho de base. Segundo um depoimento:

*“...mesmo a gente tendo um sindicato e uma federação do campo cutista, tá muito difícil aqui discutir política, parece pior do que era antes. A gente não tem quase espaço, não tem quase instâncias[...] na Divulgação ninguém faz nada se o diretor fulano de tal não autorizar[...] parece que piorou, porque eu lembro que quando a gente decidia alguma coisa no plano do coletivo, ela tinha um poder decisório[...] hoje nós não temos quase formas de organização, a não ser dos delegados, e muito eventuais”*¹⁶⁴.

O centralismo das decisões da diretoria indica que a burocratização influenciou o processo decisório, mesmo em um sindicato de orientação cutista.

Deve-se aqui acrescentar o problema da gestão proporcional, adotada pelo Sindicato a partir de 1993. Com a proporcionalidade, todas tendências do movimento sindical encontram-se representadas, o que acarretou um inchaço no quadro de diretores sindicais, muitos dos quais participam apenas eventualmente no cotidiano do Sindicato. As divergências entre os grupos militantes que hoje integram a direção do Sindicato causam uma certa estagnação sobre o trabalho de base, em função da polarização que assume a condução do movimento. Isto pode ser evidenciado no depoimento de outro dirigente sindical:

*“embora nós estejamos inovando, temos uma categoria que diminuiu e o sindicalismo começa a emagrecer[...] isto pode ser um elemento de um ciclo[...] é preciso atravessar este momento com saúde[...] a proporcionalidade é um elemento da democracia, só que quando tu vêes que tem pessoas que não querem construir um sindicato unitário, aí não tem como”*¹⁶⁵.

Sem dúvida, a discussão sobre a implantação da proporcionalidade mereceria maior atenção, entretanto, foge aos objetivos desta pesquisa aprofundar os problemas atuais do Sindicato. A discussão sobre os rumos da proporcionalidade começa a ser feita pelo próprio Sindicato, que recentemente convocou uma reunião de avaliação da mesma. Com quorum reduzido, a discussão foi adiada, sem alterações sobre

¹⁶⁴ Dirigente sindical 2. Entrevista concedida à autora (depoimento gravado). Porto Alegre, 1997.

¹⁶⁵ Dirigente sindical 1. Entrevista concedida à autora (depoimento gravado). Porto Alegre, 1997.

o assunto. Isto pode ser um indicativo de que, atualmente, a pluralidade da representação das diversas tendências na direção do Sindicato não vem implicando em uma maior representatividade dos interesses da categoria, pois o trabalho de base se encontra em uma fase de retração e a diretoria está dividida pelo jogo das tendências que a compõe.

Privilegiando o olhar sobre a representação dos delegados sindicais no período 85/89, percebe-se que esta teve um espaço de atuação significativo. Ou seja, em sua fase de implementação, a representação dos delegados sindicais foi um importante canal de mobilização da categoria. Os depoimentos dos entrevistados, referindo-se ao período pós 90, entretanto, apresentam uma visão mais pessimista sobre esta forma de representação, devido à pressões cada vez maiores no cotidiano do trabalho bancário. Sem dúvida, as investidas patronais, coligadas com as dificuldades da direção sindical para mobilizar os bancários, tem debilitado a representação nos locais de trabalho.

Com relação às Comissões Sindicais de banco, até a institucionalização dos Delegados Sindicais, estas comissões inexistiam. O que se tinha era a existência de alguns grupos de bancos, que funcionavam informalmente. Estes grupos eram formados por militantes e pela vanguarda sindical, encontravam-se periodicamente no Sindicato, integravam a COMOC e organizavam os jornais de banco, tratando de questões específicas de cada empresa. Com a institucionalização dos delegados sindicais, vários destes militantes foram eleitos nesta forma de representação, reconhecida pelos bancos públicos. O conjunto dos delegados sindicais formava a Comissão sindical de banco (ou Coordenação de delegados) e, muitas vezes, estes integravam as Comissões de Negociações, compostas por dirigentes sindicais junto à um determinado estabelecimento bancário.

Quanto aos bancos privados, observou-se que os grupos de bancos nos anos 80 existiram precariamente e, como nestes casos não foi institucionalizada a figura do delegado sindical, também não foram implementadas as comissões sindicais nestes estabelecimentos. Existiam nos privados os jornais de banco (do Itaú, do Real, do Bradesco, e outros) que tornaram-se canais importantes de informação e discussão. Porém, não havia um canal de negociação e organização de base efetivo como nos bancos públicos. Devido a alta rotatividade e às formas de pressão e controle, não se

viabilizou a formação de uma militância articulada nestes bancos, por isto a grande presença de jovens nestas empresas, mão-de-obra facilmente substituível. O trabalho aí desenvolvido apresentava-se em condições mais difíceis se comparado aos bancos públicos, que evidenciavam alguns sinais de uma gestão mais democrática, reconhecendo alguns canais de representação dos empregados. As formas de representação dos trabalhadores nos bancos privados soavam como uma ameaça à direção da empresa, que exercia um poder arbitrário sobre seus empregados. Um exemplo desta arbitrariedade pode ser observado em Segnini (1988), ao enfatizar os diversos mecanismos instituídos pela organização Bradesco para “domesticar” a força de trabalho da empresa. Entre estes mecanismos, encontrava-se o processo de educação para o trabalho, a seleção e o treinamento de pessoal, as normas e o regulamento interno, levando a autora a concluir que o processo disciplinar no Bradesco caracterizava-se por um contexto autoritário e subdesenvolvido.

A análise das comissões sindicais de banco refere-se especificamente à realidade dos bancos públicos, nos quais esta organização funcionou amplamente a partir de sua instituição, em meados da década de 80, até o início do governo Collor. Os anos 90 tem sido caracterizados pela debilidade da organização sindical, em função da política de privatizações, da reestruturação dos bancos e das dificuldades enfrentadas pelos sindicatos em organizar esta forma de representação.

4. 5. 3 As Comissões Internas de Prevenção de Acidentes (CIPAs)

Sabe-se que a existência da CIPA está vinculada ao grau de risco de uma empresa e ao número de empregados da mesma. No caso dos bancários, o grau de risco designado pela NR-5 (Norma Regulamentadora¹⁶⁶) é o grau de risco 1, sendo necessário um número mínimo de 500 funcionários para implementação da CIPA, com representantes do empregador e dos empregados. Em 1995 a NR-5 foi modificada, e o grau de risco para a categoria bancária passou a ser o grau 2. Os setores que contêm um núcleo de informática ou uma gráfica operam com o grau de risco 2, nestes casos,

deveria existir um cipeiro (representante da CIPA) para cada 50 funcionários. Porém, para as empresas que operavam com grau de risco 1 e que passaram a ter grau de risco 2, admite-se a existência de um cipeiro para cada 140 funcionários. Ainda assim, deduz-se que as CIPAs instaladas nos bancos concentram-se nos prédios das matrizes ou em agências/setores com mais de 140 funcionários, tendo, portanto, uma atuação restrita aos maiores contingentes de bancários.

Em Porto Alegre, na maioria dos bancos privados, em função da fragmentação dos funcionários em pequenas agências e da centralização das matrizes em outros estados, não foram instituídas CIPAs. Já nos bancos públicos, elas tiveram trajetórias diferenciadas. Assim, no Banco do Brasil a CIPA foi instalada em 1982, com caráter estadual. Neste núcleo iniciou-se o primeiro trabalho que fez a associação entre as patologias inflamatórias ocupacionais e o trabalho repetitivo, considerando os casos de tenossinovite que surgiam no Centro de Processamento de Dados do Banco¹⁶⁷. A partir de então o espaço da CIPA começou a ser ocupado por militantes sindicais. Segundo depoimento de um ex-dirigente sindical *“no BB nós utilizamos as CIPAs como espaço sindical importante porque nós não tínhamos ainda o delegado sindical...”*¹⁶⁸. Aqui deve-se salientar a tomada de um espaço institucionalizado como a CIPA pelos representantes do “novo” sindicalismo.

No Banrisul a CIPA foi institucionalizada em 1980, sendo um importante canal de expressão de ativistas no início dos anos 80, quando vários militantes se valeram da estabilidade decorrente desta comissão. Existem três casos de cipeiros que foram demitidos pelo banco em função de sua atividade sindical e que, posteriormente, tiveram que ser readmitidos pela empresa, pois gozavam de estabilidade mantida por lei. Com isto, este espaço passou a ser ocupado por um número cada vez maior de militantes que desenvolviam seu trabalho garantidos pela estabilidade que gozavam através da CIPA.

¹⁶⁶ A NR-5 faz parte do capítulo V da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

¹⁶⁷ FUNDAÇÃO JORGE DUPRAT FIGUEIREDO PARA SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO - FUNDACENTRO et al., 1996, mimeo.

¹⁶⁸ Fortunatti, José. Entrevista concedida à autora (depoimento gravado). Porto Alegre, 1997.

No Meridional, criado em outubro de 1985, a CIPA foi reativada imediatamente, porém com reduzida abrangência. A CIPA do Sulbrasileiro (que originou o Meridional) possuía representantes em todas as agências da rede, independente do grau de risco e do número de funcionários de cada agência. Com a criação do Meridional, a CIPA foi institucionalizada somente no prédio da matriz do banco e nas áreas de maior grau de risco, não possuindo mais representantes nas agências bancárias. O número de cipeiros no prédio central foi estipulado através de uma média matemática realizada entre os diferentes setores, apresentando diferentes graus de risco. Parece claro que a política de privatização investe exatamente sobre as formas organizativas dos trabalhadores, pois a redução da CIPA e a extinção recente dos Representantes Funcionais indicam um ataque frontal à representação dos bancários do Meridional.

Na Caixa Econômica Federal a Cipa teve uma existência precária. Segundo o depoimento de uma delegada sindical:

“Na CEF nunca houve uma política sindical dirigida à CIPA. Ela é fragilíssima e não tem atuação significativa. Mal dá conta das tarefas burocráticas exigidas pelo Ministério do Trabalho. Às vezes organiza SIPATs [Semana de Prevenção de Acidentes de Trabalho] interessantes, dependendo exclusivamente do interesse pessoal do seu Presidente ou de algum de seus membros”¹⁶⁹.

Deve-se ressaltar que os funcionários da CEF sindicalizaram-se somente em 1985. Isto pode explicar parcialmente as dificuldades encontradas para que o Sindicato formulasse uma política dirigida à CIPA neste banco.

Percebe-se, na maioria dos depoimentos, a fragilidade atual das Cipas nos diferentes bancos. Normalmente ela funciona (quando existe) subordinada à direção do banco. Suas atividades reduzem-se aos exames médicos anuais (também raros), bem como à instalação da SIPAT, quando se implementa uma ação mais abrangente, mas que

¹⁶⁹ Questionário aos delegados sindicais, 1997. Segundo informações do Departamento de Saúde do Sindicato, a partir de 1995 foi firmado em acordo coletivo que toda agência da CEF deve possuir um representante da CIPA, indicando uma ampliação desta forma de representação entre os funcionários da CEF.

nem sempre chega às pequenas agências bancárias. Quanto aos bancos privados (sem matriz em Porto Alegre) praticamente inexistem CIPAs organizadas.

Com relação à atuação das CIPAs no período 74-89, percebe-se que elas tiveram uma importância acentuada no Banco do Brasil, no Banrisul e no antigo Sulbrasileiro (hoje Meridional). Neste último, evidencia-se claramente um desmonte das CIPAs. Já na CEF, onde as CIPAs tiveram uma existência pouco relevante, houve um movimento de expansão desta representação, o que pode ser um indicativo de que os bancários estão se conscientizando da importância da saúde preventiva em uma atividade laboral repetitiva. Em decorrência disso, parece que esta forma de organização por local de trabalho continua mantendo-se como um importante canal de representação em alguns bancos, apesar do retrocesso ocorrido recentemente no Banco Meridional.

Deve-se, entretanto, ressaltar o trabalho feito mais recentemente pelo Departamento de Saúde do Sindicato a partir de 1990, com uma atuação mais intensiva no sentido de conscientizar os bancários sobre os problemas de saúde decorrentes das atividades repetitivas nos bancos. Em 1994, o Departamento organizou um Censo de Saúde entre os bancários porto-alegrenses procurando detectar suas condições de saúde. Através deste Censo evidenciaram-se as precárias condições de trabalho dos bancários, submetidos ao medo do desemprego crescente, à intensificação da carga horária e à epidemia de Lesões por Esforços Repetitivos¹⁷⁰. Além disso, o Sindicato impulsionou a criação da Associação dos Portadores de Lesões por Esforços Repetitivos (APLER/RS), com sede nas dependências do Sindicato, através do trabalho voluntário de pessoas atingidas por LER. A fiscalização e conscientização vem sendo empreendidas de forma mais veemente pelo Sindicato, que tem atuado com os representantes das CIPAs nos bancos procurando soluções para modificar as condições de trabalho dos bancários.

¹⁷⁰Em audiência pública realizada em outubro de 1997, o trabalho do Departamento de Saúde do Sindicato foi divulgado junto à Comissão de Cidadania e Direitos Humanos da Assembleia Legislativa. Nesta audiência compareceram representantes dos bancários, da Delegacia Regional do Trabalho e o presidente do Sistema Financeiro do Rio Grande do Sul. As denúncias sobre o cotidiano do trabalho bancário resultaram em um comprometimento do presidente do Sistema Financeiro em estabelecer um diálogo com os representantes do Sindicato dos Bancários na tentativa de buscar soluções que contemplem ambas as partes (conforme observação da audiência pública realizada em 22.10.97).

4. 5. 4 Congressos

Sem a pretensão de esgotar todos os encontros que envolveram os bancários porto-alegrenses durante as décadas de 70 e 80, são listados no Quadro nº 4 (no final deste capítulo) os encontros de que se tem registros, evidenciando-se a abrangência das discussões no Sindicato dos Bancários durante o período pesquisado¹⁷¹.

Na análise do Quadro nº 4, os encontros listados revelam uma maioria de reuniões específicas da categoria. Mesmo na hipótese de haver uma pequena participação de bancários (dado que não está disponível), ainda assim observa-se uma série de encontros e eventos envolvendo a base da categoria. Estes encontros realizavam-se com periodicidade regular, com reuniões prévias no Sindicato para escolha dos delegados representantes, com pautas a serem debatidas pelo coletivo e divulgadas antecipadamente pelos jornais sindicais. Problemas específicos da categoria, juntamente com questões nacionais de ordem política e econômica foram discutidos amplamente. Observa-se a diversidade das discussões, abarcando temas como análise da conjuntura, condições de trabalho, automação, novo modelo sindical, questões específicas por banco e questões relativas às diferentes políticas salariais do período. Pode-se, sem dúvida, concluir que este foi um período muito rico em termos de discussões entre os bancários porto-alegrenses.

Com relação aos conselhos formados, destacam-se os diferentes conselhos de delegados sindicais por banco, com reuniões também periódicas. Muitos delegados eram eleitos para a Comissão de Negociação da categoria em época de dissídio. Tal fato evidencia a preocupação em preparar a militância para a atividade da negociação salarial.

O que deve ficar presente, no entanto, é que estas formas de representação de base (COMOC, delegado sindical, CIPA, congressos e comissões sindicais de banco), onde foram instituídas, tiveram um significado fundamental para a organização desta categoria durante a década de 80, garantindo uma maior participação dos bancários nas

¹⁷¹Como não foi possível obter dados referentes ao número de participantes nestes encontros, optou-se por fazer uma relação simplificada dos mesmos, de acordo com as informações disponíveis.

discussões sobre o processo de trabalho e sobre as formas de luta do movimento. Através destes fóruns os bancários influíram sobre as decisões da direção sindical.

Esses canais priorizavam uma nova articulação e uma maior vinculação do Sindicato com a base, trazendo, com isso, maior transparência às diferentes gestões sindicais.

4. 6 A democracia sindical

Este ponto incorpora as contribuições de Mangabeira (1993) e Moraes (1994) analisadas na Introdução desta dissertação. A discussão sobre a democratização interna no Sindicato dos Bancários de Porto Alegre abrange tanto o “modelo eleitoral formal” quanto os indicadores substantivos fornecidos pela bibliografia citada. Busca-se aqui verificar a correspondência entre o discurso e a práxis dos sindicalistas bancários, pontuando esta relação através de critérios utilizados por autores que problematizaram a discussão sobre a democratização interna dos sindicatos. Em síntese, procura-se verificar se o discurso democratizante dos líderes bancários no plano político ecoava também no plano de decisões internas no Sindicato dos Bancários.

Dos seis indicadores citados por Mangabeira, o Sindicato só não satisfaz as condições de um modelo democrático de gestão com relação aos indicadores “existência de oposições permanentes e organizadas” e “natureza da estrutura interna da organização sindical”. Os dados abaixo possibilitam a interpretação de cada um destes indicadores:

1) Existência de eleições contestadas:

Conforme demonstrado nos capítulos anteriores, a existência de eleições contestadas foi preponderante na trajetória do Sindicato. Entretanto, na eleição de 1975, Olívio Dutra concorreu com chapa única. Neste período o Sindicato encontrava-se desmobilizado em função das seqüelas da intervenção governamental sobre o movimento sindical. A diretoria eleita em 1972 procurou implementar um trabalho que, mesmo primando pelo assistencialismo, buscava uma dinamização do cotidiano sindical e uma maior aproximação com a categoria. Em todas as eleições do período analisado, a

transparência do processo eleitoral e o debate com a categoria foram registrados nos jornais sindicais. Conforme Moraes (1995:559), não há correlação direta entre existência de chapa única e falta de democracia. A chapa única pode indicar “*um complexo processo de negociações em que pode haver um alto grau de tolerância entre as diferentes facções políticas*”. Parece ser esta a explicação para a existência da chapa única em 1975. A partir de 1978 as disputas polarizaram-se em duas direções: o grupo das esquerdas *versus* o grupo de centro-direita (vinculados ao MDB). Já em 1984 o grupo das esquerdas dividiu-se: com a criação da CUT, os militantes ligados ao PCB e ao PC do B formaram uma nova chapa eleitoral, ligados a alguns militantes petistas que divergiam sobre a questão da extinção da COMOC. A chapa ligada a CUT venceu as eleições em 84 mas, em 87 foi derrotada pelo grupo formado por militantes pecebistas e petistas. O predomínio de eleições contestadas no Sindicato dos Bancários durante o período analisado torna-se, assim, um dado evidenciado pela pesquisa.

QUADRO 3: Eleições sindicais no período 1975-1987

Ano	Nº de chapas concorrentes	Percentual de votos da chapa vencedora*
1975	Chapa única	-
1978	2	70%
1981	2	70%
1984	3	50%
1987	3	50%

* Percentual estimativo

Fonte: Jornais do Sindicato

2) Renovação de lideranças:

A alternância entre direções eleitas foi verificada de forma preponderante no Sindicato em todas as cinco gestões analisadas. A pesquisa deteve-se na análise da diretoria executiva, composta de cinco integrantes (a partir de 1987 este número foi ampliado

para sete). Quatro bancários foram reeleitos (é o caso de Olívio Dutra, que integrou as gestões 75, 78 e 84, de Felipe Nogueira, que integrou as gestões de 78 e 87, da tesoureira Josefina dos Santos, que integrou as gestões de 78 e 81 e de Milton Mottini, que integrou as gestões de 78 e 81). Nas eleições de 1978 e 1981 dois dos cinco integrantes da diretoria foram reeleitos. Em 1984 e 1987 um entre os cinco diretores foi reeleito. A presença de pelo menos um diretor reeleito (1/5 da diretoria executiva até 1987) em cada gestão poderia comprometer a plena renovação das diretorias analisadas. Ainda assim, comparando-se o somatório geral do número de cargos da executiva no período analisado (vinte e sete cargos) com o número de cargos preenchidos por diretores reeleitos (nove), percebe-se que cerca de 30% do total dos cargos não foram renovados, sendo que o único presidente reeleito foi Olívio Dutra. Portanto, não se pode falar em “encastelamento” de lideranças no Sindicato, pois a renovação dos diretores foi preponderante no período. Isto reflete um elemento importante da relação entre direção e base: a emergência de novas lideranças de base. O surgimento de novas lideranças pode ser explicado pela criação de novos canais e novas formas de organização de base e aqui a importância da COMOC deve ser ressaltada, uma vez que ela integrou boa parte da militância responsável pelas mobilizações da década de 70 e 80¹⁷².

3) Eleições com resultados apertados:

Conforme o percentual estimativo das eleições sindicais dos bancários porto-alegrenses listados na Quadro 3 (acima), constata-se a tendência de maior competição entre as chapas concorrentes. Esta competição foi crescendo a partir de meados da década de 80, à medida que decrescem os índices de votação das chapas vencedoras. O elevado índice de 70% para as chapas vencedoras em 1978 e 1981 demonstra o respaldo da categoria pela proposta dos novos sindicalistas. Mas também poderia indicar a redução do espaço para as oposições, em função das dificuldades de se organizar o movimento sindical em um período ainda marcado predominantemente pela repressão e controle do governo sobre os sindicatos. Verificando-se, porém, o resultado das duas eleições seguintes, em 1984 e 1987, observa-se o crescimento paulatino deste espaço através do maior número

¹⁷² Segundo depoimentos de um dirigente sindical, a COMOC reunia-se uma vez por semana, com quórum mínimo de 20 pessoas. Este nº foi crescendo gradativamente, havendo reuniões semanais que contaram

de chapas concorrentes à direção sindical. O crescimento das oposições pode ser relacionado à conjuntura democratizante do período, quando ampliava-se o espaço para o debate político tanto na sociedade em geral, como entre os trabalhadores e seus sindicatos. A Campanha das Diretas e a efervescência política gerada pelo processo constituinte permitiram a manifestação de divergências e o surgimento de grupos de oposição contrários às práticas dominantes.

4) Existência de oposições permanentes e organizadas:

A vanguarda sindical dos bancários porto-alegrenses teve um espaço de atuação institucionalizado com a criação da COMOC, no período 1978-1984, representando um importante canal de representação de base. A partir da gestão Fortunatti, a COMOC foi extinta e o Sindicato passou a lutar pela institucionalização da OLT nos bancos. Esta experiência, como se viu, teve êxito somente nos bancos oficiais. O espaço de discussão antes ocupado pela COMOC, foi parcialmente substituído pelas Comissões de bancos e pelo Conselho dos Delegados Sindicais, subordinados à direção sindical, não atingindo, entretanto, os bancos privados.

Cabe aqui analisar o que significou a extinção desta comissão. Segundo seus adversários, a Comissão só mobilizava a vanguarda sindical, gerando um sindicato paralelo. Segundo seus defensores a COMOC mobilizava de fato a categoria e sua militância tinha uma inserção direta dentro dos bancos. Ora, pela análise das atas existentes até 1983, pela análise documental das várias convenções de base da categoria e dos jornais sindicais, fica claro que a COMOC assumia, cada vez mais, um papel fundamental para a mobilização desses trabalhadores. O crescimento da Comissão começou a ameaçar o poder da presidência do Sindicato. A renúncia de Mottini deu-se pelo fortalecimento da COMOC, e aí começaram as articulações para a eleição sindical de 1984. O discurso da chapa vencedora foi de extinguir a comissão, vista como um mecanismo gerador de “atritos e dissensões infrutíferas”, conforme texto da V Convenção de Base, em 1984. O passo seguinte seria a construção das comissões por local de trabalho. Deve-se salientar que a construção da OLT nos bancos não implicaria, necessariamente, na extinção da COMOC (esta era um organismo de mobilização de

com mais de uma centena de participantes.

base). Mas, na visão dos integrantes da chapa vencedora, a comissão não poderia continuar existindo, pois entravava o trabalho da direção sindical. Não se pode afirmar que a implantação da OLT substituiu a comissão de mobilização, pois apenas nos bancos públicos desenvolveram-se diferentes formas de OLT. Portanto, a extinção da COMOC pode ser interpretada como uma possível redução de um espaço de oposição permanente e organizado, espaço não preenchido em sua totalidade com a estruturação da OLT. Entretanto, a extinção da COMOC não significou o total fechamento de espaços para a articulação da oposição. Prova disso é a maior disputa eleitoral com chapas de oposição a partir de 1984. Ainda assim, este fato pode ser analisado como uma involução na análise da trajetória do Sindicato: a crescente fase de democratização dentro da própria entidade sindical foi abalada com a extinção da COMOC em 1984. A partir daí iniciava-se uma nova fase, quando o Sindicato direcionou-se para a estruturação da OLT, saindo vencedora a proposta do sindicalismo autêntico de vincular as comissões de empresa ao Sindicato.

Durante o período analisado, a OLT teve uma atuação destacada, apesar dos problemas ocasionados pelo seu reconhecimento nos diferentes bancos. Os diferentes fóruns de base atuaram significativamente para a formação de novos militantes, muitos dos quais integraram-se às futuras diretorias do Sindicato. A construção de comissões sindicais subordinadas ao Sindicato foi defendida pelo sindicalismo autêntico, tornando-se a proposta hegemônica no Sindicato dos Bancários de Porto Alegre. Com esta opção, extinguiu-se a possibilidade de criação de comissões de empresa autônomas por parte dos bancários, demonstrando que a prioridade do sindicalismo cutista centrava-se na disputa pelo poder sindical, com a criação de formas de representação vinculadas ao Sindicato.

5) Natureza da estrutura interna da organização sindical:

Neste ponto deve-se priorizar a organização interna do Sindicato (ordenação administrativa, financeira, participação dos associados e processo decisório). O Sindicato, como organização burocrática, possui um corpo de funcionários subordinados à diretoria sindical, responsáveis pela gestão administrativa e financeira da instituição. O controle administrativo e financeiro do aparelho sindical foi exercido por sua militância

através de diversas assembleias convocadas para tal fim. Há, porém, uma lacuna referente ao processo decisório não documentada nos arquivos do Sindicato. Esta lacuna refere-se ao extravio das atas sindicais durante a gestão Fortunatti-Olívio, de 1984 a 1987. Ressalte-se que tanto Olívio quanto Fortunatti licenciaram-se de seus cargos a partir de 1986 em função de seus mandatos parlamentares, assumindo a presidência do Sindicato Antonio Sanzi. Uma auditoria¹⁷³ realizada pela gestão presidida por Felipe Nogueira apontou irregularidades na administração da instituição na gestão anterior. Na assembleia de avaliação desta auditoria as irregularidades apontadas foram criticadas, porém, segundo o próprio Felipe, não foi constatado “*má fé ou dilapidação do patrimônio da entidade*”¹⁷⁴. Havia, porém, um outro encaminhamento, propondo o ajuizamento de ação de responsabilidade civil sobre a gestão passada. A assembleia, após ouvir a defesa de Fortunatti e Sanzi, aprovou uma moção de censura à diretoria anterior, entendendo ser esta uma questão interna à categoria.

Estes fatos indicam a existência de um forte enfrentamento de tendências políticas que divergiam quanto a forma de orientação da política sindical. O apoio financeiro da gestão Fortunatti aos sindicatos do campo cutista e ao movimento dos sem-terra, por exemplo, não era consensual entre as diferentes tendências que militavam no Sindicato. Este apoio era muitas vezes definido em reuniões da diretoria e nem sempre em Assembleias da categoria (fórum máximo de decisões). Ainda assim, as irregularidades apontadas pela auditoria foram consideradas pela assembleia como uma discussão de conteúdo político, baseada em uma opção da diretoria, não se evidenciando danos ao patrimônio da entidade. Porém, tal fato demonstra a existência de certas “ranhuras” no processo decisório, uma vez que a auditoria identificou alguns procedimentos administrativos (como a não convocação de assembleias-gerais para deliberar sobre o destino de verbas de apoio a outros movimentos) não condizentes com os princípios contábeis aplicáveis, o que compromete parcialmente a lisura da ordenação administrativa e financeira do Sindicato nesta gestão.

¹⁷³ Não foram encontradas cópias dessa auditoria nos arquivos do Sindicato. O único documento encontrado que se refere à auditoria realizada foi a ata da Assembleia-geral de 08.12.88.

¹⁷⁴ Conforme Ata da Assembleia-geral de 08.12.88. SEEB/Porto Alegre.

6) Extensão em que a liderança sindical leva adiante os problemas evidenciados pela política de produção:

Neste ponto deve-se considerar como o Sindicato conduziu as reivindicações da categoria e o quanto estas expressavam a vontade da maioria. Nesse sentido, os freqüentes encontros nacionais (gerais e por bancos) demonstram que o nível de discussão com a base esteve sempre presente, e a direção sindical conduziu e publicizou as reivindicações oriundas destas discussões, conforme evidenciam as informações constantes nos jornais sindicais e no calendário das lutas do período.

No modelo acima, dois indicadores não foram contemplados, mas, ainda assim, verificou-se o predomínio de condições democráticas no Sindicato. Porém, deve-se considerar os problemas acima mencionados (a extinção da COMOC e a gestão administrativa e financeira) como entraves à satisfação plena das condições para a efetivação da democracia no Sindicato dos Bancários. Nos dois casos, o conflito centrou-se na gestão Fortunatti. Neste período (1984-1987) havia um enfrentamento das tendências sindicais com relação ao apoio à CUT. O Sindicato dos Bancários foi o primeiro sindicato no Rio Grande do Sul a filiar-se a esta central, foi o Sindicato que bancou a estrutura da CUT no estado e foi, justamente, José Fortunatti seu primeiro presidente. Com relação à COMOC, evidenciou-se a existência de um complexo jogo de forças pelo poder, pois o controle do Sindicato era essencial para apoiar a CUT. A COMOC ameaçava este controle, por isto, na gestão Fortunatti, a extinção da comissão deveria ser agilizada, pois as discussões internas estavam emperrando a concretização do projeto político de construção de uma central única dos trabalhadores. Deste processo, os integrantes do PCB e do PCdoB, por não apoiarem a hegemonia da CUT, ficaram de fora. Qual o saldo disto? A democracia de base foi sacrificada? Pode-se concluir que nesta gestão algumas “ambigüidades” abalaram a construção de um projeto sindical democrático, baseado na ampla participação das bases. Entretanto, a análise da trajetória dos bancários de Porto Alegre mostrou que estes abalos não causaram fissuras marcantes na construção do projeto democrático do “novo” sindicalismo. A extinção da COMOC e os resultados da auditoria sobre a gestão Fortunatti sugerem algumas mudanças na construção do projeto democrático cutista. Nestas mudanças estava em jogo a luta pela

hegemonia deste projeto. Este parece ser o motivo das acirradas disputas pelo controle do Sindicato no período.

A questão da democracia sindical, baseada nos critérios acima, deve ser vista cuidadosamente, pois os critérios referentes ao modelo eleitoral formal de democracia não contemplam importantes elementos considerados no decorrer deste trabalho, como a análise do discurso sindical, a importância dos congressos, da participação de base no Sindicato, as diferentes formas de OLT construídas pelos bancários. Considerando-se somente os critérios formais tem-se uma análise formal sobre a democracia sindical. Entretanto, sem uma análise substantiva conjunta, este modelo mostra-se problemático. Isto porque o referencial baseado em regras formais não capta, por exemplo, o conteúdo dos fóruns que garantiram um espaço para as oposições se firmarem no Sindicato. A existência da COMOC como um espaço institucional para as oposições atuarem pode ser detectada através de indicadores formais, porém, este dado, por si só, não acrescenta muito sobre a análise do processo de formação de um sindicalismo de base. Não se pode esquecer que a COMOC existiu durante seis anos devido a toda uma estrutura democrática construída, estrutura esta ancorada nas Convenções de Base e nas Assembléias-gerais da categoria. Foi necessário, portanto, que esta pesquisa se detivesse nas Convenções de Base, nas entrevistas com os dirigentes sindicais, na movimentação congressista expressa pelas inúmeras reuniões e assembléias no Sindicato para dar conta da amplitude que assumiu o trabalho de base entre os bancários porto-alegrenses.

Os estudos de Moraes (1994 e 1995) sobre a democracia sindical abarcam as noções de representatividade e responsabilidade política para observar a relação entre líderes e liderados, através de quatro critérios que passo a utilizar a seguir:

1) A manutenção do assistencialismo por parte de líderes sindicais combativos expressa o atendimento aos interesses dos filiados:

A pesquisa ressaltou a presença constante de atividades de caráter assistencial na gestão de Olívio Dutra, embora a prioridade fosse o desenvolvimento do trabalho de base e da organização sindical. Em 1975, Olívio afirmava:

“O Sindicato não tem porque deixar de fazer assistência social, só que esta, no nosso entender, não é a atividade fundamental do sindicato. O que caracteriza um sindicato como entidade classista é o seu caráter reivindicatório. E quando se fala em reivindicação não se pensa somente em salário, mas também em amplas melhorias sociais, dignas condições de trabalho e participação”¹⁷⁵.

Não havia, portanto, uma postura radical por parte da diretoria de romper com a política assistencialista no Sindicato, embora, ao longo das gestões analisadas, várias modificações foram efetuadas: extinguiu-se o salão de beleza, a barbearia e a lancheria do Sindicato. Recentemente, foi extinto o Departamento Odontológico, mas o mesmo foi substituído por um convênio entre o Sindicato e algumas clínicas dentárias, isto após uma série de discussões e avaliações de ordem econômica e política. A ambigüidade do discurso sindical foi várias vezes apontada, mostrando que uma postura assistencialista conviveu, em maior ou menor grau, com uma postura combativa no Sindicato.

2) As comissões de trabalhadores, onde foram estabelecidas, tem sido usadas como canais de ligação entre os sindicatos e os trabalhadores:

Entre os bancários, as comissões sindicais de banco (ou Coordenação de delegados) foram implantadas somente nos bancos oficiais, tendo sido um forte canal de ligação entre o Sindicato e os bancários. São estas comissões as responsáveis pelo encaminhamento e defesa das reivindicações principais da categoria. Apesar dos problemas enfrentados nos diferentes bancos, estas comissões foram um importante veículo de comunicação entre a base e o Sindicato.

3) Existência de uma agenda mais ampla de reivindicações por parte do “novo” sindicalismo:

As reivindicações da categoria bancária de Porto Alegre cresceram constantemente. Na campanha salarial de 1976 foram listados 26 cláusulas reivindicativas, em 1985 este número passou para 50, chegando a 104 cláusulas reivindicatórias durante a campanha salarial de 1989. Entre estas cláusulas constavam questões econômicas específicas da

¹⁷⁵Conforme O Bancário, outubro de 1975.

categoria, bem como questões ligadas às condições de trabalho e à saúde do trabalhador bancário, demonstrando um alargamento e um aprofundamento das reivindicações da categoria, bem como uma maior percepção das questões que emergiam do cotidiano do trabalho bancário por parte destes sindicalistas, em função de uma relação mais interna com a categoria e com suas demandas.

4) Propostas de negociações diretas entre trabalhadores e empregadores:

Esta prática começou a ser utilizada entre os bancários a partir da campanha salarial de 1985. A negociação nacional se dava com a FENABAN, e as negociações diretas partiam do piso estipulado pela FENABAN, fornecendo mais vantagens para os bancários mais mobilizados, ao mesmo tempo que serviam de indicador para outros acordos. A partir de 1992, a assinatura da Convenção Coletiva Nacional formalizou legalmente a unificação das negociações nacionais, praticadas desde 1985. Até 1991 as convenções coletivas eram de abrangência regional ou estadual. Segundo Larangeira (1997:216), a Convenção Coletiva *“representa a experiência mais próxima da contratação coletiva reivindicada pelo movimento sindical”*.

Estes indicadores evidenciam que a questão da democracia sindical foi plenamente incorporada pela direção do Sindicato. As noções de representatividade e responsabilidade política enriquecem a análise sobre a relação entre as lideranças sindicais e base, constituindo um outro prisma para a consideração da democracia sindical.

Os diferentes critérios aqui utilizados indicam a prevalência de uma prática democratizante, consoante com o discurso da direção sindical. Isto não inviabiliza, entretanto, a existência de recuos neste processo, que não caminha de forma linear e contínua, apresentando ambigüidades comprovadas pela análise de sua condução.

Este capítulo mostrou a crescente movimentação político-sindical construída pelos bancários durante os anos 80. A análise das diversas experiências aqui exploradas indica alguns elementos para se pensar a articulação de um novo projeto político-sindical: a importância das lideranças bancárias na construção do sindicalismo cutista no Rio Grande do Sul, a prevalência de formas democráticas na condução das

lutas no período analisado, as grandes campanhas salariais e a movimentação grevista, a participação dos bancários no processo político-institucional, a ampliação da organização de base e da democracia sindical. Todos estes diferentes aspectos denotam a importância assumida pelo Sindicato dos Bancários de Porto Alegre no processo de democratização do país. Com esta prática foi-se configurando a proposta do “novo” sindicalismo, bem como o papel deste Sindicato na construção e ampliação da democracia.

O resgate da diversidade das práticas sindicais no período analisado pode ser relacionado à noção de democracia utilizada na Introdução desta dissertação. Verificou-se que houve, de fato, um aprofundamento da noção de democracia com o processo de abertura política iniciado nos anos 70 (a democratização da sociedade surgia de novos espaços, com novos sujeitos, indicando que o poder ascendente consolidava-se após os duros anos da ditadura militar). A análise referente ao papel do Sindicato nos anos 80 demonstrou a formação de uma cultura democrática em constante atrito com uma cultura burocrática e autoritária. Esta cultura democrática deve ser relacionada ao processo de ampliação da participação das bases, tão difundido no discurso do “novo” sindicalismo.

QUADRO 4 : Principais Encontros que envolveram o SEEB/POA (1976-1989)

ANO	ENCONTRO	CONTEÚDO
1976	VII Convenção Estadual de Bancários -Uruguaiana/RS	Política salarial, condições de trabalho, quadro de carreira
1977	Reunião da Intersindical - Sindicato dos Jornalistas de Porto Alegre	Acontecimentos nacionais
1978	Semana Sindical Independente	Palestras sobre política salarial e custo de vida; Contrato coletivo de trabalho, Novo modelo sindical.
1978	I Convenção de base do SEEB/POA	Novo modelo sindical, política social, previdência social, condições de trabalho, contrato coletivo de trabalho
1978	VIII Convenção Estadual de Bancários	Deliberações para o XI Congresso Nacional de Bancários
1978	XI Congresso Nacional de Bancários	Novo modelo sindical, mobilização e organização interna, condições de trabalho, política salarial e previdência social
1979	IX Convenção Estadual	Avaliação do anteprojeto da nova CLT
1979	Encontro Nacional de Dirigentes Sindicais Bancários - Porto Alegre	Campanha de abono de 30% não compensável no dissídio.
1979	Semana Sindical Independente	Programação em oposição à semana sindical instituída pelo governo
1979	Reunião da Intersindical/RS	Proposta de criação do PT, liberdade e autonomia sindical, direito de greve
1980	II Convenção de Base do SEEB/POA	Luta contra à estrutura sindical,

		organização interna, discussão para o ENTOES, CONCLAT e criação da CUT
1980	I Encontro da Mulher Bancária	Proposta para fixação de 20% dos cargos de comissão destinados às mulheres, organização da Semana de arte bancária
1980	V Encontro Nacional de Bancários - São Bernardo do Campo/SP	Planificação da Campanha Salarial/80
1981	I Enclat (Encontro Estadual de Trabalhadores)	Preparação da CONCLAT; criação de uma CUT.
1981	I CONCLAT (Conferência Nacional da Classe Trabalhadora) - Praia Grande/SP	Eleição da Comissão Pró-CUT, da qual fez parte Olívio Dutra.
1982	III Convenção de Base do SEEB/POA	Campanha Salarial 1982; COMOC; Previdência Social; As lutas dos trabalhadores.
1982	VII Encontro Nacional de Bancários	Planificação da Campanha Salarial/82
1982	II ENCLAT (Encontro Estadual da Classe Trabalhadora)	Preparação para o CONCLAT (Congresso Nacional da Classe Trabalhadora)
1983	IV Convenção de Base do SEEB/POA	Política Salarial; Os bancários e a automação; Campanha Salarial e Organização de base da categoria.
1983	IV Reunião Estadual de Bancários - Novo Hamburgo	Definição das cláusulas para o Encontro Nacional de Joinville/SC
1983	Encontro Nacional de Bancários - Joinville/SC	Campanha Salarial/83
1983	X Encontro Nacional de dirigentes e	Pauta de reivindicações para a

	funcionários do BB - RJ	campanha salarial e discussão do quadro de carreira
1983	VIII Convenção Nacional de Bancários - Brasília/DF	Pauta: Sindicalismo, condições de trabalho e previdência social
1983	I Encontro Nacional do Banrisul	Quadro de carreira e organização do funcionalismo
1983	Mini-ENCLATs - Caxias do Sul, Porto Alegre, Passo Fundo, Pelotas, Vale do Rio dos Sinos, Uruguaiana	Preparação para o I CONCLAT
1983	I CONCLAT (Congresso Nacional da Classe Trabalhadora) - São Bernardo do Campo/SP	Fundação da CUT
1984	V Convenção de Base do SEEB/POA	Unificação da Campanha salarial, organização de base, eleições no sindicato
1984	IV ENCLAT	Política sindical, previdência social, política salarial
1984	V Convenção Estadual de Bancários	Problemas nacionais, estrutura sindical, política salarial, estabilidade e direito de greve
1984	XII Congresso de Bancários (Foz do Iguaçu)	Campanha salarial/84
1984	I CONCUT (Congresso da CUT)	Fundação da CUT estadual
1985	VI Convenção de Base do SEEB/POA	Campanha Salarial; Novo modelo Sindical brasileiro; Movimento Intersindical; Pacto Social; Constituinte.
1985	I Encontro Nacional de empregados do Meridional - Porto Alegre	Consolidação do Meridional, quadro de carreira, comissão de banco.

1985	Assembléia-geral	Prestação de contas
1986	I Encontro Regional do DNB-CUT	Estruturação do DNB-CUT na região sul
1986	Debate sobre a Constituinte no SEEB/POA	Propostas dos partidos políticos sobre o tema
1986	Reunião-geral no SEEB/POA	Discussão sobre automação e emprego
1986	II Encontro Estadual Funcionários do BB	Campanha salarial e reivindicações específicas do BB
1986	II Encontro Nacional Funcionários do Banrisul	Quadro de carreira, comissão de banco
1986	Encontro Estadual dos Funcionários da CEF/RS	Proposta de estatuto para os Delegados Sindicais
1987	III Encontro Nacional Funcionários do Banrisul	Campanha salarial, quadro de carreira e organização interna
1987	Encontro Estadual dos Funcionários da CEF	Campanha salarial e CONECEP (Congresso Nacional dos Empregados da CEF)
1987	XIII Convenção Estadual Bancários	Ratificação da Convenção 87 da OIT
1987	Assembléia-geral	Escolha dos delegados para o Congresso Estadual de Bancários
1987	Congresso Estadual de Bancários	Análise da situação nacional; Os trabalhadores e o Plano Bresser; Constituinte; Eleições Diretas para Presidente, Dívida Externa; Estrutura Sindical, Campanha Salarial/87.
1987	Encontro Nacional do DNB/CUT	Organização da campanha salarial
1987	Plenária da CUT-Bancários	Crterios para a formação da chapa CUT-Bancários para as eleições

		sindicais
1987	Reunião do Comando Nacional de Bancários	Unificação das pautas estaduais de reivindicações para a Campanha salarial de verão
1988	Congresso de base do SEEB/POA	Organização e mobilização para a campanha salarial
1988	Encontro Nacional de Bancários	Discussão da Campanha salarial
1988	Encontro Nacional Funcionários do Meridional	Discussão do quadro de carreira
1989	I Congresso Nacional do Meridional	Organização do funcionalismo do Meridional
1989	I Congresso do DNB - CUT (Depto. Nacional de Bancários)	Escolha da direção e análise da conjuntura nacional
1989	V Congresso Estadual da CUT	Balanço da CUT, análise da conjuntura
1989	Encontro Estadual do BB	Discussão da Campanha salarial
1989	Encontro Nacional do BB	O papel do BB no sistema financeiro, plano de cargos e salários, organização do funcionalismo
1989	V Congresso Estadual da CEF - CONECEF	Campanha nacional em defesa da CEF
1989	IV Encontro Nacional do Banrisul	Discussão da campanha salarial e organização interna
1989	XVII Encontro Nacional de Bancários	Pauta de reivindicações da Campanha Salarial/89

Fonte: Documentos dos Acervos do CMB/SEEB/POA e CDS/UFRGS.

CONCLUSÃO

A presente pesquisa analisou a inserção do Sindicato dos Bancários de Porto Alegre no processo de democratização a partir dos anos 70. A ênfase recaiu sobre a dimensão política da ação dos bancários porto-alegrenses, expressão do “novo” sindicalismo e do sindicalismo cutista no Rio Grande do Sul. A questão que norteou este trabalho refere-se à participação destes trabalhadores na construção da democracia pós 74. É possível verificar uma ampliação democrática não restrita à esfera institucional, mas baseada na inclusão e participação de novos atores sociais e na transformação das formas de distribuição de poder?

No período analisado (1974-1989) verificou-se que houve, de fato, inovações substanciais na trajetória política destes trabalhadores. A pesquisa demonstrou que a articulação da categoria ocorreu através de relações permeadas por ambigüidades características da ação coletiva e que a “construção da unidade na diversidade” é um processo alcançado no seu “fazer-se”, a partir da percepção e articulação de interesses em comum. Seguindo-se a noção thompsoniana de classe, baseada na noção de relação histórica construída por homens que partilham experiências comuns, percebe-se a articulação entre experiência-consciência de classe, entendendo-se por consciência “*a forma como estas experiências são tratadas em termos culturais*” (Thompson, 1987:10).

Assim, a experiência analisada neste estudo evidenciou a possibilidade de se articular um novo projeto político-sindical, um projeto construído de baixo e permeado pela diversidade de percepções características de um grupo social. Esta trajetória foi interpretada através de diferentes contribuições da bibliografia específica que discute a questão da democracia em seus diferentes aspectos, tais como:

- a “expansão do poder ascendente” do campo da sociedade política para a sociedade civil, da esfera do político para a esfera do social (Bobbio, 1986);
- a construção das lutas pelos direitos do homem, um dos “princípios geradores da democracia”(Lefort, 1987);
- a relação cultura política, modernização sistêmica e democratização (Avritzer, 1995);

- uma nova concepção de democracia, baseada na redefinição da cidadania (com a formação de uma cultura democrática), na redefinição da noção de direitos e na transformação da política institucional (Dagnino, 1996);
- o surgimento de uma “trama representativa” composta por diferentes segmentos da sociedade civil na busca de uma nova regulação democrática das relações sociais (Paoli e Telles, 1996).

A pesquisa demonstrou que o Sindicato dos Bancários de Porto Alegre foi um ator fundamental na construção de um novo projeto político-sindical. Isto foi observado através de algumas evidências, como a crescente ligação do Sindicato com sua base sindical, a crescente aproximação dos dirigentes sindicais com os bancários distribuídos nas diversas agências bancárias da cidade, o diálogo cada vez mais embricado às práticas destes atores, a percepção de experiências compartilhadas e o sentimento de justiça social que nascia como decorrência da dura política do regime militar. O projeto político excludente, repressivo e recessivo da ditadura levou estes trabalhadores a solidificarem formas de solidariedade geradoras de uma consciência de direitos. A partir do momento em que esta consciência espalhava-se entre os bancários, surgiam formas de articulação, organização e lutas que desafiavam os limites impostos pela ditadura. A partir de um sentimento de “dignidade violentada”, da “consciência do direito a ter direitos”, da percepção de exploração, submissão e injustiça nos locais de trabalho e no cotidiano da sociedade estes trabalhadores articularam-se em torno da luta pela democratização do país e iniciaram a construção de um novo projeto político-sindical. Esta luta baseou-se em algumas demandas essenciais, como o direito de greve, a liberdade de expressão, a liberdade e autonomia sindicais, entre outros.

Partiu-se de alguns elementos para identificar e explicar este novo projeto. De um lado, a análise das transformações do trabalho bancário em um contexto político econômico repressivo e recessivo, as percepções dos bancários sobre suas condições de trabalho e vida, a noção de dignidade que surgia no discurso das lideranças¹⁷⁶, a inserção de novos atores na política institucional, a democratização da

¹⁷⁶ Conforme Circular SEEB/POA, nº 16/79, de 23.08.1979: “Está chegando a nossa hora. A hora de exigirmos um pagamento digno em troca do nosso trabalho”.

organização de base e democracia sindical, enfim, elementos que influíram para a mudança na prática sindical desta categoria (transitando de um assistencialismo conformista para uma nova prática combativa e democratizante).

De outro lado, verificou-se a ligação da atuação sindical com a luta pela democratização política e social do país, através de elementos como a formação da Comissão Intersindical na década de 70 (na qual o Sindicato dos Bancários teve papel ativo e dirigente), a participação dos bancários na formação da CUT e do Partido dos Trabalhadores (em nível municipal e estadual), no confronto com a legislação anti-greve do governo militar, na democratização da estrutura sindical e das relações de trabalho, entre outros. Com isto, a discussão sobre a democracia foi incorporada como objetivo essencial na luta contra a ditadura. A democratização da sociedade despontava no discurso e na prática destes trabalhadores.

As transformações no conteúdo do trabalho (a partir da Reforma Bancária e suas conseqüências) ocasionaram modificações no perfil da categoria: a expansão do sistema financeiro no Brasil requeria uma mão-de-obra escolarizada e com pouca experiência reivindicativa. O trabalho bancário passava a ser o ideal de jovens estudantes provenientes, em sua maioria, de famílias de baixa renda. Estes jovens foram amplamente requisitados pelo sistema financeiro nas décadas de 60 e 70. A “condição bancária” vivida por estes trabalhadores possuía, entretanto, uma dupla via: ao mesmo tempo que lhes garantia um salário de subsistência, lhes impunha formas autoritárias de convívio social dentro dos bancos, evidenciadas por elementos como controle, pressão, injustiças, submissão e exploração. As percepções individuais, aliadas ao contexto político-econômico da ditadura, levaram estes trabalhadores a se organizarem em seu Sindicato. Esta organização foi tecida gradualmente, com avanços e recuos, buscando uma maior inclusão, participação e transparência na prática sindical. Quais os fatores explicativos desta organização? Pode-se apontar o elevado grau de instrução da categoria (83,4% dos bancários gaúchos possuem o 2º grau completo), a facilidade de comunicação e contato favorecidos por sua concentração urbana, a pressão decorrente do contexto político-econômico repressivo e recessivo, enfim, a junção destes fatores contribui para a análise sobre as mudanças observadas na prática sindical dos bancários.

No Sindicato, verificou-se que este processo foi construído a partir da gestão Olívio Dutra, enfatizando o trabalho de base, a participação e a discussão com a categoria. O Sindicato tornou-se um referencial para os trabalhadores bancários e para o movimento sindical combativo. Esta nova prática sindical expressava um projeto democratizante que teve seu grande enfrentamento com a greve de 79, uma greve proibida pela legislação, mas que aconteceu de fato, gerando a prisão de quatro dirigentes sindicais em Porto Alegre, bem como a intervenção no Sindicato. A repressão dificultava a organização dos trabalhadores. Ainda assim, a década de 80 foi marcada pela construção da CUT e pelo enfrentamento direto entre governo e trabalhadores, resultando em diversas conquistas estabelecidas pela Constituição de 1988, como o direito de greve, o fim da interferência e intervenção do Estado na vida sindical, o direito à representação por local de trabalho, seguro-desemprego, e outros direitos sociais constantes no Capítulo II do texto constitucional. Mesmo permanecendo alguns elementos da estrutura corporativa, a luta pela ampliação democrática foi evidenciada no plano político e sindical.

Com relação à democratização interna do Sindicato, utilizou-se as contribuições de Mangabeira (1993) e Moraes (1994 e 1995) para avaliar a capacidade de democratização do processo decisional interno. O uso do modelo eleitoral de democracia formal e dos indicadores substantivos revelaram o predomínio de aspectos democratizantes na prática sindical interna dos bancários porto-alegrenses, ainda que com algumas ambigüidades e indeterminações. O estudo evidenciou dois momentos em que esta prática democratizante foi abalada: o primeiro, com a extinção da COMOC (referente ao indicador “existência de oposições permanentes e organizadas”) e a substituição desta por uma OLT subordinada ao Sindicato; o segundo momento diz respeito à organização interna do Sindicato (referente ao indicador “natureza da estrutura interna da organização sindical”): evidenciou-se que alguns procedimentos administrativos foram “atropelados” por líderes cutistas que viam a necessidade de apoiar diretorias sindicais ligadas à proposta cutista (como ocorreu com a não-convocação de assembléia-geral para deliberar sobre o destino de verbas de apoio a outros movimentos na gestão em que Fortunatti e Olívio chegaram ao parlamento).

Estes momentos podem ser interpretados como constitutivos da democracia (Lefort, 1987) e podem explicar as contradições evidenciadas por esta pesquisa, não inviabilizando a interpretação aqui exposta: evidenciou-se, de fato, a construção de um projeto político-sindical cutista baseado na inclusão, participação e transparência dos processos decisórios no Sindicato dos Bancários de Porto Alegre. Esta evidência foi registrada com a análise sobre a democratização interna no Sindicato, mostrando que a maioria das condições características de um modelo democrático de gestão foram satisfeitas. Pode-se atribuir às lideranças que surgiram na década de 70 uma maior inclinação e uma tendência para a implantação de gestões mais participativas e democráticas.

Esta tendência democratizante foi observada nesta pesquisa tanto no plano externo ao Sindicato, ou seja, no plano das relações político-institucionais e da cultura política, como no plano decisional interno.

Portanto, os bancários de Porto Alegre, articulados com suas lideranças sindicais, transformaram-se em atores políticos reconhecidos, tornaram-se a vanguarda do movimento sindical combativo no Rio Grande do Sul, uniram-se a outras categorias e movimentos sociais conferindo um novo conteúdo à democratização da política e da sociedade brasileira, envolvendo a ampliação da cidadania e dos direitos dos trabalhadores e demais atores sociais excluídos.

ANEXOS

ANEXO A - ROTEIRO DAS ENTREVISTAS AOS DIRIGENTES SINDICAIS BANCÁRIOS

1. A década de 70: o SEEB/POA tem uma trajetória semelhante a do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo. Como se deu a formação do sindicalismo combativo no SEEB e quem eram os militantes ligados a esta concepção entre os bancários porto-alegrenses?
2. A formação e o espaço de atuação da Intersindical/RS.
3. A COMOC: sobre o papel desta comissão para a organização do movimento.
4. Diferenças no trabalho de base entre bancos públicos e privados.
5. Sobre as comissões de banco.
6. Na Circular 26/81, de 01.09.81, encontra-se a posição do sindicato a favor da unicidade sindical. Como é percebida esta questão pela militância cutista?
7. Sobre a formação da CUT e do PT.
8. Participação do SEEB na campanha das “Diretas já”.
9. A luta pela formação do Meridional.
10. A importância das greves para a organização da categoria.
11. Comissão sindical de base (delegados sindicais e CIPAs) e comissões de banco.
12. Uma das bandeiras do “novo” sindicalismo foi a democratização do país. Como é percebida a democratização das relações nos locais de trabalho?

O primeiro ano

*"No dia 31 de outubro faz um ano que a atual diretoria do nosso Sindicato assumiu a responsabilidade pelos rumos de nossa entidade, conforme decisão manifestada majoritariamente nas eleições para a renovação da diretoria do Sindicato em 1984. Este período caracterizou-se pela **democratização da entidade**, isto é, a **ampliação dos canais de participação** dos bancários em seu órgão de classe.*

*Nunca em nosso Sindicato editaram-se tantos boletins por bancos como atualmente. Essa prática, aliada às inúmeras assembléias e reuniões gerais que realizamos nos últimos 12 meses, evidencia, antes de tudo, uma **postura política**, qual seja a de abrir cada vez mais espaços à participação do bancário no Sindicato e, ao mesmo tempo, indicam [sic] a firme decisão de nada ocultar da categoria e muito menos, tomar deliberações sem antes ouvir os bancários, que são a razão de existir da entidade.*

*Junto com as preocupações no sentido da organização da categoria, a direção da entidade procura não descuidar de **outros aspectos que fazem parte da vida do bancário**, como as atividades de recreação e lazer, o que você pode comprovar lendo a matéria sobre os departamentos que publicamos na página central desta edição.*

*Mas **os fatos que marcaram a vida do Sindicato no último ano** situam-se na área das campanhas reivindicatórias, onde iniciamos pela greve vitoriosa no Banco do Brasil, passamos pela campanha do Meridional, que continua hoje com a sedimentação do trabalho sindical dentro do grupo, tivemos a paralisação dos companheiros da Caixa Federal, que recebeu nosso apoio político e material em todos os momentos e, por fim, vivemos a greve vitoriosa da categoria, que aconteceu a nível nacional. Essa greve resgatou, no cenário do sindicalismo brasileiro, **o espírito de luta e combatividade dos bancários**, [...]*

*Durante esse tempo não nos descuidamos, também, do **processo eleitoral do país**, intervindo sempre que os **interesses da categoria e dos trabalhadores em geral**, estavam em jogo, como bem demonstra o plebiscito que realizamos sobre a Constituinte e o engajamento efetivo no recente ato contra a dívida externa. Com o mesmo objetivo **nosso Sindicato apoia e faz parte das diversas instâncias dirigentes da CUT**.*

*Apesar do saldo positivo que registramos depois de um ano de mandato, entendemos que há ainda muito a fazer. Acreditamos que estamos no caminho certo. **Os erros de percurso porventura existentes, nós procuraremos corrigir no restante da caminhada, com o apoio de todos os bancários.** [grifos meus]*

Gestão presidida por José Fortunatti e Olívio Dutra

BIBLIOGRAFIA

- ABRAMO (1986), Laís Wendel. *O resgate da dignidade (a greve de 1978 em São Bernardo)*. Tese de Mestrado. USP.
- ACCORSI (1990), André. *Automação Bancária*. Tese de Mestrado. USP.
- ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de (1993). O corporativismo em declínio? In: DAGNINO, Evelina (Org.). *Os anos 90: política e sociedade no Brasil*. São Paulo: Brasiliense.
- ANTUNES, Ricardo (1988). *A rebeldia do trabalho* (o confronto operário no ABC paulista: as greves de 1978/80). São Paulo: Ensaio.
- ANTUNES, Ricardo (1995). *O "novo" sindicalismo no Brasil*. Campinas, São Paulo: Pontes.
- ARAÚJO, Angela M. C. (1994). *Construindo o consentimento: corporativismo e trabalhadores no Brasil dos anos 30*. Tese de Doutorado. UNICAMP/SP.
- ARAÚJO, Angela M. C. e TAPIA, Jorge R. B. (1991). *Corporativismo e Neocorporativismo: o exame de duas trajetórias*. In: *Boletim Informativo e Bibliográfico*, Rio de Janeiro, nº 32, p. 3-30.
- ARTURI, Carlos S. (1996). Transição Política e Consolidação da democracia: notas a partir da experiência brasileira. In: *Política e Cultura: visões do passado e perspectivas contemporâneas*. São Paulo: *Ciências Sociais Hoje*. HUCITEC - ANPOCS, p. 142-167.
- AVRITZER, Leonardo (1995). Cultura política, atores sociais e democratização - uma crítica às teorias da transição para a democracia. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, nº 28, p. 109-122.
- BARÃO, Emília Rosa (1991). *Bancários e sindicato nos caminhos da resistência (São Paulo - 1979-1989)*. Tese de Mestrado. Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Araraquara.
- BLANCO, Manoel Castaño (1994). O processo de terceirização nos bancos. In: SOUZA MARTINS, Heloísa e RAMALHO, José Ricardo. *Terceirização: diversidade e negociação no mundo do trabalho*. São Paulo: Hucitec. p. 76-84.
- BLASS, Leila Maria da Silva (1992). *Estamos em greve - Imagens, gestos e palavras do movimento dos bancários, 1985*. São Paulo: Hucitec.

- BLASS, Leila Maria da Silva (1993). *Automação bancária: práticas e representações*. In *São Paulo em Perspectiva*, outubro/dezembro.
- BLASS, Leila Maria da Silva (1989). *O trabalho bancário: o (re)fazer de todo instante*. São Paulo: SEEB/SP.
- BOBBIO, Norberto (1986). *O futuro da democracia: uma defesa das regras do jogo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- BOITO JR. Armando (1991). *O sindicalismo de Estado no Brasil: uma análise crítica da estrutura sindical*. Campinas: Editora da Unicamp.
- CADÓ, Elisabeth M. Pedroso et al. (1981). *Movimento grevista no RS de 1945 a 1979*. Porto Alegre: IESPE/PUC-RS.
- CANÊDO, Letícia Bicalho (1978). *O sindicalismo bancário em São Paulo*. São Paulo: Símbolo.
- CANÊDO, Letícia Bicalho (1986). *Bancários: Movimento sindical e participação política*. Campinas: UNICAMP.
- CAMPELLO, Jaqueline e SILVA NETO, Fernando Gomes (1996). Saúde dos bancários: o posto de trabalho do caixa executivo da Caixa Econômica Federal. In: BORDIN, Ronaldo et al. *Pesquisa em saúde do Trabalhador*. Porto Alegre: Dacasa.
- CASTORIADIS, Cornelius (1979). Dúvidas na história das lutas operárias. In *Revista Oitenta*. Porto Alegre: L&PM Editores, v. 1. p. 107-134.
- CATTANI, Antonio David (1993). *Movimento sindical - o permanente desafio da renovação*. *Ensaio FEE*. Porto Alegre, v. 14, nº 2, p. 667-686.
- CATTANI, Antonio David (1991). *A ação coletiva dos trabalhadores*. Porto Alegre: SMCultura.
- CENTRO DE MEMÓRIA BANCÁRIA - CMB (1994). Entrevistas. Porto Alegre: SEEB. Mimeo.
- CENTRO DE MEMÓRIA BANCÁRIA - CMB (1995). *Relatório de Pesquisa: Reconstituição do Referencial Histórico do Sindicato dos Bancários - 60 anos de organização e luta*. Porto Alegre: SEEB. Mimeo.
- CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL (1992). SP: Editora Atlas.

- DAGNINO, Evelina (1996). *Culture and Politics: Changing approaches in the left*. Paper apresentado no Seminário "Cultura e política", UNICAMP, Campinas, SP. Mimeo.
- DAGNINO, Evelina (1994). Os movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania. In: *Os anos 90: política e sociedade no Brasil*. São Paulo: Brasiliense. p. 103-115.
- DEJOURS, Christophe (1988). *A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho*. São Paulo: Cortez-Oboré.
- DIEESE - DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SÓCIO-ECONÔMICOS (1980). *Profissão bancário: perfil da categoria*. São Paulo.
- DIEESE - DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SÓCIO-ECONÔMICOS (1986). *Sistema Financeiro e o Banco do Brasil*. Mimeo. s. d.
- DIEESE - DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SÓCIO-ECONÔMICOS (1987). *O conflito capital X trabalho nos bancos comerciais*. Caderno do Departamento Nacional dos Bancários da CUT. São Paulo. Mimeo.
- DIESAT - DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTUDOS E PESQUISAS DE SAÚDE E DOS AMBIENTES DE TRABALHO (1985). *Trabalho e saúde mental do trabalhador bancário*. São Paulo.
- DINIZ, Eli (1985). *A transição política no Brasil: uma reavaliação da dinâmica da abertura*. *Dados*, Revista de Ciências Sociais. Rio de Janeiro, v. 28, nº 3, p. 329-346.
- DUTRA, Eliana Regina de Freitas e GROSSI, Yonne de Souza (1987). *Historiografia e movimento operário: O Novo em Questão*. Belo Horizonte: *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, nº 65, julho. p. 101-130.
- ELY, Helena Bins (1995). *Qualidade nos bancos: um estudo sobre o aspecto participativo das novas formas de gestão*. Tese de Mestrado. Porto Alegre: UFRGS - IFCH.
- FEEB/RS (1989) - FEDERAÇÃO DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS BANCÁRIOS DO RS. *Bancário: trabalho, vida e organização*. Porto Alegre, FEEB/RS. Relatório de pesquisa.

- FEEB/RS (1990) - FEDERAÇÃO DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS BANCÁRIOS DO RS. *O retrato da mulher bancária: trabalho, família e cidadania*. Porto Alegre: Amostra Pesquisas e Projetos. Relatório de pesquisa.
- FERRAZ, Ana Targina Rodrigues (1998). *Conselhos gestores em saúde: a experiência do Espírito Santo durante a gestão petista*. Dissertação de Mestrado em Ciência Política. Unicamp/SP.
- FERREIRA, Mário César (1993). A síndrome da condição bancária. In: *A saúde no trabalho bancário*. São Paulo: INST/CNB/CUT.
- FLEURY, Afonso C. Correa e VARGAS, Nilton (1983). *Organização do trabalho*. São Paulo: Atlas.
- FORTUNATTI, José (1985). *Habitasul + Sulbrasileiro = Meridional: o resultado de uma luta*. Porto Alegre: Tchê!
- FUNDAÇÃO JORGE DUPRAT FIGUEIREDO PARA SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO - FUNDACENTRO et al. (1996). *Pesquisa sobre aspectos interdisciplinares para ações preventivas e terapêuticas das Lesões por Esforços Repetitivos (LER)*. Mimeo.
- GARCIA, Marco Aurélio (1982). *São Bernardo: a (auto) construção de um movimento operário*. Desvios, nº 1, p. 10-27.
- GARCIA, Marco Aurélio (org.) (1986). *As esquerdas e a democracia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- HORN, Carlos Henrique Vasconcelos (1992). *A determinação dos salários e o poder de barganha dos sindicatos: mudança estrutural e resultados das negociações dos bancários de Porto Alegre entre 1978 e 1988*. Tese de Mestrado, UFRGS-IEPE.
- HORN, Carlos Henrique Vasconcelos (1993). *Política Salarial Brasileira pós-1986*. Porto Alegre: Síntese.
- INST (1993) - Instituto Nacional de Saúde do Trabalhador, CNB - Confederação Nacional dos Bancários e CUT - Central Única dos Trabalhadores. *A saúde no trabalho bancário*. São Paulo.
- JINKINGS, Nise (1995). *O mister de fazer dinheiro: automatização e subjetividade no trabalho bancário*. São Paulo: Jinkings.
- KAREPOVS, Dainis (Coord.) (1994). *São Paulo: Sindicato dos Bancários e Financieiros de São Paulo*. São Paulo: Câmara Brasileira do Livro.

- KECK, Margareth (1988). O "“novo” sindicalismo" na transição brasileira. In: STEPAN, A. (Org.). *Democratizando o Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. p. 381-440.
- KRISCHKE, Paulo J., MAINWARING, Scott (org.) (1986). *A Igreja nas bases em tempo de transição*. Porto Alegre: L&PM.
- KUENZER, Acácia Z. (1989). *Pedagogia na fábrica: as relações de produção e a educação do trabalhador*. São Paulo: Cortez. Autores Associados.
- LARANGEIRA, Sônia (1994a). Inovações Tecnológicas e ação sindical: crise nos sindicatos?. In: DINIZ, Eli, LOPES, José Sérgio Leite e PRANDI, Reginaldo (Orgs.). *O Brasil no rastro da crise. Ciências Sociais Hoje*. ANPOCS/HUCITEC/IPEA, p. 179-203.
- LARANGEIRA, Sônia (1994b). Mudança tecnológica no setor bancário. Implicações sobre a qualificação e o conteúdo do trabalho: um estudo de caso no Brasil. In: VESSURI, Hebe (Coord.). *Ciência, tecnologia y sociedad en America Latina*. Caracas: ALAS/Nueva Sociedad.
- LARANGEIRA, Sônia (1997). Inovações tecnológicas e ação sindical no setor bancário: as experiências britânica e brasileira. In: *Dinâmicas multiculturais: novas faces, outros olhares*. Actas das sessões temáticas do III Congresso Luso-Afro-Brasileiro. Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.
- LEFORT, Claude (1987). *A invenção democrática: os limites do totalitarismo*. São Paulo: Brasiliense.
- MANGABEIRA, Wilma (1993). *Os dilemas do “novo” sindicalismo: democracia e política em Volta Redonda*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará.
- MARANHÃO, Ricardo (1979). *Sindicatos e democratização - Brasil 1945/1950*. São Paulo: Brasiliense.
- MARONI, Amnéris (1982). *A estratégia da recusa*. São Paulo: Brasiliense.
- MATTOSO, Jorge Eduardo L. (1994). Trabalho sob fogo cruzado. In: São Paulo em Perspectiva, janeiro/março.
- MICHEL, Robert (1976). A tendência burocrática dos partidos políticos. In: CAMPOS, Edmundo. *Sociologia da Burocracia*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- MILLS, C. Wright (1966). *A nova classe média (white collar)*. Rio de Janeiro: Zahar.

- MOISÉS, José Álvaro (1982). *Alternativas populares da democracia*: Brasil, anos 80. CEDEC. Rio de Janeiro: Vozes.
- MOISÉS, José Álvaro (1982). *Lições de liberdade e de opressão*: o “novo” sindicalismo e a política. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- MORAIS, Jorge Ventura (1994). *Sindicatos e democracia sindical*: representatividade e responsabilidade política. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo, nº 25. p. 65-81. Junho.
- MORAIS, Jorge Ventura (1995). “novo” sindicalismo e democracia sindical: um teste do modelo eleitoral. *Dados*, Revista de Ciências Sociais. Rio de Janeiro, v. 38, nº 3.
- NASCIMENTO, Amauri Mascaro (1994). Limites constitucionais da liberdade sindical no Brasil. In: OLIVEIRA, Carlos A. Barbosa et. al. *O mundo do Trabalho*. São Paulo: Página Aberta.
- NEVES, Abílio Baeta, LIEDKE FILHO, Enno D. e SILVA, Lorena Holzmann (1984). *Sindicatos em uma época de crise*. Petrópolis: Vozes. p. 74-88.
- NORONHA, Eduardo (1991). A explosão das greves na década de 80. In: BOITO JR., Armando (Org.). *O sindicalismo brasileiro nos anos 80*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. p. 93-136.
- O'DONNELL, Guillermo, SCHMITTER, Philippe C (1988). Introduzindo a incerteza. In: *Transições do regime autoritário: primeiras conclusões*. São Paulo: Vértice.
- OLIVEIRA, Ana Lúcia Valença de Santa Cruz (1990). *Sindicalismo bancário*: origens. São Paulo: Oboré Editorial.
- OLIVEIRA, Ana Lúcia Valença de Santa Cruz (1998). *Sindicato e Sindicalismo Bancário*. Seropédica, Rio de Janeiro:EDUR
- PAOLI, Maria Célia (1989). *Trabalhadores e cidadania*: experiência no mundo público na história do Brasil moderno. *Estudos Avançados*, v. 3, nº 7. p. 40-66, setembro/dezembro.
- PAOLI, Maria Célia, TELLES, Vera (1996). *Direitos sociais*: conflitos e negociações no Brasil contemporâneo. Paper apresentado no seminário “Cultura e Política”. UNICAMP, Campinas, SP. Mimeo.
- PAOLI, Maria Célia, SADER, Eder (1986). Sobre “classes populares” no pensamento sociológico brasileiro. In: CARDOSO, Ruth (Org.). *A Aventura Antropológica*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. p. 39-67.

- PAOLI, Maria Célia, SADER, Eder, TELLES, Vera (1984). *Pensando a classe operária: os trabalhadores sujeitos ao imaginário acadêmico*. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, nº 6, p. 129-150.
- PERROT, Michelle (1988). *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- PETERSEN, Aurea T. (1984). *Movimentação grevista no Rio Grande do Sul: 1980-1983*. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: PUC/RS.
- PRZEWORSKI, Adam (1977). O processo de formação das classes. *Dados*, Rio de Janeiro, nº 16, p. 3-32.
- PRZEWORSKI, Adam (1994). As transições para a democracia. In: *Democracia e Mercado: reformas políticas e econômicas na Europa Oriental e na América Latina*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará.
- REBOUÇAS, Antônio José de Arruda et al. (1989). *Insalubridade: morte lenta no trabalho*. São Paulo: Oboré.
- RODRIGUES, Leôncio Martins (1990). O sindicalismo corporativo no Brasil. In: *Partidos e Sindicatos*. São Paulo: Ática.
- RODRIGUES, Leôncio Martins (1991a). As tendências políticas na formação das centrais sindicais. In: BOITO JR., Armando (Org.). *O sindicalismo brasileiro nos anos 80*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. p. 11-42.
- RODRIGUES, Iram Jácome (1991b). As comissões de empresa e o movimento sindical. In: BOITO JR., Armando (Org.). *O sindicalismo brasileiro nos anos 80*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. p. 137-170.
- ROMANELLI, Geraldo (1978). *O provisório definitivo. Trabalho e aspirações dos bancários em São Paulo*. Dissertação de Mestrado, USP.
- SADER, Eder (1988). *Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- SANTANA, Marco Aurélio (1995). Cultura sindical e identidade nos anos 80/90. *Revista de Ciências Humanas*, UFSC, Florianópolis, v. 13, nº 17 e 18, p. 82-90.
- SANTANA, Marco Aurélio (1997). Partido e militância sindical: a atuação comunista no sindicato dos metalúrgicos do Rio de Janeiro (1947-1964). *Revista de Sociologia e Política*, UFPR, Curitiba, nº 8, p. 73-94.

- SEGNINI, Lílíana (1988). *A liturgia do poder: trabalho e disciplina*. São Paulo: EDUC.
- SEEB/SP (1989) - SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS BANCÁRIOS DE SÃO PAULO. *Um estudo sobre o perfil da categoria*. São Paulo: SEEB/SP.
- SEEB/SP (1986) - SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS BANCÁRIOS DE SÃO PAULO. *Paramos São Paulo, sacou?* São Paulo: SEEB/SP.
- SHARE, Donald e MAINWARING, Scott (1988). Transição através da negociação: a democratização no Brasil e na Espanha. In SELCHER, Wayne. *A abertura política no Brasil: dinâmica, dilemas e perspectivas*. São Paulo: Convívio. p. 233-277.
- SKIDMORE, Thomas E. (1988). *Brasil: de Castelo a Tancredo, 1964-1985*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- SOARES, Marcos F. (1980). As greves do segundo momento (Bancários). In: *As greves no Rio Grande do Sul em 1979*. Porto Alegre: IESPE-PUC/RS. Mimeo.
- SZTUTMAN, Elizabeth Silva (1979). *Profissão: Bancário - Perfil sócio-econômico da categoria*. São Paulo.
- SECRETARIA NACIONAL DE FORMAÇÃO (1993). *Organização nos locais de trabalho*. Telecurso - Caderno de Textos. São Paulo: CUT. Mimeo.
- TELLES, Vera da Silva, SADER, Eder (1982). *Entre a fábrica e o sindicato: os dilemas da oposição sindical metalúrgica de São Paulo*. *Desvios*, nº 1, p. 29-44.
- TELLES, Vera da Silva (1994). Sociedade civil e a construção de espaços públicos. In: DAGNINO, Evelina (Org.). *Os anos 90: política e sociedade no Brasil*. São Paulo: Brasiliense. p. 91-102.
- THOMPSON, E. P. (1987). *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- VIOTTI DA COSTA, Emília (1990). *Estruturas versus experiência: novas tendências na história do movimento operário e das classes trabalhadoras na América Latina: o que se perde e o que se ganha*. São Paulo: BIB nº 29, p. 3-16.
- WEIL, Simone (1979). *A condição operária e outros estudos sobre a opressão*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- ZANBERLAN, Fábio Luiz, SALERNO, Mário Sérgio. Racionalização e automatização: a organização do trabalho nos bancos. In: FLEURY, Afonso C. Correa, VARGAS, Nilton (1983). *Organização do Trabalho*. São Paulo: Atlas.

Imprensa, Periódicos e outros:

A GREVE PROIBIDA. Porto Alegre: SEEB, 1989. Mimeo.

ANTE-PROJETO do Quadro de Carreira do BB. Porto Alegre: SEEB. Gestão 81/84. Mimeo.

ARQUIVOS da Delegacia Regional do Trabalho/RS. Porto Alegre.

BOBEOU, DANÇOU. Manual dos Bancários. São Paulo: SEEB, 1993.

BOLETIM do DIEESE (Departamento Intersindical de Estudos e Estatísticas sobre Emprego). Janeiro de 1984, maio de 1986, junho de 1991, agosto de 1994.

BOLETIM da FEEB/RS (Federação dos Empregados em Estabelecimentos Bancários do RS). Porto Alegre: FEEB/RS.

CARTA de princípios da CONTEC (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Crédito). X Congresso Nacional de Bancários e Securitários. Mimeo. 1971

CIRCULAR/BOLETIM informativo. Porto Alegre: SEEB. Vários.

COMISSÃO DE SAÚDE DA APPD-RS. *Tenossinovite: uma doença profissional dos digitadores*. V Congresso Nacional de Profissionais de Processamento de Dados. Belo Horizonte/MG. 1984. Mimeo.

CORREIO DO POVO. Porto Alegre. Vários.

CUT-CNB. *III Congresso do Departamento Nacional dos Bancários* (Resoluções). São Paulo: CUT. 1992.

CUT-DNB. *I Congresso Nacional dos Bancários da CUT* (Resoluções) São Paulo: CUT, 1989. Mimeo.

FASE - Porto Alegre (Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional de Porto Alegre). *Movimento operário brasileiro*. Seminário. Textos Básicos. 1981. Mimeo.

FETEC-CUT. *I Congresso da Federação dos Trabalhadores em Empresas de Crédito do Estado de SP. Caderno de Teses*. Junho de 1990. Mimeo.

FOLHA DA MANHÃ. Porto Alegre. Vários.

FOLHA SINDICAL da CEF, jornal dos Funcionários da Caixa Econômica Federal, Porto Alegre: SEEB. Vários.

JORNAL DA APCEF (Associação de Pessoal da Caixa Econômica Federal). Porto Alegre: APCEF. Fevereiro de 1984 e Julho de 1989.

JORNAL DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO REAL, Porto Alegre: SEEB. Vários.

JORNAL DOS FUNCIONÁRIOS DO BAMERINDUS, Porto Alegre: SEEB. Vários.

JORNAL DOS FUNCIONÁRIOS DO BRADESCO, Porto Alegre: SEEB. Vários.

JORNAL DOS FUNCIONÁRIOS DO MERCANTIL DO BRASIL, Porto Alegre: SEEB.

LIVRE. Revista do SEEB/Porto Alegre. Maio de 1994.

LIVROS DE ATAS. Porto Alegre: SEEB. 1975-1983.

NOSSA VOZ, jornal dos Funcionários do Banrisul, Porto Alegre: SEEB. Vários.

O BANCÁRIO, Porto Alegre: SEEB. Vários.

O ESPELHO, jornal dos Funcionários do Banco do Brasil. Porto Alegre: SEEB. Vários.

O RIO GRANDE semanal. Porto Alegre. Vários.

PROSA & verbo, Revista da Federação dos Bancários do Rio Grande do Sul, nº 8, agosto de 1998. Porto Alegre: FEEB/RS.

QUESTIONÁRIOS aos delegados sindicais bancários, Porto Alegre. 1997.

REGULAMENTO dos Delegados Sindicais do BANRISUL. Mimeo.

REGULAMENTO da Representação Funcional do MERIDIONAL. Mimeo.

REVISTA AFINAL, de 26.02.1985.

REVISTA EXAME, de 03.09.1986.

SEEB/POA. Relatório de Atividades. Porto Alegre: SEEB. 1970. Mimeo.

SEEB/POA. Relatório de Atividades. Porto Alegre: SEEB. 1981. Mimeo.

VIGÍLIA, jornal dos Funcionários do Meridional, Porto Alegre: SEEB. Vários.

ZERO HORA - ZH. Porto Alegre. Vários.